Órgão Central do Partido Comunista Português

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Semanário
Director: António Dias Lourenço

Ano 60 – Série VII – N.º 845
8 de Março de 1990
Preço: 80$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa

8 de Março
Dia Internacional da Mulher

Saudação do PCP

Pág. 7 **Semana**

Pág. 5 **Em Foco**

69.º aniversário do PCP

PCP

COMÍCIOS

LISBOA

Pavilhão Carlos Lopes
Amanhã, às 21 e 30
Intervenção de Álvaro Cunhal

PORTO

Mercado Ferreira Borges
Sábado, às 15 horas
Intervenção de Álvaro Cunhal

BARREIRO

Plenário de militantes, nos Penicheiros, domingo, às 15 e 30, com a participação de Álvaro Cunhal

SEIXAL

Almoço-convívio na União Seixalense, domingo, às 12 e 30, com a participação de Álvaro Cunhal

PCP

TEMPO DE ANTENA DO PCP

Segunda-feira, 12 de Março
RTP/1
a seguir ao Telejornal

Agenda

XIII CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO PCP

TESES em debate

O Comité Central aprovou Teses e projecto de regulamento para o XIII Congresso (Extraordinário)

O «Avante!» publica, em separata, as Teses e projecto de regulamento para o debate em todas as organizações do Partido.

De acordo com o Regulamento para o debate no Partido e eleição de delegados — também aprovado pelo Comité Central e que se publica na pág. 3/Semana — as propostas de emendas às Teses deverão ser entregues até 7 de Maio e as eleições de delegados deverão realizar-se até 13 do mesmo mês.

DATA E LOCAL

18, 19 e 20 de Maio
Pavilhão Paz e Amizade
LOURES

14.ª Festa do «Avante!»

7, 8 e 9/Setembro/1990

Págs. 6 e 7/**Em Foco**

Editorial

Avante!
Ano 60 – Série VII
N.º 845
8 de Março de 1990
1.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

As Teses—documento fundamental para o XIII Congresso (extraordinário)

É um facto assinalável na história exaltante do nosso jornal que nestes nascentes dias do ano 70º de vida e de luta do nosso heróico Partido, o «Avante!», seu órgão central e sua voz mais autorizada na imprensa escrita, traga hoje em primeira mão a público os documentos fundamentais para a realização do XIII Congresso (extraordinário) do PCP.

Com a publicação das Teses, do Regulamento para a sua discussão interna e para a eleição dos delegados e do projecto de Regulamento para o funcionamento do Congresso - aprovados nas primeiras horas de anteontem pelo Plenário do Comité Central - o Partido dispõe agora dos instrumentos básicos essenciais para que o Congresso corresponda plenamente aos objectivos para que foi convocado.

Com a publicação das Teses para o XIII Congresso do PCP fica aberto o debate temático das grandes questões que determinaram a convocação a título extraordinário do órgão máximo do Partido.

Com ela se inicia a fase mais dinâmica da sua preparação, que culminará com a abertura dos trabalhos a 18 de Maio e ocupará durante três dias o labor responsável dos cerca de 2000 delegados no belo Pavilhão Paz e Amizade de Loures, polarizando sem dúvida as atenções de todos os comunistas portugueses e dos seus amigos, as atenções de todos os que verdadeiramente se interessam pelos grandes acontecimentos políticos em Portugal e no mundo.

Aliás, todos os que se interessam pelos grandes acontecimentos políticos no nosso país, e mesmo o observador externo, vão ter, na primavera do ano em curso, basta matéria de reflexão política e de avaliação sobre as principais forças do leque partidário português:

sobre as suas propostas e orientações políticas; sobre as suas respostas aos grandes desafios da hora actual e as diferenças de abordagem dos complexos problemas do presente e do futuro do nosso país; sobre a opacidade ou a transparência democrática do seu funcionamento interno; sobre a sua capacidade de intervenção nos acontecimentos.

Às nossas aí estão desde já com toda a clareza. Nas dez semanas que medeiam até à abertura dos trabalhos, os documentos fundamentais do XIII Congresso (extraordinário) do PCP serão submetidos a discussão e aprovação dos militantes, sairão seguramente enriquecidos pelo debate de ideias e a contribuição democrática dos membros do Partido.

E é todo o Partido que tem agora a iniciativa e a palavra no andamento dos trabalhos.

Também a partir de agora o «Avante!» vai intensificar a sua participação e o seu papel na organização e realização do Congresso.

O aprofundamento das ideias numa troca de opiniões que se pretende frutuosa e alargada; a contribuição directa dos leitores através das cartas à Redacção; a notícia e mesmo a reportagem das iniciativas de maior interesse no debate interno do Partido; a informação útil, terão espaço privilegiado nas colunas do «Avante!», no suplemento dedicado ao Congresso que semanalmente publicaremos.

Manifestamente, só os que, afirmando-se comunistas, se norteiam contudo por objectivos que nada têm a ver com o reforço e o apetrechamento do Partido para as grandes tarefas do futuro serão incapazes de ver e encontrar no seio do nosso grande colectivo partidário o espaço e a abertura para nele manifestarem as suas opiniões discordantes, as suas divergências com a orientação e a direcção do Partido ou para lhe darem o seu contributo útil na decisiva batalha que travamos.

Cinco grandes questões informam as Teses do Comité Central. Elas explicam e justificam por si a natureza e o «timing» da convocação do XIII Congresso (extraordinário) do PCP:

Os acontecimentos nos países socialistas e as suas repercussões;

A restauração do capitalismo monopolista;

A luta por uma alternativa democrática;

O ideal comunista e a natureza e identidade do PCP;

As tarefas imediatas para o reforço do Partido, são questões arrancadas a uma realidade em tumultuosa mutação que exigem dos comunistas uma aguda visão dos fenómenos emergentes e uma resposta ideológica e política adequada.

Três dessas Teses merecem que lhe demos aqui desde já um destaque especial: os acontecimentos nos países socialistas, a restauração do capitalismo monopolista e a natureza e identidade do PCP.

As profundas alterações que se estão produzindo nos países socialistas, de consequências ainda imprevisíveis em toda a sua extensão e profundidade, e as suas repercussões à escala do mundo e do movimento comunista internacional, juntamente com as novas condições de desenvolvimento do processo produtivo e a proliferação dos centros de decisão do mundo capitalista, estão criando uma situação nova, eivada de contradições, que exige uma decidida reformulação teórica e uma impostergável redefinição das linhas de acção do movimento revolucionário em cada país.

Tirar daqueles acontecimentos as necessárias conclusões imediatas para a luta dos comunistas portugueses é uma tarefa inadiável consignada ao XIII Congresso (extraordinário) do PCP.

A «perestroika» soviética, empreendida - como se diz nas Teses - «pelo Partido Comunista no poder, tendo como declarado objectivo revolucionário a defesa, o reforço, a reestruturação e a renovação criativa da sociedade socialista», está - na base da correcção de graves distorções e violações de princípios e objectivos fundamentais e do reajustamento às novas condições do processo de desenvolvimento histórico, - abrindo novas perspectivas ao socialismo.

Simultaneamente desencadeou-se nos países socialistas um tumultuoso processo contraditório que está alterando radicalmente a fisionomia política numa vasta área do continente europeu.

Em vários países, sob tempestuosas manifestações de massas, deu-se uma ruptura que põe em causa o próprio regime socialista e mesmo a natureza e a identidade dos respectivos partidos comunistas.

O PCP, o seu XIII Congresso (extraordinário) na base do Programa aprovado no Congresso de Dezembro de 88 e da sua consigna de uma democracia avançada para o limiar do século XXI como via para o socialismo em Portugal, tem o dever e tem razões de reafirmar a orientação do seu XII Congresso.

A restauração do capitalismo monopolista em Portugal, a que se entrega afanosamente o governo PSD/Cavaco Silva, é uma realidade viva do momento português actual que está na base de uma contestação social que jamais atingiu, depois do 25 de Abril, uma tão ampla e diversificada expressão de massas.

Neste próprio momento em que são trazidos a público os documentos fundamentais para a realização do nosso XIII Congresso (extraordinário), numerosas classes e camadas se movimentam contra a política governamental ditada por estas motivações restauracionistas de classe do alto capitalismo português e dos grandes grupos multinacionais com os quais se associa de maneira crescente.

A nova greve dos maquinistas da CP, a dos armadores de pesca artesanal de Vila do Conde e da Póvoa de Varzim, a dos trabalhadores da limpeza urbana do Porto, as novas acções dos pilotos da barra e dos controladores do tráfego aéreo, o profundo e manifesto descontentamento em vastos sectores das Forças Armadas e das Forças Militarizadas, o protesto dos camionistas no terminal dos TIR em Alverca são algumas das mais significativas acções de massas em curso nos dias actuais.

Ao mesmo tempo o Governo intensifica o vendaval das reprivatizações, prepara-se para agravar a injusta legislação laboral imposta depois da revisão constitucional, decreta novas medidas legislativas de liquidação da Reforma Agrária.

Também neste domínio o XIII Congresso (extraordinário) do PCP está agora em condições de estabelecer orientações de unidade e luta adequadas à nova situação.

Finalmente um lugar especial é dado nas Teses ao ideal comunista e à natureza e identidade do PCP.

No momento em que os próceres da reacção e do grande capital e os seus órgãos de comunicação social próprios ou arregimentados, em que adversários e detractores e mesmo alguns membros do Partido empenhados numa actividade fraccionista coincidem em furiosos e insidiosos ataques contra o PCP, a sua direcção e a sua orientação, o XIII Congresso (extraordinário) deverá dar a necessária resposta ideológica na consideração objectiva das novas realidades, na defesa inabalável do ideal comunista e da natureza e identidade de classe do Partido.

Como se diz nas Teses, «enriquecidos pela experiência e respondendo às novas realidades, são características fundamentais do Partido Comunista Português o seu ideal comunista, a sua natureza de classe como partido político e vanguarda da classe operária e de todos os trabalhadores, a sua ideologia marxista-leninista, a sua estrutura orgânica e funcionamento assentes no centralismo democrático e a sua política patriótica e internacionalista».

Os acontecimentos estão dando razão aos postulados políticos e de classe do PCP, permitem admitir que o Partido vai sair do Congresso de 18 a 20 de Maio mais forte, mais unido, mais consciente do seu insubstituível papel na vida e na luta do povo português.

Resumo

28
Quarta-feira

A explosão de um contentor nas proximidades de Santa Apolónia semeia a devastação e provoca um morto e três feridos ■ A interpelação do PCP ao Governo sobre os fundos comunitários é marcada para o próximo dia 3 de Abril ■ O Primeiro-Ministro envia uma carta a todos os ministros e secretários de Estado da Cultura e da presidência do Conselho de Ministros exortando-os a modernizar a administração pública ■ A Comissão da CEE aprova um plano de auxílio do Governo português à Quimigal no valor de 62 milhões de contos, o qual prevê o encerramento de várias unidades de produção ■ O comissário europeu Cardoso e Cunha anuncia o alargamento do programa comunitário de cooperação entre empresas aos países do Leste da Europa ■ O ministro João de Deus Pinheiro defende que o Conselho da Europa deverá permitir «algum acesso» dos EUA e do Canadá às suas actividades e promover a aplicação dos princípios democráticos junto dos países em desenvolvimento ■ O dirigente nacionalista sul-africano, Nelson Mandela reúne-se com dirigentes dos seis Estados da Linha da Frente e afirma que os dias do *apartheid* estão contados ■ O primeiro-ministro japonês forma um novo governo que apenas inclui dois ministros do anterior executivo ■ O presidente nicaraguense, Daniel Ortega, anuncia a instauração de um cessar-fogo para facilitar a desmobilização imediata dos «contras» ■ O Estado-Maior das FAPLA revela estar na posse de fortes indícios que levam a crer que Jonas Savimbi ficou ferido num recente ataque à Jamba ■ O exército moçambicano abate 300 rebeldes e destrói diversos acampamentos da Renamo.

1
Quinta-feira

O Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, substitui Carlos Brito, na pasta da Defesa, por Fernando Nogueira e, para o cargo de ministro da Justiça, assim deixado vago, escolheu o secretário de Estado da Administração Judiciária, Álvaro Laborinho Lúcio ■ O Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local realizam duas iniciativas de protexto, em frente da sede do Conselho de Ministros e da residência oficial do Primeiro-Ministro, onde exigiu a abertura das negociações ■ Dezenas de dirigentes e delegados sindicais do sector ferroviário, concentrados junto à residência do Primeiro-Ministro, reafirmam a exigência de diálogo, com vista à resolução dos conflitos laborais na empresa ■ O chanceler alemão-federal Helmut Kohl recusa novamente a assinatura de um tratado de paz com a Polónia, recentemente proposto pelo primeiro-ministro, Tadeusz Mazowiecki, que garanta a manutenção da fronteira estabelecida pela linha Oder-Neisse ■ O presidente norte-americano, George Bush, anuncia ter pedido aos «contras» nicaraguenses que depusessem as armas e manifesta-se convicto de que estes o farão.

2
Sexta-feira

A Associação de Advogados de Macau critica a proposta de alteração ao estatuto orgânico do Território ■ João de Deus Pinheiro afirma, na qualidade de presidente do Comité de Ministros do Conselho da Europa, que da clarificação das fronteiras alemãs depende o êxito dos esforços para a estabilidade na Europa ■ O primeiro-ministro espanhol Felipe González comparece perante os meios de comunicação para tentar travar o crescimento da grave crise política que está a viver o seu governo, depois de escândalos de corrupção ■ Nelson Mandela é eleito vice-presidente do Congresso Nacional Africano no final de uma reunião de dois dias mantida na capital zambiana pelo Comité Executivo do ANC ■ As autoridades romenas anunciam que o juiz, que condenou Nicolae Ceausescu e sua mulher à morte, suicidou-se ■ Miklos Nemeth, primeiro-ministro húngaro, revela no Parlamento uma tentativa de golpe contra os novos dirigentes do Partido Socialista Húngaro preparada em Outubro e Novembro últimos.

3
Sábado

Cavaco Silva considera a proposta de lei apresentada pelo Governo sobre a televisão privada como «um diploma equilibrado que respeita a constituição» rejeitando aparentemente a resolução do grupo parlamentar do PSD no sentido de conceder um canal à Igreja ■ O secretariado Nacional do PS reúne-se com os coordenadores das federações distritais para preparar o debate público do projecto de bases gerais do programa de Governo ■ Decorre na Academia Almadense um Encontro Distrital das Mulheres Trabalhadoras, organizado pela União dos Sindicatos do Distrito de Setúbal e pela CGTP-IN ■ Carlos Melancia considera que não é possível administrar Macau sem atender aos interesses de Pequim na região ■ O Parlamento grego não consegue eleger um novo chefe de Estado, na sua terceira e última tentativa, abrindo caminho à realização de eleições gerais ■ O governo senegalês proíbe um comício da coligação opositora de nove partidos políticos, convocada para exigir a resignação do presidente Abdou Diouf e a realização de eleições gerais ■ Ventos soprando a cerca de 100 quilómetros à hora fustigam a região do Sul de Espanha.

4
Domingo

O Comité Central do PCP inicia uma reunião em que será aprovado o projecto de Teses a propor ao XII Congresso ■ A Confederação Nacional da Agricultura pronuncia-se contra a ameaça do Ministério do Comércio de importar vinho sem pagamento de direitos aduaneiros ■ Uma sondagem de opinião publicada pelo *Sunday Times* atribui uma vantagem de 19 pontos percentuais ao Partido Trabalhista ■ Cerca de 130 milhões de soviéticos são chamados às urnas para eleger os Sovietes de todos os níveis, do bairro ao Supremo, nas Repúblicas da Ucrânia, Bielorrússia e Federação Russa ■ Nelson Mandela é entusiasticamente recebido no aeroporto de Harare pelo presidente do Zimbabwé, Robert Mugabe, e por uma imensa multidão ■ Um general do exército filipino e mais 14 pessoas são mortas durante os confrontos que opuseram centenas de homens armados, fiéis ao governador deposto da província de Cagayan, Rodolfo Aguinaldo, e o exército filipino.

5
Segunda-feira

Realiza-se uma conferência de imprensa no intervalo de uma reunião do Comité Central do PCP, em que Álvaro Cunhal fala aos jornalistas a propósito das teses apresentadas pelo CC ao XII Congresso do Partido ■ Inicia-se uma greve dos trabalhadores do sector de limpeza urbana da Câmara Municipal do Porto ■ Uma delegação da CM de Lisboa, chefiada por Jorge Sampaio discute com o ministro do Planeamento e Administração do Território problemas do trânsito e da protecção civil em Lisboa ■ O reitor honorário da Universidade de Coimbra, Ferrer Correia, considera inaceitável qualquer forma de dependência da universidade relativamente à indústria ■ O Presidente da República dá posse aos novos ministros da Defesa e da Justiça ■ O primeiro-ministro da RDA, Hans Modrow, chega a Moscovo para se encontrar com Mikhail Gorbatchov e com o seu homólogo soviético Nicolai Rijkov ■ A África do Sul envia unidades do seu exército para o bandustão do Ciskei para estabelecer a ordem naquele território ■ A viúva do presidente Salvador Allende, Hortensia Bussi, regressa ao Chile após 16 anos de exílio no México.

6
Terça-feira

Na AR discute-se o *numerus clausus* e o acesso ao Ensino Superior, o regime de produção e distribuição do gás natural, a Lei de Bases da Saúde; não se realiza a votação final da proposta de lei sobre a Alta Autoridade para a Comunicação Social ■ No dia do 69.º aniversário do PCP, Álvaro Cunhal reafirma, em entrevista à Antena Um, a disposição do Partido para «prosseguir a luta, com o povo e com os trabalhadores» ■ Apurados os resultados das eleições do domingo na URSS, em 550 circunscrições de um total de 1068, é confirmada a eleição de 74 candidatos ■ No Afeganistão o ministro da Defesa lidera uma tentativa de golpe de Estado.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: EDITORIAL «AVANTE!», SA
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
1200 Lisboa
Capital social: 15 000 000$00
CRC matrícula: 47059
NIF – 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL*. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º – 1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA
Das 22 às 2 horas – Tel. 90 00 44

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Rua de São Bernardo, 14, 2.º
Tel. 67 01 93
Porto – Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º – 4000 Porto Tel. 38 10 67

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra
Tel. 28394

Composto e impresso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média no mês de Fevereiro: 22 037 exemplares

Semana

Avante!

Ano 60 – Série VII
N.º 845
8 de Março de 1990
2.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

CC aprovou Teses e regulamento para o XIII Congresso *(Extraordinário)*

O Comité Central do Partido Comunista Português reuniu-se em plenário nos passados dias 4 e 5 do corrente, para debater e aprovar um projecto de Teses a apresentar a todo o Partido e, posteriormente, ao já convocado XIII Congresso Extraordinário do PCP.

Durante dois dias, os membros do Comité Central apreciaram e debateram os documentos propostos, tendo a reunião culminado com a aprovação do projecto de Teses, do Regulamento para o debate no Partido e da proposta de Regulamento do Congresso, documentos que o «Avante!» publica na íntegra nesta edição.

Duas conferências de imprensa — em ambas participou o secretário geral do Partido, camarada Álvaro Cunhal — tiveram lugar no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes, para dar conta à comunicação social do andamento dos trabalhos do CC e para divulgar os traços gerais dos documentos em fase de aprovação. O projecto de Teses, como os nossos leitores podem inteirar-se, analisa cinco grandes áreas integradas nos objectivos que o Comité Central decidiu propor ao debate no Partido: os acontecimentos nos países socialistas e as suas repercussões; a restauração do capitalismo monopolista; a luta por uma alternativa democrática; o ideal comunista e a natureza e identidade do PCP; tarefas imediatas para reforço do Partido.

A partir de agora, as organizações e os militantes do Partido, por todo o país, vão debater as Teses, enriquecer o seu projecto, num trabalho que empenhará muitos milhares de comunistas e que culminará no XIII Congresso (Extraordinário), nos dias 18, 19 e 20 de Maio, no Pavilhão gimnodesportivo Paz e Amizade, em Loures.

Foi também decidido pelo CC marcar a próxima Festa do «Avante!» para os dias 7, 8 e 9 de Setembro.

Desta vez no **nosso** terreno da Atalaia, Seixal (ver páginas centrais do Em Foco).

O Militante

Inclui **Regulamento para o debate no Partido e eleição de delegados ao XIII Congresso (Extraordinário)** e o projecto de **Regulamento de funcionamento do XIII Congresso (Extraordinário) do PCP**

Número de Março SAI AMANHÃ

a Talhe de FOICE

A grua americana

Pronto, uma estátua é uma estátua.
Não vale em si mesma.

É uma pedra afeiçoada, um metal moldado.
Um peso, uma gravidade colocada determinadamente, uma determinada matéria construída, um objecto.

Mas todas estas maneiras de a ver são apenas desculpas a propósito de um desgosto. O desgosto de ver derrubada uma estátua de Lénine na Roménia, a somar-se ao arrancar de outras estatátuas de Lénine noutros países onde o socialismo vacila.

É que uma estátua, sendo apenas o que é, é sempre mais do que a pedra, o bronze, o que for que, assumindo a forma, pretenda fazer perdurar uma ideia.

E não falamos aqui do mito em que a ideia se pode petrificar, no fetiche que uma representação pode permitir, na confusão entre a ideia e a pedra. Nessa cairam os que rejubilaram com as imagens transmitidas pela televisão. Ao som dos sininhos a «finados» do comunismo, cresce-lhes a água na boca, como aos cães de Pavlov. E como eles, enganam-se. Crêem que, ao simbólico derrubamento de uma pedra-símbolo, é o peso das ideias que desaparece. Avaliam mal. Porque é mais fácil derrubar uma estátua do que apagar uma ideia.

O desgosto e o júbilo são, assim, sentimentos que se devem relativizar.

Gesto simbólico que é, o arrancar de uma estátua de Lénine, tem um significado que não pode ser diminuído, mas que deve ser compreendido na medida o mais exacta possível do que quer significar e do que significa.

Quer significar, certamente, para aqueles que o fizeram, o abandono das ideias leninistas, a vontade de voltar à liberdade de exploração do homem pelo homem, de entregar em mãos anti-socialistas o poder do Estado. Mas o que significa — para aqueles que o permitiram — não é assim tão claro.

Para muitos, certamente, resulta da confusão entre um símbolo e o abuso que dele fez um poder autoritário que se afastou precisamente das ideias que o símbolo representa. Para muitos outros, ainda, significa a perda da autoridade moral dessas ideias, momentaneamente paralisados pelos tumultuosos acontecimentos que não puderam controlar. Para alguns outros, paralisados também, mas fazendo-se ao jeito da maré, representa uma oportunidade de se manterem à tona dos acontecimentos, capitulando e deixando que sejam derrubadas, com os símbolos, as suas ideias de ainda ontem.

O júbilo mostrado pela televisão portuguesa, e por muitas outras decerto, não chega para convencer. Mostraram as imagens de uma sinistra cerimónia, realçando-a com expressões de regozijo. Mas não puderam esconder que ao derrubar da estátua apenas assistiram umas escassas centenas de pessoas. Mostraram um tipo às punhadas à estátua. Mas toda a gente sabe que uma estátua derrubada terá sempre alguém disposto à «profanação», que uma derrota sofrida terá sempre alguém a mostrar os dedinhos espetados num V.

Nesta refrega de símbolos — não há luta que os dispense e a luta de classes não escapa à regra —, os jubilosos não esqueceram realçar os seus.
Entre nós, para além da TV, um novo matutino, da propriedade de um novo candidato a monopolista, o «Público», que mostrou desde o primeiro dia as suas credenciais anticomunistas, fala de uma «sombra de Lénine», que «desapareceu da entrada norte de Bucareste». Escreve — embora as imagens o não tenham mostrado assim com a profusão que a notícia sugere — que, «triunfantes, os operários puseram o pé na cabeça de Lénine apeado». Diz que «a iniciativa não partiu do governo provisório, mas sim da população», e a gente a perguntar-se que «população» era aquela para ser tão pouca. E não esquece a sugestão de um par de cartazes que diz terem sido deixados no pedestal, propondo que o bronze seja usado na fabricação de sinos...

Quanto à TV, não deixou de mostrar um sacerdote, fardado a preceito, subindo ao pedestal... E acentuou que, se não fosse uma grua americana, a estatátua não seria derrubada, tão agarrada estava.
No campo da simbologia, não deixa de ser um dado precioso para a compreensão de muita coisa.

■ LM

PCP

Álvaro Cunhal em conferência de imprensa

«Quem for eleito vai ao Congresso tenha a opinião que tiver e aí pode defendê-la»

Uma sala apinhada de jornalistas aguardava na segunda-feira ao fim da tarde Álvaro Cunhal e os camaradas Vítor Dias, António Lopes e José Decq Mota, que o acompanharam na conferência de imprensa convocada para dar a conhecer os resultados da reunião do Comité Central, que ainda decorria e se iria prolongar até de madrugada.

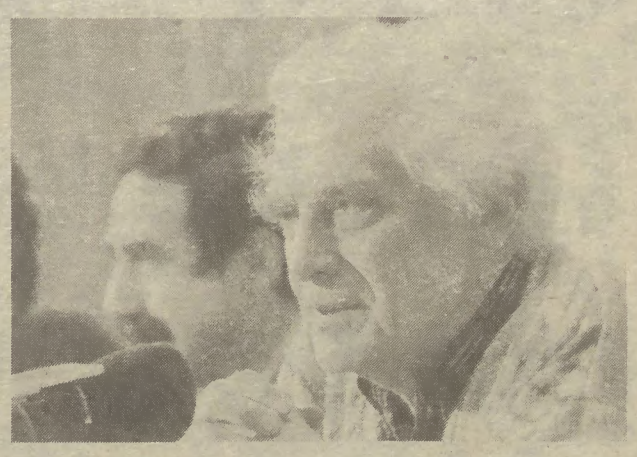
O secretário-geral do PCP expôs, durante cerca de 45 minutos, as teses principais já aprovadas em cada um dos cinco capítulos do documento que o «Avante!» hoje publica em separata. Álvaro Cunhal chamou várias vezes a atenção para o facto de estar a referir ideias fundamentais, apelando a uma leitura «sem ideias feitas, pré-concebidas» das Teses que agora são divulgadas e postas à discussão no Partido.

O período de perguntas e respostas foi aberto pelos jornalistas da RTP, que se mostraram interessados em algumas questões concretas relacionadas com a preparação e o decurso dos trabalhos do XIII Congresso.

Na altura, como informou Álvaro Cunhal, o Regulamento (que é hoje publicado com as Teses) ainda não estava aprovado. Contudo, o secretário-geral do PCP teceu algumas considerações sobre questões levantadas na conferência de imprensa.

«Creio que em nenhum partido, no que respeita a documentos ou propostas, é utilizado o voto secreto», lembrou, precisando depois que «só em situações excepcionais é que para a aprovação de documentos, propostas ou moções é utilizado o voto secreto. Em geral este modo de votação é discutido em relação à eleição dos órgãos de direcção do partido», o que não está previsto acontecer neste Congresso extraordinário.

«Os delegados poderão ser eleitos, ou por voto secreto, ou por voto de braço levantado, consoante as assembleias plenárias entenderem», disse mais adiante Álvaro Cunhal, quando outro jornalista da RTP pediu uma informação mais detalhada. Sem citar o conhecido e volumoso «Guia das Assembleias Gerais», o secretário-geral do PCP reafirmou que «a Assembleia tem pleno direito de decidir como são eleitos os delegados», lembrando que já o mesmo sucedera relativamente ao XII Congresso. «Estas coisas são mal conhecidas, porque muitas vezes não lhes é dada a divulgação que elas mereciam» - comentou num aparte.



«No entanto, há quem diga que essa forma de eleição não assegura a presença dos *militantes críticos*», insistiu o jornalista, para de seguida perguntar se «não encaram a hipótese de convidar individualmente alguns militantes do Partido».

«Se as organizações não os elegerem, como hão-de lá ir? Se estão tão isolados no Partido que ninguém os elege, aí não podemos fazer nada. Quem for eleito vai ao Congresso, tenha a opinião que tiver, e aí pode defendê-la» - reafirmou Álvaro Cunhal.

«Tudo quanto disse anteriormente já contém muitos elementos de renovação» - lembrou o secretário-geral do Partido, respondendo mais adiante a outro jornalista que perguntara se o PCP vai manter-se como até hoje -, «de renovação ideológica, de renovação política e inclusivamente renovação de estrutura e renovação de composição». «Vamos continuar a ser um partido comunista. Não pensem que vamos passar a ser um partido social-democrata. Não. Somos um partido comunista, um partido revolucionário, um partido dos trabalhadores, um partido com espírito de classe, um partido que defronta as dificuldades, um partido que se opõe à exploração, às injustiças sociais e que está voltado para a luta, sem desânimo, com confiança e com coragem, na defesa dos interesses dos trabalhadores, do nosso povo, da democracia portuguesa, enfim, das conquistas democráticas do povo alcançadas através de uma grande luta.»

PCP

Regulamento para o debate no Partido e eleição de delegados ao XIII Congresso (Extraordinário)

O presente regulamento respeita à fase preparatória do XIII Congresso (Extraordinário) e estabelece as normas a observar pelas organizações do Partido e os militantes no debate dos documentos propostos pelo Comité Central para apreciação e decisão final pelo Congresso, bem como para a eleição dos delegados ao Congresso.

I
ASSEMBLEIAS PLENÁRIAS

1. A realização de assembleias plenárias de organização para debate dos documentos e eleição dos delegados será feita por convocação dos organismos de direcção respectivos, os quais assumem a direcção dos trabalhos.

2. Os organismos superiores devem convocar assembleias plenárias de organização quando tiverem conhecimento de que os respectivos organismos de direcção o não fizeram.

3. Participam nos trabalhos e decisões das assembleias plenárias os membros do Partido das respectivas organizações.

4. Nos casos dos membros do Partido que pertencem a mais do que uma organização, considera-se para o efeito no disposto no n.º 3 a organização onde normalmente pagam a sua quotização.

5. Podem participar nos trabalhos das assembleias plenárias, sem direito a voto, excepto nos casos do número 22 deste regulamento, os responsáveis por essas organizações. Podem igualmente participar nas assembleias plenárias, sem direito a voto, os membros de organismos superiores, quando para isso tenham sido convidados.

6. As assembleias plenárias para a eleição de delegados deverão ser convocadas com a antecedência mínima de 8 dias. As convocatórias devem obrigatoriamente explicitar o objectivo da reunião.

7. Os participantes das assembleias plenárias têm o direito de expressar livremente as suas opiniões, de fazer propostas, nomeadamente de emendas aos documentos em debate, de eleger e ser eleitos e de apresentar propostas para a eleição de delegados, segundo as normas deste Regulamento.

8. Os resultados das assembleias plenárias serão registadas em actas a serem enviadas ao Secretariado do Comité Central, acompanhadas das fichas com os dados identificadores dos delegados eleitos, até ao dia 14 de Maio.

II
DEBATE

9. Nos diferentes organismos do Partido e nas assembleias plenárias serão debatidos os documentos para o XIII Congresso (extraordinário), propostos pelo Comité Central para exame final e aprovação pelo Congresso.

10. Cada militante individualmente considerado ou o conjunto de membros de um organismo têm o direito de fazer propostas de alteração e emendas às Teses e Projecto de Regulamento de funcionamento do Congresso, devendo enviá-las à Comissão Política do Comité Central.

11. As assembleias plenárias, caso assim o entendam, poderão proceder à votação na generalidade de cada um dos projectos de documentos apresentados pelo Comité Central.

12. O Comité Central fará o apuramento do debate, a apreciação das propostas de alteração e aprovará o projecto de Resolução que será apresentado ao Congresso.

13. O projecto de Resolução aprovado pelo Comité Central será apresentado ao Congresso acompanhado por um relatório onde se fará a apreciação do sentido geral das propostas de alteração apresentadas no decorrer do debate incluindo das que não tiverem sido aceites pelo Comité Central.

III
ELEIÇÃO DE DELEGADOS

14. O Congresso será constituído por delegados eleitos directamente pelas assembleias plenárias e por delegados por inerência.

15. Os delegados eleitos directamente pelas organizações sê-lo-ão na proporção de 1 delegado por 100 membros do Partido inscritos.

16. O número de delegados a eleger pelas organizações regionais de acordo com o ponto anterior deverá ser distribuído tendo em conta as diversas organizações que as compõem.

17. As organizações nas quais esteja inscrito um número inferior a 100 membros do Partido, mas superior a 50, poderão eleger um (1) delegado, desde que não seja ultrapassada a proporção de 1 delegado por 100 membros do Partido inscritos no conjunto da organização regional respectiva e nenhuma outra organização seja prejudicada quanto ao número de delegados que lhe caiba eleger.

18. Nos casos de organizações com um número de membros do Partido inferior a 100, os organismos imediatamente superiores, no sentido de procurar garantir a todos os membros do Partido o direito de eleger e ser eleito como delegados ao Congresso, podem convocar assembleias plenárias de mais do que uma organização ou realizar assembleias plenárias descentralizadas quando a dispersão geográfica não permite a reunião conjunta de organizações, não podendo, em conjunto, ser ultrapassado o número global de delegados que cabe a essas organizações.

19. Os organismos que convoquem as assembleias plenárias poderão propor os candidatos a delegados. Essas propostas deverão incluir um número de candidatos igual ao número de delegados a eleger como efectivos, acrescidos de um número igual de candidatos a delegados suplentes, que, por ordem de eleição, ocuparão no XIII Congresso o lugar dos delegados efectivos que eventualmente venham a estar impossibilitados de participar no Congresso.

20. Os delegados, excepto nos casos em que se torne necessário juntar diversas organizações, ou para aplicação do disposto no ponto número 22 deste regulamento devem ser eleitos em assembleias plenárias das organizações a que pertencem. Nenhum membro do Partido poderá votar ou ser candidato a delegado (efectivo ou suplente) em mais de uma assembleia plenária.

21. Qualquer participante numa assembleia plenária poderá apresentar a sua própria proposta de candidatos a delegados.

22. Nas assembleias plenárias poderão eleger e ser eleitos como delegados membros do Partido que desempenhem em relação à organização respectiva funções directas de responsabilidade, embora a ela não pertençam.

23. Os participantes nas assembleias plenárias convocadas para a eleição de delegados que considerem que não foi assegurada a democraticidade na eleição, em conformidade com as normas estabelecidas no presente Regulamento, podem apelar para o organismo superior da respectiva organização, o qual deverá, em tempo útil, rectificar as irregularidades, caso se tenham verificado.

IV
DELEGADOS POR INERÊNCIA

24. São delegados por inerência os membros do Comité Central, efectivos e suplentes e os membros do Partido do Executivo da Direcção Nacional da JCP. Poderão sê-lo ainda outros membros do Partido em número não superior a 1% do total de delegados ao Congresso, aos quais o Comité Central entenda dever atribuir a qualidade de delegados ao Congresso, tendo em conta a importância das tarefas partidárias que desempenham.

V
FORMAS DE VOTAÇÃO

25. As eventuais votações processuais e dos documentos na generalidade deverão realizar-se de braço no ar, conforme com a tradição democrática do Partido.

26. As votações para a eleição de delegados poderão realizar-se de braço no ar ou pelo sistema de voto secreto, segundo decisão da assembleia plenária adoptada por maioria.

VI
CALENDÁRIO

27. As Teses e o Projecto de Regulamento do Congresso serão publicados na edição do Avante de 8 de Março.

28. A realização de assembleias plenárias poderá processar-se logo que as organizações o decidam.

29. As propostas de alteração e emendas aos projectos de documentos apresentados pelo Comité Central para debate em todo o Partido, deverão ser entregues com a possível antecipação, sendo o prazo limite para a sua entrega o dia 7 de Maio.

30. As assembleias plenárias para a eleição de delegados deverão estar terminadas em 13 de Maio.

VII
PRIMEIRA SESSÃO DO XIII CONGRESSO (EXTRAORDINÁRIO)

31. O XIII Congresso culminará o debate que terá lugar em todo o Partido.

32. É obrigatória a apresentação do cartão de delegado e do cartão do Partido actualizado para a entrada no recinto reservado aos delegados.

33. O Congresso funciona estando presente a maioria de delegados.

34. Os membros da Comissão Política, do Secretariado do Comité Central e da Comissão Central de Controlo e Quadros assumem, no início do XIII Congresso, a Mesa da Presidência, que orienta e dirige os trabalhos do Congresso.

35. Em seguida serão eleitos pelo Congresso, de entre os seus delegados, os membros da Presidência e aprovado o Regulamento do Congresso cujos trabalhos se desenvolverão segundo as normas do Regulamento aprovado.

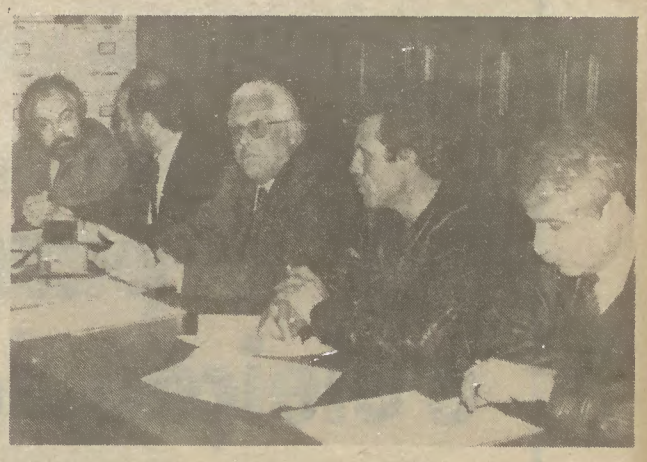
O Comité Central do Partido Comunista Português

5 Março 1990

Assembleia da República

Para obstar à governamentalização

PCP propõe alterações ao Regimento da Assembleia



O Grupo Parlamentar do PCP entregou terça-feira na Mesa da Assembleia da República um Projecto de Resolução de alterações ao Regimento daquele órgão de soberania, cumprindo assim uma decisão sobre esta matéria tomada nas suas Jornadas Parlamentares realizadas no início de Fevereiro.

Com este acto, fica assim aberto um novo processo de revisão do Regimento, uma vez que o texto do actual prevê que logo que uma iniciativa de revisão seja desencadeada o processo se desenvolve em obediência a dispositivos quase automáticos.

Decorrente da «própria revisão da Constituição», como salientou Carlos Brito na sua apresentação aos jornalistas, o projecto obedeceu na sua elaboração a três objectivos: assegurar o reforço de poderes de fiscalização da Assembleia da República sobre o Governo; garantir a democraticidade do funcionamento e o respeito das competências constitucionais da AR; consagrar o reforço dos direitos dos cidadãos perante a Assembleia.

De acordo com a proposta dos parlamentares comunistas os trabalhos da Comissão responsável por esta revisão deverão ser abertos à Comunicação Social e ao público em geral, facto que constitui uma novidade porquanto nas duas revisões anteriores esses trabalhos foram realizados à porta fechada na comissão e só a votação final ocorreu em plenário.

O líder parlamentar comunista admitiu, por outro lado, que o PCP possa vir a propor que sejam convidadas a depor em Comissão personalidades de destaque especializadas nas matérias cuja alteração seja considerada.

Ao accionar os mecanismos que permitirão o debate sobre o próprio sistema de funcionamento da Assembleia da Repúbica, a bancada comunista procura assim criar as condições que permitam pôr cobro à actual governamentalização imposta pelo PSD, situação esta que tem obstado a que o Parlamento — pese os esforços e iniciativas dos partidos da oposição — corresponda «às necessidades de debate, de troca de ideias e de encontro de soluções que a vida e o País exigem».

Intrigas da direita

Ao tomar esta iniciativa — num momento em que como foi sublinhado se «agravam e aprofundam as dificuldades do Governo PSD» — o Grupo Parlamentar do PCP concretiza, entretanto, uma etapa do plano que definiu nas suas Jornadas Parlamentares, plano esse que tem como áreas prioritárias da sua acção a integração europeia, a regionalização, os direitos dos trabalhadores, a saúde, o ensino e o funcionamento da Assembleia da República.

A existência de uma alegada crise na presidência ou na direcção do Grupo Parlamentar comunista, veiculada em certos órgãos de comunicação social, foi outra das matérias abordadas na conferência de imprensa. Depois de recordar que a presidência do grupo parlamentar é eleita por sessão legislativa, Carlos Brito esclareceu a propósito não existir «qualquer crise» — «tudo decorre com inteira normalidade no desempenho do seu mandato», sublinhou — não tendo por consequência «qualquer fundamento essas notícias e comentários» que classificou de «pura intriga tecida por meios da direita interessados em paralisar o Grupo Parlamentar ou de despeitados que vêem desmentidos os seus prognósticos sobre a baixa de rendimento do Grupo Parlamentar».

Carlos Brito acentuou mesmo que o Grupo Parlamentar «está num ponto alto de iniciativa», afirmação que sustentou lembrando os vários projectos-de-lei recentemente elaborados (Lei de Bases de Saúde, Lei de Acesso ao Superior, Lei de garantia dos representantes eleitos dos trabalhadores), o próximo agendamento para dia 22, no uso de fixação da ordem do dia, de um debate sobre a mulher ou ainda a interpelação do PCP ao Governo para 3 de Abril centrada nos problemas da integração do nosso País na CEE.

Reforçar poderes garantir democraticidade

Reforçar os poderes de fiscalização da Assembleia da República sobre o Governo, garantindo simultaneamente a democraticidade do seu funcionamento e o respeito das suas competências constitucionais, a par do reforço dos direitos dos cidadãos perante este órgão de soberania, constituem três vectores fundamentais do projecto de Resolução do PCP que introduz alterações ao Regimento da AR.

É à luz destes objectivos que são propostas, entre outras, as seguintes alterações:

- **modificação radical do regime de Perguntas ao Governo**, garantindo a presença semanal dos membros do Governo, e eventualmente do Primeiro-Ministro, para responderem às questões que no momento lhes forem colocadas;
- criação da figura das **interpelações urgentes**, permitindo debates com o Governo de carácter sectorial, sobre temas de actualidade imediata;
- criar a figura das **moções de apreciação de política sectorial**, a serem votadas no termo das interpelações;
- garantir a **efectiva e prioritária apreciação das ratificações**, hoje imprescindíveis face ao regime de caducidade decorrente da revisão constitucional;
- garantir a reserva de **ordens do dia para debates de actualidade**, com ou sem o Governo;
- **reforçar o direito de petição**, garantindo, designadamente, a apreciação pelo Plenário das petições subscritas por um número mínimo de mil cidadãos;
- garantir o **debate público obrigatório** de diplomas de relevância geral ou sectorial;
- consagrar o **direito de audição das Associações Nacionais de Municípios e de Freguesias** (ANMP e ANAFRE) em relação à legislação respeitante às autarquias;
- restabelecimento do direito de fazer **declaração de voto oral**;
- **alargar o número de marcações** dos partidos da oposição;
- assegurar aos **deputados independentes** direitos fundamentais de expressão.

Governo sem credibilidade

O Grupo Parlamentar do PCP criticou severamente o Governo na terça-feira por este estar, no plano da agricultura, a agravar «a dependência externa do País e a acentuar os desequilíbrios sociais e inter-regionais» e por colocar simultaneamente empresas e sectores estratégicos da economia nacional «nas mãos dos grandes interesses económicos e dos grupos multinacionais».

Demonstrada com detalhe pelo deputado comunista Lino de Carvalho na declaração política que produziu no período antes da ordem do dia, a acusação foi acompanhada de outros exemplos reveladores do que são hoje os efeitos nefastos das grandes orientações que pautam a actividade governativa.

É o caso, frisou, do sistemático boicote que o PSD tem imposto ao processo de regionalização, facto que tem impedido a «mobilização nacional de todas as vontades capazes de suscitar projectos de desenvolvimento e de aproveitar «plenamente os programas de intervenção no quadro comunitário de apoio». Mas o mesmo se poderia dizer, conforme lembrou Lino de Carvalho, da utilização dos meios comunitários e do nepotismo e da falta de transparência a ela associados em torno do processo de aprovação de projectos e atribuição dos fundos.

Significativo não deixa de ser, por outro lado, lembrou-o o deputado comunista, o agravamento que se vem verificando no plano social com o aumento do emprego precário que já atinge os 20 por cento da força de trabalho, com a não preparação dos quadros do País para o embate resultante da livre circulação ou ainda para a redução da protecção social.

Detendo-se sobre as mais recentes remodelações governamentais, Lino de Carvalho formulou ainda uma interessante reflexão que não pode deixar de constituir ao mesmo tempo, com mais propriedade, um verdadeiro diagnóstico à actuação do Executivo de Cavaco Silva. «Que credibilidade pode ter e que confiança pode merecer ao País — perguntou — um partido como o PSD e um Governo assim que é incapaz, além do mais, de apresentar candidatos credíveis aos mais altos cargos institucionais do País», que nomeia «um ministro da Defesa derrotado nas autárquicas e um ministro das Finanças do qual não se conhece, pela voz do próprio, o seu pensamento estratégico para a economia portuguesa?».

Em causa o acesso ao Superior

Para quando o fim do pesadelo?

Questão da maior importância para a vida de milhares de estudantes, o regime de acesso ao ensino superior esteve no centro do debate da sessão plenária de terça-feira.

Para lá do pedido de ratificação ao diploma em vigor apresentado pelo PCP, tratou-se sobretudo de apreciar uma proposta alternativa consubstanciada num projecto-de-lei, igualmente da iniciativa da bancada comunista.

Para esta, no essencial, trata-se de pôr termo às injustiças e aberrações» de um sistema, para utilizar uma expressão da deputada Paula Coelho, que representou o «principal palco de descontentamento e contestação estudantil nos últimos anos», sistema este que se tem limitado a gerir um escasso número de vagas existentes, com o consequente agravamento das injustiças sociais no acesso ao superior, mas que a bancada da maioria parece teimosamente querer manter.

Aspectos negativos que o projecto comunista elimina radicalmente ao sustentar o fim do sistema de «numerus clausus» com o cumprimento em simultâneo das disposições da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Nesse sentido, como frisou Paula Coelho, a iniciativa legislativa do PCP propõe-se conciliar o peso natural da avaliação obtida ao longo do ensino secundário com as responsabilidades que devem caber às instituições do ensino superior na avaliação da capacidade para a sua frequência, prevendo ainda a existência de mecanismos que permitam a cada jovem não colocado manter presente a sua expectativa de ingresso a curto prazo, através de bonificações e de esquemas específicos de apoio.

Problemas da Mulher

Em debate dia 22 por iniciativa do PCP

«Os problemas da Mulher em Portugal» constitui o tema do debate que preencherá a sessão plenária do próximo dia 22, debate onde naturalmente estarão em foco questões tão diversas como sejam o emprego e a formação profissional, a saúde, a educação, a violência ou o problema das jovens.

Agendado por iniciativa do PCP, que para o efeito usou um dos quatro agendamentos por Sessão Legislativa a que tem direito, este debate é aguardado com alguma expectativa não apenas pela natureza e importância das questões a tratar como ainda pela circunstância de ser a primeira vez que o tema merece um tão merecido relevo nos trabalhos parlamentares.

Importa referir a este respeito que a presente marcação configura uma clara resposta da bancada comunista ao sistemático silenciamento a que o partido do Governo tem votado esta problemática, cerceamento de novo patenteado na última conferência de líderes com o PSD a recusar uma proposta dos partidos da oposição para que a sessão de hoje fosse dedicada — como forma condigna de comemorar o 8 de Março — à discussão de projectos de lei existentes na Assembleia versando a temática das mulheres.

Trabalhadores

Combater a pobreza com cargos públicos

A CGTP-IN, que tem desenvolvido proveitosa actividade na tentativa de contrariar pretensões manifestas da parte do Governo e do patronato no sentido de agravar ainda mais a situação social dos trabalhadores, divulgou recentemente uma nota sobre a pobreza no nosso país. Depois de considerar «mera propaganda» a acção governamental nesse campo, onde se contam por «cerca de três milhões» as pessoas necessitadas de «um plano social global» que não existe, a CGTP afirma que o Executivo Cavaco/PSD se limitou nessa área a criar «dois novos cargos públicos» — os comissariados de Lisboa e do Porto. Segue a nota intitulada «Pobreza combate-se com obras», divulgada pela CGTP.

«1. Desde há muito que a CGTP-IN vem alertando o Governo para as gritantes desigualdades sociais verificadas no nosso país, designadamente para a existência de externas bolsas de pobreza, que atingem sobretudo reformados, deficientes, desempregados e outras pessoas de baixos ou nenhuns rendimentos. Tem vindo, ao mesmo tempo, a propor com insistência ao Governo e ao patronato toda uma série de medidas concretas com vista a banir este fenómeno da nossa realidade social.

«2. Não é a primeira vez que o Governo anuncia um «programa» destinado a combater a pobreza. Também desta vez, porém, peca por não apresentar um plano social global, ficando-se por mera propaganda e mais não fazendo do que criar dois novos cargos públicos — comissariados de Lisboa e do Porto. Não nos parece que seja assim que a pobreza se possa combater.

«3. No mesmo sentido da denúncia da CGTP-IN, organizações cristãs afirmaram recentemente que uma quarta parte da população portuguesa, isto é, cerca de 3 milhões de pessoas, vive em condições que podem considerar-se de pobreza.

«4. Não é com 4 milhões de contos (1,3 escudos por cada uma das pessoas atrás referidas) que se podem resolver tão graves problemas e injustiças sociais. A CGTP-IN considera que, para combater a pobreza, o Governo deverá, necessária e urgentemente, levar em consideração e pôr em obra as medidas que esta central sindical e outras organizações sociais vêm desde há muito propondo.

«5. No entender da CGTP-IN, um programa social deve prever a elevação do nível de vida das camadas mais desfavorecidas, nomeadamente através do aumento intercalar do salário mínimo nacional e das pensões de reforma, bem como do alargamento do subsídio de desemprego. Por força da inflação, as pensões e os salários mínimos já se degradaram desde o último aumento.

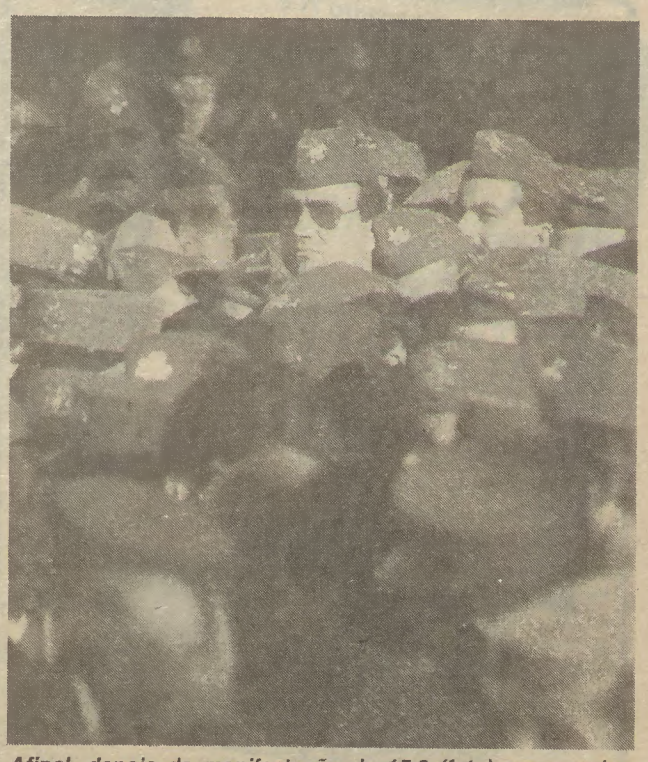
«Combater a pobreza deverá passar, numa primeira fase, pela gratuitidade dos medicamentos e por descontos nos transportes públicos para os grupos sociais mais débeis economicamente, pela alteração do regime de subsídios de renda de casa a que neste momento quase ninguém tem acesso.

«Combater a pobreza deverá ainda passar por uma efectiva política de habitação social, neste momento praticamente inexistente.

«A par disso, o abono de família é das prestações sociais que poderá ter impacto na resolução do problema, o que não é possível nos moldes em que actualmente é processado. Para além do valor mais elevado que propõe, a CGTP-IN considera ser necessário introduzir alguns escalões de acordo com o agregado familiar.

«No plano da educação, seria de elementar justiça social alargar o âmbito e o volume da acção social escolar, nomeadamente em termos de alimentação e de material escolar.

«No entanto, a questão fundamental, quando se pretende erradicar este fenómeno, passa pela satisfação dos mais elementares direitos humanos, como o direito ao trabalho e a um salário que garanta aos cidadãos e suas famílias a subsistência e a dignidade».



Afinal, depois da manifestação de 15.2 (foto), os guardas florestais não necessitaram de recorrer à greve

Guardas florestais
Evitada a greve

Depois do anúncio de greve para hoje e amanhã, o Conselho de Ministros acabou por aprovar o regime de trabalho dos guardas florestais, pelo que foi desconvocada aquela acção de luta. A Federação (FNSFP) saúda a «importante vitória», registada após forte movimentação sindical e dos próprios guardas, que se manifestaram com êxito em Lisboa em 15 de Fevereiro.

Como o projecto de diploma do regime de trabalho dos guardas florestais não foi facultado pelo Governo aos sindicatos até 28 de Fevereiro findo, a Federação sindical que representa aqueles trabalhadores (FNSFP – Função Pública) anunciou uma greve para hoje e amanhã.

Segundo o gabinete de Imprensa da FNSFP, o Ministério da Agricultura e Pescas e o Ministério das Finanças foram avisados daquele prazo na manifestação que os guardas florestais efectuaram em Lisboa em 15 de Fevereiro findo, com uma adesão praticamente total.

No documento que aqueles profissionais aprovaram e que foi entregue nos referidos Ministérios, com o apoio expresso da Federação, era referido o facto de existir desde Novembro do ano passado um projecto de diploma do regime de trabalho dos guardas florestais negociado entre o Ministério da Agricultura (MAP) e a FNSFP. É esse projecto que trabalhadores e sindicatos pretendem que seja aprovado e entre em vigor.

Assim e de acordo com o mesmo gabinete de Imprensa, além do prazo (por cumprir), o Governo deve ter em conta que os trabalhadores em causa não aceitarão «alterações ao documento acordado entre o MAPA e a FNSFP em Novembro do ano transacto».

Nessa data, recorda a Federação, o ministro da Agricultura, Álvaro Barreto, assinou o referido documento — juntamente com a Federação (FNSFP), tendo o mesmo sido enviado ao Ministério das Finanças para publicação.

Essa publicação está por fazer, porque o Governo, depois de ter concordado com o conteúdo do projecto de diploma do regime de trabalho para os guardas florestais, **«resolveu alterá-lo à margem de todo o processo negocial»**, obrigando assim os trabalhadores a recorrer à manifestação e à greve.

A FNSFP conclui afirmando que a atitude do Governo «contraria os princípios mais elementares da ética negocial».

Comissões de Trabalhadores
Mais votos, mais unidade

Comentário à margem: hoje em dia que esvoaça tanta ave necrófaga de variegadas cores, é saudável registar que movimento operário e sindicatos resistem, e até prosperam, em populosas empresas nacionais. Assim se viu há dias na TAP e na Carris. O facto volta a verificar-se em eleições de delegados metalúrgicos da ex-Setenave-Solisnor. O mesmo nas restantes de que se fala a seguir.

Os trabalhadores da Siderurgia Nacional (SN), da Solisnor (ex-Setenave) e da Caixa Geral de Depósitos (CGD) elegeram recentemente listas de unidade para as suas comissões (CTs). Em todas elas aumentou o número de votos e mandatos. Na SN a lista A, afecta à CGTP, obteve 11 mandatos — a totalidade.

Eleitas pelo método de Hondt, como é sabido, as CTs agora em funções elevaram de 10 para 11 o total de mandatos na SN e de 8 para 9 na ex-Setenave. Na CGD, embora com resultados ainda provisórios no passado fim-de-semana (faltava apurar o 11.º mandato), a lista unitária também aumentou o seu *score*, passando de 5 para 6 mandatos, com possibilidade de obter o sétimo.

Participaram milhares de trabalhadores. Por exemplo, na CGD, a lista da unidade obteve 3863 votos, mais 680 que há dois anos.

Em contrapartida, na mesma Caixa, os TSD perderam 200 votos e alcançaram apenas um mandato. A tendência socialista, com 2214 votos, ficou com 3 mandatos na CGD.

Na Siderurgia, a lista da UGT teve apenas 140 votos num conjunto de 4000 trabalhadores.

Depois da greve no Porto
Marcada para amanhã concentração em Lisboa dos trabalhadores das Autarquias

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local (STAL), com sede em Santarém e delegações por todo o País, convocou para amanhã, sexta-feira, uma concentração-manifestação de âmbito nacional, a efectuar em Lisboa, a partir das 17 horas entre o Marquês de Pombal e São Bento, sede do Governo e da Assembleia da República.

Depois da greve anunciada em 1 do corrente para apoiar no Porto as reivindicações de carácter nacional e geral, como sejam os **aumentos salariais** para este ano, a **revalorização de carreiras** profissionais, a **segurança do emprego** (vínculos) e o **estatuto de aposentação**, o STAL manterá a acção de luta prevista para amanhã, se entretanto o Governo não modificar as suas posições.

No comunicado de quinta-feira passada, o STAL, ao anunciar a greve dos trabalhadores de limpeza da Câmara Municipal do Porto, **entre as 8 horas do dia 5 e as 8 horas do dia 7 (duas horas no início de cada turno)**, acusava o Governo de «fuga ao diálogo» e de «imposição», pelo que «a população do Porto será prejudicada, mas o responsável é apenas o Governo», do qual depende a resposta dos trabalhadores na defesa dos seus direitos.

É provável que o plenário marcado pelo STAL para ontem 7, no Porto mantenha a concentração-manifestação, prevista para amanhã. Tudo depende, no entanto, da atitude do Governo, pois a exigência fundamental dos trabalhadores e do STAL resume-se a «negociações sérias», que conduzam à actualização dos salários para este ano e à satisfação das restantes reivindicações dos trabalhadores da Administração Local.

Protesto dos jornalistas

O Sindicato dos Jornalistas, depois de numerosas tomadas de posição públicas, e de intervir fortemente junto dos órgãos do Governo e da Assembleia da República contra a aprovação do projecto do PSD para a Alta Autoridade para a Comunicação Social, conseguiu, após aprovação de formas de luta, designadamente através de acções na AR (bancadas da Imprensa) que desaparecesse do texto final da proposta de lei a extinção dos **conselhos de redacção**. Recorde-se que o texto final do diploma acabava na prática com as principais atribuições destes organismos, retirando-lhes as funções mais importantes que constam da Lei de Imprensa em vigor, nomeadamente no que respeita à competência para se pronunciarem «acerca da admissão, sanssões disciplinares e despedimentos dos jornalistas profissionais».

PCP

Com Álvaro Cunhal

Comícios em Lisboa e Porto

O 69.º aniversário e o debate preparatório do XIII Congresso (Extraordinário) do PCP estão intimamente ligados à realização de comícios com a participação do secretário-geral do Partido, camarada Álvaro Cunhal, em **Lisboa** (amanhã à noite) e no **Porto** (sábado à tarde).

O comício na capital terá lugar no Pavilhão dos Desportos a partir das 21.30 h. Na Cidade Invicta o ponto de encontro será no Mercado Ferreira Borges, às 15 horas de sábado.

O convite aqui fica.

O trabalho nas autarquias de Loures

Encontro em Sacavém

A situação política e social, problemas sentidos pelos trabalhadores nas empresas, a luta dos utentes da linha ferroviária, o balanço da instalação dos órgãos autárquicos e a preparação do XIII Congresso (Extraordinário) do Partido foram temas em debate na recente reunião da Comissão Concelhia de **Sintra** do PCP.

Os comunistas alertam para situações de repressão sobre os delegados sindicais e de redução dos postos de trabalho em empresas do concelho.

A Concelhia do PCP dirige também um forte apelo à participação ampla e criativa de todos os militantes comunistas no trabalho preparatório do XIII Congresso, nomeadamente no debate das Teses.

Sintra Concelhia do PCP analisa situação social

Objectivos e prioridades para o actual mandato e **organização do trabalho de direcção do PCP para esta frente** são os dois pontos em agenda para o debate no encontro concelhio de Loures do PCP sobre **o trabalho nas autarquias.**

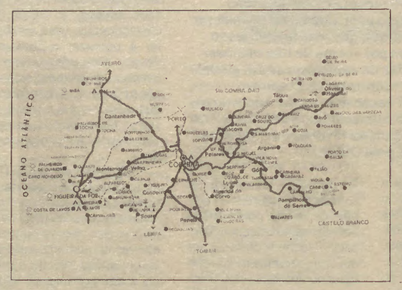
A iniciativa vai realizar-se neste fim-de-semana (sábado e domingo) no cinema São José, em Sacavém. A discussão das conclusões do encontro terá lugar no domingo a partir das 10 horas.

Estarão presentes eleitos comunistas no Município e Juntas de Freguesia do concelho.

Organismo de direcção em foco

Conferência distrital de organização em Coimbra

A remodelação da Comissão Distrital de Coimbra e dos seus organismos executivos é o objectivo da Conferência Distrital de Organização, que reunirá no próximo sábado, dia 10, cerca de 200 participantes, segundo nos revelou aquele organismo de direcção do Partido.



A conferência decorrerá a partir das 15 horas no edifício das Matemáticas (sala 17 de Abril), da Faculdade de Ciências. Já perto das 19 horas serão transmitidas à Comunicação Social as conclusões do debate, estando também previsto um jantar-convívio inserido nas comemorações do 69.º aniversário do PCP (cantina das Químicas, às 20 horas).

Ainda a propósito da conferência recorde-se que em recente reunião plenária a Comissão Distrital de Coimbra do PCP traçou as linhas gerais e os objectivos de **uma importante reestruturação do trabalho de organização e direcção do Partido no distrito de Coimbra**, tendo concluído que esta reorganização agora implementada corresponde, no essencial, **ao espírito das resoluções tomadas nesta matéria no XII Congresso, realizado em Dezembro de 1988.**

Na sequência daquela reunião, refere o gabinete de Imprensa da Comissão Distrital do Partido, foi lançado o debate em todas as organizações concelhias sobre as perspectivas de reestruturação e reorganização do trabalho partidário, debate esse que culminará na conferência do próximo sábado. Entre os participantes estará o camarada **Carlos Fraião**, da Comissão Política.

Encontro nacional de quadros do PCP

RN: da asfixia à privatização

«As consequências do decreto-lei que transforma a Rodoviária Nacional (RN) em empresa **SA** é mais um passo na estratégia de privatizações da RN facilitada pelo acordo PS/PSD para a revisão constitucional» — sublinha o breve apontamento de conclusões do recente encontro nacional de quadros do PCP na Rodoviária Nacional.

Os trabalhadores comunistas da transportadora nacional recordam que «com a nacionalização de 93 empresas e a constituição da RN foram obtidos importantes direitos para os trabalhadores e claros benefícios para as populações utentes dos transportes rodoviários».

Entretanto, o modelo de gestão aplicado à RN por sucessivos governos, há já vários anos, foi de molde a asfixiar a empresa e a degradar o serviço prestado com o propósito evidente de criar condições para a privatização da empresa, acentuou o encontro nacional de quadros do PCP.

A concretizar-se a transformação da RN-EP em **SA** haverá grande instabilidade na empresa, «designadamente pela ameaça aos direitos dos trabalhadores e pelo previsível agravamento dos serviços a prestar aos utentes».

Ao mesmo tempo que decidiu apoiar activamente, em unidade com os trabalhadores, as reivindicações decididas no plenário de sindicatos de 31 de Janeiro último, o encontro examinou ainda aspectos do funcionamento e coordenação da acção dos comunistas na RN, com vista ao aperfeiçoamento da sua intervenção na defesa dos direitos dos trabalhadores, da empresa no Sector Empresarial do Estado e dos interesses dos utentes.

As «contrapartidas» da zona do jogo de Espinho

Cortina de silêncio sobre os projectos contemplados com subsídios oficiais

«**Que** jogadas viciadas **se fazem no silêncio dos gabinetes governamentais?**»

A pergunta pode partir de qualquer região do País e colocar-se face a muitos aspectos da política cavaquista. Neste caso, a interrogação vem de Aveiro e relaciona-se com o processo de definição e atribuição de subsídios provenientes de avultadas verbas correspondentes a parte das chamadas «contrapartidas» da zona de jogo de **Espinho.**

Em breve nota divulgada aos órgãos de Comunicação Social, a Comissão Distrital de Aveiro do PCP discorda que o Governo tenha «proibido» que esses subsídios pudessem contemplar projectos para infra-estruturas básicas, para equipamento social e desportivo de utilização popular massiva e apenas cubram projectos para **empreendimentos turísticos**, abertos a concorrentes oficiais, sobretudo às autarquias de Espinho, Ovar, Santa Maria da Feira e Gaia e, também, a entidades privadas, estas com direito a subsídios, a fundo perdido, até 50% dos custos dos respectivos projectos.

Acrescenta aquele organismo do PCP:

«Salientamos que estão em causa seis milhões e cem mil contos que a empresa concessionária deverá pagar até ao final do ano corrente.»

«Entretantos, segundo despacho governamental de Fevereiro de 1989, terminou a 15 de Julho do ano transacto o prazo para o final do circuito legal dos projectos concorrentes. acerca dos quais as Câmaras envolvidas deveriam ser ouvidas para que emitissem o seu parecer.

«Desde essa data compete à Secretaria de Estado do Turismo fixar por despacho a relação final de todos os projectos a contemplar com os subsídios. **Mas, até hoje, tais projectos não foram divulgados!»**

Os comunistas de Aveiro referem mais adiante:

«Para além das muitas divergências de princípio que mantemos em relação a todo o processo, esta estranha demora do Governo em promulgar os projectos contemplados continua a prenunciar nada de bom para os interesses dos concelhos e das suas populações.»

Torna-se, assim, legitimo e pertinente perguntar:

Que «jogadas viciadas» se fazem no silêncio dos gabinetes governamentais? Que chorudas benesses se cozinham nesta espécie de «jogo de sorte e azar» em que o Governo parece ter transformado o processo de atribuição destes subsídios?

Comenta a Distrital do PCP:

«Como também já denunciámos, as Câmaras municipais abrangidas têm dado, nesta matéria, toda a cobertura política às manobras do "seu" Governo do "seu" partido, o PSD. Reclamamos dos novos órgãos autárquicos de Espinho, Ovar, Santa Maria da Feira e Gaia, uma posição exigente e clara perante a Secretaria de Estado do Turismo de forma a aproveitar ainda o que for possível, em benefício dos municípios e das populações.»

AÇORES

Um plano de actividades para responder aos desafios de 1990, o ano dos Congressos

O XIII Congresso (Ext.) em Maio e o IV Congresso Regional em Outubro são iniciativas de vulto destacadas pelo Secretariado da Direcção do PCP nos Açores (DORAA), num breve *telex* que fez chegar aos órgãos da Comunicação Social a propósito do 69º aniversário do Partido e das tarefas nacionais e regionais que este ano vão ter lugar, um ano de intenso trabalho para os militantes comunistas daquela Região Autónoma.

Os comunistas do arquipélago açoriano estão empenhados na revitalização do funcionamento e da actividade da Organização Regional, **por forma a que se criem condições que levem ao alargamento da influência social, política e eleitoral do Partido,** como sublinham as conclusões do recente plenário da DORAA reunido em Angra do Heroísmo.

A DORAA aposta, entretanto, **numa ampla convergência social e política que vise a obtenção de transformações democráticas efectivas no mais curto espaço de tempo.**

O Plano de Actividades aprovado pela DORAA para o ano em curso prevê ainda várias medidas relacionadas com o funcionamento interno e com as iniciativas regionais a realizar, sendo de destacar, de entre outras, as medidas que visam:

A intensificação do esforço organizativo;

A melhoria do trabalho de direcção;

A revisão dos métodos e processos utilizados no tratamento das questões de informação e no relacionamento com os órgãos de Informação;

A intensificação da propaganda própria;

A melhor divulgação das propostas realizadas;

O aperfeiçoamento da angariação de fundos e gestão de recursos;

A intensificação da actividade no âmbito das Comissões CDU;

A realização de encontros regionais relacionados com problemas económicos e com questões laborais;

A realização de iniciativas com a participação de deputados europeus e da República;

Quanto às orientações para as frentes de trabalho, merecem destaque:

O aprofundamento da intervenção política nas áreas rurais e no sector agro-pecuário;

O reforço da intervenção em relação aos problemas da juventude;

O aprofundamento de esforços no sentido da acentuação da capacidade reivindicativa das estruturas dos trabalhadores;

O acompanhamento atento e tomada de posição em relação à gestão das diversas autarquias;

O reforço da capacidade de reivindicação em torno de problemas locais de grande interesse para as populações;

Uma maior intervenção em problemas referentes a camadas sociais com interesses específicos (reformados, mulheres e outros).

Decq Mota no Canadá

José Decq Mota, coordenador da DORAA do PCP, inicia a partir de hoje uma visita de 12 dias ao Canadá, durante a qual contactará as comunidades de emigrantes das áreas de Toronto e Montreal.

Nesta visita, que se realiza a convite da «Portuguese Canadian Democratic Association», José Decq Mota cumprirá um vasto programa no qual se destacam iniciativas de debate sobre a situação específica da Região Autónoma dos Açores.

8 de Março

Dia Internacional da Mulher

Saudação do PCP

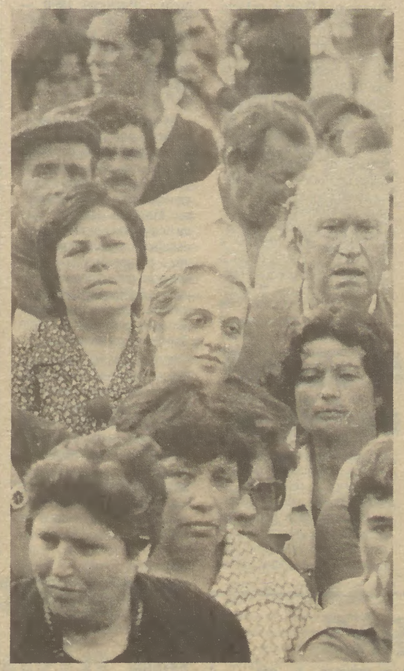
Por ocasião do «8 de Março», Dia Internacional da Mulher, o Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português divulgou a seguinte saudação:

Em 8 de Março, comemora-se o 80.º aniversário do Dia Internacional da Mulher, data de grande significado e importância, pelo testemunho que dá das grandes e pequenas lutas travadas pelas mulheres de todo o mundo no longo percurso da sua emancipação, contra variadas formas de opressão, arreigados preconceitos, discriminações e costumes retrógrados.

Certas das razões de justiça social de dignidade que lhes assiste, as mulheres têm sabido tomar nas próprias mãos a luta pela conquista dos seus direitos e aspirações e, na evolução histórica dos povos, conseguiram abrir importantes caminhos na transformação das mentalidades, no reconhecimento dos seus direitos como direitos fundamentais da sociedade.

Com a sua luta emancipadora têm dado decisivas contribuições ao progresso da humanidade e demonstrado que não há desenvolvimento sem a plena participação das mulheres.

As mulheres portuguesas, a quem se deve um papel de enorme relevo na luta pela liberdade e pela democracia, têm, no Portugal de Abril, consagradas na Lei importantes direitos que foram, ao longo de muitos anos, motivos de luta e sentidas aspirações.



Mas a distância da lei à vida é ainda um difícil caminho a percorrer, e as mulheres continuam hoje a sua luta pelo respeito por muitos desses direitos conquistados, pelo cumprimento das leis, pela melhoria da qualidade de vida, pela participação, em igualdade, no mundo do trabalho, na família e na sociedade.

No Dia Internacional da Mulher o Secretariado do Comité Central do PCP saúda as mulheres comunistas, que reconhecem no PCP não só a grande força política de transformação da sociedade portuguesa, mas também o mais consequente defensor dos seus interesses de mulheres, que compreendem que é nas fileiras do Partido o seu lugar de combate por um mundo onde não haja discriminação e opressão.

O Secretariado do Comité Central do PCP saúda as organizações femininas pelo papel importante que desempenham para o despertar da consciência emancipadora de massas femininas.

Neste 80.º aniversário do Dia Internacional da Mulher, o PCP saúda as mulheres em geral reafirmando-lhes que o PCP está ao seu lado na luta em defesa dos seus direitos, parte constitutiva da luta emancipadora dos trabalhadores e do povo de Portugal.

O PCP faz votos para que as acções comemorativas do Dia Internacional da Mulher se traduzam em novos e significativos passos no caminho da luta pela emancipação da mulher no Portugal de Abril.

Viva o Dia Internacional da Mulher!
Viva a luta emancipadora da mulher portuguesa!

8 de Março de 1990

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português

Porto–Gás e electricidade de novo na ordem do dia

O futuro dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade do Porto/SMGE vai estar de novo na ordem do dia. A implementação do gás canalizado na região do Porto tem vindo a ser protelada apesar dos estudos técnicos e financeiros já feitos e aprovados pela Câmara Municipal do Porto desde 1988. Estas duas questões candentes para a cidade foram objecto de tomada de posição em comunicado de imprensa da Comissão de Autarquias da cidade do Porto do PCP.

Em relação à primeira, «o PCP alerta a população da cidade para a perspectiva de, a propósito de pagar uma pretensa dívida que não existe, se entregar a terceiros (fala-se já, entre outras, de empresas estrangeiras) um serviço que é da Câmara e é altamente lucrativo». Nada justifica que os lucros da sua exploração não sejam aplicados a resolver os problemas da cidade mas sim entregues a esta ou aquela entidade privada, refere aquela Comissão de Autarquias.

No que refere ao gás canalizado, também ele um negócio que poderá dar lucros de milhões de contos e que por isso «está a merecer o interesse de grandes grupos económicos», o PCP defende «a criação de uma empresa municipal ou intermunicipal, a exemplo do que existe em importantes cidades de Europa, como Vitória, Bordéus e Copenhaga, por forma a que os municípios detenham o controlo deste importante serviço público, intervenham na política de preços e revertam os lucros do exercício em benefício das populações».

Ainda sobre um outro problema da cidade, o anunciado corte radical de verbas à maioria das Juntas de Freguesia da cidade, propósito do presidente da Câmara do Porto que não tem em conta a realidade concreta da vida e da história das freguesias, os eleitos do PCP tomam posição. Preocupados com esta possibilidade, anunciaram que na Câmara e na Assembleia Municipal – a quem cabe em última instância decidir aquando da discussão do Plano de Actividades e Orçamento – «estarão ao lado das Juntas de Freguesia na defesa do respeito pelos seus direitos».

Trabalhadores da Marconi

Trabalhadores da Marconi, militantes e simpatizantes do Partido, encontraram-se no passado domingo em Castelo de Baixo, Azambuja, num convívio em que foram entregues os novos cartões do Partido, para o biénio 1990/91.

Amizade e confraternização marcaram esta iniciativa que reuniu meia centena de pessoas.

Nacional

Acabe-se com o *numerus clausus*!

A falta de um plano de desenvolvimento do País não pode ser um pretexto para impedir o acesso dos jovens ao Ensino Superior e ao Ensino Superior Politécnico - entendem os jovens comunistas, que na segunda-feira manifestaram em conferência de imprensa o seu apoio ao projecto-lei do PCP anteontem discutido na Assembleia da República e cujo objectivo essencial era pôr termo ao *numerus clausus* até 1993.

«Antes de mais, vamos acabar com o *numerus clausus* e permitir que os jovens tenham acesso ao ensino superior» - reafirmou Amélia Pardal, do Secretariado da DN da JCP, respondendo às interrogações levantadas pelos jornalistas quanto à solução alternativa que poderia substituir o actual sistema de controlo da admissão às universidades, institutos e escolas superiores e assegurar que a formação de quadros corresponderia às necessidades do País.

Aquela dirigente da JCP, que estava acompanhada por Idália Custódio e Pedro Tavares, sublinhou que o projecto-lei do PCP «deve merecer a atenção dos estudantes, cujo apoio é indispensável para que a proposta vá avante».

Os jovens comunistas chamaram a atenção para as injustiças provocadas pelo actual sistema de acesso ao Superior, que deixa de fora milhares de candidatos, apesar de serem necessário mais quadros para o desenvolvimento do País.

Reclamando mais investimentos na construção escolar, exigiram também o aproveitamento das instalações, tantas vezes sub-utilizadas. A Faculdade de Letras de Lisboa e a Escola Superior de Educação de Setúbal foram citadas como exemplos de escolas com condições para terem mais alunos, e onde há falta é de professores e de pessoal auxiliar.

Porto: novas condições

A Comissão Concelhia do Porto da JCP, em conferência de Imprensa realizada na passada semana na sua sede distrital (reaberta recentemente após a realização de obras profundas), considera estarem criadas novas condições para que a participação da juventude comunista em todos os aspectos da vida social, cultural e política da cidade se verifique. Para Luís Leite, da Direcção Nacional da JCP, «a eleição de jovens comunistas para a assembleia de freguesia, as juntas de freguesia e a Assembleia Municipal do Porto é um facto de grande importância para a concretização das propostas apresentadas pela Juventude CDU da cidade, aquando da candidatura às eleições autárquicas de 17 de Dezembro». Aquele dirigente da JCP, que se encontrava ladeado por Rui Dias e Cristina Ribeiro, da Comissão Concelhia do Porto da JCP, referiu-se ao conjunto de problemas que afectam os cerca de 100 000 jovens que habitam na cidade, em particular a habitação, a insuficiência e degradação do parque escolar e dos transportes, a carência de infraestruturas, de estímulo e de meios para a prática do desporto, o alheamento da autarquia relativamente ao associativismo juvenil, os atentados permanentes contra o património cultural e natural.

Um outro facto foi considerado por Luís Leite importante para a dinamização da JCP no Porto: a reabertura da «sede nova, jovem, fresca, mais identificada com a juventude que somos». É objectivo dos jovens comunistas torná-la um «espaço aberto, onde a discussão e o debate de ideias seja uma constante, bem como o convívio, a confraternização, a realização de iniciativas de índole cultural, formativa e recreativa». Já na próxima sexta-feira, dia 9 de Março, pelas 21 horas, «**Portugal 1990 — Juventude de Hoje**» será tema para um primeiro debate, que contará com a participação de Carlos Rabaçal, suplente do Comité Central do PCP. .

As atitudes racistas preconizadas por determinados grupos na cidade do Porto mereceram viva condenação, ao mesmo tempo que foi saudada a libertação de Nelson Mandela, «símbolo vivo da luta contra o *apartheid*», e desejado um «futuro de liberdade, democracia e progresso social para o povo sul africano». Foi igualmente manifestada «uma activa solidariedade» para com a Frente Sandinista da Nicarágua.

Na ocasião foi ainda lembrado o 69º. aniversário do PCP, acontecimento que «tem na actualidade uma grande importância para a juventude, pela afirmação dos ideais de liberdade e de democracia, pela afirmação das ideias de uma democracia avançada e do socialismo». A JCP da cidade do Porto irá participar activamente na iniciativa comemorativa que, no próximo dia 10 de Março, no Mercado Ferreira Borges, contará com a presença do secretário geral do Partido, Álvaro Cunhal.

Setúbal

A Comissão Distrital de Setúbal da JCP, reunida dia 1 de Março no Barreiro, discutiu a intervenção dos jovens comunistas no movimento associativo juvenil do distrito, com particular destaque ao associativismo juvenil de base local, aos jovens trabalhadores e ao acompanhamento dos jovens eleitos da CDU nos órgãos autárquicos.

Tomou ainda conhecimento da realização de inciciativas promovidas em vários concelhos, de que se destacam um café-concerto no Seixal e uma jornada de trabalho no novo terreno da Festa do «Avante!», que contou com a participação de algumas dezenas de jovens.

Foi aprofundada a discussão da preparação de uma festa-comício promovida pela JCP e integrada nas comemorações do 69º. aniversário do PCP, a realizar no próximo sábado, pelas 16 horas, em Almada, e que contará com a participação de jovens artistas do distrito.

A comissão manifestou mais uma vez o seu regozijo pela libertação do líder histórico do ANC Nelson Mandela, e alertou ainda para a situação da jovem estudante sul-coreana Rim Su Kiong, condenada a 15 anos de prisão no dia 5 de Fevereiro por se ter deslocado à República Popular Democrática da Coreia para participar no XIII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, no qual foi a única participante sul-coreana.

São João da Madeira

Por iniciativa do núcleo local da JCP, realizou-se no passado sábado, na Biblioteca Municipal de S. João da Madeira, um debate sobre o acesso ao Ensino Superior no qual participaram cerca de 70 jovens estudantes desta cidade.

Sónia e Suzana, do núcleo de S. João da Madeira, e Célia da Direcção Nacional da JCP, orientaram o debate, que teve por base da discussão o projecto sobre esta matéria apresentado pelo PCP na Assembleia da República.

A adopção de um sistema aberto de acesso ao Ensino Superior, com a supressão do *numerus clausus* até 1993, mereceu a concordância dos presentes, como ficou expresso nas muitas intervenções dos estudantes presentes.

Esta iniciativa da JCP culminou com uma parte cultural, com poemas e música de piano da autoria e interpretação da Carla, da Suzana, da Marta e da Joana, e ainda com uma exposição de quadros do jovem Manuel Cruz.

OBRAS ESCOLHIDAS DE MARX/ENGELS

Obras fundamentais dos fundadores do socialismo científico

Uma iniciativa de edições Avante! e Editorial Progresso

Praça da Liberdade

Quotidiano mulher, neste ano de 1990...

Era o princípio da tarde e as cadeiras da sala de espera do Centro de Saúde da Carvalhosa estavam todas ocupadas. Só um homem, já idoso, pontuava naquele universo de mulheres e crianças. Estas tinham já desocupado lugares para se reunir e brincar, como amigas de longa data. A conversa instalara-se aqui e ali num tom morno. As coisas do costume: «Não há meio de atinarem com a minha doença... tantos exames, tantas análises... andar assim de um lado para o outro, há meses, tanto dinheiro e tempo gasto». E já outra: «O seu médico é muito bom, não tenho razões de queixa...».

A rapariga nova entrou e sentou-se. Ao colo trazia um bebé. Os olhos fixaram-se na recém-chegada. Bem vestida, saia curta e travada, cabelos pintados e um ar de menina ainda. E casada, confirmaram os olhos da mulher em frente, depois de breve relance sob a aliança de casamento.

O bebé chorou e chamou para si as atenções. Era lindo e a vizinha de cadeira pôs-se logo «psiu, psiu, então, então, coisa linda...» E logo a outra mulher, do outro lado, lhe tocou nas mãozitas que ele fechou, «quantos meses? ele mama? que perfeitinho, não está doente, não?».

Pois, a visita era de rotina, a ver se tudo ia bem, mas também porque tinha de o passar ao biberão, não ia poder continuar a amamentá-lo. A criança estava já no colo de outra mulher e a jovem mãe não falava só para as vizinhas. Trabalhava ali numa loja do Centro Comercial da Boavista, a contrato, pois claro. Tinha ficado um mês em casa. Só o ordenado dela ia todo para a renda de casa.

«Mas quê, então não tem direito a três meses de licença de parto?! E depois ainda tem direito a horas por dia para a amamentação! Já se informou?». Sabia. Mas precisava tanto daquele trabalho. Mais dois meses fora do emprego e eles punham-na fora. Aliás já lhe tinham dado o aviso. Aguentara-se... antes do parto, de pé horas e horas, às vezes num ambiente sufocante. Agora não ia perder o emprego por nada do mundo. «Mas não podem despedi-la, pois não?».

«Que vida a nossa, e a gente até quer ter as crianças e dar-lhes o melhor!...»

A funcionária começou a chamar para as consultas. A jovem mãe pegou no seu filho e entrou para uma das salas.

No Porto, quotidiano mulher, neste ano de 1990...

■ *Teresa Lopes*

Na sequência da demissão do presidente e de um vereador

CDU continua a assumir responsabilidades em Fronteira

O presidente da Câmara Municipal de Fronteira, Manuel Moita Pereira e o vereador José Aurelo, ambos independentes na lista eleitoral da CDU, demitiram-se subitamente sem manifestarem as razões da sua saída. Face à situação assim criada os eleitos CDU reuniram na passada segunda-feira para superar o impasse.

Segundo declarou ao «Avante!» João José Pinheiro, da Comissão Distrital de Portalegre do PCP, os eleitos CDU decidiram que vão continuar a assumir a responsabilidade, nomeando para presidente do município Luísa Maria Nisa, independente, e para vereadora Deolinda Dias Serra, do PCP.

Entretanto a CDU decidiu emitir, na terça-feira, um comunicado à população no qual refere que «a renúncia é da exclusiva responsabilidade dos eleitos, não tendo a CDU sido consultada ou sequer informada de tal decisão».

A CDU considera que a atitude tomada pelos seus dois eleitos não abre caminho para a resolução dos problemas do concelho, e chama a atenção de toda a população para as responsabilidades do PSD e do PS na situação criada, note-se que o actual executivo foi encontrar a câmara cheia de dívidas e 14 trabalhadores suspensos pelo Ministério.

«O PSD e o PS, frisa-se no comunicado, não só conduziram a CM de Fronteira a uma situação de total descalabro, com a gestão ruinosa que fizeram ao longo dos seus sucessivos mandatos, como se têm oposto de forma sistemática e sem qualquer fundamento às propostas da CDU para dar resposta aos problemas com que o concelho se depara».

«A CDU garante ao povo do concelho, afirma-se mais adiante no documento, que, independentemente da alteração agora verificada, os seus eleitos tudo farão para cumprir com trabalho, honestidade e competência os mandatos que o povo do concelho lhe confiou, superando as dificuldades resultantes das más gestões anteriores».

Nacional

Felgueiras: seminário sindical

Pelo fim do trabalho infantil

«O combate ao trabalho infantil implica que se desenvolvam mais espaços no sentido de alertar, sensibilizar e mobilizar a opinião pública para a necessidade de lhe pôr fim pelas suas consequências negativas, quer no presente quer no futuro». Esta afirmação, feita no Seminário «Pelo Fim do Trabalho Infantil», realizada na passada semana em Felgueiras, sintetiza a razão de ser desta importante iniciativa que reuniu naquela cidade do distrito do Porto, por iniciativa da União Sindical Concelhia de Felgueiras e a USP/CGTP-IN, mais de meia centena de convidados representantes de instituições várias do concelho.

«Chocantes e vergonhosas» foi como alguns dos convidados classificaram as imagens projectadas de um «vídeo», editado pela CGTP-IN, e que, durante trinta minutos, logo no início da sessão, mostrou extractos de reportagens realizadas no nosso país por televisões de França, Alemanha, Inglaterra e pela própria RTP. Das crianças mutiladas à tentativa de agressão aos próprios jornalistas, a imagem cruel das disparidades existentes «numa Europa que se quer social».

A denúncio, mas também as medidas para o combater, foram tema de várias intervenções. A elevação da idade de admissão de emprego para 16 anos; a punição da utilização dolosa do emprego infantil; a revisão do actual regime jurídico da aprendizagem, conferindo-lhe uma maior dimensão vocacional; a criação de sistemas transitórios específicos de ocupação/formação para as crianças que cumprem a escolaridade obrigatória antes da idade mínima de emprego e por qualquer razão não prosseguem os estudos; a remodelação e reforço do apoio social nas escolas; a constituição de comissões distritais a funcionarem junto das delegações escolares com funções de controlo do cumprimento da obrigatoriedade escolar e de combate ao trabalho infantil, foram algumas das medidas apontadas.

Mão-de-obra barata e «dócil»

Em Portugal não é fácil quantificar o fenómeno do trabalho infantil. Em Felgueiras, onde esta realidade assumiu formas tão alarmantes que, a partir de 1984, passou a ser motivo de discussão em todas as reuniões da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores do Calçado do Distrito do Porto, como referiu Manuel Félix na sua intervenção, põe-se o mesmo problema, dado o regime de clandestinidade em que é praticada e também as formas diversas de que se reveste. Daí que, explicitou Horácio Mendes, da Comissão Executiva da USP, é analisando a realidade através de situações concretas que se pode afirmar que em Felgueiras continua a haver **«um número muito grande de crianças de idades compreendidas entre os 8 e os 14 anos que executam trabalho remunerado»**. Deu exemplos, de **trabalho no domicílio**, em que crianças de oito, nove e dez anos cosem sapatos, durante uma, duas, cinco, dez e mais horas por dia. De manhã, à hora de almoço e até altas horas da noite, nos domingos e feriados e, pasme-se, nos intervalos das aulas e nas horas em que deviam lá estar. É notória a fuga à escola e o insucesso escolar. Há famílias de fracos e não fracos recursos que têm formas organizadas de executar estes serviços. Cada um é responsável por coser x pares. Os ritmos de trabalho são bruscos, pois a obra tem horas certas para ser devolvida; não são permitidos atrasos, nem defeitos. Horácio Mendes contou ainda outros casos de actividades características do concelho de Felgueiras que envolvem o trabalho de menores: são muitas as criaçnas que fazem baínhas em almofadas, lençóis, toalhas, etc, que executam bordados.

«Por força destas actividades «caseiras», exige-se dos filhos uma grande responsabilização pela execução de trabalhos domésticos que, por serem demasiados, prejudicam naturalmente o desenvolvimento físico e psíquico da criança», referiu.

Em relação ao **trabalho infantil nas fábricas**, aquele dirigente sindical lembrou que «a denúncia feita pela CGTP-IN, particularmente a partir de 1986/87, teve e tem grandes influência no combate a este fenómeno». Para o seu abrandamento têm contribuído, também as tomadas de posição de várias entidades civis e religiosas, de importantes personalidades da vida nacional. O próprio Governo já legislou sobre a matéria e a última revisão constitucional coloca a questão da proibição. Embora de forma pouco eficaz, a Inspecção do Trabalho tem-se voltado para esta questão. Órgãos de comunicação social nacionais e estrangeiros têm dado largo espaço a esta matéria. Mas o que é certo é que, segundo Horácio Mendes, **o trabalho infantil subsiste nas fábricas de Felgueiras**, onde «as crianças são em regra mal tratadas, se incute a mentalidade adulta, pondo-as a concorrer com estes, quer em práticas perniciosas, quer no trabalho que executam». Como os adultos trabalham **noites inteiras** e no trabalho não há diferenciação de tratamento; no entanto, o que lhes pagam — se isto se pode dizer — sendo variável é, sem dúvida, mais barato.

Os parcos recursos económicos das famílias e a existência de empresários menos escrupulosos na mira de mão-de-obra barata e «dócil» foram algumas das causas apontadas para este flagelo.

Para Manuel Félix, do Sindicato do Calçado do Distrito do Porto, sendo hoje menores as incompreenções de todas as partes interessadas na resolução deste problema, «menor é também o esforço que está a ser feito para travar a batalha final». Daí que, como referiu «o importante não será constatar quem está a instigar as crianças para trabalhar, sendo certo existirem responsabiliades quer para os pais das crianças nestas condições, quer para os industriais, mas logo mais para estes últimos». «Ainda estamos a tempo, concluiu, de contribuir para uma sociedade mais justa e para uma vida melhor das novas gerações, impondo-se-nos continuar o trabalho que garanta a **erradicação total do trabalho infantil»**.

Hoje, em Belas-Artes

MDM inaugura a exposição «Século XX – a memória e a voz das mulheres»

Século XX — a memória e a voz das mulheres é o tema da exposição promovida pelo MDM, Movimento Democrático de Mulheres, que hoje, às 18.30 horas, será inaugurada na Sociedade Nacional de Belas-Artes, em Lisboa. O certame, inserido nas comemorações do 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, mantém-se naquele conhecido espaço cultural da cidade até ao próximo dia 15.

«Século XX — a memória e a voz das Mulheres» é uma iniciativa que pretende integrar a reconstituição parcial da exposição realizada em 1947 pelo Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, para além de uma pequena mostra da produção feminina literária desde então.

Ao retomar em parte esta exposição, no ano em que decorre a efeméride dos 80 anos da comemoração do Dia Internacional da Mulher, o Movimento Democrático de Mulheres pretende recordar a trajectória de mulheres e de organizações femininas que, em condições adversas, ousaram romper o silêncio, assumir os gestos de revolta, forçar a ruptura com o estatuto discriminatório que as encerrava no cerco de um «eterno feminino» paralisante, como sublinha um apontamento do Departamento de Informação do MDM.

«No final deste século, marcante de profundas alterações no estatuto da mulher, ao reavivarmos a memória do passado pretendemos realçar a importância da participação das mulheres na mudança qualitativa verificada e projectar a força da sua intervenção no futuro que queremos de plena igualdade, no respeito da diferença», destaca o MDM, que acrescenta:

«Na actualidade a igualdade surge teoricamente como conceito incontestado, embora não assumido no quotidiano, onde persistem as discriminações mais diversas. O MDM continua, por isso, a afirmar a validade da questão feminina, a urgência do debate e da acção das mulheres em prol da sua libertação».

Na inauguração marcada para o fim da tarde de hoje participarão as actrizes **Carmen Dolores e Maria do Céu Guerra**. Haverá ainda um **Encontro com a Imprensa**, com a participação de mulheres desse tempo «membros do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas» e mulheres do tempo presente, membros do Movimento Democrático de Mulheres», que se realizará pelas **19h, no Auditório**, onde será servido um **«Porto de Honra à Comunicação Social»**.

Na **«Agenda»** desta edição do Avante! inserimos o programa das iniciativas que decorrerão em Belas-Artes, no âmbito da exposição.

Grande Marcha de Lisboa 1990

Integrado nas festas da cidade, a Câmara Municipal de Lisboa promove um concurso destinado a autores e compositores portugueses para a grande Marcha de Lisboa 1990.

As composições, cuja entrega será feita até dia 6 de Abril, deverão essencialmente ter carácter inédito e versar o tema «Lisboa» com letra alusiva às festas dos santos populares. Às obras classificadas nos quatro primeiros lugares serão atribuídos respectivamente, prémios de 300, 200, 150 e 100 contos.

As composições deverão ser entregues até às 17.30 horas do dia 6 de Abril, em sobrescrito lacrado e fechado nos Serviços de Animação Urbana da CML — Rua de S. Lázaro, Nº2. Esq., 1100 Lisboa, onde igualmente será facultado o respectivo regulamento e outras informações (telfs 878714/878329/878592).

Ponto alto das Festas da Cidade, as marchas populares de Lisboa voltam este ano a desfilar na Avenida da Liberdade na noite de Santo António e a exibir-se posteriormente no Pavilhão Carlos Lopes. A exemplo do ano passado, participarão 18 bairros e a marcha infantil da Voz do Operário, que disputarão, além da classificação geral, os prémios de coreografia, cenografia, musicalidade e figurino.

Recorda-se que em 1989 venceu a marcha de Benfica, seguida dos bairros de Marvila, Castelo, Madragoa, Bairro Alto, Mouraria, Alfama, Campolide, Bica, Alto do Pina, Penha de França, S. Vicente, Campo de Ourique, Graça, Alcântara, Carnide, Ajuda e Olivais.

José Afonso

«Hoje como ontem não se podem silenciar os ideais do progresso e da liberdade, pilares da construção de uma sociedade mais justa e democrática, para a qual Zeca Afonso também contribuiu e, através da sua obra, continua a contribuir», sublinha a Comissão Concelhia de Setúbal do PCP numa breve nota recentemente divulgada aos órgãos de Comunicação Social na passagem de mais um aniversário sobre a morte do poeta-cantor.

Aquela Concelhia do PCP «presta a sua homenagem ao homem e à obra, ao resistente e lutador pela liberdade e pela democracia que foi José Afonso».

Parlamento Europeu

Preços agrícolas não devem prejudicar coesão económica e social

A Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu aprovou recentemente as medidas de apoio ao rendimento das pequenas explorações bem como as medidas de modulação relativas às organizações comuns de mercado «que visam apoiar os rendimentos das explorações familiares fragilizadas através do encorajamento de produções alternativas adaptadas a determinadas zonas desfavorecidas, de forma a compensar as deficiências naturais».
Esta medida consta das conclusões do parecer daquele organismo sobre uma proposta da Comissão relativa à fixação dos preços dos produtos agrícolas e a determinadas medidas conexas, que teve como relator o deputado do PCP, Joaquim Miranda.

O projecto de parecer apresentado por Joaquim Miranda, cujas conclusões a Comissão de Orçamentos aprovou por unanimidade, começa por afirmar que as propostas em matérias de preços agrícolas para a campanha de 1990-1991 se enquadram num contexto «económico globalmente favorável», mas extremamente incerto relativamente ao futuro.

Como elementos favoráveis, do ponto de vista económico, aponta-se um crescimento económico positivo, no conjunto dos países ocidentais; uma evolução favorável dos rendimentos dos agricultores em 1989, graças em parte a factores conjunturais (o que no entanto não deve fazer esquecer a estagnação do rendimento agrícola que se regista há vários anos e as fortes desigualdades entre regiões, sectores de produção e explorações); a redução das existências; e um nível elevado dos preços mundiais (devido sobretudo à seca nos EUA, que fez reduzir a oferta).

O parecer aponta, por outro lado, como elementos de incerteza que podem ter consequências negativas para a agricultura europeia e, consequentemente, para o orçamento da Comunidade, os seguintes:

- perspectivas, a médio prazo, de aumento da oferta e de tendência para descida da procura, o que se poderá reflectir negativamente nos mercados, nos preços e no orçamento;

- consequências resultantes da conclusão das negociações multilaterais no âmbito do GATT, prevista para 1991, já que o processo de abertura acentuará a necessidade do esforço em termos de qualidade e de competitividade embora, simultaneamente, a agricultura europeia fique mais exposta às instabilidades crónicas dos mercados mundiais;

- a evolução nos países da Europa Central que, no imediato, apresentam uma grande necessidade de produtos alimentares, mas a médio prazo é provável que venham a conhecer um maior desenvolvimento no seu potencial agrícola do que no seu potencial industrial e tecnológico, o que fará dos seus produtos agrícolas moeda de troca para as exportações dos produtos industriais;

Tendo em conta o que ficou exposto, uma primeira conclusão se retira do parecer em referência: «apesar de se verificar, de momento, uma situação conjuntural favorável, o futuro da agricultura europeia permanece incerto».

Medidas a desenvolver

Após uma análise das propostas da Comissão, que em matéria de preços agrícolas para a campanha de 1990-1991 «confirmam a tendência já verificada para o congelamento dos preços da maior parte dos produtos, com excepção de alguns, tais como o trigo duro (-3,8%), algumas variedades de tabaco, e o vinho tinto (-1,5%)» o que teve como consequência financeira para o orçamento de 1990 «uma redução de 2 milhões de ecus», o parecer convida aquele organismo a tomar em consideração as conclusões a que chegou a Comissão de Orçamentos.

Assim, entre outros aspectos, a Comissão de Agricultura, das Pescas e do Desenvolvimento Rural é instada a «estruturar de forma apreensível e transparente a diversidade de apoios e subsídios concedidos às várias explorações agrícolas», procedendo, de imediato, «à supressão da imposição linear de co-responsabilidade no sector do leite e da co-responsabilidade cerealífera para as primeiras 50 toneladas produzidas por exploração, medidas essas já aprovadas pelo Parlamento Europeu».

Por outro lado, a Comissão de Orçamentos afirma-se de acordo com as medidas conexas no sector do vinho, desde que sejam dadas certas garantias como, por exemplo, que «a eficácia do arranque das vinhas, em relação à situação dos mercados, seja verificada, durante a execução, em termos de redução da destilação» e que as dotações assim tornadas disponíveis «sejam destinadas a medidas mais directamente estruturais».

Acresce ainda que o parecer dá o seu acordo às medidas agro-monetárias propostas pela Comissão, mas considera «prioritário diminuir, através de medidas específicas, as repercussões sociais das propostas da Comissão em matéria de preços, medidas conexas e medidas agro-monetárias para que não prejudiquem os objectivos da coesão económica e social».

Liberdade de circulação — é preciso ir mais longe

É importante dar novos passos no sentido de eliminar os obstáculos à liberdade de circulação e ao direito de livre escolha da residência, levando à prática as normas dos tratados que, nestas questões dos direitos das pessoas, sempre têm sido subalternizadas em favor dos objectivos económicos.
As palavras são do deputado do PCP, Barros Moura, ao intervir no debate sobre a livre circulação dos trabalhadores na Comunidade.

Para Barros Moura, são de registar as melhorias que a proposta da Comissão introduz nos regulamento e directiva relativos à liberdade de circulação de trabalhadores, mas não são suficientes. «Julgamos necessário ir mais longe, através da aceitação das propostas de alteração da Comissão Social, algumas da iniciativa do grupo Coligação de Esquerda», disse aquele deputado.

Considerando que os referidos direitos das pessoas «deveriam ser alargados aos refugiados políticos e aos apátridas reconhecidos por qualquer Estado-membro», o deputado do PCP pronunciou-se igualmente a favor do «alargamento do âmbito da família aos descendentes sem limitação de idade, e à união de facto», que considerou necessário «para dar maior consistência prática à liberdade de circulação, tendo em conta a realidade da família actual».

Fazendo notar que o carácter cada vez mais precário e temporário do emprego *atípico* não deve poder prejudicar o direito de residência, Barros Moura insistiu para que, no futuro, «direitos idênticos venham a ser reconhecidos aos originários de países terceiros, de modo a pôr termo às situações precárias e marginais em que se encontram e que tanto dificultam a respectiva integração nas sociedades europeias com respeito pela sua especificidade cultural».

Na sua intervenção, fez ainda notar que a liberdade de circulação implica a proibição de discriminação contra os estrangeiros, tanto no trabalho como no acesso ao emprego, salário, segurança social, entre outros domínios, sublinhando que é de todo «inadmissível manipular e defraudar a liberdade de estabelecimento para recorrer, nomeadamente através de subempreitadas, a mão-de-obra estrangeira com salários, condições de trabalho e segurança social inferiores aos dos países de acolhimento».

Consideramos indispensável - afirmou ainda Barros Moura - proibir as discriminações e favorecer o acesso dos familiares dos imigrados aos sistemas de ensino e formação, universitários ou não universitários, de modo a proporcionar uma real igualdade de oportunidades.

A propósito, Barros Moura lembrou a necessidade de se ter em conta o recente relatório da Organização Internacional de Trabalho sobre os emigrantes da 2ª geração - mais de 17 milhões na CEE - que continuam a ser marginalizados e excluídos, bem como a posição do Grupo Coligação de Esquerda a favor da «plena integração dos trabalhadores estrangeiros e das suas famílias na vida económica, social e cultural dos países de acolhimento, bem com na acção sindical e na vida política com reconhecimento do direito de voto, desde logo nas eleições municipais.

Para o deputado do PCP, «são de ordem económica (desemprego, etc.), política (ideologia neo-liberal, tolerância para os movimentos de extrema-direita, etc.) e cultural as raízes da xenofobia e do racismo que estão a enfraquecer a democracia nas nossas sociedades». Por isso mesmo, «uma política comunitária e políticas nacionais das migrações assentes na liberdade de circulação e na igualdade de tratamento, com reconhecimento do direito à diferença, são indispensáveis para fazer frente a estes fenómenos antidemocráticos».

Pescadores portugueses prejudicados

Os pescadores portugueses estão a ser prejudicados com as restrições à pesca do bacalhau nas águas do Canadá, mas nem a CEE nem o Governo português prevêem qualquer compensação pela redução das suas possibilidades de pesca.

Isso mesmo foi confirmado pela Comissão das Comunidades, em resposta a uma pergunta do deputado Carlos Carvalhas, onde se afirma que as medidas comunitárias destinadas a melhorar e adaptar as estruturas do sector das pescas se limitam, até à data, a «prémios para a retirada temporária ou permanente de certas embarcações de pesca».

A questão não parece preocupar minimamente as autoridades portuguesas: ainda no início da semana o secretário de Estado Jorge Godinho, falando na Associação Comunitária dos Economistas das Pescas, afirmava que o Mercado Único da pesca não levanta a Portugal «qualquer problema». Curiosamente, Jorge Godinho relacionava o seu optimismo com a continuação de um grande investimento nas infra-estruturas, nos barcos de pesca e na modernização da frota nacional, o que tanto quanto se sabe, nem sequer começou a ser feito.

Mas voltando à questão da pesca do bacalhau, importa reter o facto de a Comissão reconhecer que, desde 1987, «os navios da Comunidade não têm tido acesso ao peixe de águas canadianas», desde que o Canadá abandonou a ideia do acesso a recursos naturais contra o acesso a mercados e definiu o bacalhau como espécie não excedentária da qual não são concedidas quotas a países estrangeiros.

Como a Comissão reconhece, «o bacalhau era a principal espécie constante tanto do acordo português como do acordo comunitário com o Canadá», pelo que «muitos pescadores comunitários - e não apenas os portugueses - têm sido prejudicados pela ausência de um acordo com o Canadá».

Perante o que é classificado como inflexibilidade do Canadá sobre a matéria, a Política Comum de Pescas da Comunidade não prevê qualquer compensação pela redução das possibilidades de pesca, limitando-se a pagar «prémios» pela retirada temporária ou permanente das embarcações.

Internato médico de estrangeiros em Portugal suscita dúvidas à Comissão

Nos fins do ano passado, o deputado Barros Moura questionou a Comissão sobre a legitimidade de médicos estrangeiros (sobretudo espanhóis), estarem a fazer o internato da especialidade em hospitais portugueses, em regime de voluntariado e sem remuneração.

Recordando que segundo as normas comunitárias a formação de médicos especialistas «implica postos de trabalho com remuneração adequada», aquele deputado salientava, por um lado, o facto desses médicos estarem a desempenhar actividades necessárias aos respectivos serviços hospitalares, e por outro lado, que ao fazerem-no sem remuneração dispensavam o preenchimento de vagas remuneradas, impedindo assim o recrutamento de médicos portugueses. Acresce ainda que os médicos voluntários recebem do seu Estado de origem subsídios de desemprego, superiores ao vencimento dos internos em Portugal, o que naturalmente falseia toda a ideia de igualdade de concorrência.

Ao responder agora à questão da legitimidade de tal situação, a Comissão deixa claro que, segundo as directivas em vigor, «a formação se deve efectuar em postos de trabalho específicos, reconhecidos pelas autoridades competentes e deve ser objecto de remuneração adequada». Salienta-se ainda que nada impede um Estado-membro de organizar regimes de voluntariado paralelos aos regimes remunerados, desde que os primeiros não sejam acompanhados, no final da formação, da concessão de diploma.

Ignorando se as normas estabelecidas estão a ser respeitadas em Portugal, a Comissão informa que vai «intervir junto do Governo português no sentido de esclarecer a situação».

Unidade no PE sobre questões nacionais

O consenso entre os deputados portugueses no Parlamento Europeu, no respeitante a questões de interesse nacional, é sempre um facto a assinalar e a aplaudir. Uma vez mais tal se verificou, em torno de questões tão importantes como «a competência comunitária no domínio da educação e da cultura», o reconhecimento do interesse turístico-cultural da «casa-memória de Camões» de Constância, a «recuperação e defesa do Rio Tejo». Estas propostas, bem como uma outra dos deputados do PCP sobre «medidas comunitárias no domínio habitacional, com particular incidência em alguns grandes centros urbanos, como Lisboa», vão ser discutidas em comissão. A menos que sejam rejeitadas por esmagadora maioria, o que não é provável, as propostas dos deputados portugueses deverão conhecer desenvolvimento num futuro próximo. Uma questão a que voltaremos oportunamente.

FEDER pode financiar centros de formação

A construção de centros de formação profissional pode ser co-financiada pelo FEDER no âmbito das suas intervenções, afirma a Comissão das Comunidades, em resposta a Barros Moura, que pretendia saber se a construção do Centro de Formação Profissional de Indústria do Calçado de Felgueiras está incluída, pelo Governo português, nalgum programa financiável pela CEE. Sobre a questão em concreto a Comissão não tem todavia informações disponíveis.

Internacional

URSS

Tempo de eleições e de reformas

Nestes últimos fins-de-semana têm decorrido, nas diferentes Repúblicas da União Soviética, eleições para os Sovietes, nos diferentes níveis. O que corresponde a um importante passo na concretização da reforma política, que se desenvolve entretanto (o que mais sublinha a sua urgência), num quadro particularmente complexo, em que os problemas nacionais e étnicos assumem mesmo nalguns casos carácter dramático.

Dia 4 de Março, foi a vez de ir às urnas para cerca de 130 milhões de soviéticos da **Federação Russa** e das Repúblicas da **Ucrânia** e da **Bielorrússia**. Simultaneamente realizou-se a segunda volta na República báltica da Lituânia.

Nestas eleições, aliás como nalgumas das anteriores, muitos deputados ficaram para eleger numa segunda volta. O quadro geral tem sido de apresentação de um elevado número de candidaturas.

Por exemplo — na **Federação Russa** concorreram mais de sete mil candidatos aos 1068 lugares em jogo, circunscrições havendo com 15 a 20 candidatos para um mandato.

Claro que neste conjunto destacam-se, quer diferentes tendências, quer ainda, de par de candidaturas avançando programas construtuvos e realistas, outras propondo programas manifestamente impossíveis de cumprir ou até sem grande sentido. Houve quem prometesse, por exemplo, assegurar habitações confortáveis para todos no prazo de dois anos, ou manter fora da esfera produtiva, garantindo o salário médio, às mulheres com filhos até 10 anos!

Claro que não é para este tipo de candidaturas que vai o voto.

Referindo ainda o exemplo da Federação Russa. A maioria dos candidatos estava ligada à esfera produtiva e eram, no fundamental, quadros: engenheiros, economistas, dirigentes de empresas, industriais e agrícolas, e de instituições.

No fim-de-semana de 25 de Fevereiro, tinham votado os povos da **Kirghizia**, **Tadjaquistão**, **Moldávia** e **Lituânia**. Sendo que no Tadjaquistão e na Moldávia, as eleições se desenrolaram num ambiente particularmente conturbado por confrontos étnicos.

Na Lituânia, três grandes forças estão presentes: o PCL, que proclamou a sua independência face ao PCUS e se fixou como objectivo a reconstituição de um Estado lituano socialista independente; o Sajudis, que agrupa diversas correntes com posições nacionalistas; e o Partido Comunista, que agrupa militantes comunistas que querem manter a sua integração no PCUS.

Duas Repúblicas elegeram, já os seus parlamentos.

O **Kasaquistão** — de que um pouco mais de 51% dos eleitos são membros do partido.

O **Uzbequistão**, que contou com uma forte percentagem de votantes — 93,5%. 368 dos 500 lugares foram preenchidos (entre os eleitos contam-se 348 membros do partido). Mas é necessária ainda uma segunda volta.

É um dado sensível a maior participação do eleitorado onde há mais de um candidato.

Como que numa corrida contra o tempo, os confrontos interétnicos desenvolvem-se também em simultâneo com os processos eleitorais. Nestes mesmos dias, no Uzbequistão, ocorreram novos confrontos, de que resultaram vítimas.

Segundo o Pravda Voskota, órgão central do Partido Comunista do Uzbequistão, os incidentes de «extremistas excitaram a multidão contra turcos mesketos».

Bem difíceis estão a ser os caminhos da perestroika, também neste domínio. Nas palavras do dirigente soviético, Gorbatchov, «devemos resolver todos os problemas interétnicos através de mudanças radicais na nossa Federação. Ainda não vivemos numa federação normal, era um Estado unitário».

Soviete Supremo — importantes decisões

Enquanto por toda a União Soviética, e no quadro da concretização da reforma política, se elegem os sovietes, o Soviete Supremo aprova algumas importantes medidas, quer no plano económico, quer no plano político.

No plano político, destaca-se a aprovação do cargo de presidente da União Soviética, a ser eleito pelo povo, em eleições directas e secretas, que deverão ser marcadas ainda este ano.

O projecto terá que ser aprovado pelo Congresso de Deputados do Povo, já convocado extraordinariamente para 12 e 13 de Março.

O Congresso do Povo poderá também, neste momento, votar para preencher o cargo por um período transitório. Tudo aponta para a eleição de Mikhail Gorbatchov.

No plano económico, a grande medida entretanto avançada foi a aprovação dos fundamentos da legislação sobre a propriedade da terra na URSS e nas Repúblicas Federadas.

Com base nesta legislação, cada República vai criar a sua própria lei de acordo com as condições locais, ou seja, o direito administrativo sobre a terra é outorgado aos órgãos locais do poder e não aos órgãos centrais, como até aqui.

O documento prevê a possibilidade de entrega de lotes de terra, em regime de posse vitalícia e hereditária, dando ao componês a liberdade de escolha entre o trabalho do kolkhoz ou em terra própria.

Trata-se, no fundo, do direito de posse à terra, limitado pela proibição da sua venda, oferta ou utilização como penhor.

Esta nova lei não anula, de forma alguma, quer os kolkhozes quer os sovkhozes, que passarão mesmo a dispor das suas próprias terras a título de património permanente (hoje apenas a usufruem).

Os fundamentos da legislação sobre a terra, que entram em vigor já a 15 de Março, representam um dos principais documentos da reforma económica.

Colômbia

Tempo de solidariedade

Em véspera das eleições de 11 de Março na Colômbia, intensifica-se a violência. Onze activistas do partido comunista foram recentemente assassinados. A presidente da câmara da cidade de Apartado, da União Patriótica, foi sequestrada e assassinada. Também uma destacada jornalista e três dirigentes componeses foram mortos em Cimitarra Santander.

De destacar ainda que esta sucessão de crimes se concentra nas zonas de grande influência eleitoral da esquerda. É assim evidente o esforço de criar um clima de intimidação e terror, que objectivamente leva a um falseamento dos resultados eleitorais.

Em documento divulgado em Dezembro de 89, apontando o caminho da paz e da democracia, o Partido Comunista colombiano afirmava: «Precisa-se de uma profunda reforma que garanta os direitos humanos, laborais, políticos e sociais das forças operárias e democráticas. Que consagre a iniciativa do parlamento e limite o poder presidencial, que acabe com o bipartidarismo na justiça, no processo eleitoral e na formação do poder de Estado. Que liquide o sempiterno estado de sítio, a arbitrariedade do artigo 28 da Constituição, as limitações do direito à greve, de organização de todos os trabalhadores, de mobilização e de expressão pública (...). Que trave o poder dos monopólios nacionais e estrangeiros, democratize as empresas estatais, nacionalize a grande banca. Que afirme o desenvolvimento industrial independente. Que, enfim, perfile uma nova nação em que o povo tenha um papel nas grandes decisões».

Para já, bem longe estamos desses objectivos. É ainda tempo de repressão, de uma guerra suja que quotidianamente assassina os que mais se destacam na luta pelos interesses populares.

Tempo, também, de solidariedade.

Recolha das vítimas de um dos muitos atentados que no dia a dia matam militantes de esquerda e sindicalistas. Uma «guerra suja» dirigida contra o povo colombiano

Bulgária, comício do PC

Cem mil pessoas concentraram-se no estádio Vassil Levski, em Sófia, numa manifestação de apoio ao Partido Comunista Búlgaro.

Nesta concentração, em que esteve presente Peter Mladenov, presidente do PCB, Alexander Lilov dirigiu um apelo a todas as forças políticas para que assinem um acordo sobre a «passagem pacífica para a democracia e o entendimento nacional».

Entretanto, o Conselho da Europa decidiu enviar observadores às próximas eleições na Bulgária, na sequência do pedido de Sófia para beneficiar do estatuto de convidado especial junto da Assembleia Parlamentar daquela organização.

As eleições na Bulgária deverão realizar-se, em princípio, em Junho.

Greves na Grécia

Uma vaga de greves prossegue por toda a Grécia, afectando vários sectores de actividade, com particular incidência nos transportes.

Como resultado destas greves, há sérias irregularidades no funcionamento dos transportes, quer em Atenas, quer nas ligações ferroviárias nacionais e internacionais.

163 milhões de latino-americanos vivem na miséria

Aproximadamente 163 milhões dos cerca de 340 milhões de latino-americanos vivem na «extrema miséria», informou a comissão económica das Nações Unidas para a América Latina (CEPAL).

Na última década, o número de latino-americanos pobres aumentou mais de 30 por cento, assinala a CEPAL. A enorme dívida externa, barreira intransponível ao desenvolvimento económico do continente, é uma das causas fundamentais do empobrecimento.

O problema provém dos anos 60, quando o Ocidente impôs aos povos latino-americanos condições desiguais de intercâmbio económico-comercial, acentua a CEPAL. A transformação da América Latina numa fonte de matérias-primas do Ocidente e num mercado para os seus produtos acabados provocou um atraso científico-tecnológico sensível do continente.

EUA exigem a Tóquio pagamento da manutenção das suas tropas no Japão

O Japão deve pagar totalmente as despesas com a manutenção das tropas americanas no seu território, disse à cadeia de televisão «CNN», Richard Cheney, secretário da Defesa dos EUA.

O chefe do Pentágono salientou que Tóquio deveria pagar totalmente a manutenção das bases e instalações militares dos EUA no Japão e os vencimentos do pessoal nipónico que trabalha nas bases.

É a primeira vez que os Estados Unidos exigem o pagamento total das suas despesas militares no Japão. O seu montante anual é de 6 mil milhões de dólares, salientou a agência «Kyodo Tsushin», citando fontes diplomáticas japonesas. O Japão gasta 2,8 mil milhões de dólares para a manutenção das bases.

O aumento da soma exigiria a revisão do acordo bilateral sobre o estatuto das Forças Armadas dos EUA no Japão, assinalam analistas japoneses. Tóquio considera que, na actual situação política interna e internacional, este trabalho pode esbarrar com grandes dificuldades.

Washington, todavia, não compartilha este ponto de vista, afirmando não existirem barreiras intransponíveis ao aumento das despesas do Japão com a manutenção dos cerca de 50 mil militares americanos aquartelados no arquipélago.

«Nova política» para a Etiópia

O presidente etíope, Mengistu Hailé Mariam, anunciou ontem na sessão inaugural de um plenário do Partido Operário da Etiópia, o lançamento de uma «nova política» para o país.

O programa, que tem por objectivo defender a unidade e a integridade territorial do país ameaçado pelo separatismo eritreu e da província do Tigre, e resolver os flagelos económicos e sociais, entre os quais está a fome, prevê a criação de um novo partido, aberto a todas as classes e camadas da sociedade etíope e a criação de uma economia mista.

O novo partido, criado na base da unidade democrática do povo etíope, dará amplos direitos democráticos a todas as etnias e defenderá os interesses dos seus militantes, independentemente da sua nacionalidade, religião e condição social.

Deverá também criar condições favoráveis à reintegração da oposição como elemento da Aliança Democrática do povo etíope, na vida política do país, frisou Hailé Mariam, que é secretário-geral do POE.

O governo, continua a envidar esforços para uma solução pacífica do problema eritreu, disse Mariam, responsabilizando pela falta de resultados das conservações a actividade destruidora dos grupos separatistas e de oposição.

Nas estruturas económicas da Etiópia reinará uma economia mista, baseada nas propriedades estatal, privada e cooperativista, assegurou o presidente.

A política externa da Etiópia continuará a ser de cooperação com todos os países na base da fidelidade mútua à paz, realçou Mengistu Hailé Mariam.

Internacional

ÁFRICA AUSTRAL

Paz e desenvolvimento necessidade urgente

Positiva. Foi assim que os dirigentes dos países da Linha da Frente, reunidos em Lusaka, a 27 e 28 de Fevereiro, qualificaram a situação que hoje se vive na zona austral do continente africano.

Os presidentes de Angola, Botswana, Zâmbia, Zimbabwé, Tanzânia e Moçambique sublinharam, nesta apreciação, acontecimentos tão significativos como a proximidade da proclamação da independência da Namíbia, a concretizar dia 21 de Abril, e a libertação de Nelson Mandela, libertação que além do mais simboliza as novas realidades que se estão a afirmar na África do Sul, abrindo o caminho ao fim do *apartheid*.

Na reunião na capital zambiana, os chefes de Estado africano consideraram que a legalização do Congresso Nacional Africano (ANC) e outras organizações anti-*apartheid* criaram uma atmosfera propícia conducente ao início das negociações entre os representantes da maioria negra e as autoridades de Pretória.

Os factos indicam que é neste sentido que as realidades estão a evoluir. Numa situação ainda tensa embora, já se fala de irreversibilidade dos caminhos encetados e sem dúvida hoje é de paz e de desenvolvimento que se trata. Dificuldades são inevitáveis. Mas as perspectivas tendem a ficar cada vez mais claras. E num sentido favorável aos povos de África.

Angola Paz e desenvolvimento

Cento e oitenta e sete pessoas morreram de fome, até 17 de Fevereiro deste ano, em várias localidades do município de Chiange, também em virtude de uma seca que bloqueou o desenvolvimento agropecuário da região. A população está a abandonar as aldeias e a concentrar-se na vila de Gambos, tentando assim a sobrevivência. Os sectores da população mais atingidos são os grupos etários particularmente vulneráveis, concretamente, crianças, velhos e mulheres grávidas.

A notícia, que data de há poucos dias, não é do género das que costumam aparecer pelos nossos órgãos de informação. Reflecte entretanto, de forma particularmente cruel, a dimensão dos problemas que hoje se vivem no continente africano. A imperiosa necessidade de paz e desenvolvimento. Que hoje, finalmente, parecem ter portas abertas.

Estas preocupações estão bem presentes na vida política angolana, num momento em que é do fim da guerra e de superação das suas sequelas que se trata.

Na abertura da reunião sobre a revisão intermédia do programa de cooperação, que conta com a assistência do programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD), o ministro angolano das relações exteriores, Pedro de Castro Van-Dunen «Loy», divulgou números referentes aos custos da guerra. O custo directo e indirecto da agressão sul-africana a Angola, durante o período de 1980-88, é avaliado em cerca de 30 milhões de dólares.

Muito recentemente a Assembleia Geral da ONU aprovou uma resolução sobre a assistência internacional para a reabilitação económica de Angola, nomeadamente uma ajuda, na abertura das conversações com o seu homólogo sul-africano «Pik» Botha. E acrescenta que não haverá também integração económica da região se a paz e estabilidade não se estabelecerem em Angola, Moçambique e na Namíbia. Linhas de um processo que passam necessariamente pela África do Sul.

E é assim que, neste mesmo encontro, o ministro angolano exorta «os compatriotas da Unita a deporem as armas e a conformarem-se com os acordos de Gbadolite, de modo a permitirem o diálogo, para o qual o governo angolano continua e continuará aberto». E simultaneamente exprime a convicção de que «a África do Sul, que historicamente esteve na base da sobrevivência da Unita, não deixará de contribuir para a sua transformação radical de instrumento de destruição em instrumento de construção».

Um processo nada fácil. Neste momento, e apostando embora no diálogo político, o governo angolano decidiu novo bombardeamento da Jamba, onde se encontra localizada a principal base da Unita. Medida que se deve, de acordo com o comentário do ministério de Defesa angolano, «à insistência de Savimbi em massacrar a população e destruir infra-estruturas económicas e sociais».

«Loy» anunciou entretanto o relançamento do processo de conversações directas com a Unita sobre a paz em Angola, no espírito de Gbadolite.

«A paz e a estabilidade são instrumentos absolutamente indispensáveis para o desenvolvimento económico de Angola, que é a base fundamental do desenvolvimento económico integrado da região», sublinhou.

Estabilidade

Mas o desenvolvimento não depende unicamente de medidas de carácter económico. E tão-pouco está apenas nas mãos do governo angolano.

«Não haverá desenvolvimento económico enquanto não houver estabilidade», disse «Loy», falando, em Luanda para compensação dos danos materiais causados pela agressão sul-africana.

Para o ministro angolano, trata-se agora de concentrar os recursos financeiros do PNUB em projectos de impacto rápido destinados a aumentar a produtividade em sectores que permitam substituir importações e diversificar as exportações. Neste sentido, a prioridade é reorganizar e melhorar a gestão económica e financeira, remonetarizar a economia, reactivar a produção interna de alimentos e reabilitar a capacidade industrial.

Reformas políticas

Os factos necessariamente interligam-se, e num momento de profundas transformações na África Austral, em que se avança num processo de paz, tem início o fim do *apartheid*, e o diálogo está na ordem do dia como instrumento de solução de problemas — o aprofundamento da democracia, a mais ampla participação popular, adquire particular acuidade.

Reunido em fins de Fevereiro, o Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho estudou as teses ao próximo congresso e outros documentos que «preconizam a introdução de substanciais transformações com vista à reforma do sistema político».

Defende-se, neste momento, o sistema de partido único, mas afirma-se também que, em condições objectivas de paz e de segurança internacionais, o sistema político actual possa evoluir de modo realista para um sistema político multipartidário «que respeite a história e a realidade do nosso país».

Cartaz de Antonio Saura, Espanha, «Morte ao Apartheid», 1983

A solidariedade internacional contribui também para a libertação de Mandela. Hoje ela uma vez mais se impõe para a definitiva libertação de todos os presos políticos na África do Sul

ÁFRICA DO SUL
Presos políticos em greve de fome

Trezentos e quarenta e três presos políticos do sector de alta segurança da prisão de Robben Island, entraram em greve de fome, por tempo indeterminado, para exigir a sua libertação.

Recorde-se que quando da declaração de 2 de Fevereiro, o presidente sul-africano Frederik De Klerk, havia-se comprometido a libertar todos os presos políticos que não estivessem condenados por «terrorismo».

Para o ANC, esta diferenciação não tem qualquer razão de ser, tendo em conta o terrorismo de Estado praticado pelos racistas no quadro do estado de urgência imposto nos *ghettos* negros.

Para o ANC, um dos obstáculos maiores às conversações com o governo de Pretória é a não libertação «da maioria dos presos políticos». Libertação que hoje assume carácter de particular urgência, com a greve de fome entretanto iniciada.

Também a conferência de bispos da África Austral apela à amnistia geral aos exilados e presos políticos, de par da exigência da retirada das tropas que patrulham os bairros negros.

Avante!
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«(...)Ao fazer-se um balanço de 50 anos de luta não pode deixar de considerar-se como foi possível que, nas condições da ditadura fascista, sofrendo as maiores perseguições, sendo o alvo principal da repressão, o PCP se tenha tornado um influente partido nacional, a grande força política da Oposição.

Isso foi possível, antes de mais, porque o PCP é o partido da «única classe verdadeiramente revolucionária», o proletariado, do qual recebe o espírito de organização, de disciplina e de abnegação.

Foi possível porque o PCP se guiou pela teoria científica do proletariado, o marxismo-leninismo, na base da qual definiu a sua orientação política e uma táctica e métodos de organização e acção adaptados às condições existentes, e forjou, segundo os princípios do centralismo democrático, uma sólida unidade e uma forte disciplina, sem as quais teria sido destroçado pelas sucessivas vagas do terror fascista.

Foi possível porque, em 50 anos de luta, o PCP revelou-se como a única força política capaz de encarnar e defender, nas mais difíceis condições e ao preço dos maiores sacrifícios, os interesses vitais dos trabalhadores, do povo e da nação portuguesa, de encabeçar a luta pela liberdade, a independência nacional, a democracia e o socialismo; a única força que (...) empunhou sempre o facho da esperança e da confiança na vitória.

Foi possível porque o PCP considera que a sua acção como vanguarda é inseparável da acção da classe e das massas, e soube colocar-se à frente das massas e ligar-se a elas na sua actividade diária.

Foi possível porque, ao longo de 50 anos, o PCP forjou sucessivas gerações de militantes revolucionários inteiramente dedicados à causa dos trabalhadores, suportando com coragem e heroísmo as mais duras provas e dando, em numerosos casos, as suas vidas.

Foi possível, ainda, porque o PCP é em Portugal o porta-estandarte da causa internacional do comunismo e beneficia dos êxitos, das vitórias, da solidariedade da URSS e do campo socialista, da classe operária de todos os países, do movimento comunista internacional.

Tais as razões fundamentais dos êxitos e vitórias do PCP, da sua continuidade e progressos nas condições de clandestinidade; da criação das suas indestrutíveis raízes nas fábricas, nos campos, nas escolas, nos meios intelectuais; da criação e publicação regular do orgão central e outra imprensa clandestina, sem interrupção nos últimos 30 anos; do sucesso de milhares de lutas de massas e acções políticas que dirigiu; da confiança e do amplo apoio das classes trabalhadoras, de intelectuais, da juventude. Tais as razões por que o PCP se desenvolveu sob a ditadura fascista, enquanto todas as outras organizações operárias e democráticas existentes em 1926 e a quase totalidade das que se formaram ulteriormente não resistiram à repressão e desapareceram da cena política.

(...)

O PCP é a mais antiga das formações políticas existentes. É ao mesmo tempo a mais jovem, pelos seus ideais, pelo seu programa, pelo seu dinamismo, a sua energia, a confiança dos seus militantes, a adesão da juventude às suas fileiras. Nenhuma outra força política portuguesa tem um passado de luta que se lhe possa, mesmo de longe, comparar. Nenhuma outra, no presente, se lhe pode comparar em organização e em influência. Nenhuma outra tem diante de si mais amplas perspectivas. Comemorando um passado de 50 anos, o PCP está plenamente confiante em que o futuro lhe pertence, em que realizará as tarefas a que se propõe.

Ao comemorar 50 anos de luta, o PCP reafirma o seu objectivo supremo, que é a razão de ser da sua existência e a sua tarefa histórica: a vitória da revolução proletária, a construção do socialismo e do comunismo em Portugal.(...)»

(«50º aniversário do Partido Comunista Português» - «Avante», VI série, nº 427 (especial), Março de 1971)

★ 50º aniversário PCP

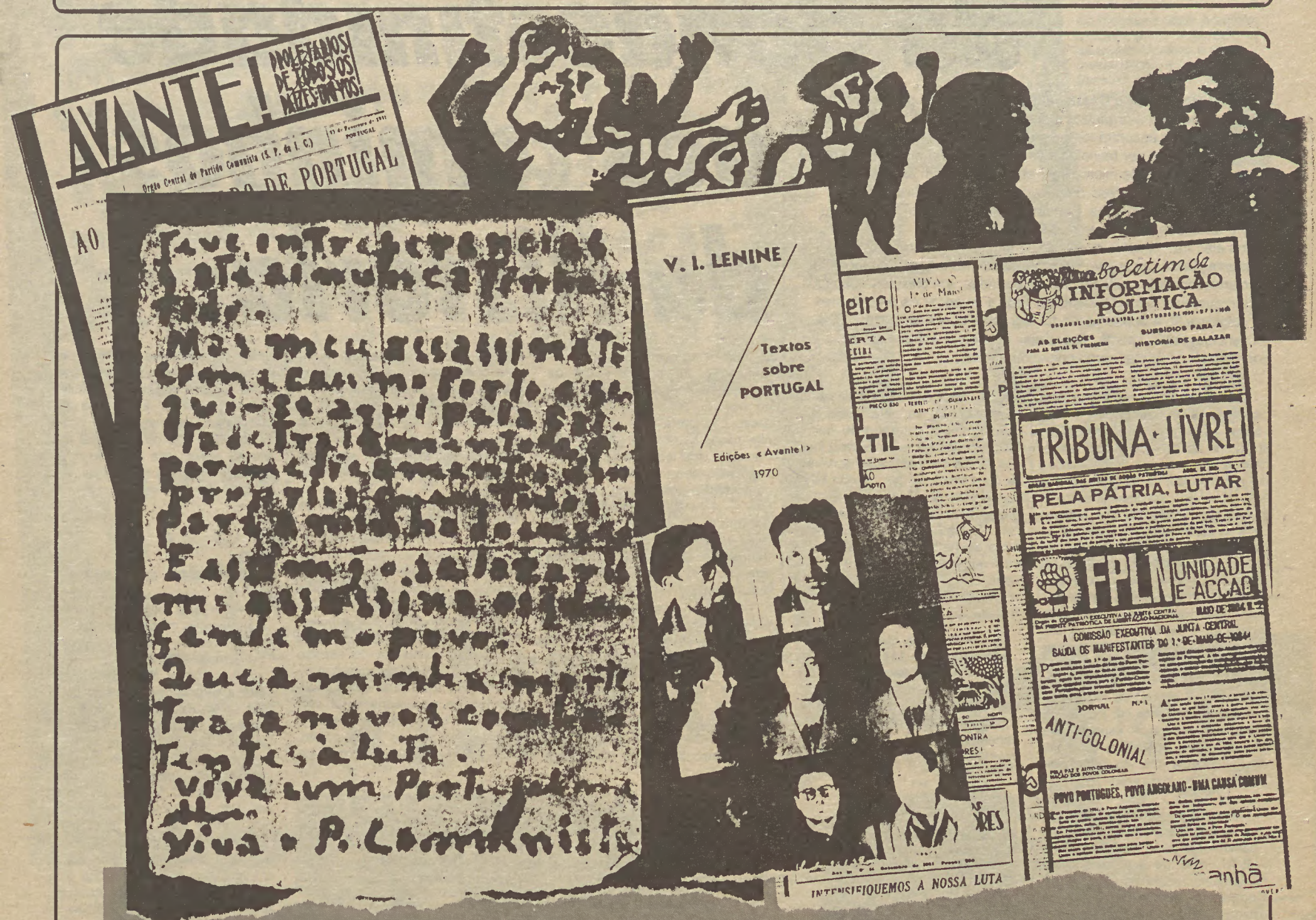
CAMPANHA DE FUNDOS

Avante camaradas! Enviai as vossas rubricas para a Campanha de Fundos do Cinquentenário.

Em Foco

Avante!

Ano 60 – Série VII
N.º 845
8 de Março de 1990
3.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente



PCP organiza matéria documental

Os caminhos da História pela História do Partido

No XII Congresso do Partido realizado em Dezembro de 1988 foi aprovada uma moção que explicitava a urgência da recolha do património e dos testemunhos da história do PCP, tendo por horizonte imediato a adopção de medidas que concretizassem a organização do riquíssimo espólio da acção dos comunistas na vida nacional e, concomitantemente, a construção de algo que, por um lado, recolhesse, organizasse, preservasse e tornasse acessível esse espólio fundamental da vida portuguesa e, por outro, enriquecesse a capacidade de intervenção do Partido.

Em rigor, essa moção aprovada em Dezembro de 1988 na reunião magna dos comunistas não veio descobrir nada de rigorosamente novo ou desbravar territórios virgens, dado que havia já um grupo de trabalho organizado em torno desse objectivo. Mas urgia um projecto estruturado que desse corpo à iniciativa e — importa realçar — a moção aprovada no XII Congresso deu força e objectividade a essa urgência. A partir daí a equipa entretanto pré-constituída tornou-se mais nítida e operativa, debruçando-se concretamente sobre a estrutura e articulação de funções que iriam disciplinar a sua actividade de modo a que — repartidas as tarefas no colectivo — se desse início ao trabalho concreto.

E deu-se. Neste momento já muito se fez e, sobretudo, já muito se estruturou para que se alcance a concretização dos objectivos propostos. Começando pela organização de toneladas de material emergindo do labirinto da clandestinidade, continuando na recolha de testemunhos orais cujo registo tem exigido um trabalho complexo e aturado — e tudo na decorrência de um esforço metodológico e científico que continua a depender da articulação sábia entre o que foi pré-estabelecido e o que se tem de recriar na acção concreta — o trabalho avança e já tem muito que dizer.

Para ouvir tudo isso fomos entrevistar dois dos responsáveis pelo trabalho, os camaradas **Elói Rodrigues** e **Costa Feijão** (o último com currículo internacional neste tipo de actividade), matéria de que damos conta nas páginas seguintes. Uma nota ainda para a óbvia contribuição que este organismo (chamemos-lhe provisoriamente assim) já está a dar para a comemoração do 69.º aniversário do Partido que ocorre este ano e, mais dilatada e circunstanciadamente, para o 70.º aniversário (a organizar no próximo ano, é claro). Como nos sublinharam os nossos entrevistados, esta iniciativa do Partido não fica espartilhada pela sua óbvia componente técnico-científica, antes tem bem presente os objectivos políticos do Partido e da sua acção quotidiana, sobretudo hoje, quando «a história do PCP, como a do movimento comunista internacional, é uma arma de arremesso que muitos tentam utilizar contra nós», desenvolvendo «um conjunto de teorizações e deturpações em torno da história do Partido, tentando iludir características essenciais do PCP e o seu papel na luta contra o fascismo, a sua inserção no movimento operário nacional e internacional e o lugar central que ocupou na conquista da liberdade e da democracia e no processo revolucionário do 25 de Abril», como nos realçaram os nossos entrevistados.

■ *H. C.*

Do labirinto da clandestinidade aos caminhos da História

Elói Rodrigues e **Costa Feijão** integram o grupo de trabalho que está a organizar a documentação histórica do Partido. Fomos encontrá-los numa sala forrada de dossiers e habitada por tecnologia vária — computadores, aparelhos de leitura de micro-filme, etc. — tudo num ambiente climatizado onde os níveis de humidade e temperatura são rigorosamente controlados. Sentámo-nos à mesa e o diálogo fluiu com a facilidade das coisas que se tratam por tu.
Como eles tratam estas questões de pesquisa, organização e conservação de um acervo de informação que emergiu ao labirinto da clandestinidade muitas vezes às carradas, em caixotes atulhados e sem qualquer nexo. Desembalar tudo e começar os preliminares da catalogação e conservação foi logo uma tarefa ciclópica... Que foi vencida, naturalmente. Agora eles já contam outras coisas, connosco a perguntar como começou aquilo.

Avante! — Como e porquê surgiu este organismo?

Elói Rodrigues — Trata-se de um grupo de trabalho que já existe há dois anos e surgiu da necessidade, por um lado, de recolher um valioso património documental sobre a história do Partido, da luta antifascista e do movimento operário e, por outro, também no interesse do estudo e divulgação de aspectos da história do Partido, de questões importantes no quadro do grande debate ideológico que se trava neste momento. E também para responder à ofensiva ideológica actual do capitalismo; num momento em que este é apresentado quase como «virtuoso», é importante recordar o seu desenvolvimento em Portugal e recordar também os aspectos da luta da classe operária e do papel do PCP nessa luta, no sentido da liberdade e do progresso.

Mas foi no XII Congresso que se decidiu pela necessidade de desenvolver este trabalho...

E.R. — .... De facto este grupo de trabalho existia já antes do XII Congresso, mas a moção então aprovada, que apontava exactamente para a recolha do património e dos testemunhos da história do Partido e para a adopção de medidas tendentes à elaboração da história do Partido, veio reforçar a necessidade do trabalho que aqui desenvolvemos...

Costa Feijão — Convém acrescentar que a equipa pré-existente necessitava de um projecto estruturado para dar corpo aos objectivos propostos, e, nesse sentido, a equipa debruçou-se quanto à estrutura e articulação de funções que iriam disciplinar a sua actividade e, repartidas as tarefas no colectivo, deu-se início ao trabalho concreto.

— Quando?

C.F. — Com uma equipa estável e com trabalho regular, só a partir de Abril de 1988.

Problema da conservação

— Tecnicamente, com que tipo de materiais é que se está a lidar?

C.F. — Em termos de suportes de informação, os materiais onde ela está contida chegam até nós por diversas vias: informação impressa, oral e visual. Portanto o espectro de materiais a recolher e a tratar é diversificado, exigindo cuidados específicos não só pela sua variedade como pela qualidade dos suportes que, em termos de tempo, variou bastante. Um exemplo concreto: num «Avante!» de 1934 o papel não é igual ao dos anos 50 ou 60 e as condições de conservação em que sobreviveram alguns exemplares exigem condições de intervenção diferentes, não só pela idade mas também pela deterioração que o tempo provoca. Um outro caso: uma das fontes de informação porventura mais preciosa que importa recolher e tratar é a informação oral. A memória do colectivo não está escrita, os agentes históricos que participaram na histótria do Partido não são necessariamente intelectuais nem historiadores, mas possuem o conhecimento da história que importa reter.

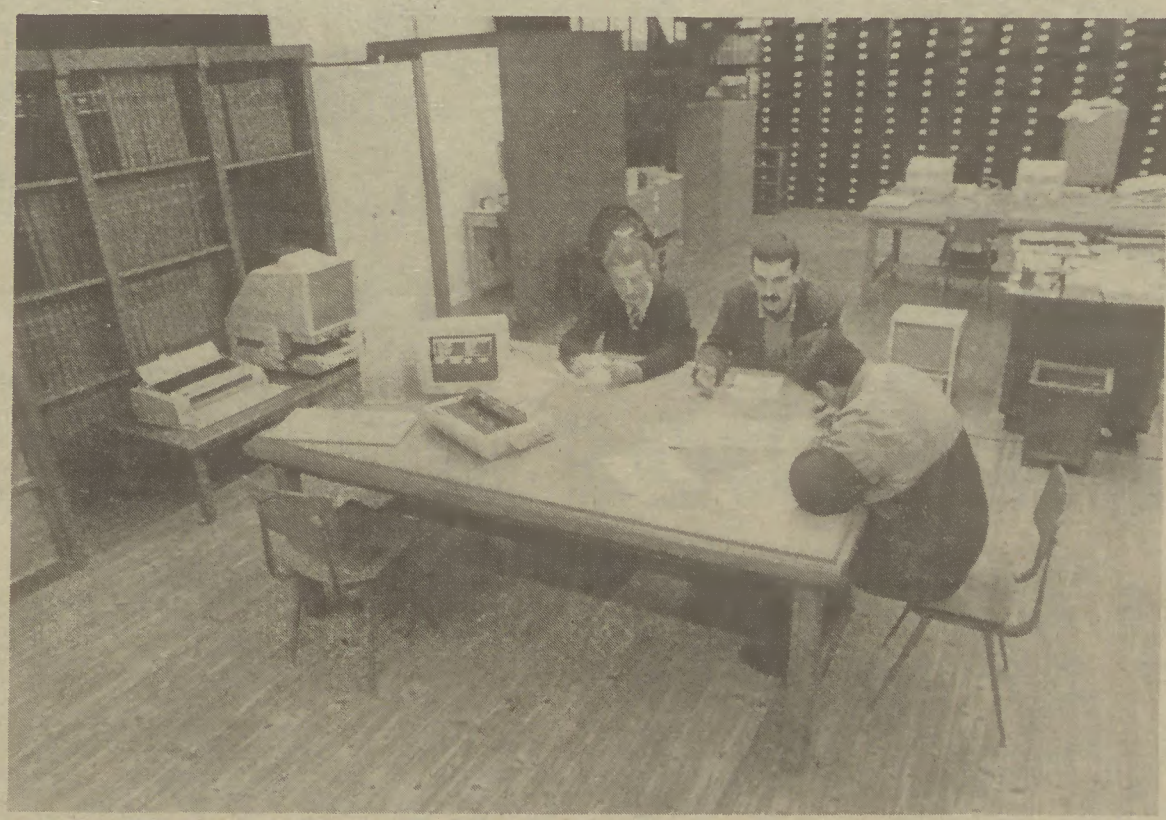
— Isso exige materiais e disponibilidades técnicas talvez vastas... como fazem?

C.F. — Concretamente em relação à informação oral iniciou-se um trabalho de recolha em gravação sonora e vídeo de camaradas que viveram nos anos 30/40, cujos depoimentos visam reter uma vasta experiência que, de outra forma, se perderá.

— Um trabalho de tal envergadura deve ser moroso e tecnicamente complicado...

E.R. — Sim, é verdade. Em primeiro lugar é necessário garantir um mínimo de condições físicas de conservação dos documentos; é preciso arranjar condições de climatização dos locais de armazenamento, é indispensável combater a degradação natural dos documentos, especialmente os mais antigos e em papel, estando-se atento a questões como a acidez do papel, os insectos, a infestação, etc. Depois, para que os documentos possam ser de facto utilizados, é preciso tratá-los do ponto de vista da organização, até porque dadas as condições históricas em que o Partido viveu no período da clandestinidade, boa parte dela chegou até nós não organizada e estruturada. Por outro lado tem que se proceder também à descrição física dos documentos — a chamada catalogação — e também à descrição do conteúdo, ou seja a indexação. Será a partir dos catálogos constituídos com estas duas operações que depois é possível pesquisar os documentos...

C.F. — ... Ainda a propósito da conservação, não é só o espaço de armazenagem que é considerado em termos suficientes para a sobrevivência dos materiais; e o projecto desde o início considerou como fundamental a adopção do micro-filme para efeitos de divulgação — o que veremos mais adiante — mas igualmente como técnica de salvaguarda dos originais do manuseamento dos utilizadores. Digamos que a conservação é muito mais do que o guardar, arrumado. Ainda neste aspecto há que considerar que as condições deficientes em que as fontes se encontraram durante anos de clandestinidade, não chegaram até nós nas melhores condições, donde o projecto contemplar logo de início a necessidade de intervenção do restauro, de papel e encadernação.



«Numa sala forrada de dossiers e habitada por tecnologia vária...»

Como utilizar

— Entretanto como poderá a documentação ser acessível e utilizada?

C.F. — Logo que o projecto atinja uma fase considerada suficiente para que o acervo de documentos já controlados possa ser acessível (o que pensamos para breve), é nosso objectivo, de acordo com as directivas do Partido, criar as condições de consulta dos materiais que entretanto vimos trabalhando.

— Isso significa o arranjar de um espaço físico...

C.F. — Primeiramente este trabalho pode chegar ao público por iniciativa própria deste organismo, através de publicações de fontes documentais, de relações de fontes de informação destinadas a potenciais utilizadores. Quer dizer: esta acção não necessita de espaço para consulta. Contudo a riqueza de informação, a raridade dos conteúdos tornam necessariamente este organismo um centro de interesse privilegiado para a investigação, pelo que se terão de encontrar formas directas e indirectas de acesso à informação documental entretanto reunida.

— Então como se vai resolver o problema da consulta directa aos documentos?

E.R. — Vai-se recorrer a diferentes soluções, tendo em conta também que existirão diferentes tipos de utilizadores. Por um lado vai ser necessária uma sala de leitura, problema que não está ainda resolvido, onde investigadores especializados ou organizações e camaradas interessados possam fazer as suas consultas. Para um tipo mais geral de utilizadores — estudantes, professores, jornalistas, o público — que já hoje fazem frequentemente solicitações ao Partido que não podem ser respondidas por impossibilidade técnica, estão-se a criar condições para que possam consultar em micro-filme os documentos que pretendam. Pensamos que ainda durante este ano será possível que tenham acesso aos micro-filmes da imprensa partidária clandestina, nomeadamente o «Avante!» e o «Militante».

Métodos modernos

— Em que tecnologia e critérios assenta o vosso trabalho — é tradicional, dispõe de meios modernos... como é?

C.F. — Bom, seria anacrónico darmos corpo a este projecto no limiar do século XXI baseando a metodologia operativa em procedimentos, recursos, recursos humanos e espaços e, por outro lado, criarmos condições de localização de informação rápidas, precisas e objectivas. Não inventámos nada. Adoptámos normas internacionais de tratamento de documentação, quer quanto à catalogação, quer quanto à linguagem documental, isto é, a normalização de termos para classificar informação, que é igualmente normalizada para pesquisa. Além destes processos recorremos necessariamente às novas tecnologias, avançando logo de início com um sistema documental informatizado.

—Podem pormenorizar essa questão da informática?

E.R. — Está-se a constituir uma base de dados em suporte informático que poderá ser consultada e pesquisada directamente pelos utilizadores. Por outro lado a utilização da informática permite que os pontos de acesso aos documentos — ou seja os critérios a partir dos quais a informação pode ser pesquisada — sejam bastante diversificados. Exemplos: por autor, títulos, assuntos, palavras-chave, data, local, etc.

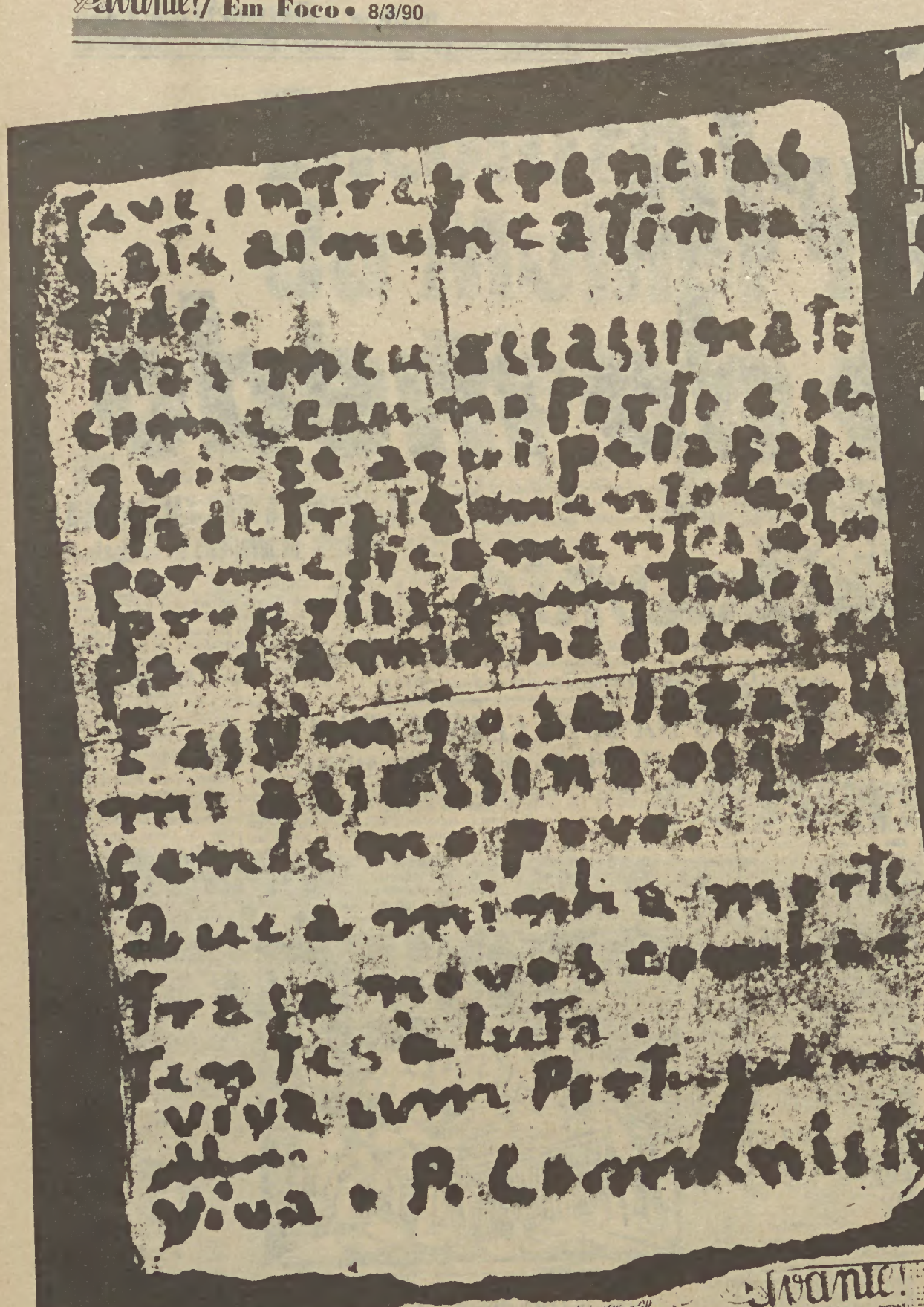
— Isso aponta para a rapidez e eficácia da consulta...

E.R. — Sem dúvida. A experiência existente em bibliotecas e centros de documentação demonstra que é possível pesquisar lotes de milhares de documentos num espaço de tempo muito curto.

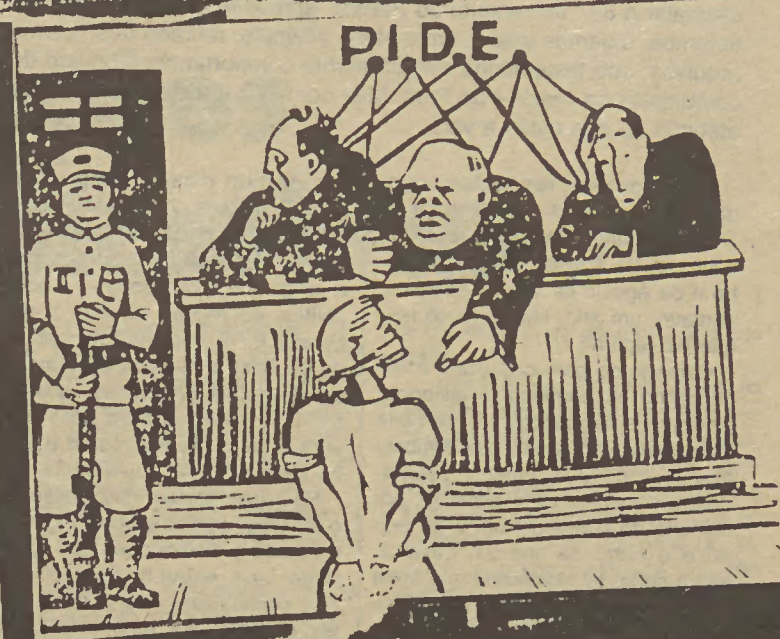
Um trabalho político

— Então este projecto é essencialmente de carácter técnico-científico?

E.R. — Não. O interesse deste projecto para o Partido ultrapassa em muito os aspectos técnicos e de investigação. O aprofundamento do conhecimento da história do Partido é fundamental também para a for-



«O interesse deste projecto ultrapassa em muito os aspectos técnicos e de investigação, é fundamental também para a formação dos militantes e para a coesão ideológica do Partido»



mação dos militantes, e para a coesão ideológica do Partido. Hoje pretende-se fazer da «história» uma arma de arremesso contra o PCP, na actual e aguda luta de ideias. Proliferam, ao lado de alguns trabalhos sérios, artigos em jornais, ou em publicações de carácter científico, que deturpam e falseiam a história do PCP.

Apresenta-se o Partido como «histórica» e «estruturalmente» estalinista e antidemocrático. Transpõe-se para o PCP, ao arrepio do seu percurso específico, os aspectos mais negativos e dramáticos da história do movimento comunista internacional. Faz-se da longa e rica vida do PCP uma sucessão de lutas internas, e de exclusões. Cometem-se os mais absurdos anacronismos, analisando-se acontecimentos, ideias e posições do PCP de há 20 ou 40 anos, à luz das realidades e ideias actuais, e do conhecimento de factos que só agora se possui. Subestima-se ou omite-se o papel essencial do PCP na luta da classe operária e do povo português pelo progresso social, a liberdade e a democracia. Escamoteiam-se características que o PCP foi afirmando, ainda que de forma diversa, ao longo da sua história, como o trabalho colectivo e a democracia interna, e o respeito e valorização das liberdades democráticas no seu projecto de transformação revolucionária da sociedade.

A divulgação repetida destas «versões históricas» causa evidentes prejuízos ao Partido, e reflecte-se mesmo no seu interior. Por isso, a elaboração e divulgação de estudos sérios e objectivos, não fugindo às dificuldades e aos aspectos contraditórios, que o nosso trabalho pode proporcionar, será um precioso contributo para um conhecimento fundamentado e rigoroso da história do PCP.

Saber quem somos

No XIII Congresso estará em discussão a questão da identidade do PCP. A identidade do Partido hoje é também fruto da sua história. Conhecer donde vimos, é essencial para sabermos quem somos e o que queremos. O projecto aponta também para aí...

C.F. — Em suma, o projecto em marcha visa essencialmente contribuir de uma forma activa para o enriquecimento da memória colectiva do Partido, garantir a sobrevivência das fontes de informação do passado dos comunistas portugueses e intervir na batalha ideológica, contrariando as deturpações e subverções da realidade objectiva que certa investigação (por falta de dados ou intencionalmente), tem produzido.

A classe operária e todos os trabalhadores irão ter ao seu dispor, pela primeira vez em Portugal, uma base de dados sistematicamente organizada sobre as suas lutas, sobre os movimentos de unidade antifascista, e terão garantida a sobrevivência física do legado político das gerações que nos antecederam.

Há uma cultura de classe a preservar, há uma área de pesquisa histórica a desbravar, há um novo arsenal para as grandes batalhas ideológicas deste final de século.

— Uma última pergunta, que o espaço é pouco: para o ano teremos o 70.° aniversário do Partido. Está já a preparar-se alguma coisa com base neste projecto?

C.F. — A participação desta equipa nas comemorações do 70.° aniversário desenvolver-se-á, necessariamente, a dois níveis: primeiro, facultando os instrumentos de pesquisa para trabalhos de investigação ou iniciativas relacionadas com o aniversário; segundo, participando na preparação do trabalho de difusão de documentação reunida. ■

A burla filha do medo

Já que abrimos este «Em Foco» com o projecto do PCP, actualmente em fase avançada, de organizar e tornar operativo o riquíssimo acervo de materiais que testemunham e historiam a sua intervenção na vida política nacional desde a formação e dado que estamos a assinalar o 69.º aniversário do Partido, aproveitamos para dar à estampa, digamos assim, um curioso exemplo, retirado dos nossos arquivos, que testemunha singularmente a importância e o peso dos comunistas na História do País. Mas por favor: prestem muita atenção ao que estão a ver!

Aparentemente, temos dois exemplares do «Avante!» clandestinos.

Um, segundo as datas, é da 1.ª quinzena de Agosto de 1961. O outro é de Agosto de 1962. Separa-os, portanto, um ano. Mas será só isso que os separa?

Começando pelo cabeçalho e esmiuçando os pormenores editoriais, verificamos que ambos são da Série VI e, mais difícil ainda, têm também ambos o n.º 304, embora separados, em matéria de publicação, por um ano de diferença: um é do ano 30 e o outro do ano 31. Levando isto a sério, tal significaria que entre Agosto de 1961 e Agosto de 1962 o «Avante!» clandestino teria conseguido o prodígio da publicação de, pelo menos, 304 edições, praticamente ao nível de um jornal diário!

Isto, que à primeira vista parece intrigante, deixa imediatamente de o ser quando olhamos, mesmo por alto, as matérias que cada um trata. E aí percebemos logo que um deles é falso, tão falso pelo menos como a gente que o concebeu — a polícia política do regime fascista, a famigerada PIDE que, na impossibilidade de calar a voz do PCP mau grado as prisões, as torturas, os assassínios e as tipografias destruídas, engendrou a desesperada e peregrina ideia de forjar o «Avante!».

Para isso copiou meticulosamente o logotipo, corpos e tipos, organizou o espaço o melhor que pôde no respeito pela engenhosa paginação dos comunistas, deu à estampa e fez espalhar por todo o País, aos milhares e **também clandestinamente** (utilizando para isso a sua vasta rede de bufos e colaboracionistas) um «Avante!» que mentia grosseiramente.

ANO 30 — SÉRIE VI N.º 304 1.ª QUINZENA DE AGOSTO DE 1961 PREÇO: 1$00

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

ANO 31 — SÉRIE VI N.º 304 — AGOSTO DE 1962

Portugueses de todas as Raças, de uma só Pátria! Uni-vos!

Avante!

Órgão dos trabalhadores portugueses para os trabalhadores portugueses

Tiragem de 170.000 exemplares

«Um depoimento autêntico»...

4 — A FARSA DA PAZ

Toda a gente sabe que o grande jornal oficial da Rússia Soviética se intitula «*Pravda*»; muita gente saberá que este nome, traduzido em português, significa «*A Verdade*»; convém que toda a gente saiba que o próprio nome do jornal é a maior ironia da história contemporânea!

Um jornal que apenas propagandeia doutrinas e teorias erradas; que cala ou falseia as notícias dos dramas que se passam dentro da Rússia e dos países que a Rússia domina com o seu tirânico sistema político e económico; que inventa e mente descaradamente nas informações que dá sobre a vida do mundo livre; — a tal jornal poderá chamar-se a Verdade?!...

Já vimos como, para o Comunismo, todos os meios são legítimos, desde que sirvam o fim que se pretende, e é lógico que só a mentira e a calúnia possam servir tão detestável regime. Eis por que o seu lema tem sido e será sempre o velho conceito de certo corifeu do ateísmo: — «*Mentiu, mentiu, que da mentira sempre alguma coisa fica!*»

Em artigos anteriores, já aqui se disse o que são as mentiras do «paraíso soviético» e da «liberdade» comunista. Tiremos hoje a máscara à farsa da Paz, — da paz de que são pregoeiros e se dizem defensores os maiores fautores de guerra que até hoje o mundo conheceu.

Digamos já que é muito mais perigosa e criminosa esta mentira da *pax comunista*, do que as mentiras do seu *paraíso* e da sua *liberdade*. Quando gritam os soviéticos ao mundo que, lá na sua casa, se vive num mar de rosas — de prosperidade e de riqueza, de fartura e de felicidade, de igualdade e de liberdade, de alegria e prazer —, nós sabemos que se trata apenas de *receita para uso externo*, e que só fará mal aos ingénuos que ainda acreditam em tais patranhas. Mas, quando chegam até nós os seus planos de Paz, as suas propostas de Paz, os seus desejos de Paz, a sua insistente propaganda a favor da Paz, as suas intervenções em conferências da Paz..., logo a experiência e a história dos factos nos ilucidam e nos garantem que estamos a ser vítimas de guerras mais ou menos declaradas, de lutas mais ou menos sangrentas, de subversões mais ou menos violentas, de greves mais ou menos extensas, de bombas mais ou menos destruidoras, de assassínios mais ou menos selvagens, de desordens mais ou menos terroristas. Eis os factos.

Agarrados ao seu fatalismo dialéctico, os doutrinadores e os propagandistas da mística comunista e os generais do descomunal e poderoso exército vermelho não desarmam na tentativa diabólica de submeterem o mundo inteiro à tirania do seu sistema.

O Comunismo é, todos o sabem, uma força essencialmente dinâmica e invasora. Triunfante na Rússia, em 1917, logo iniciou a sua sinistra obra de agitação clandestina, pela acção criminosa das suas quintas colunas, provocando revoluções em todas as nações livres e fomentando as guerras civis. Uma a uma, foram logo vítimas as nações vizinhas da Rússia, que gemem ainda hoje ao pêso do seu tirânico domínio. As promessas da propaganda eram de paz, de libertação, de felicidade; as cruéis realidades delas teve e tem o mundo conhecimento: — as bombas traiçoeiras e as divisões blindadas... o sangue... a escravidão! Duvidam? Perguntem-no à Polónia, aos Estados Bálticos, à Hungria, à Roménia, à Alemanha Oriental, etc.

Quem armou e dirigiu os vermelhos, na guerra civil da Espanha? Quem semeou o Comunismo na China? Quem provocou a guerra na Coreia? e na Grécia? e na Indochina? e na Albânia?

Quem é responsável pelos actos de terrorismo nas repúblicas da América do Sul, e na Argélia, e no Congo, e na nossa Angola?

Haverá ainda alguém que desconheça o *lindo* programa de *paz* e *liberdade* que criou e sustenta o *delicioso* «paraíso comunista» que se gosa em Cuba?!...

(Continua na 4.ª pág.)

O «BOATO»

Cópia de um original de Francisco Valença

NADA DE CON

NOTA INFORMATIVA de Humberto D entre o seu nome e o de

Enviada a um Embaixador no Ri ticade se omite e apensa a nota ofi de Abril de 1962.

Excelência:

No dia 20 de Janeiro p. p. tomei co gradecendo as gentilezas recebidas. I ria encontrar-me com V. Ex.ª por ca mas, na sua ausência, recebeu-me o lheiro. Da bôca deste soube que no s confusão entre os nomes dos general

2. H fusão, por al meiro L, no ponto junte do o

3. me Mar ma Co ter ca dc G

d li

MENSAGEM DO P.C.U.S. A ÁLVARO CUNHAL

Quando do histórico acontecimento do envio aos Cosmos do camarada soviético Yuri Gagarine, em nome do Comité Central do Partido e exprimindo os sentimentos de todos os comunistas portugueses, Álvaro Cunhal enviou uma mensagem de calorosas felicitações ao Partido Comunista da União Soviética, ao Governo e ao povo soviético.

Publicamos a seguir a resposta do grande e fraterno P.C.U.S., vanguarda do movimento comunista mundial, a essa mensagem.

«Ao Secretário Geral do Partido Comunista Português, camarada Álvaro Cunhal.

Querido camarada Cunhal!

Agradecemos do coração ter-nos enviado as felicitações do Comité Central do Partido Comunista Português por ocasião do primeiro voo do homem no cosmos.

O nosso Partido e todo o povo soviético, apoiando-se nas vantagens do regime socialista, continuarão a fazer progredir a ciência, a técnica e a cultura e a esforçar-se por alcançar novos êxitos na conquista do Cosmos, na elevação do bem-estar do povo soviético e na construção do comunismo, conscientes e orgulhosos de que todos os sucessos do povo soviético contribuem para a causa da paz, do progresso e do bem-estar de todos os habitantes do nosso planeta.

Desejamos ao glorioso Partido Comunista Português novos êxitos na sua nobre actividade.»

O Comité Central do Partido Comunista da União Soviética

explosões de ... seus revólveres com mauser-rola, é, com razão, tido como sólido cidadão. Isto não é verdade no que respeito a Galvão».

Descreve pois o autor a velha história, verdadeira, de H. Galvão se ter apoderado, quando jovem militar, de umas belas portas do Convento de Mafra, onde funciona a Escola Prática de Infantaria. Refere-se ainda ao rumor público de peculato da parte de H. Galvão (Escudos 300.000) na exposição colonial do Porto, acusação renovada em Fevereiro de 1961.

4. A par desta reputação de homem com poucos escrúpulos em questões de dinheiro — com o que êle se preocupa como adiante mostrarei — o cap. Galvão aparenta também muito pouco cuidado com a alta fama de mentiroso que o adorna. Na verdade, há uma dezena de anos, quando eu nem seu amigo era, por «panache» e sentimentalismo, fui visitá-lo à prisão, sendo eu o único oficial do *activo* que teve tal coragem, a qual, como reconheceu Galvão, poderia pôr em perigo o recebimento das minhas estrelas de general. Nu-

(Continua na 2.ª pág.)

"EXIJAMOS A PAZ EM ANGOLA!"

— incita um manifesto da Comissão Política

Na sua reunião de Julho, a Comissão Política do Comité Central do Partido analisou a grave situação política nacional e as tarefas que actualmente se colocam ao Partido. Nesta reunião foi também aprovada uma resolução sobre a orientação do Movimento da Juventude que será publicada no próximo «Militante» e um manifesto do qual transcreveremos alguns períodos.

O 30.º aniversário do «Avante!»

30 ANOS NA LUTA CLANDESTINA

PELA DEMOCRACIA, PELA PAZ E A INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Há 30 anos, a ditadura fascista em plena ascensão esmagava uma a uma as liberdades democráticas, arrancava às forças populares todas as suas conquistas obtidas em muitos anos de luta. A publicação do jornal legal do nosso Partido, «O Proletário», era forçadamente interrompida.

Perante o Partido, que então se organizava para a dura luta clandestina, punha-se a importante tarefa de criar um jornal ilegal, capaz de resistir à repressão dos salazaristas e de romper a sua máquina de mentiras e de medo, levando as massas populares a reagruparem-se e a passarem ao ataque contra a ditadura. O Partido precisava dum jornal que educasse a classe operária nas ideias do marxismo-leninismo, que popularizasse as melhores acções de luta e que forjasse uma aliança combativa dos operários e camponeses, agrupando à sua volta todas as outras classes nacionais. A publicação do jornal ilegal do Partido era uma tarefa vital para o destino da luta anti-fascista.

É assim que em 1931 a Direcção do nosso Partido, sob a orientação do camarada Bento Gonçalves, resolve criar o seu órgão ilegal e, em homenagem ao glorioso jornal fundado por Lénine, lhe dá o nome de «Avante!». Desde então, e em 30 anos de publicação, o «Avante!» nem por um momento deixou tombar a honrosa bandeira de comba-

(continua na 2.ª pág.)

PORTUGUESES

A Nação está já a sentir duramente o fardo da guerra em Angola e as suas trágicas consequências.

As dificuldades já existentes na economia nacional agravaram-se e agravar-se-ão extraordinàriamente com o prolongamento desta guerra injusta. Mais de 20.000 contos são absorvidos diàriamente pela guerra colonial, e esse dinheiro não sai da carteira dos magnates colonialistas mas sim do bolso e do estômago dos trabalhadores e dos modestos recursos do campesinato e da pequena e média burguesia urbana.

Mas o nosso povo não está disposto a arcar com o fardo da guerra colonialista e levantar-se-á cada vez mais vivamente contra o desastre para que Salazar o pretende conduzir.

Os protestos populares contra a partida dos soldados para as colónias, as acções do dia 10 de Junho contra a campanha de um dia de trabalho e das receitas dos espectáculos para Angola, a resistência activa e maciça de milhares de trabalhadores contra os «donativos» para a guerra e o magnífico protesto que se levantou contra os novos impostos e que levou já à eliminação do imposto de algumas bebidas, mostram o vivo repúdio sentido pelo povo português contra a política colonialista de Salazar e que é possível fazer recuar o fascismo na corrida a impostos novos.

As valentes acções dos soldados de Leiria, de Évora, de Beja, de Cavalaria 7, de Caçadores 5 e de

(continua na 4.ª pág.)

A unidade de acção é um imperativo

PARA FAZER CESSAR A GUERRA DE ANGOLA

e derrubar a ditadura fascista

O evidente reforçamento da luta libertadora dos povos de Angola, o começo de acções armadas dos patriotas da Guiné, a expulsão do forte de S. João Baptista de Ajudá, o alargamento da unidade de acção dos povos das colónias portuguesas, testemunham o inevitável desmoronamento do colonialismo português.

A recusa do Governo em autorizar a sub-comissão da ONU a visitar Angola, o corte de relações diplomáticas pelo Senegal, acentuam o descrédito internacional de Portugal e são prenúncios dum maior e profundo isolamento diplomático, económico e cultural.

Não ver outra solução que não seja a de continuar com a vergonhosa guerra colonial, como afirma Salazar, significa fazer correr o sangue dos soldados portugueses que morrem diàriamente, não no solo pátrio, não em defesa da Pátria, mas a milhares de quilómetros da Pátria, numa tentativa de salvaguardar os lucros fabulosos e os interesses egoístas dum punhado de colonialistas; significa a chacina de milhares de negros (a Sociedade Missionária Baptista admite serem já 35.000 os que foram massacrados), o despovoamento e a paralisia económica de regiões maiores que Portugal continental.

Continuar, significa, destinar logo após o lançamento de novos impostos, um milhão de contos para a guerra colonial (um mês antes tinham sido destinados 500 mil contos), provocar um imediato aumento do custo de vida, fazer cortes drásticos nas despesas de interesse público. Entretanto, o ministro das Finanças apressou-se já a anunciar na Televisão que iremos «*caminhar inevitàvelmente para uma economia de guerra, para finanças de guerra. Isto é, para restrições, sacrifícios, privações.*

Continuar a sórdida política colonial do Governo, significa pois sacrificar a vida e a saúde de milhares de soldados portugueses; significa forçar as classes trabalhadoras e até mesmo a pequena e média burguesia a custear as despesas de guerra; significa um constante aumento dos preços e a descida do salário real dos trabalhadores; significa lançar novos impostos, a desvalorização do escudo e um maior enfeudamento ao imperialismo.

Os acontecimentos confirmam plenamente as previsões há muito feitas pelo Partido Comunista Português. Poderemos afirmar sem receio que a continuação da política colonial de Salazar lançará o país num verdadeiro «desastre nacional», mas não impedirá que os povos das colónias portuguesas conquistem a liberdade e a independência a que aspiram e têm direito.

A aceitação do princípio da auto-determinação e da independência dos povos das colónias portuguesas é o único caminho que poderá fazer cessar a guerra e que corresponde aos interesses de Portugal. Tal política possibilitaria o estabelecimento de relações fraternas na

(continua na 4.ª pág.)

Tão grosseiramente, que não podia enganar ninguém. Pôr em «caixa» que «o comunismo alastra onde existe o temor, o medo, o oportunismo e a indecisão. Aqui não reside o temor» (ai não!) era uma contrapropaganda tão estúpida que só fazia impressão, nunca confusão, tal como achincalhar o «Pravda» e a sua «farsa da paz» era um desespero demasiado óbvio de quem, no verdadeiro «Avante!» de um ano antes e com o mesmo número, se viu energicamente denunciado pela guerra criminosa em que estava a atolar o País na agressão aos povos das então colónias portuguesas.

Numa coisa tentaram ser um pouco mais subtis: foi no forjar de uma carta do general Humberto Delgado pretensamente a demarcar-se do capitão Henrique Galvão e, pelo meio, a derramar veneno e insultos soezes. Isto ao lado de uma caricatura que pretendia zurzir, precisamente, o boato...

Se hoje esta burla filha do medo, faz rir, na altura fê-lo muito mais. O falso «Avante!» inventado pela PIDE era verdadeiro em várias coisas: como admissão do regime da importância do órgão central do PCP (na edição falsa chegava-se ao ponto de referir uma tiragem de 170 000 exemplares!); como confissão do fascismo quer da sua incapacidade em calar os comunistas, quer da sua desorientação face à tenaz luta antifascista por eles liderada; como sinal de fraqueza crescente que, uma dúzia de anos mais tarde, desabaria estrondosamente com a Revolução do 25 de Abril.

Com o «Avante!», o único e verdadeiro, sempre na primeira linha do combate. ■

O comunismo alastra onde existe o temor, o medo, o oportunismo e a indecisão. Aqui não reside o temor.

Encontro da Mulher Trabalhadora do Distrito de Setúbal

Assinalar o 8 de Março com acções reivindicativas

Em resposta à greve de operárias têxtis americanas, declarada contra o brutal horário de trabalho de 16 horas e os injustos salários três vezes inferiores aos dos homens, os patrões mandaram encerrar os portões da fábrica e várias mulheres morreram queimadas, vítimas de um incêndio então desencadeado. Este facto ocorreu na cidade de Nova Iorque, no dia 8 de Março de 1857, data que, desde a Conferência Internacional da Mulher realizada em 1912, passou a ser assinalada como o Dia Internacional da Mulher.

Associado às comemorações desta efeméride decorreu, no passado sábado, nas instalações da Academia Almadense, o Encontro das Mulheres Trabalhdoras do Distrito de Setúbal, que procurou fazer o balanço da evolução verificada na situação das mulheres trabalhadoras, definir as reivindicações e perspectivas futuras para a acção sindical, tendo por base as conclusões da 2.ª Conferência Sindical das Mulheres Trabalhadoras.

No distrito de Setúbal as mulheres são cerca de 43,3% da população activa. A taxa de desemprego é três vezes superior à dos homens, respectivamente 24,7% e 7,8%, os contratos a prazo, o trabalho clandestino, os despedimentos, a repressão a todos os níveis, são elementos de um quadro degradado que atinge particularmente o sector feminino.

Sábado passado, na Academia Almadense, o Encontro Distrital da Mulher Trabalhadora assinalou o 8 de Março e definiu as reivindicações e perspectivas futuras para a acção sindical

Na prática, a mulher continua a ser objecto de discriminação no trabalho e na sociedade, sendo ela a última a conseguir emprego e a primeira a ser despedida.

O horário de trabalho e os baixos salários são ainda questões, que passado mais de um século e meio sobre as trágicos acontecimentos de Nova Iorque, continuam no centro da luta reivindicativa, específica, das mulheres.

É significativo o exemplo da indústria de vestuário no distrito de Setúbal, em que a percentagem de mulheres atinge em média 96,1 por cento, registando-se casos de 100 por cento no Montijo, Sesimbra e Setúbal. Neste sector, o mais representativo, pelo volume de postos de trabalho e de exportações, da indústria transformadora, os trabalhadores têm um salário base, em média, apenas 10 por cento acima do salário mínimo nacional.

Ao entender de Rita Marcelino, que interveio no encontro em representação do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, **os baixos salários é a causa principal para o predomínio do trabalho feminino no sector.**

Por outro lado, como se afirma na resolução aprovada, nos mais diversos sectores de actividade e empresas, o salário médio das mulheres é inferior ao dos homens em mais de 20 por cento.

Não menos escandalosa é, porém, a duração do horário de trabalho, fixado em 9 horas diárias e 45 semanais. Esta situação é agravada pela conhecida falta de equipamentos sociais de apoio às famílias, como sejam, creches, infantários, centros de dia, centros de cultura e desporto, etc., criando condições de vida insustentáveis às mulheres trabalhadoras.

A violação desumana e prepotente das leis do Estado, da própria Constituição da República e dos direitos sociais consignados dos trabalhadores, tem contado com a complacência e o incentivo do Governo de Cavaco Silva e das anteriores políticas de direita, numa perspectiva estritamente capitalista e exploradora de desprezo pelo trabalho.

Perante esta estratégia feroz, os trabalhadores são muitas vezes forçados a ceder. Tal é o caso da Quimigal em que o Conselho de Administração impôs aos trabalhadores o trabalho em três turnos, incluindo as mulheres, quando a própria lei nacional e a convenção da OIT não autoriza o terceiro turno para a mulher trabalhadora na indústria. No entanto, nas actuais condições de instabilidade, de pressão psicológica e mesmo de ameaça repressiva, as mulheres da Quimigal sabem que a alternativa a não fazer o terceiro turno é a inactividade profissional ou a rescisão de contrato."■

Intervir para um futuro melhor

A Resolução aprovada no Encontro das Mulheres trabalhadoras do Distrito de Setúbal, assinala que em «Portugal e, concretamente, no distrito, com o 25 de Abril, as mulheres alcançaram importantes direitos com especial incidência nos planos laboral e social». Contudo, segundo se anota mais adiante, «as vicissitudes do processo democrático, a ofensiva da recuperação por parte da direita e do capital, o aprofundamento de integração da economia portuguesa no quadro capitalista e de dominação das multinacionais, acabaram por pôr em causa muitas das conquistas das mulheres, particularmente dos seus direitos».

Depois de nomear alguns dos aspectos mais gravosos da actual situação da mulher trabalhadora e de realçar o seu «papel insubstituível na luta mais geral pelo progresso, pela igualdade e pela justiça», o documento avança seis tarefas fundamentais para a acção:

1 — Alertar o Estado, as instituições e a opinião pública em geral, para a situação particularmente discriminatória e subalternizante em que se encontram as mulheres e particularmente as trabalhadoras;

2 — Apelar às mulheres, a todos os trabalhadores e às suas organizações para que intensifiquem os seus esforços e iniciativas com vista à promoção dos direitos e do estatuto das mulheres;

3 — Chamar a atenção dos sindicatos e dos seus dirigentes, para a necessidade de darem mais e maior atenção à participação, integração e aspirações das mulheres, nomeadamente, criando condições de funcionamento ajustadas às limitações objectivas que atingem as mulheres;

4 — Propor o lançamento de uma campanha de informação, mobilização e esclarecimento sobre os direitos das mulheres;

5 — Trabalhar para envolver a grande massa das mulheres trabalhadoras em torno da luta pela obtenção das principais reivindicações defendidas pela CGTP-IN no plano dos Salários, dos Direitos, do Horário de Trabalho, da negociação colectiva, da Formação Profissional, da Saúde e da Higiene e Segurança no Trabalho;

6 — Mobilizar todos os esforços possíveis em torno da discussão, que se irá processar na OIT, sobre o trabalho nocturno para as mulheres. ■

Este ano Há festa! na Atalaia

«A Festa do «Avante!» na Atalaia irá valorizar um espaço envolvente que está vocacionado para o convívio, o lazer. Toda a perspectiva futura de utilização do terreno visa a integração da «festa!» nesse espaço que a rodeia. A Festa valorizará essas características, e será deste modo ela própria, valorizada.» Assim nos define Francisco Lopes, membro do Comité Central do PCP, a filosofia que preside à realização de uma «festa», agora com características novas proporcionadas pela Quinta da Atalaia no Seixal, debruçada sobre o rio Tejo, num terreno verde, belo... e nosso!

A decisão, tomada esta semana pelo Comité Central do PCP de realizar a Festa do «Avante!» nos dias 7,8 e 9 de Setembro surge, segundo Francisco Lopes, «após uma séria ponderação dos diversos factores que estão em jogo». Fazer esta «festa!» num terreno novo, que não possui qualquer tipo de infra-estruturas apropriadas, cria naturais dificuldades».

«Seremos obrigados a transferir para a Atalaia os estaleiros e todos os materiais com que se irá fazer a «festa!» deste ano, vamos ter também de construir as infraestruturas necessárias;tudo isto num ano em que o PCP está também empenhado em outras importantes tarefas, de que se destaca a realização do XIII Congresso».

Segundo Francisco Lopes, a decisão de realizar já este ano a «nova» Festa do «Avante!» levou em conta estas dificuldades de ordem técnica. Uma decisão só possível por ter na base a confiança dos comunistas em poderem assegurar o êxito desta iniciativa com a militância, a capacidade empreendedora e o espírito criativo que os caracterizam.

«Uma decisão que radica na grande importância da «festa!» como realização ímpar no panorama político, cultural e artisticó do nosso país e no grande destaque que tem na vida do PCP como afirmação indesmentível da sua força, influência e capacidade de realização.»

Importância política reforçada num ano em que a Festa do «Avante!» aparece no seguimento do XIII Congresso do PCP, levando Francisco Lopes a dizer que ela surge também «como factor congregador da actividade do Partido, que se projecta na dinâmica partidária para as batalhas políticas de 1991.»

Uma nova fase na vida da «festa!»

Ao mesmo tempo, abre-se este ano uma nova fase na história da Festa do «Avante!», e Francisco Lopes refere-se ao facto de a «festa!», ao possuir terreno permanente, ter condições para considerar a criação de infraestruturas que permitirão assegurar serviços de acolhimento de melhor qualidade.

«Os nossos projectos para o terreno guiam-se pois por uma bitola de valorização do próprio palco da «festa!», apostando no futuro. Para este ano projectamos uma «festa!» diferente: por um lado utilizaremos muitos dos materiais já utilizados em anteriores edições, mas por outro será já possível usufruir de algumas infraestruturas importantes, que apontem para a qualidade das festas futuras».

Ao assumir uma dimensão sem paralelo no nosso país em termos de realizações político-culturais, a Festa do «Avante!» sofreu inúmeros boicotes e dificuldades, impostas ao longo dos anos, obrigando o PCP a mudar várias vezes o local de realização, o que, segundo o nosso interlocutor «condicionou as próprias características deste acontecimento».

«O facto de agora contarmos com um terreno permanente para a «festa!» traduz-se num acrescer de potencialidades que queremos aproveitar. Sucede no entanto que muitas dessas potencialidades, pelo investimento e tempo de execução que exigem, não terão possibilidade de se concretizarem já nesta «festa!»».

Diga-se que as infra-estruturas já disponíveis este ano, e as que vierem a ser construídas no futuro, são projectadas de forma a permitirem que, de ano para ano, seja possível apresentar uma «festa!» permanentemente inovada. Não serão assim «peças» de uma fixidez total, pelo contrário, serão, na medida do possível, flexíveis, polivalentes.

«A este nível, de resto, colocam-se exigências muito elevadas às equipas técnicas já constituídas, para respondermos ao grau de qualidade que exigimos de nós próprios para estes trabalho».

«O pouco tempo disponível para a construção da «festa!» até Setembro e a necessidade de proteger o terreno da Atalaia e salvaguardar o seu aproveitamento equilibrado e racional no futuro, obrigam a acentuar a provisoriedade da maior parte das construções deste ano».

Mas a «festa!» deste ano terá o aliciante dado pela dimensão política, cultural e artística do programa que se pretende concretizar este ano, a que se juntam elementos novos, inerentes ao próprio local onde a Festa do «Avante!» vai passar a acontecer e que nos são referidas por Francisco Lopes: «a excepcional beleza do terreno da Atalaia - o verde, a vista para o rio, o estuário do Tejo tendo Lisboa, Almada, Seixal e Barreiro no horizonte; estes são motivos que a própria decoração da «festa!» tentará aproveitar e valorizar».

Participação dos militantes

«Sabemos que há uma grande expectativa em torno desta edição da «festa!» (há até excursões já programadas e organizadas em alguns pontos do país). Gostaria também de realçar o facto de termos já contado com a participação de muitos militantes comunistas nos trabalhos de recuperação do terreno.

A todas as organizações do Partido coloca-se agora a necessidade de um envolvimento efectivo na preparação da «festa!» deste ano, começando por apresentar o conteúdo da sua participação e respectivos projectos: «a isto associar-se-á a participação e envolvimento dos militantes comunistas (de resto, tradicional nas nossas iniciativas), na preparação do terreno e o erguer de todas as estruturas da «festa!» e posteriormente nos serviços de funcionamento.»

Por outro lado, a participação dos militantes comunistas nesta iniciativa abrange a própria divulgação da «festa!» e a venda da Entrada Permanente (EP), venda essa que se pensa este ano iniciar mais cedo do que no ano passado.

«Gostaria, a este propósito, de dizer que a venda da EP, para além de mobilizar milhares de pessoas para a sua participação na «festa!», é simultaneamente uma grande campanha política de massas, uma forma de contacto de comunistas com centenas de milhares de pessoas».

Esta «festa!» terá de ser uma «festa!» simplificada em alguns aspectos da sua construção, mas caracterizar-se-á por um programa político-cultural e artístico diversificado e de grande impacto.

No plano político, a «festa!»ocorrerá no seguimento do XIII Congresso, reflectindo por isso as conclusões daí extraídas.

Será também relevante na «festa!» deste ano, ainda no plano político, a actividade do PCP e a sua profunda ligação à realidade nacional, à classe operária, aos trabalhadores, ao povo português. «Mostraremos também as propostas do Partido para a resolução dos grandes problemas do país. Na «festa!» estará também, naturalmente, o PCP e a sua visão do mundo».

Enfrentar os problemas

Uma das preocupações maiores da comissão responsável pela organização da Festa do «Avante!», é a qualidade dos serviços prestados, que se pretende elevada e, de ano para ano, melhorada.

«Um dos problemas maiores que nos surge inserido nos serviços que temos de prestar, é o problema dos acessos».

São conhecidas as dificuldades de acesso à margem sul do Tejo a partir de Lisboa, por outro lado, existem problemas de ordenamento de tráfego na zona próxima da Atalaia.

Resolver este problema é uma preocupação de primeira hora dos responsáveis pela organização da Festa do «Avante!», existindo uma comissão que trabalha para a resolução desse problema há já vários meses.

«Pensamos que já no final deste mês estaremos em condições de apresentar um plano concreto que minore o problema na edição deste ano. Lembramos que tivemos este tipo de problema em Loures, e das dificuldades da edição da «festa!» de 88 em Loures, passamos à resolução na edição de 89. Essa experiência será decisiva e proporcionará ensinamentos para a resolução deste tipo de problema na Atalaia».

Há, no entanto, obstáculos difíceis de ultrapassar, cuja resolução não passa exclusivamente pela organização da «festa!». Mas diversos planos anunciados pelas entidades responsáveis para a resolução do tráfego de trânsito na zona, irão certamente ser aplicados a médio prazo.

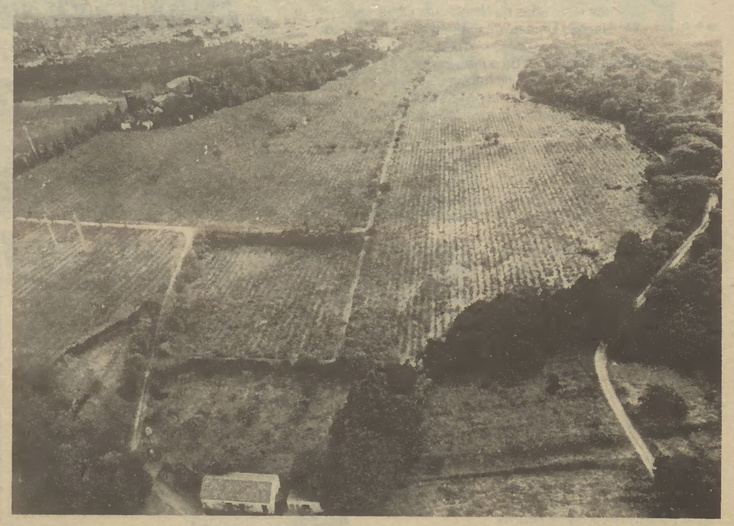
Segundo Francisco Lopes, «no quadro actual, pensamos que existem algumas soluções a aplicar: o terreno da «festa!» beneficia do facto de estar junto ao rio Tejo, perto de um terminal da Transtejo no Seixal. Poderão assim os visitantes vindos de Lisboa deixar o seu transporte próprio no Terreiro do Paço, evitando o congestionamento na Ponte 25 de Abril, tomar o barco para o Seixal. Será mais cómodo, rápido, barato e, para além disso, podem usufruir da beleza do próprio estuário».

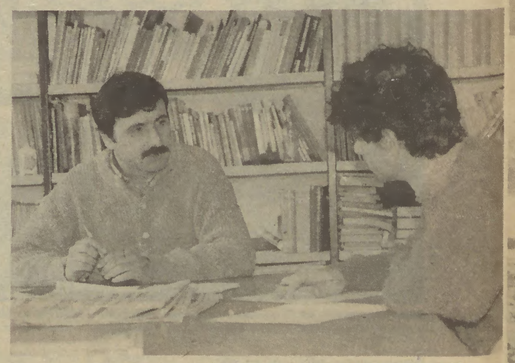
Uma segunda linha de consideração sobre este assunto diz respeito a um estudo sobre o desvio, pelo menos nas horas de maior afluxo, do trânsito proveniente do centro e norte do país para a ponte de Vila Franca, Porto Alto, seguindo depois em direcção a Coina até ao Seixal, por forma a evitar a passagem por Lisboa.

Já agora, diga-se que estão previstas áreas de estacionamento de autocarros de excursões. Serão também definidos outros parques de estacionamento e estabelecer-se-á um esquema de circulação na zona da «festa!», para o qual serão contactadas as entidades indispensáveis neste tipo de assuntos.

«Uma «festa!» simplificada na sua construção, mas ao mesmo tempo uma «festa!» mais bela, com um melhor programa político, cultural, artístico e de convívio, é, pois, o objectivo para este ano na Atalaia», assim nos apresentou Francisco Lopes a «nova» Festa do «Avante!». ■

Já houve quem convivesse no terreno da Atalaia, palco da Festa do «Avante!», cuja próxima edição será nos dias 7, 8 e 9 de Setembro. Agora o terreno espera o trabalho de muitos comunistas e amigos da «festa!», para erguer uma pequena cidade que servirá também de local de convívio para milhares de pessoas





Francisco Lopes, membro do Secretariado do Comité Central do PCP, apresenta a edição da Festa do «Avante!» deste ano como «uma festa simplificada na sua construção, mas ao mesmo tempo uma festa mais bela, com um melhor programa político, cultural, artístico e de convívio.»

NICARÁGUA

Sandinistas abrem caminho da paz e da democracia

...Nunca na história de qualquer nação independente se efectuaram eleições com tantos observadores como nas realizadas na Nicarágua. Observadores das Nações Unidas, da Organização dos Estados Americanos, do Centro Carter, observadores da Europa, da América Latina e de outras partes do mundo, e centenas de jornalistas acompanharam este processo eleitoral... As palavras são do dirigente sandinista Daniel Ortega, que num discurso cheio de emoção anunciou em Manágua que o governo revolucionário acataria a decisão popular expressa nas urnas, quando já era certa a vitória eleitoral da oposição liderada por Violeta Chamorro. Cabe aqui lembrá-las porque foi justamente um desses observadores que o «Avante!» entrevistou, para uma melhor compreensão dos resultados eleitorais naquele país - Joaquim Miranda, deputado do PCP no Parlamento Europeu.

• Entrevista com **Joaquim Miranda**

P - Como se pode interpretar a derrota da Frente Sandinista, quando todas as previsões apontavam para uma vitória?

R - Os resultados das eleições na Nicarágua - em larga medida inesperados e mesmo contraditórios com a maioria das sondagens e expectativas - só podem entender-se pela difícil situação económica e social existente no país, particularmente decorrente da guerra, do boicote económico e do próprio plano económico extremamente rigoroso que fora adoptado pelo governo sandinista; pelo cansaço da guerra e dos seus efeitos; e, evidentemente, pelo aproveitamento que de tais situações foi feito pela UNO (União Nacional Opositora), nomeadamente ao prometer o fim do serviço militar obrigatório e maiores investimentos estrangeiros no país (sem dizer, claro está, com que consequências e qual o preço de tais promessas).

Um pouco de paz

P - A guerra, os problemas económicos e a pressão dos Estados Unidos tiveram, aparentemente, mais força do que os ideais da revolução. Quer isso dizer que a Revolução Sandinista acabou?

R - Na consideração desta questão deveremos ter presentes vários aspectos.

Em primeiro lugar, a maioria dos nicaraguenses, ao votar como votou, fê-lo particularmente marcada por aquelas condições de vida extremamente difíceis que atrás referi. E é natural que queira mudar, que queira uma situação melhor.

Mas tal não significa que tenha votado positivamente num determinado programa político e, menos ainda, num modelo político bem definido e alternativo ao da Frente Sandinista. Até porque a UNO não o apresentou, não o tem nem o pode ter, dada a diversidade de opções políticas que a compõem (14 forças políticas que vão desde partidos que se reclamam da esquerda até aos mais alinhados com a administração norte-americana e a própria «contra»).

Em segundo lugar, a Frente Sandinista continua a ser, inquestionavelmente, o mais importante partido político da Nicarágua, como o confirmam os mais de 40 por cento dos votos obtidos, sem qualquer coligação e nas referidas condições.

Finalmente, importa sublinhar que a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) decidiu incorporar o processo eleitoral no processo revolucionário.

A este propósito convirá ter presentes as seguintes palavras de Daniel Ortega no seu discurso de 26 de Fevereiro: «*Múltiplas têm sido as batalhas travadas pelo nosso povo heróico, abnegado, trabalhador, sacrificado. Interpretando os desejos de paz do povo nicaraguense e defendendo um projecto revolucionário próprio, pluripartidário, com economia mista, não alienado, soubemos preservar esse projecto mesmo nos momentos mais difíceis na luta contra a intervenção norte-americana e a polarização interna que esta luta provocava*». E, mais adiante: «*Desde o momento em que defendemos este projecto pluralista, aceitámos o repto de pôr à prova a vontade popular, o voto do povo em eleições periódicas que estão devidamente ratificadas na Constituição da República. E fomos para estas eleições de 25 de Fevereiro de 1990 com a convicção de que esta batalha no campo eleitoral devia decidir de uma vez por todas o fim da guerra e trazer um pouco de paz, estabilidade e tranquilidade ao povo nicaraguense*».

Um motivo de orgulho para os sandinistas

P - Isso coloca uma outra questão: a Frente Sandinista preocupou-se em garantir a democraticidade formal das eleições. Devemos então concluir que houve uma vitória da democracia?

R - Convém sublinhar, antes de mais, que desde o momento em que foi decidida a realização de eleições o governo sandinista teve de fazer frente às dúvidas e suspeições que, sistemática e injustificadamente, quer a administração Bush e círculos que lhe são próximos, quer a UNO, lançaram acerca da democraticidade das mesmas.

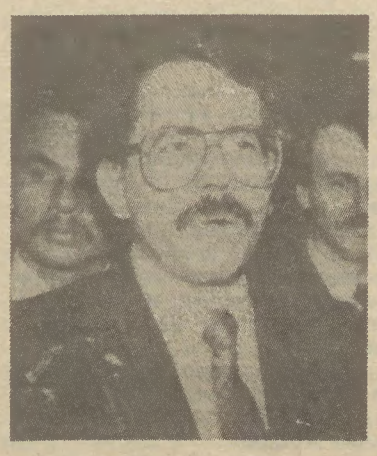
O que levou, de resto, a que nunca umas eleições tivessem sido tão observadas como estas. Por vontade da própria FSLN, saliente-se.

E a verdade é que, antes mesmo de serem conhecidos os resultados eleitorais, a generalidade dos observadores (ONU, OEA, Centro Carter, Parlamento Europeu, etc.), reconhecia ter sido correcto, mesmo exemplar, o processo eleitoral.

Julgo que de tal facto resultou não só um enorme prestígio para a FSLN, como ela se afirmou assim e mais uma vez como uma força política democrática e indispensável ao país.

Mas também a este propósito quero sublinhar uma afirmação de Daniel Ortega, no discurso que atrás referi: «*A maior vitória de que me orgulho como Presidente dos nicara-*

Daniel Ortega e a Frente Sandinista abriram o caminho à paz e à democracia na Nicarágua, apesar do boicote e agressão dos EUA e da contra-revolução interna



guenses, como dirigente sandinista e de que nos devemos sentir orgulhosos todos os militantes sandinistas é a de estar, neste dia 26 de Fevereiro, abrindo à Nicarágua um novo caminho como o que abrimos em 19 de Julho de 1979; mas agora um novo caminho de onde desapareça a guerra, a «contra», em que os interesses nacionais prevaleçam sobre as políticas intervencionistas. Nós, os sandinistas, estamos dando à Nicarágua esta democracia e esta paz e trabalhando por essa estabilidade e esse futuro melhor, pelo qual nos comprometemos com a nossa consigna da nossa campanha eleitoral. Independentemente dos resultados finais e oficiais que nos dê a conhecer o Conselho Superior Eleitoral, devemo-nos sentir orgulhosos de que esta batalha eleitoral se tenha conseguido levar a cabo de maneira cívica, que não se tenham verificado actos de violência».

Como atrás referi, a Frente Sandinista afirmou-se assim, e mais uma vez, como uma força democrática e indispensável para o país e demonstrou também a falsidade de todas as suspeitas que contra si foram lançadas. E fê-lo pelo preço elevado que decorreu dos resultados eleitorais.

E fê-lo ainda apesar de a generalidade dos restantes signatários dos Acordos de Esquípulas não terem, pela sua parte, cumprido aquilo a que se haviam comprometido.

Democratas, mas nem tanto...

Como é sabido, o governo ARENA, de El Salvador, persiste numa atitude de ausência de diálogo, de perseguição e de confrontação com as forças de oposição e em particular com a Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional; o governo das Honduras não desmantelou as bases da «contra» no seu território; na Guatemala, continuam os mais flagrantes atentados aos direitos do homem; na Costa Rica, não foi até ao momento ratificada a criação do Parlamento Centro-Americano.

Para além de que, no caso de um resultado eleitoral favorável à Frente Sandinista, tudo indicava que os EUA e a UNO persistiriam na sua atitude de pôr em causa a democraticidade das eleições.

Ora se tudo isto confirma, por um lado, a vontade da Frente Sandinista de Libertação Nacional em conduzir um processo eleitoral sério e de cumprir escrupulosamente os acordos assinados, por outro lado não pode deixar de nos levar a questionar sobre a democraticidade da força vencedora, sobre o seu comportamento futuro e, também, sobre a atitude que assumirá a administração norte-americana perante este país, o seu povo e a sua incomensurável vontade de paz, autodeterminação e progresso social.

P - Nas novas condições políticas, quais as perspectivas de futuro que se abrem à Nicarágua?

R - Julgo que o futuro próximo da Nicarágua dependerá, antes de mais, da disponibilidade da UNO para o diálogo e para a negociação.

E assim é quer pela complexidade dos problemas que se colocam no país, quer pela indispensabilidade da FSLN para a sua resolução, apesar de derrotada nas eleições.

Penso que não existem soluções para tais problemas sem negociações, nomeadamente sobre o futuro do exército e da economia.

Porém, podem surgir entraves a estas negociações. Dificilmente elas ocorrerão ou terão êxito se continuarem as acções da «contra».

Outro tipo de problemas poderão decorrer das próprias contradições internas na UNO. Elas foram superadas numa fase de oposição, mas podem revelar-se de mais difícil gestão na presente fase.

Por outro lado, a evolução na Nicarágua nos próximos tempos não é indissociável do que ocorrer nos restantes países da região e, em particular, do cumprimento ou não pelos restantes países dos compromissos assumidos, nomeadamente com a assinatura dos Acordos de Esquípulas e de Tela.

Finalmente, é indispensável que os EUA reconheçam a importância de tais acordos, não os boicotem e terminem de vez com as ingerências, as pressões e as agressões que sistematicamente vêm efectuando na região e permitam que sejam os países e os povos que a integram - todos e cada um deles - a definir o seu próprio rumo.

Num plano mais lato, é evidente que a estabilidade e o progresso, quer na Nicarágua, quer nos restantes países da região, é indissociável da solução de problemas tão dramáticos como o da dívida externa, da dependência económica e da miséria social. ■

Cartas do leitor

Reanalisar, repensar discutir

Correndo todos os riscos de receber maus-olhados ouso declarar ser o PCP partido sem futuro se teimar em continuar a ser o que tem sido. Não porque se arrume sob o rótulo «erro» toda a sua acção pretérita, mas por ser outra a realidade de se lhe antepõe. Tem-se gasto precioso tempo a tentar mostrar a alguns a evidência do que é evidente sem se avançar no terreno da construção positiva. Pois não é evidente ter tudo que ser reanalizado, repensado, discutido; que o socialismo real faliu e não foi o poder da classe operária nem a serviu; que o tão apregoado **Homem Novo** não chegou a nascer; que comunistas no poder violaram princípiosda democracia e da liberdade (comunismo reaccionário); que o PCP tem responsabilidade histórica na divulgação de meias-verdades ou mentiras, etc., etc.? E não é também clara a existência dum **vazio teórico** na esquerda marxista? Sim, porque se o marxismo-leninismo manteve certa frescura teórico-filosófica e metodológica, o mesmo não se passa no plano da teoria política onde se topa um vácuo exigente de atenta reflexão. Continua por construir a **nova esquerda** que a contemporaneidade convoca. A falência do «socialismo real» sendo, também, o desfalecer de um modelo de esquerda (com os seus métodos, concepções, hábitos, crenças) não é, porém, o fim da esquerda. Impõe-se pois transformar o Partido sob a égide de uma mentalidade diferente. Com esse objectivo em vista, aqui vão alguns elementos para a caracterização da moderna esquerda: ela é a que retoma e desenvolve a visão dialéctica; que abandona o paradigma linear-causal no domínio das classes sociais; que constata a complexidade dos mecanismos do devir abdicando duma concepção ingénua da História (crença na antevisão certa do futuro) e reconhecendo que o **possível** excede o previsível; que no reconhecimento da **tendência para a complexidade** passa a considerar as instabilidades e desequilíbrios, a não-linearidade, as perturbações, o acaso, etc., como fenómenos típicos do sistema social-económico e condicionantes da sua inteligibilidade; que substitui a ceteza pela incerteza (que também é saber) e a dogmática pela atitude dubitativa, admitindo a pluralidade de paradigmas; que não se supõe única detentora de conhecimento científico da sociedade e da História; que deixa de considerar ser o leninismo o único válido desenvolvimento do marxismo no século XX (recuperação de outros legados prático-teóricos); que promove a redefinição de classe operária; que deixa de considerar a luta de classes motor único da História; que valoriza a democracia em detrimento do centralismo; que não concebe o Partido como «exército político»; que não confunde **adversário** com **inimigo**; que cultiva a tolerância face à diferença.

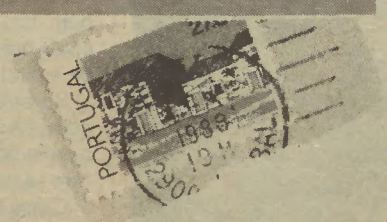
O Congresso deverá: 1.º, servir a edificação da esquerda de novo tipo; 2.º, elaborar a resposta que se deve ao nosso Povo sobre a responsabilidade do Partido na circulação de uma imagem falseada do «socialismo real»; 3.º, criar as condições necessárias à rápida concretização de uma aliança de incidência governamental com o PS.

Em face do que fica dito julgo indispensável eleger novo secretário-geral e novo Comité Central.

João Maria de Freitas Branco — Berlim

As cartas enviadas para esta secção devem ter um máximo de 50 linhas dactilografadas a 60 espaços ou equivalente. A Redacção do «Avante!» reserva-se o direito de reduzir a correspondência que exceda estas dimensões, bem como de realizar a selecção que as limitações de espaço venham a impor. Se necessário, a Redacção assegurará igualmente respostas ou comentários. Toda a correspondência que contenha propostas de emendas ou sugestões sobre documentos em discussão para o XIII Congresso será transmitida às respectivas comissões de redacção. A correspondência para esta secção deve ser endereçada a:

Redacção do «Avante!»
Secção de Cartas do Leitor
Rua Soeiro Pereira Gomes
1699 LISBOA CODEX



Tenhamos confiança

É bem difícil a situação que se vive nos países socialistas de Leste... e não só.

Toca-nos também a nós, embora com indirecta incidência, reflexos fortes do inesperado descalabro e profundas transformações de boa parte daquele mundo, pelo qual também muito lutámos e que foi, sem contestação, pólo dinamizador de todos nós na revigorada esperança de alcançar a tão almejada sociedade socialista.

Mas, perguntamos, o que está a acontecer efectivamente?

Ter-se-á dado total subversão dos seus valores políticos, humanos, ideológicos, morais, sociais, etc., como no-lo querem fazer crer?

Nada restará ali de positivo que possa justificar a aspiração e o idealismo de centenas de milhões de seres humanos de todos os quadrantes da Terra que se debruçaram apaixonadamente sobre esta nova sociedade, na ânsia de conseguir-se a sonhada conquista duma vida mais perfeita, com plena justiça social e unânime repulsa da exploração do homem pelo homem?

Efectivamente, no nosso País, se atendermos à descarada desenvoltura que reina nos meios de comunicação social, assim se poderá concluir, pois que tudo naquela parte da Europa é «completa desorganização, sem remissão».

E então, diariamente, a televisão e a totalidade dos jornais que formam a chamada «grande imprensa», em uníssono, martelam o cérebro e os nervos do incauto ledor ou espectador, deturpando os factos, mentindo sem qualquer rebuço, servindo-se de certos «acontecimentos, pequenos ou grandes, para à sua volta tecerem manhosamente invencionices que ponham em cheque a realidade socialista.

E é esta vivência que, com freguência, nos dá o jornalista Carlos Fino. Na sua douta observação, para este cavalheiro, nada ou muito pouco existe de relevante e honroso na União Soviética – miséria, reformados maltrapilhos, esfomeados, mortes violentas, descontentamento geral e coisas afins, são o prato forte dos sues comentários.

Que faça este «ilustre jornalista» de tantos recursos profissionais um exame de consciência, se para isso, claro, tiver capacidade e estabeleça neste ponto certas comparações com o que se passa nos Estados Unidos da América, altar sagrado e altissonante do capitalismo, onde tudo é melhor, mais perfeito, sem mácula.

Como turista, já viajei nos dois países e só quero acrescentar, a provar tanto equilíbrio e perfeição, que mesmo no centro de Nova York, no meio de tanta riqueza, vi cidadãos procurando alimentos nas lixeiras públicas (e não eram só negros) e, ainda, junto da celebérrima 5.ª Avenida, a mais mundana e faustosa artéria da cidade, assisti a correrrias e tiroteio de polícias em perseguição de indivíduos que, por certo, não seriam milionários brincando aos polícias e ladrões.

Nas quatro vezes que estive na União Soviética, em pontos bem diferentes, nada observei de semelhante. Absolutamente nada.

Faço estes comentários para alertar os camaradas ou não que, insensivelmente, se deixam influenciar pelo palavreado enganador destes barões da (má) informação que, como devemos saber, é congeminada, tecida, cozinhada e oriunda dos principais centros da CIA e não só, os quais tudo podem e ordenam neste ponto do mundo que vivemos.

Mas para que possamos melhor compreender o alcance histórico da *perestroika*, transcrevo dois pequenos trechos do artigo do camarada Volodia Teitelboim, secretário-geral do Partido Comunista do Chile, publicado na «Revista Internacional» de Dezembro último, com o título «O renascimento de Outubro: reflexos sobre a Revolução».

«...Ao fim e ao cabo, o estalinismo substituiu as massas por um homem que ditava as tábuas da lei para todo o movimento. Que horror, que traição ao espírito de Marx, de Engels, de Lénine e a esse grande sonho dos comunistas de serem os homens mais livres e criadores da Terra». E quase no final – «O movimento comunista ou se renova ou pode estar condenado a ser no século XXI uma peça de museu. Creio que a Revolução de Outubro marcou início da cronologia do movimento comunista internacional, mas não significou o começo do começo».

A via da *perestroika* está aberta. Tenhamos confiança.

José D. Guerreiro Jr. – Parede

Confiança

Não quero fazer «literatura», nem sequer fazer crítica pontual aos «críticos» e afins.

Quero sim repudiar, com veemência, posições tomadas por pessoas que se dizem comunistas e que procuram criar divisionismo, confundir, desestabilizar.

Pessoas que me tinham habituado a respeitar e a admirar pela sua militância, pelo seu passado político coerente e digno, vêm agora dizer-me, a mim e a todo o Partido, que tudo estava mal; Princípios, Programa, Estatutos.

Estatutos, Programa e Princípios, que nesse passado ainda recente, aceitavam como bons!

Como me puderam enganar tão friamente?!

Com os meus setenta anos de idade e cinquenta e quatro como membro do PCP, a ele tenho dado toda a militância que me é possível, modesta, sei bem, e nunca esta experiência, me trouxe desilusão, nem desencanto.

Confunde-me portanto, o comportamento daqueles que querem fazer do nosso Partido — o PCP — um outro partido.

E como não quero «navegar em tais águas», afirmo que estou inteiramente solidário com o secretário-geral do PCP — camarada Álvaro Cunhal — com a direcção do Partido, com os Estatutos e Programa aprovados no XII Congresso.

Virgílio Lemos — Bragança

Campanha dos 150 mil contos em Aveiro

No distrito de Aveiro, a meio de Fevereiro, a «Campanha dos 150 mil» atingiu os 16,5% da respectiva meta, o que diz bem das condições «objectivas» de sucesso até porque boa parte do esforço financeiro extra, foi conseguido sem medidas orgânicas especiais.

Estamos agora em plena aceleração organizada a acompanhar quinzenalmente, a nível do Executivo da Comissão Distrital, o andamento da Campanha: – quantas abordagens para «Títulos» se fizeram e vão fazer, como se estão a vender as rifas do «Cabaz de Páscoa» e as garrafas de vinho, lote especial com rótulo alusivo à Campanha, e como vai a divulgação na rua.

Trata-se de darmos outra dinâmica geral à Campanha «indo ao encontro das vontades e das contribuições que esperam por nós».

É também uma forma prática de iniciativa política virada para o nosso exterior.

No concelho de Espinho tem-se destacado um **amigo** do Partido que, por sua iniciativa, já arranjou cerca de 100 contos de **várias** contribuições. Quisemos saber melhor o porquê desse empenhamento. Disse-nos o nosso amigo:

– «É com muito gosto que estou envolvido nesta vossa/nossa Campanha. Acho que é fundamental o pagamento dos terrenos para a Festa dada a reconhecida importância nacional e internacional desta realização. É, aliás, a resposta adequada à autêntica perseguição de que tem sido vítima o PCP e a organização da Festa no que se refere às sucessivas recusas de cedência e dos espaços onde a Festa se tem erguido.

O pagamento dos terrenos da Quinta da Atalaia, para além de ser uma grande prova de vitalidade e de capacidade de resolução dos problemas, constitui ainda a garantia de assegurarmos a nossa Festa no futuro.

Não sou militante do PCP mas apelo aos comunistas e aos democratas em geral para que não se alheiem desta Campanha. Na verdade ela tem um belo objectivo sob todos os pontos de vista.

Eu vou continuar a recolher fundos porque assim também se processa a aproximação entre os amigos, simpatizantes e militantes do Partido Comunista Português».

Aqui fica o exemplo e o testemunho.

Sem dúvida que assim se constrói mais solidamente o futuro do Partido e se criam melhores condições para prosseguirmos a luta.

João Diniz — Aveiro

Sobre o conceito de Homem Novo através de um texto de Bento de Jesus Caraça

Vivemos um momento de profundas transformações da situação política internacional. Vemos cair certezas que eram tidas como referências da nossa identidade. Verificamos, porque postos em causa, que os valores pelos quais nos orientamos são historicamente condicionados.

A realidade coloca num primeiro plano a questão do indivíduo. O entendimento da situação actual é centrado no lugar que o homem ocupa na sociedade. No debate ideológico ressurge a questão do Homem Novo.

Assume, assim, grande actualidade a formulação de Bento de Jesus Caraça, quando, em 1933, numa conferência intitulada **«A cultura integral do indivíduo — problema central do nosso tempo»**, dizia que *«no seio das sociedades humanas manifestam-se permanentemente dois princípios contrários — o individual e o colectivo — de cuja luta resultará um estado superior dessas mesmas sociedades, em que o primeiro princípio — o individual — chegado a um elevado grau de desenvolvimento, se absorverá no segundo.»*

Bento de Jesus Caraça coloca o entendimento da relação dialéctica do indivíduo com a sociedade numa perspectiva militante, consciente, tal como nós hoje, que *«não é fácil tarefa o alguém abalançar-se hoje —em 1933) a emitir juízo, por mais despretencioso que ele deseje ser, sobre o tempo que vivemos. Mas não há também tarefa mais urgente nem mais importante. O que o mundo for amanhã, é o esforço de todos nós que o determinará».* E é essa tarefa, de produção do entendimento colectivo, que o Partido assume, na situação actual, ao convocar o XIII Congresso extraordinário.

Bento J. Caraça coloca, na conferência citada, a questão da Cultura. *«A aquisição da cultura significa uma elevação constante, servida por um florescimento do que de melhor há no homem e por um desenvolvimento sempre crescente de todas as suas qualidades potenciais, consideradas no quádruplo ponto de vista físico, intelectual, moral e artístico; significa, numa palavra, a conquista da liberdade».* Aprovado no XII Congresso, o Programa do PCP consagra, no ponto referente a política cultural, a «criação de condições para o desenvolvimento integral da pessoa humana» bem como a necessidade de se criar condições para a «formação de uma consciência social progressista, que promova os valores humanistas da Liberdade, da Democracia e da Paz; e, na perspectiva do Socialismo como futuro de Portugal, «a transformação da cultura em património, instrumento e actividade de todo o povo».

Mas, e citando Bento J. Caraça, *«a marcha para um estado superior da orgânica, para a supressão do antagonismo entre o individual e o colectivo é permanente, simplesmente o caminho seguido não é fácil (...) Que só pode fazer-se pela luta e através de contradições, é lei fundamental da vida...»*

As transformações em curso nos países socialistas assumem uma natureza contraditória. Esses processos, sem dúvida necessários e inevitáveis, são possíveis porque representam o surgimento de novas necessidades, resultantes de um conjunto de conquistas sociais dadas por

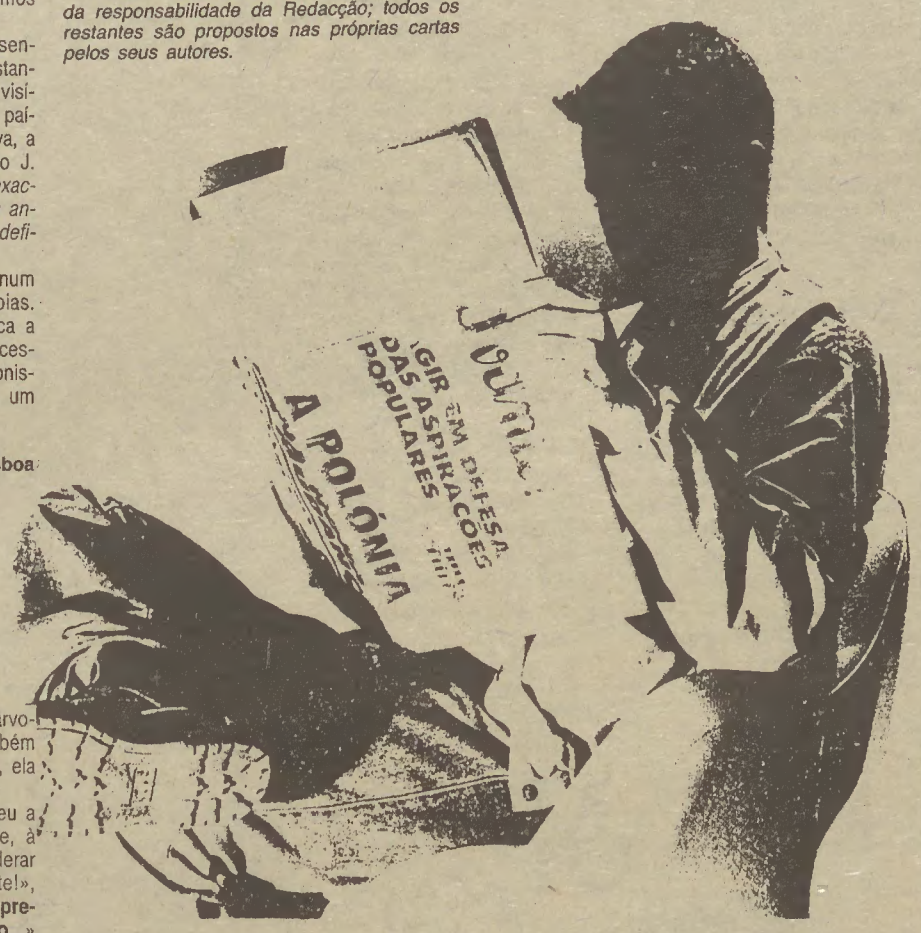
adquiridas, e que, hoje, são, nesses mesmos processos, postas em causa.

Essas transformações, necessárias num sentido de avanço, poderão acarretar um substancial retrocesso (e, em alguns casos tal é já visível) tanto a nível da situação interna desses países como a nível mundial. Nessa perspectiva, a luta recomeçará, mas, ainda citando Bento J. Caraça, *«seria vão pensar que recomeça exactamente nas mesmas bases. Não; da etapa anterior, alguma coisa, às vezes muito, ficou definitivamente adquiido.»*

O conceito de Homem Novo define-se num conteúdo mais profundo das nossas utopias. Mas a construção do Homem Novo implica a constante transformação da sociedade, processo de que ele será necessariamente protagonista. O Homem Novo é hoje, e será sempre, um homem revolucionário.

Alexandre Branco — Lisboa

Nota — Os títulos antecedidos de • são da responsabilidade da Redacção; todos os restantes são propostos nas próprias cartas pelos seus autores.



Uma carta necessária

Se é verdade que a visão de algumas árvores nos pode impedir de ver a floresta, também podemos julgar que, para lá dessas árvores, ela existe e, ao fim e ao cabo, não está lá.

Na carta de 8 de Fevereiro, que mereceu a atenção da amiga MS, refiro-me, somente, à secção de «Cartas do Leitor», para considerar que a intervenção da redacção do «Avante!», nessa secção, deve evitar **«No momento presente – e sempre – que essa limitação...»** possa ser utilizada por aqueles que estão sempre prontos a denegrir a acção do nosso Partido.

A única referência que faço ao «Avante!», como órgão central do nosso Partido e no seu aspecto geral, refere-se a alguns aspectos que julgo necessário discutir.

O próprio «Avante!» poderia tomar a iniciativa de promover esse debate, sem que, para isso, tivesse que aumentar o seu espaço gráfico.

Não alinho com «reformadores» que pretendem descaracterizar um partido que, em quase sete décadas de vida, sempre foi decidido e coerente na luta pela libertação dos trabalhadores.

Também não estou com os «conservadores» que consideram que tudo está bem e pretendem impedir a procura de soluções para os problemas que surgem no decorrer dessa luta.

A crítica sempre fez parte do nosso ideário e o facto de não a exercermos explica muitos dos nossos problemas.

E digo **«nossos»** por me sentir estreitamente ligado ao que se passa do lado de cá e do lado de lá.

Nunca colarei «etiquetas» aos camaradas de quem discorde ou que discordem de mim – embora possa parecer que a referência a «reformadores» e «conservadores» está em contradição com o que afirmo – pois acredito que, **entre nós**, tudo se pode resolver, com inteligência e bom senso, ou não seremos dialécticos.

Por isso não entrarei em discussões que me afastem dos objectivos que tenho em vista, objectivos que sempre tenho procurado manter vivos e que me têm amparado em momentos, menos lúcidos, da minha vida revolucionária.

Dou a maior importância à solidez político-ideológica das bases, para que sejam viveiros de quadros e de militantes, conscientes, dedicados, revolucionários, em suma.

Por isso sempre me bati, dentro das minhas possibilidades e sujeito às minhas deficiências, para que, no nosso Partido, fosse dada, às bases, uma capacidade de intervenção que, dum modo geral, não tem sido conseguida.

E ainda a *perestroika* vinha longe!

Ao fim e ao cabo, serei «basista», mas, sinto-me bem acompanhado. Nos países de Leste, procura-se, neste momento, corrigir um erro de muitos anos que explica muito do que se tem passado e não me consta que estejam a ser acusados de basistas!

O diagnóstico de «miopia» está errado. Com setenta e seis anos sofro, um pouco, é de vista cansada e até já tenho que usar óculos.

E continuo a considerar – e já o faço há muito tempo! – que a Festa de «Avante!» – **necessária, sem dúvida – como o afirmo na minha carta**, deveria ser mais modesta e nunca num local fixo, podendo, até, ser realizada em várias cidades, simultaneamente, ou não, aproveitando iniciativas locais e regionais que já se realizam há anos.

Por isso a interrogação do período final da minha carta.

E, para terminar, insisto na necessidade de definir prioridades e, uma das mais importantes é acabar com a estagnação que não é fruto do «meu pessimismo catastrófico» mas da observação, *in loco*, de factos muito concretos.

Aproveito para lamentar que a minha carta publicada em 22.2, tenha sido truncada.

Foi publicado «... como para verificar (...) que originaram os problemas...» quando deveria ser «... como para verificar **se no nosso Partido existem, ou não, em potência, os aspectos negativos** que originaram os problemas...»

Ernesto Rodrigues
– S. Domingos de Rana

N. R. – *Também lamentamos a truncagem da carta referida que, como é óbvio, se deveu a desagradável gralha tipográfica.*

Vítor Dias no «Expresso»

As «obras escolhidas» dos documentos do PCP que serviram para o travesti carnavalesco do camarada Vítor Dias (VD) no último Expresso mostram, em 1.º lugar, a razão de ser, como homens e como políticos, de tantos milhares de portugueses em serem militantes ou eleitores do P. Estamos, estivemos e estaremos, cá por alguma coisa e alguma coisa existe em tudo isso de cada um de nós. Mas não se tirem precipitadas conclusões da bondade das citações feitas. Porque é indispensável fazer coincidir intenções — algumas plasmadas em documentos tardios — com a verdade da sua interpretação e protagonização efectiva no quotidiano da luta política. Se bastasse estar escrito para que tudo corresse bem, também: as ideias de Marx, Engels e Lénine já não eram só isso mesmo e estavam concretizadas em absoluto; também as Constituições, os Estatutos dos Partidos e os discursos de Estado dos países socialistas não tinham degenerado até ao nível que conhecemos; também — e se não existissem outros condicionantes — o PCP já tinha uma expressão eleitoral que demonstraria que não era só uma parte da classe operária, mas largos outros sectores da sociedade, que estavam mobilizados para o seu projecto. Não, não basta repetir palavras ou frases cem vezes, para elas passarem a ter existência concreta. Por exemplo: «prestar particular atenção ao refoço da influência nas jovens gerações» *versus* a dinâmica, descentralização e capacidade própria de acção da JCP. Outro: «a classe operária tradicional» versus a sistemática ausência, até quando se elaboram e discutem Programas e Resoluções Políticas em sucessivos Congressos, de estudos realistas e científicos (estatísticos) de composição e evolução dos diversos sectores que formam o mundo do trabalho nacional. Ainda outro exemplo: se se tivesse já rompido com «uma atitude de sincera abertura para o conceito e a prática da unidade na diversidade de opiniões» e se se tivesse aplicado «uma reestruturação do centralismo-democrático que faça frutificar uma equilibrada correlação das suas componentes, mas como favorecimento da descentralização e da participação»... «que ultrapassem a mera observância formal de princípios estatutários» — se isto tudo fosse já concreto e não só passagens de documentos escolhidos, então não estaríamos confrontados com situações em que se parece legítimo utilizar truques para desferir violentos (quase) anátemas: culto de vaidades, exibição de prosápias, falta de rigor, de transparência e de espírito efectivamente inovador.

À parte a vantagem (involuntária?) de afirmar publicamente posições que só por si justificavam diferente actuação dos órgãos dirigentes, as citações de VD não respondem, em geral, a tais críticas. Só um exemplo, pois a dimensão permitida a esta carta, e logicamente, não dá para mais, e nem todos têm acesso a meia página dos semanários (desde já manifesto a minha discordância com militantes que, eventualmente, venham a criticar VD de escrever no Expresso...). Ei-lo: para contrariar os que afirmam que a nossa ideologia sofreu nos últimos 70 anos de uma interpretação escolástica, restritiva e tendenciosa (acrescento) das obras e ideias de M, E. e L. (o citado «m-l»), VD não faz referências a outros marxistas-leninistas, ou só marxistas ou nem uma coisa nem outra, mas pensadores, que também têm obras e ideias que representam um esforço de crítica para contemporanizar os «clássicos». E alguns até já foram reabilitados na sua (deles) pátria. Limita-se a enumerar uma série de fenómenos que têm caracterizado a evolução da humanidade, evocando as «experiências e ensinamentos» que deles se devem tirar — mas quais? Interpretados por quem? Também e só na base do marxismo-leninismo? Caimos na mesma.

E falta a 16.ª proposta, que VD não escreveu: sobre a evolução recente do «socialismo-real». Não o fez por falta de citações apropriadas? Só sobre a RDA e o muro de Berlim, tinha várias. Onde encontraria mais dificuldades seria para enquadrar a evolução dos últimos 20 anos da Roménia na análise dos «erros, atrasos e estagnação» (a frase não é do VD) com que o P. quase se tem limitado a classificar a evolução dos países socialistas. Esperemos que o XIII Congresso possa ir mais além.

Luís Santos — Lisboa

Campanha de Assinaturas

válida até 31 de Março

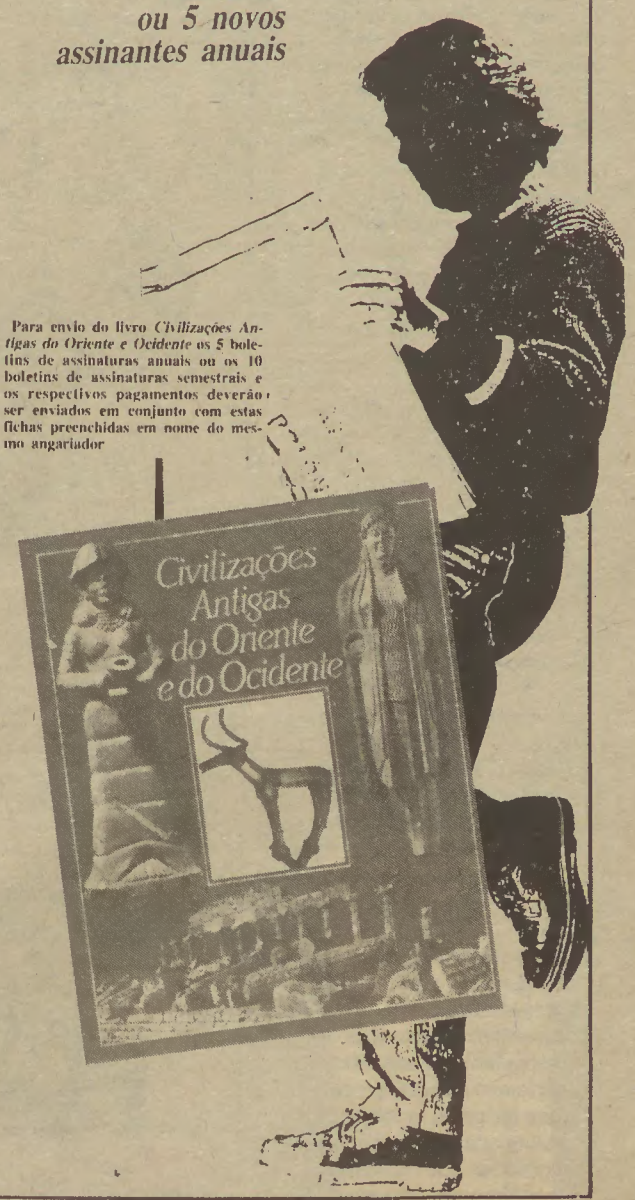
6 meses (26 semanas) __ 2000$00
12 meses (52 semanas) __ 3800$00

Prémios
Assinatura semestral — 1 livro
• *Assinatura anual — 2 livros*

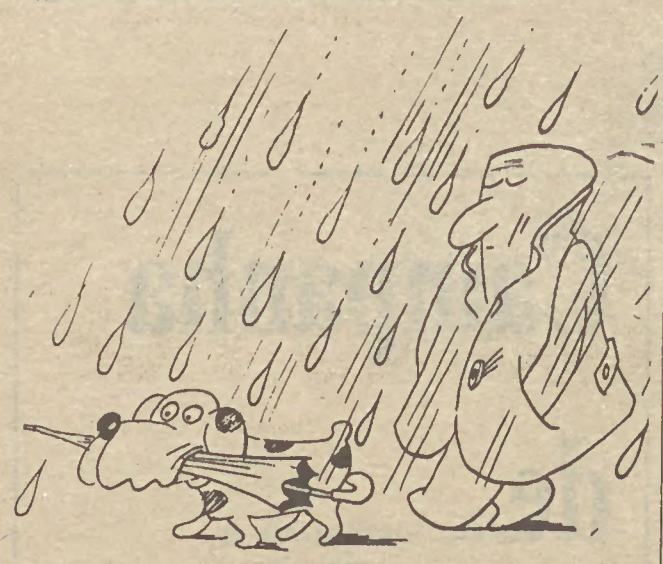
Prémio especial para os angariadores

10 novos assinantes semestrais ou 5 novos assinantes anuais

(1) Para envio do livro *Civilizações Antigas do Oriente e Ocidente* os 5 boletins de assinaturas anuais ou os 10 boletins de assinaturas semestrais e os respectivos pagamentos deverão ser enviados em conjunto com estas fichas preenchidas em nome do mesmo angariador



Pontos Cardeais



As vias

Um semanário da nossa praça, sempre muito atento ao que se passa no PCP — tão atento que até descobre o que não se passa — acaba de informar da existência de mais uma via: A QUARTA.
Em termos automobilísticos, é caso para dizer que agora é que começa a dar lucro. Em quarta já é um descanso! Imagine-se agora quando aparecer a quinta. Não há quem os agarre.
Com tantas vias, não falta quem cá pela «casa» afirme que o Governo bem podia encarregar o PCP de resolver o problema do trânsito. Por este andar, ainda chegamos à conclusão de que o que nós precisamos não é de um Comité Central, mas de uma Junta Autónoma das Estradas.

Esperas

Se há coisas por que vale a pena esperar, a espera do Público foi em vão. Apostado em ver acordar os membros do CC do PCP sequestrados na Soeiro Pereira Gomes — segundo a imprensa — o jornalista do dito madrugou e ainda o domingo se começava a espreguiçar já tinha assentado arraiais na sede do PCP. Não descobriu nenhum dirigente comunista de toalha a tiracolo e escova de dentes na mão. Prosaicamente, os membros do PCP continuam a manter o hábito de dormir em casa e entrar pela porta da rua.
Mesmo assim os jornalistas não desarmaram. Na esperança — quem sabe? — de encontrar as «provas do crime», um cobertor, uma almofada, uma remela esquecida, debaixo de uma chávena de café ou de um pastel de nata.
Mas em vão. É que há coisas por que não vale a pena esperar.

Segurança

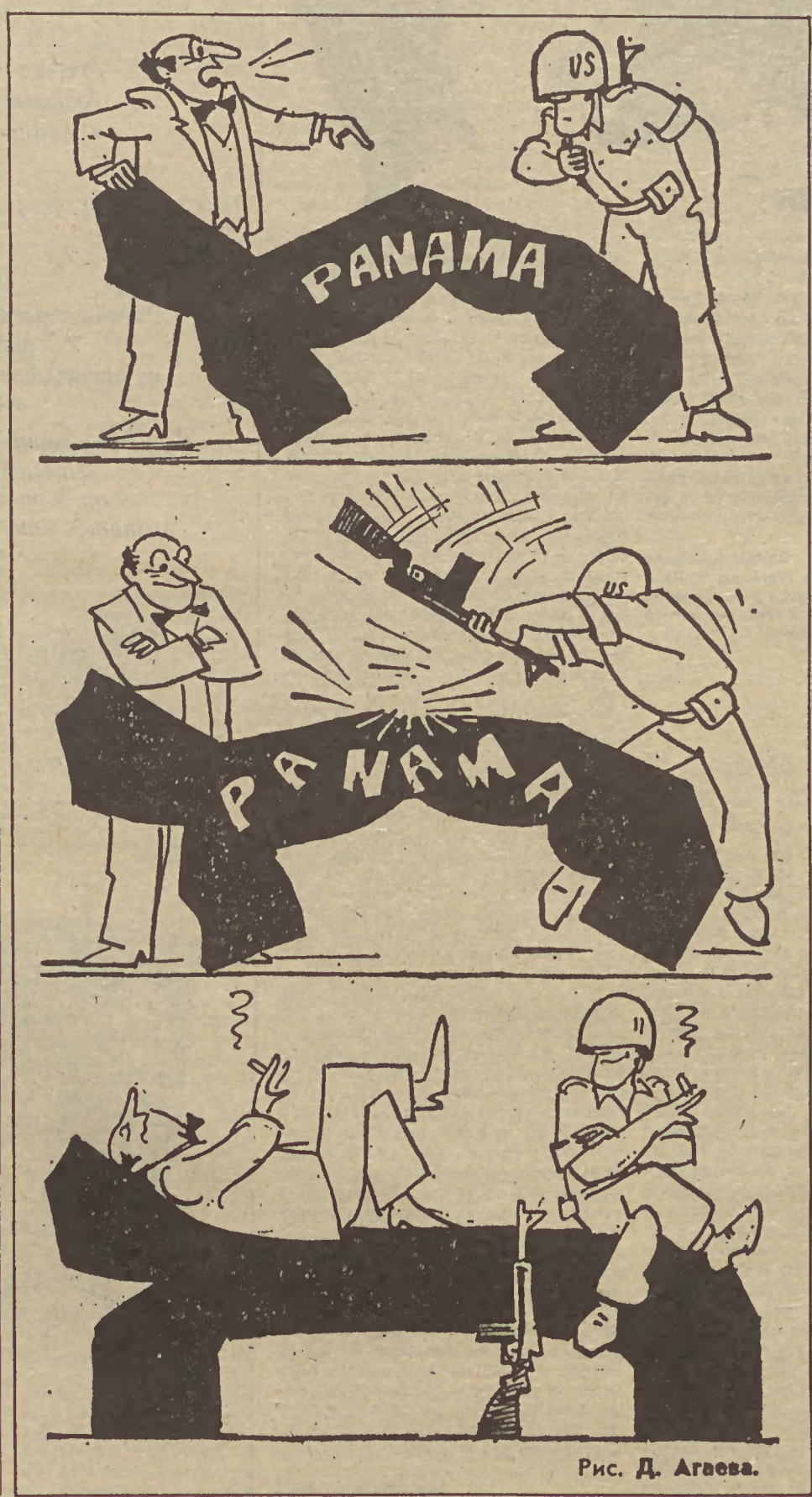
A televisão — honra lhe seja feita — foi lá ver como era e contou como foi. Numa escola nos arredores de Lisboa, vândalos racistas puseram tudo a ferro e fogo.
Literalmente, as instalações da escola foram queimadas, incluindo os *dossiers* dos alunos, a biblioteca, outras salas de professores e alunos. Nas paredes, frases contra os «pretos» e ameaças de novas violências. Pais, professores e alunos reuniram-se e foram ao Ministério da Educação pedir garantias de segurança. A resposta foi desanimadora: o Ministério não está preparado para tal, pediu às forças da autoridade para «reforçar a vigilância» que não havia e considera não haver motivo para pânico e muito menos para encerrar a escola. Os interessados não ficaram convencidos. Ameaças de morte e fogo posto, dizem, não se resolvem com declarações de intenções.

Carneiro: o silêncio é rei

Mem Martins, nos arredores de Lisboa, é uma terra de gente determinada. O episódio da Escola Preparatória local é prova disso. As instalações estão a rebentar pelas costuras. 1300 alunos é de mais para uma escola destas dimensões. E o Ministério sabia-o. Mesmo assim ainda fez deslocar no princípio do ano mais alunos (12 turmas), estes do 7.º da escolaridade. Pais e corpo docente analisaram a questão e decidiram: assim, a escola não pode funcionar. E a escola fechou no dia 1. Do Ministério esperava-se uma resposta concreta, que não veio. Os encarregados de educação e os professores responderam: a escola continuaria fechada. De promessas estavam fartos! Como já se diz em Mem Martins, no Ministério de Roberto Carneiro o silêncio é rei. Até quando?

E se fosse lá?

Fez correr muita tinta e até deu origem a manchetes: o Dniepr, formação ucraniana que ontem defrontou o Benfica em mais uma **quarta-feira europeia**, estava a reservar um hotel com péssimas condições para alojar a equipa da Luz na 2.ª mão desta eliminatória; houve reportagem e o «escândalo» foi analisado até ao pormenor mais ínfimo.
Entretanto, a delegação do Dniepr chegou a Lisboa no início desta semana. Cumprimentos, fotografias, declarações — enfim, o trivial nestas chegadas aos aeroportos. Tudo parecia correr pela normalidade quando a (legítima) impaciência dos jogadores e acompanhantes da equipa da URSS se começava a fazer sentir: nunca mais chegava o autocarro para o transporte em direcção ao hotel.
Conversa puxa conversa, há quem proponha levar primeiro os dirigentes da comitiva estrangeira. Estes, muito naturalmente, não aceitam. Ou iam todos ou nenhuns. A espera continuava. Até que em grupos de quatro elementos o Dniepr acaba por chegar ao hotel de táxi.
Deficiências, erros, lacunas, gaffes?...
Pode acontecer, dirão alguns. Muito bem: e se acontecesse o mesmo (ou parecido) lá na Ucrânia?



Gazetilha

por Ignotus Sum

O que é, é

Miguel Beleza não vai
ao Ministério
Ó ai-ó-linda, ai, ai,
que mistério...

Miguel também não vai
ao Conselho. O caso é sério.
Ó ai-ó-linda, ai, ai
que mistério...

Miguel não sai, não vai.
Vai a irmã. É um critério.
Ó ai-ó-linda, ai, ai
que mistério...

É pitoresco?
É incerteza?
É carnavalesco?

É uma beleza...

Tudo serve

Explodiu um contentor
nas ruas de Lisboa.
Logo a RTP achou que a altura era boa
e de grande valor
pra, com desvelo, ir ouvir o vereador
Marcelo...

Morro de espanto! Bem,
nesta questão de muitas pistas falsas
o que é que o Marcelo tem
a ver com as calças?...

Marcelo é um sortudo.
Para ir à TV, serve-lhe tudo!

Epigrama

— Combate à droga anda em voga
(digo eu com um ar feliz)
Dez passadores de droga
foram presos no país.

— Sim? — responde o meu amigo —
Se é como dizes tal qual
quando é que, com tanto perigo,
prendem o telejornal?

Dá Cavaco nozes...

Britaram o Brito.
Eu já o tinha dito.
Para tapar a asneira
chamaram o Nogueira...

E agora com
o Nogueira chinfrim
(não lhe conheço o dom
para a função, mas enfim...)
com certeza vão ser as vozes
mais que as nozes...

Quer-me parecer
que «venha a noz»
é a outra maneira de dizer
«venha a nós»...

(Carna)vale tudo...

No Carnaval
nada se leva a mal.

Mas o governo levou a mal
que os funcionários, no Carnaval,
faltassem, e disse que no Carnaval
se deve trabalhar e nada mal!

Mas os ministros que tal achavam mal
foram longe, afinal, brincar o carnaval.

E com o Cavaco assim prossegue o «carnaval»...
pra nosso mal.

Agenda

Avante!
Ano 60 – Série VII
N.º 845
8 de Março de 1990
4.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Quinta 8

*** LISBOA**
Reunião das células dos Escritores, Editores, Artistas Plásticos e Cineastas,preparatória do XIII Congresso - às 21.30 no CT Vitória.

Plenário da célula dos TLP para debate de problemas da empresa e preparação do XIII Congresso - às 18.30, no CT da Av. António Serpa.

Plenário da célula da Petrogal para debate da situação social e política no âmbito da preparação do XIII Congresso - às 18.30 no CT Vitória.

Sexta 9

*** LISBOA**
Comício comemorativo do 69º aniversário do PCP - no Pavilhão Carlos Lopes, às 21.30, com intervenção de **Álvaro Cunhal.**

*** ALGUEIRÃO**
Plenário da célula da Hochest - às 18.30, no Centro de Trabalho.

*** LOUSÃ**
Jantar-convívio comemorativo do 69º aniversário do PCP no restaurante «Cave» (Penedo), com intervenção de **Carlos Fralão.**

*** PORTO**
Debate: **Portugal 1990 - Juventude Hoje**. Às 21.30, na sede da JCP, com participação de **Carlos Rabaçal**.

Reunião do sector Quadros Técnicos - às 21.30, no CT da Boavista.

*** GAIA**
Debate sobre a situação política internacional promovido pela JCP/Gaia, com a participação do camarada **Emídio Ribeiro** - às 21.30, no CT do PCP.

*** MAIA**
Jantar comemorativo do aniversário do Partido em Pedrouços/Areosa, com participação do camarada **Edgar Correia** - a partir das 20.00 no restaurante «Samuel».

*** TOMAR**
A situação internacional e o Partido - debate moderado pelos camaradas **Sérgio Ribeiro** e **Vítor Fernandes**. Às 21.00, no Centro de Trabalho.

*** VILA POUCA DE AGUIAR**
Assembleia da Organização Concelhia do PCP - às 21.30.

*** ALCOCHETE**
Debate sobre a situação internacional - às 21.00, na Junta de Freguesia, com participação de **Domingos Lopes**.

*** MONTIJO**
Convívio, com baile, comemorativo do 69º aniv. do PCP, em **Foros do Trapo** (Pegões) a partir das 21.00.

*** ÍLHAVO**
Jantar comemorativo do aniversário do PCP, com participação do camarada **Sérgio Teixeira** - no restaurante «Carabobo» a partir das 20.00.

*** AVEIRO**
Aniversário do PCP: distribuição de propaganda na Portucel/Cacia, na Quimigal/Estarreja e em outras empresas do distrito.

*** BEJA**
Apresentação pública das Teses para o XIII Congresso - na Casa da Cultura de Beja, a partir das 21.00, com participação de **António Murteira, António Vitória, Lopes Guerreiro.**

*** CUBA**
Sessão para apresentação das Teses para o XIII Congresso - no Centro de Trabalho do PCP, às 21.00, com participação do camarada **Diamantino Dias**.

Sábado 10

*** PORTO**
Comício comemorativo do aniversário do PCP, com participação do camarada **Álvaro Cunhal** - a partir das 15.00 no Mercado Ferreira Borges.

*** MATOSINHOS**
Jantar comemorativo do aniv. do Partido - no restaurante «Lissandra» (Bairro de Carcavelos), às 20.00.

Caravana automóvel, com partida do Centro de Trabalho de Matosinhos (R. Nuno Álvares Pereira), em direcção ao comício no Porto.

*** VILA REAL**
4ª Assembleia da Organização Concelhia. A partir das 14.30.

*** AMARANTE**
Festa-convívio comemorativa do aniversário do PCP organizada pela juventude - no Centro de Trabalho a partir das 21.30.

*** ALMADA**
Festa-comício da JCO comemorativa do aniversário do PCP. A partir das 16.00, com actuação de jovens artistas do distrito de Setúbal.

*** LOURES**
Encontro concelhio do PCP sobre o trabalho nas autarquias - hoje e amanhã no Cinema S. João de **Sacavém**.

*** COIMBRA**
Conferência Distrital de Organização - no Anfiteatro 3 do Departamento das Químicas da Fac. de Ciências e Tecnologia da Universidade, a partir das 15.00, com participação do camarada **Carlos Fralão.**

Jantar-convívio comemorativo do 69º aniversário do PCP - na cantina das Químicas a partir das 20.00.

*** LISBOA**
Almoço-convívio do 69º aniversário no Centro de Trabalho da Av. Duque de Loulé, com debate da situação social e política enquadrado da preparação do XIII Congresso.

Plenário de militantes da Autocoop - às 16.00, no CT António Serpa.

*** MÉRTOLA**
Almoço-convívio comemorativo do 69º aniv. do PCP no Teatro Marques Duque com participação de **António Murteira.**

*** MINA DE S. DOMINGOS**
Jantar-convívio comemorativo do 69º aniversário do Partido.

*** ALJUSTREL**
Apresentação pública das Teses para o XIII Congresso: debate com a participação de **José Soeiro, José Godinho** e **Manuel Filipe,** às 21.00 no Sindicato Mineiro.

*** CASTRO VERDE**
Apresentação pública das Teses para o XIII Congresso: debate com a participação de **António Vitória, Francisco Caixinha, Alice Honrado, José Baptista**, às 21.00 na Casa do Povo.

*** MOURA**
Apresentação pública das Teses para o XIII Congresso: debate com a participação de **António Murteira, Ana Benedita, Manuel Bravo** às 16.00 na Casa do Povo.

*** ODEMIRA**
Apresentação pública das Teses para o XIII Congresso: debate em **S. Teotónio**, às 15.00, com a participação de **Francisco Caixinha, Cláudio Percheiro, João Honrado.**

*** OURIQUE**
Almoço comemorativo do 69º aniversário do PCP. Às 13.00.

*** AVEIRO**
Bancas de distribuição de propaganda pelo aniversário do PCP em **Aveiro** - Pç. Joaquim Melo Freitas, em **S. João da Madeira** - Pç. Luís Ribeiro e em **Ovar** - Mercado Municipal.

*** OVAR**
Reunião de Quadros das empresas de Ovar - no Centro de Trabalho, a partir das 15.00, com participação do camarada **Ramiro Silva.**

*** ÁGUEDA**
Jantar-convívio comemorativo do aniversário do PCP - às 20.00, no restaurante «O Alemão», com participação do cam. **Sérgio Teixeira.**

*** ALCOCHETE**
Jantar-convívio comemorativo do aniv. do Partido, seguido de sessão de fado amador - no refeitório da Câmara Municipal, a partir das 20.00.

*** PINHAL NOVO**
Almoço-convívio comemorativo do aniversário do PCP, com participação da cam. **Odete Santos** - no Centro de Trabalho a partir das 13.00.

*** SETÚBAL**
Assembleia da Célula da Renault/Setúbal - às 15.00, no CT da Comissão Concelhia, com participação do cam. **José Neto.**

*** PORTO SALVO**
Almoço-convívio comemorativo do 69º aniversário do PCP com a participação do camarada **Agostinho Lopes** - na Sociedade Instrução Musical de Porto Salvo a partir das 13.00. Às 16.00, animação musical com o grupo «Norte-Sul».

Domingo 11

*** SEIXAL**
Almoço-convívio comemorativo do 69 aniversário do PCP com participação do camarada **Álvaro Cunhal** - na «União Seixalense» a partir das 12.30.

*** BARREIRO**
Plenário de Militantes do Barreiro, com participação do camarada **Álvaro Cunhal** - a partir das 15.30 nos «Penicheiros».

*** ALHOS VEDROS**
Debate sobre a situação internacional - às 10.00, no CT, com a participação da camarada **Regina Marques.** Às 16.00,no mesmo local, lanche-convívio comemorativo do aniv. do Partido.

*** BAIXA DA BANHEIRA**
Almoço-convívio comemorativo do aniversário do PCP - às 13.00, na colectividade «Os Alentejanos», com a participação do camarada **Manuel Reis.**

*** SARILHOS GRANDES**
Almoço-convívio com participação da cam. **Conceição Morais.**

*** PALMELA**
Almoço-convívio no CT da **Quinta do Conde** com a participação do camarada **Rogério Brito** - a partir das 13.00.

*** SERPA**
Apresentação pública das Teses para o XIII Congresso: debate com a participação de **José Moreira Rita e João Rocha**, às 10.00, na Casa do Povo.

*** VIDIGUEIRA**
Apresentação pública das Teses para o XIII Congresso: debate em **Vila de Frades**, às 15.00.

*** LISBOA**
Almoço comemorativo do 69 aniversário do PCP no Centro de Trabalho de Arroios.

Plenário de militantes da freguesia da **Ajuda** para discussão da situação política no âmbito do XIII Congresso e entrega de cartões 1990/91 - no CT, às 15.00, com participação do cam. **Manuel Pedro.**

*** BRAGANÇA**
Convívio no Centro de Trabalho (Bairro da Mãe d'Água) comemorativo do 69º Aniversário do PCP - às 15.00, com particpação do camarada **Vasco Paiva**.

*** MAFRA**
Almoço comemorativo do aniversário do PCP no restaurante «O Petisco» com participação do cam. **Romeu do Rosário.**

*** ALGUEIRÃO**
Almoço-convívio comemorativo do 69º aniversário do PCP, com participação do camarada **Aboim Inglês**.

*** TERRUGEM**
Almoço-convívio comemorativo do 69º aniversário do PCP - no Centro de Trabalho, com participação do cam. **Dias Lourenço.**

*** QUELUZ**
Almoço-convívio comemorativo do 69º aniversário do PCP.

S. DOMINGOS DE RANA
Almoço-convívio comemorativo do 69º aniversário - às 13.00, no CT de **Tires.**

*** VILA NOVA DE POIARES**
Sessão comemorativa do aniversário do PCP, com a participação do cam. **Alfredo Campos.**

*** ARGANIL**
Reunião de quadros - às 10.00, com **Carlos Fraião.**

Segunda 12

*** SETÚBAL**
Plenário de quadros do concelho de Setúbal - às 21.00, no auditório da Junta de Freguesia de S. Sebastião, com a participação do camarada **Francisco Lopes.**

*** ESPINHO**
Distribuição de propaganda na Feira de Espinho, alusiva ao aniversário do Partido.

*** LISBOA**
Reunião da célula dos Professores para discussão do projecto de Teses para o XIII Congresso - às 21.00, no CT Vitória, com participação do camarada **Vítor Dias.**

*** PORTO**
Reunião de professores do Ensino Superior - às 21.30, no CT da Boavista.

Terça 13

*** LISBOA**
Reunião da Direcção do Sector Público da ORL, com os secretariados das células do Sector para debate do 3º ponto da O.T. do XIII Congresso - às 19.00, no CT António Serpa.

*** CACÉM**
Plenário de militantes das células de empresa do Cacém - às 18.30, no CT.

PCP

69.º aniversário do PCP comícios

LISBOA
Pavilhão Carlos Lopes
Amanhã, às 21 e 30
Intervenção de
Álvaro Cunhal

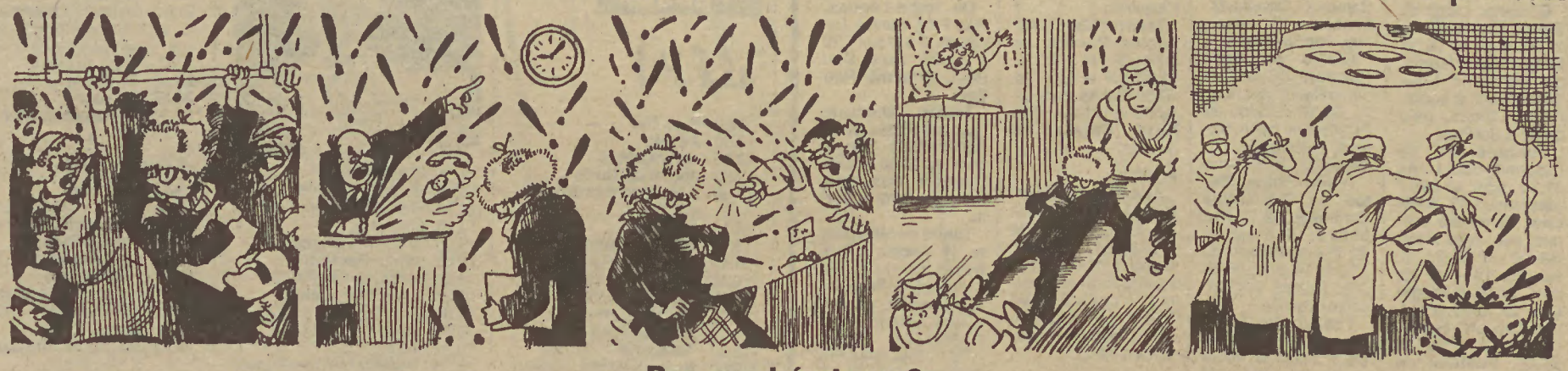
PORTO
Mercado
Ferreira Borges
Sábado, às 15 horas
Intervenção de
Álvaro Cunhal

BARREIRO
Plenário de militantes, nos Penicheiros, domingo
às 15 e 30, com a participação de Álvaro Cunhal

SEIXAL
Almoço-convívio na União Seixalense, domingo,
às 12 e 30, com a participação de Álvaro Cunhal

ANTOLOGIA

Отчего бывают стрессы?



Por que há stress?

D. AGAEV — URSS — *in «Pravda» – 9/01/1990*

TV — O Programa

Quinta 8

RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Às Dez** (inclui «Rua Sésamo»)
12.05 - **Fera Radical** (57º epis.)
13.00 - **Jornal da Tarde**

13.30 - **Cinema** - «Ivanhoe, o Vingador do Rei», real. Richard Thorpe, interpr. Robert Taylor, Joan Fontaine, Elizabeth Taylor (GBr/1952, 106 min.)
15.15 - **Com Pés e Cabeça - Os Melhores Momemtos**
16.50 - **Hospital Central**
17.35 - **Brinca Brincando**
18.30 - **Rua Sésamo** (89º epis.)
19.00 - **Jogo de Cartas**
19.30 - **Telejornal**
20.05 - **Boletim Meteorológico**
20.15 - **Vale Tudo** (65º epis.)
21.15 - **Winston Churchill** (4º epis.)
23.10 - **Conversas Vadias** (série, 1º epis.)
23.40 - **24 Horas**
00.10 - **Remate**
00.30 - **Cartas de Humor** (1º progr.)

RTP2

13.00 - **Automobilismo** - Rali de Portugal
14.00 - **Futebol**
15.00 - **Filhos e Filhas** (422º epis.)
15.25 - **Agora, Escolha!**
16.55 - **Benji, o Príncipe Extraterrestre** (10º epis.)
17.20 - **História dos Instrumentos Musicais** (11º epis.)

17.50 - **Meu Pé de Laranja Lima** (56º epis.)
18.20 - **Os Henderson** (ultº epis.)
19.30 - **Clássicos da TV** («Estrada 66», 15º epis.)
20.30 - **Magazine Musical**
21.00 - **Jornal das Nove**
21.30 - **Automobilismo** - Rali de Portugal

21.50 - **Emoções** (7º. epis.)
22.15 - **Sinais do Tempo**
22.55 - **Quinta Dimensão** (13º epis.)
23.10 - **Desporto** - Campeonato do Mundo de Patinagem Artística

Sexta 9

RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Às Dez**
12.05 - **Fera Radical**
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **O Mundo Animal** (17º epis.)
13.55 - **Longa Metragem** - «Verão 42», real. Robert Mulligan (EUA/1971, 100 min.)
15.35 - **O Tal Canal**
16.40 - **A Caixa Que Une o Mundo**
18.30 - **Rua Sésamo**
18.55 - **Chegar, Apostar e Vencer** (concurso)
19.30 - **Telejornal**
20.05 - **Boletim Meteorológico**
20.20 - **Vale Tudo**
21.10 - **Mobil nos Caminhos de Portugal**
21.25 - **Missão Impossível** (5º epis.)
22.20 - **Telemundo**
22.50 - **Chefe, Mas Pouco** (32º epis.)
23.20 - **24 Horas**
23.50 - **Remate**
00.10 - **Cartas de Humor** (2º progr.)

00.15 - **Pela Noite Dentro** - «A Mulher do Próximo», real. José Fonseca e Costa (Port//1988, 82 min.)

RTP2

14.15 - **Automobilismo** - Rali de Portugal
15.45 - **Agora, Escolha!**
17.15 - **3, 2, 1 Contact** (24º epis.)
17.40 - **História dos Instrumentos Musicais** (12º epis.)
17.45 - **O Meu Pé de Laranja Lima**
18.20 - **Haja Música**
19.30 - **Clássicos da TV**
21.00 - **Jornal das Nove**
21.50 - **D. Beija** (25º epis.)
23.20 - **Acerto de Contas**
23.50 - **Desporto** - Camp. do Mundo de Patinagem Artística

Sábado 10

RTP1

09.00 - **Juventude e Família**

12.00 - **Sinfonieta** (últº progr.)
13.00 - **Notícias**
13.10 - **Oito e Basta** (24º epis.)
14.00 - **Parlamento**
14.30 - **Crime, Disse Ela** (36º epis.)
15.15 - **Sessão da Tarde** - «Paixão de Marinheiro», real. George Sidney, interpr. Gene Kelly, Frank Sinatra (EUA/1945, 133 min))
17.30 - **Vivamúsica**
18.10 - **Ricardina e Marta** (24º epis.)
19.15 - **Sete Folhas**
19.45 - **Totoloto**
20.00 - **Jornal de Sábado**
21.15 - **Boletim Meteorológico**
21.30 - **Festival RTP sda Canção 1990**
23.50 - **Cinema da Meia Noite** - «O Ano do Dragão», real. Michael Cimino (EUA/1985, 128 min.)

RTP2

09.00 - **Universidade Aberta** (Curso de Ciências da Educação)
10.20 - **O Jogo dos Disparates** (4º epis.)
11.05 - **Compacto «O Meu Pé de Laranja Lima»**
13.35 - **A Ilha das Crianças** (4º epis.)
14.00 - **Um Solar Alfacinha** (5º epis.)
15.00 - **Estádio**
19.00 - **Music Box Especial**
20.00 - **Encontro em Trieste** (1º epis.)
21.15 - **Estádio/Edição da Noite**

Domingo 11

RTP1

09.00 - **Juventude e Família**
10.05 - **TV Rural**
10.30 - **70x7**
11.00 - **Missa**
12.00 - **Juventude e Família**
13.00 - **Notícias**
13.10 - **Grandes Tormentos** (7º epis.))
13.35 - **Espaço 1999** (7º epis.)
14.20 - **O Posto** (últº epis.)

14.50 - **Primeira Matinée** - «Tempestade na Jamaica», real. Alexander Mackendrick (GBr./1965, 99 min.)
16.40 - **Desenhos Animados**
17.00 - **Concurso 1, 2, 3**
19.00 - **McGyver** (24º epis.)
20.00 - **Jornal de Domingo**
20.30 - **Boletim Meteorológico**
20.40 - **Querido John** (22º epis.)
21.00 - **Vencer em Manhattan** (série, 6º epis.)
22.00 - **Domingo Desportivo**

RTP2

09.00 - **Music Box Especial**
10.00 - **Troféu**
13.00 - **Caminhos**
13.30 - **Novos Horizontes**
13.50 - **Veterinário da Província** (11º epis.)
15.00 - **Troféu**
17.00 - **Sobrevivência**
17.50 - **Quem Sai aos Seus...**
18.15 - **Imagem e Imagens**
18.45 - **Julien Cope**
19.45 - **Automobilismo** - Grande Prémio dos EUA de Fórmula 1

21.00 - **Artes e Letras** - «Woody Allen»
22.00 - **Automobilismo**
23.00 - **Cineclube** - Ciclo Luis Buñuel no México: «O Monte dos Vendavais» (México/1953, 91 min.)

Segunda 12

RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Às Dez**
12.05 - **Fera Radical**
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **A Rota de Howard** (35º epis.)
14.15 - **Vila Faia**
15.10 - **O Mundo Animal**
15.45 - **Ponto por Ponto**
16.40 - **Hospital Central**
17.25 - **Brinca Brincando**
18.30 - **Rua Sésamo**
19.00 - **Jogo de Cartas**
19.30 - **Telejornal**
20.00 - **Boletim Meteorológico**
20.15 - **Vale Tudo**
21.10 - **Clube dos Subscritores**
21.35 - **Casino Royal** (8º epis.)
22.40 - **Quase Adultos** (8º epis.)
23.30 - **24 Horas**
24.00 - **Remate**
00.15 - **Cartas de Humor**

Filmes

«**Ivanhoe**» - 5ª, 13.30, RTP-1
«**Verão 42**» - 6ª, 13.55, RTP-I
«**A Mulher do Próximo**» - 6ª, 00.15, RTP-1
«**Paixão de Marinheiro**» - sáb., 15.15, RTP-1
«**O Ano do Dragão**» - sáb., 23.50, RTP-1
«**Tempestade na Jamaica**» - dom., 14.50, RTP-1
«**O Monte dos Vendavais**» - dom., 23.00, RTP-2
«**Recordações**» - 3ª, 21.35, RTP-2
«**Adeus Amigos**» - 4ª, 21.25, RTP-1

Música

Quinta
20.30, RTP-2: **Magazine Musical**

Sexta
18.40, RTP-2: **Haja Música**

Sábado
12.00, RTP-1: **Sinfonieta**
17.30, RTP-1: **Vivamúsica**
19.00, RTP-2: **Music Box Especial**
21.30, RTP-1: **Festival RTP da Canção**

Domingo
09.00, RTP-2: **Music Box**

Quarta
23.25, RTP-2: **O Som da Surpresa**

Desporto

Remate - RTP-1, 5ª (00.10), 6ª (23.50), 2ª (24.00), 3ª (23.40), 4ª (23.50)
Estádio - RTP-2, sáb., 15.00 e 21.15
Troféu - RTP-2, dom., 10.00 e 15.00
Domingo Desportivo - RTP-1, 22.00
Patinagem Artística (Campeonato do Mundo) - A partir de 6ª, RTP-2

RTP2

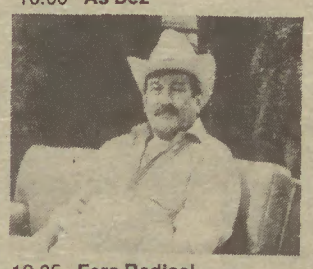
15.00 - **Filhos e Filhas**
15.25 - **Agora, Escolha**
16.55 - **Os Cinco**
17.20 - **História dos Instrumentos Musicais**
17.50 - **O Meu Pé de Laranja Lima**
18.25 - **Sabor da Vingança** (telefilme)
19.35 - **Clássicos da TV**
20.30 - **Há Pintores Que...**
21.00 - **Jornal da Nove**

21.30 - **Teatro Português** - «Um Chapéu de Palha de Itália», de Eugène Labiche

Terça 13

RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Às Dez**



12.05 - **Fera Radical**
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **Dallas** (74º epis.)
14.15 - **Vila Faia**
15.05 - **O Mundo Animal**
15.45 - **Ponto Por Ponto**
16.40 - **Hospital Central**
17.25 - **Brinca Brincando**
18.30 - **Rua Sésamo**
19.00 - **Jogo de Cartas**
19.30 - **Telejornal**
20.05 - **Boletim Meteorológico**
20.20 - **Vale Tudo**
21.10 - **Primeira Página**
22.10 - **Crónica do Crime** (26º epis.)
23.00 - **24 Horas**
23.30 - **Remate**
23.40 - **Cartas de Humor**

RTP2

15.00 - **Filhos e Filhas**
15.25 - **Agora,Escolha!**
16.55 - **Os Novos Caça-Fantasmas** (14º epis.)
17.20 - **História dos Instrumentos Musicais**
17.50 - **O Meu Pé de Laranja Lima**
19.35 - **Clássicos da TV**
20.25 - **Cine Magazine**
21.00 - **Jornal das Nove**
21.30 - **Cinemadois** - «Recordações» («Stardust Memories»), real. Woody Allen (EUA/1980, 89 min.)

Quarta 14

RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Às Dez**
12.05 - **Fera Radical**
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **O Mundo Animal**
14.15 - **Vila Faia**
15.10 - **O Mundo Animal**
16.40 - **Hospital Central**
17.25 - **Brinca Brincando**
18.30 - **Rua Sésamo**
19.00 - **Jogo de Cartas**
19.30 - **Telejornal**
20.05 - **Boletim Meteorológico**
20.20 - **Vale Tudo**
21.10 - **Vamos Jogar no Totobola**
21.25 - **Lotação Esgotada** - «Adeus Amigos», real. Barry Levinson (EUA/1982, 101 min.)
23.50 - **24 Horas**
00.20 - **Remate**
00.30 - **Cartas de Humor**

RTP2

15.00 - **Filhos e Filhas**
15.25 - **Agora, Escolha!**
16.55 - **Os Campbells** (22º epis.)
17.20 - **História dos Instrumentos Musicais**
17.50 - **O Meu Pé de Laranja Lima**
18.25 - **A Rota Marítima da Seda** (4º epis.)
19.35 - **Clássicos da TV**
20.20 - **Lusitânia Expresso**
21.00 - **Jornal das Nove**
21.30 - **O Submarino** (2º epis.)
22.30 - **Século XX** - «A Caminho da Guerra» (2º epis.)
23.20 - **O Som da Surpresa**

Teatro — O Cartaz

LISBOA

Casa da Comédia, R. S. Francisco Borja, 24. De 3ª a dom. às 22. **E O Zé que Zé**, enc. José Carretes.

Cinearte, Largo de Santos. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Margarida do Monte**, de Marcelino Mesquita, adapt. e encen. Helder Costa, pelo grupo A Barraca.

Comuna, Pr. de Espanha. *Sala 1* - Às 21.30 ; dom. só às 17 (descanço à 4ª). **A Pécora**, de Natália Correia, enc. João Mota. *Sala 2* - 6ª às 21.30, sáb. às 16 e 21.30, dom. às 16. **A Pregação**, de João Brites, pelo Grupo O Bando. *Café Teatro* - Sáb. às 24.00. **Festival da Otite**, de Carlos Paulo.

Ritz Clube, Rua da Glória, 57. De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16. **O Regresso de Bucha e Estica**, enc. Mário Viegas

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **Al Cavaquinho**, de E. Damas. C. Oliveira, M. Simões e P. César, enc. Camilo Oliveira.

Teatro da Cornucópia, Rua Tenente Raul Cascais, 1-A. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **Salada**, encenação colectiva da Cornucópia

Teatro Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras, 52. De 3ª a 5ª às 21, 6ª e sáb. às 20.30 e 22.45, dom. às 15 e às 18. **Severa**, de Júlio Dantas, enc. Nicolau Breyner.

Teatro Maria Vitória, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23. **Vitória! Vitória!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Os Meninos à Roda da Mamã**, enc. Francisco Nicholson.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. 3ª, 4ª e 5ª às 21.30, 6ª e sáb. às 20.30 e 22.45, dom. às 16.00 e 21.30. **Ora Bate...Batman'so** (revista)

PORTO

Auditório Nacional Carlos Alberto, Rua das Oliveiras, 43. De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. também às 16. **Happy End**, de Dorothy Lane/Bertold Brecht, enc. João Lourenço, pelo Novo Grupo (até 14/3)

Para crianças

LISBOA

Comuna, Praça de Espanha - *Sala 2* . 6ª às 21.30, sáb. às 16 e 21.30, dom. às 16. **A Pregação**, de João Brites, pelo Grupo o Bando.

Os Papa-Léguas, Rua Prof. Santos Lucas. 3ª, 5ª e 6ª às 11.30 e 14.00. **Hoje Sou Rei... Amanhã Não Sei.**

Teatro Maizum, Rua dos Poiais de S. Bento, 75-B. Sáb. e dom. às 16.00. **A Linguagem dos Animais**, de António Botto.

Teatro da Malaposta, R. Angola, Olival Basto (à Calç. de Carriche). **A Tarantela Vermelha**, de SalvatoreCuffaro, enc. Figueira Cid

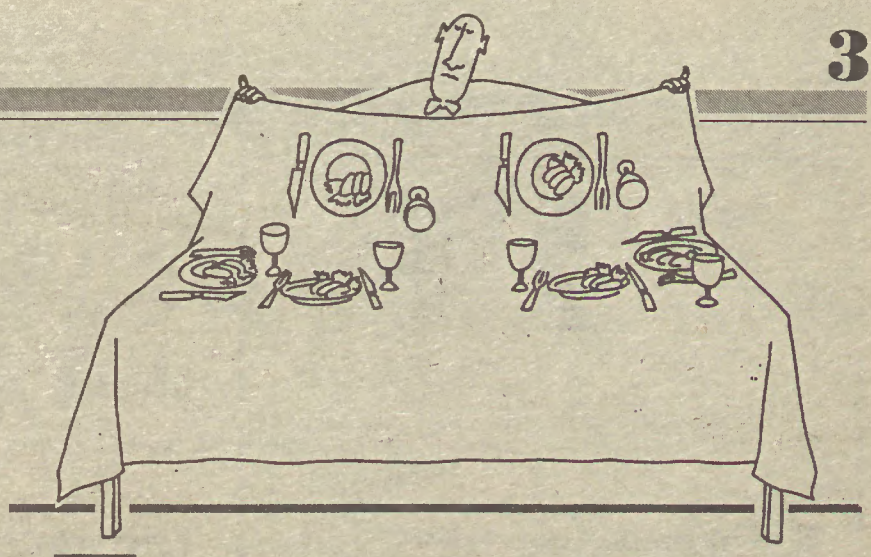
TIL, Rua Leão de Oliveira, 1. Dias 24, 25 e 26 às 16, dia 27 às 15 e às 17. **Feliz Aniversário**, texto e encenação de Fernando Gomes.

Cinema
A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Assassinato sob Custódia	—	★★★	—	★★★
B	Chuva Negra	★★	★★	★	★★
C	O Processo do Rei	★★★	★★★	—	★★★
D	Valmont	★★★	★★	—	★★

Classificação de ★ a ★★★★★

A— Real. Euzhan Palcy **Alfa/3** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), **Amoreiras/6** (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 00.15), **Mundial/1** (14, 16.30, 19.00, 21.30 **Lisboa**
B— Real. Ridley Scott.–**Amoreiras/1** (14, 16.30, 19, 21.30, 24,), **S. Jorge/3** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45), **Star** (14, 16.30, 19, 21.30) – **Lisboa**
C— Real. João Mário Grilo **Forum Picoas/2** (14.00, 16.00, 18.00, 22.00) — **Lisboa**
D— Real. Milos Forman — **Amoreiras/9** (14, 16,30, 19, 21.30, 24), **Las Vegas/1** (14.15, 18.30, 21.30), **Londres** (14, 16.30, 19, 21.30), **Plaza** (14, 16.30, 18.45, 21.30, 23.45) — Lisboa



Tempo
Fim de Semana

Céu pouco nublado, vente leste fraco a moderado, soprando forte nas regiões do Sul, onde o céu se apresentará muito nublado. No domingo o vento soprará de Sueste, fraco a moderado

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

Exposições...

LISBOA

Amália Rodrigues - 50 Anos - A carreira de Amália Rodrigues através de fotografias, cartazes, pinturas, vestidos, joias, discos. Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3ª a sab. das 10 às 13 e das 14.30 às 17, dom. até às 18 (até 28 Março).

Ana Jotta - Escultura. Galeria Alda Cortez, Largo de Santos, 1. De 2ª a sáb. das 15 às 20.

António Fernando - Pintura e desenho. Galeria Diário de Notícias, Rua António Maria Cardoso, 41. De 2ª a 6ª das 10 às 19, sáb. das 9 às 13 (até 9/3).

Baltazar Lopes, escultura e **Marta Wengorovius**, desenhos. Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 13/3)

No Centenário da Morte de D. Luís - A sua vida e a sua época, em exposição evocativa de que fazem parte peças raramente expostas, designadamente as jóias da Coroa e obras de arte da valiosa colecção pessoal do rei. Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até Abril)

Colectiva de tapeçaria. Galeria Tapeçarias de Portalegre, Rua Academia das Ciências, 2-J. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 ás 19.30.

Costa Camelo - Pintura. Espaço Alliance, R. Braamcamp, 13, 1º. De 2ª a 6ª das 10 às 19.30 (até 6/4)

Duarte Belo - Fotografia. Galeria Pedro e o Lobo, Rua do Salitre, 169. De 2ª a sáb. das 15 às 20 (até 22/3)

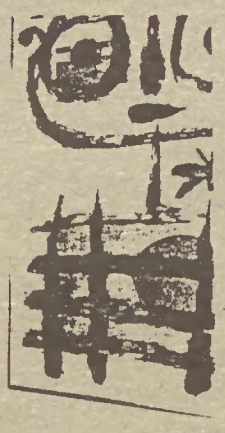
Ferreira da Silva - Pintura. Galeria Restauração, Av. Guerra Junqueiro, 18-C. De 2ª a 6ª das 9.30 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 9.30 às 13 (até 12/3)

Frederico Basto - Pintura naif. Ditec-Espaço Arte, Av. Igreja, 46-A. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 19.30 (até 17/3)

Graça Delgado - Arte Têxtil Contemporânea. Galeria Quadrum, R. Alberto Oliveira, 52. De 2ª a 6ª das 10 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 10/3)

Graça Morais - Pintura e desenho. Galeria 111, Campo Grande, 113. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30 (até 10/3)

Helena Mártires - gravura. Cooperativa Gravura, Trav. do Sequeiro (Bairro Alto)



João Alfaro - Pintura. Galeria de S. Bento, Rua do Machadinho, 1. De 2ª a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 20 (até 17/3)

João Cutileiro - Escultura (exposição antológica 1956-1990). Galerias de Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 22/4)

João Soares Santos - Pintura. Galeria João Hogan, R. Voz do Operário, 13. De 2ª a 6ª das 14 às 20. sáb. das das 15 às 19 (até 23/3).

Jorge Vieira - Escultura. Galeria S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 10 às 13 (até 24/3)

Juan Soutullo - Pintura. Galeria Santa Justa, Rua de Santa Justa, 93, 2º. De 2ª a 6ª das 15 às 20 (até 24/3)

Luís Alves da Costa - Pintura. Livraria Barata, Av. Roma, 11-A. De 2ª a sáb. das 12 às 23 (até 24/3).

Luís Cruz- Escultura. Galeria Novo Século, Rua do Século, 23-A. De 3ª a sáb. das 14 às 20 (até 24/3)

Maria do Carmo Moura Nunes - Pintura. Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3ª a dom. das 15 às 19.30 (até 25/3)

Maria João Franco - Pintura. Galeria Alfa Mixta, R. Escolas Gerais, 34. De 3ª a sáb. das 14 às 20 (até 17/3)

Master Drawings - Desenhos italianos, franceses e holandeses (sécs. XVI-XX). Clube 50, R. S. Mamede ao Caldas, 9, 1º. De 3ª a sáb. das 17 às 20 (até 14/3)

Presente da Cerâmica Espanhola - 90 peças de 8 ceramistas. Galerias de Exposições do CAM, R. Nicolau Bettencourt. De 3ª a dom. das 10 às 17

Realismo Fantástico Espanhol - colectiva de 6 pintores. Galeria Alfama, Rua das Flores, 109.

Roland Bouvier - Pintura. Galeria Triângulo, Av. D. Vasco da Gama, 48-A. Dde 3ª a sáb. das 14 às 20 (até 9/3)

Rui Laginha - «Eléctricos de Lisboa», fotografia. Vale Tudo..., Rua Rodrigo da Fonseca, 25. De 3ª a sáb. das 15 às 20 (até 7/4)

Sofia Wilborg - Pintura. Praça Ilha do Faial, 14-A. De 2ª a 6ª, das 12 às 21.30 (até 22/3)

Tapeçaria do Séc. XVI - Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17.

Teresa Magalhães - Pintura. Galeria Nasoni, Av. Colunbano Bordalo Pinheiro, 9. De 2ª a 6ª das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 15 às 19.30 (até 31/3)

Valente Alves - Pintura. Clube 50, R. S. Mamede ao Caldas, 9, 1º. De 2ª a 6ª das 17 às 20 (até 14/3)

Vitor Belém - Pintura. Galeria de S. Mamede, R. da Esc. Politécnica, 167. De 2ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30 (até 17/3)

PORTO

Ana Moreira e **Domingos** - Pintura. Galeria da Praça, Praça da Liberdade, 66. De 2ª a 6ª das 10 às 12 e das 15 às 19.30, sáb. das 15 às 19.30 (até 20/3)

Concurso de Desenho a Lápis - Exposição Comemorativa do Bicentenário da Invenção do Lápis (colectiva). Cooperativa Árvore, R. Azevedo de Albuquerque, 1 (até 20/3).

Henrique Ruivo e **Fátima Vaz** - Pintura. Galeria Nasoni, Rua Galeria de Paris, 80. De 2ª a 6ª das 10 às 12.30 e das 15 às 19.30; sáb. das 15 às 19.30 (até 31/3).

Isabel Pavão - Pintura. Galeria Fluxus, R. do Rosário, 125. De 2ª a sába. das 10.30 às 12.30 e das 15 às 19.30 (até 8/3)

Manuel Botelho - Pintura. Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 22/3)

Miró - Óleos, desenhos e obras gráficas. Casa de Serralves, Rua de Serralves. De 3ª a dom. das 14 às 20.

Rui Coutinho - Pintura. Galeria Trindade, R. Ricardo Jorge, 55, 1º. De 2ª a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 19.30.

Rui Sanches - Escultura. Gal. Atlântica, Rua Galeria de Paris, 66.

OUTRAS LOCALIDADES

Artes Plásticas Amadora/90 - colectiva. Sala D. João V. Diariamente das 15 às 23 DAMAIA

José Augusto - Pintura. Galeria Múltiplo, Rua 19, nº 855. De 3ª a dom. das 14.30 às 20 (até 16/3) ESPINHO

Nuno Félix da Costa - Aguarelas. Galeria Arcada, Arcadas do Parque. De 4ª a 2ª das 11 às 13 e das 14 às 19 (até 14/3) ESTORIL

«Objectos do dia-a-dia salolo». Casa do Adro, Rua Fria. De 3ª a 6ª das 9 às 12 e das 14 às 17.30, sáb. e dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17.30 - LOURES

Pintura Portuguesa 1842-1979 (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17 - QUELUZ

Mário Vinte e Um - Pintura. Galeria «O Patamar», Rua da ferraria, 13. De 2ª a 6ª das 10 às 19 (até 3/3) SINTRA

Curado Matos - Fotografia. Galeria Municipal, R. Almirante Cândido dos Reis. De 3ª a dom. das 15 às 22 (até 4/3) VILA FRANCA DE XIRA

...e ainda
Música, debates, etc.

8 de Março

O 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, será nos próximos dias assinalado em muitas localidades e através de iniciativas muito diversas promovidas sobretudo pelo MDM, frequentemente com o concurso dos Departamentos de Mulheres de Sindicatos e de autarquias.

Destacamos:

Em Lisboa:

*** Exposição «Século XX - A Memória e a Voz das Mulheres»**, a inaugurar hoje na Sociedade Nacional de Belas Artes (R. Barata Salgueiro), onde no decurso da próxima semana se realizarão uma série de debates sobre o papel e intervenção da Mulher na vida contemporânea. Eis o calendário:

- sexta, dia 9 - «Século XX - A Memória e a Voz das Mulheres», com Luísa Amorim, Maria Alda Nogueira, Maria do Carmo Dias, Maria José Gomes;
- sábado, dia 10 - «A Mulher e a Ciência», com Claudina Rodrigues, Helena Bastos, Teresa Sá e Melo, Dulce Rebelo;
- domingo, dia 11 - «A Importância da Mulher nos Centros de Decisão», com Edite Estrela, Regina Tavares da Silva, Joaquina Silvério;
- segunda, dia 12 - «A Presença Feminina na Imprensa», com Etelvina Lopes de Almeida, Helena Neves, Manuela da Azevedo, Maria do Carmo Guilherme;
- terça, dia 13 - «A Mulher e o Desenvolvimento», com Alfreda Cruz, Maria do Rosário Silva, Regina Marques, Conceição Morais;
- quarta, dia 14 - «A Mulher e a Defesa do Território», com Dulce Rebelo, Marques Junior, Isaura Vieira.

No dia 15, às 18.30, no mesmo local, será entregue à pintora **Maria Keil** a Distinção de Honra MDM 1990.

Em Setúbal:

*** IV Grande Prémio de Atletismo do Dia Internacional da Mulher**, aberto a atletas de ambos os sexos, organizado pela direcção distrital de Setúbal do MDM com o apoio da Associação de Atletismo de Setúbal, Região de Turismo e autarquias do distrito, e que terá lugar no próximo **domingo**, com partida do Parque do Bonfim às 10 horas.

*** Distribuição de documentos, postais e cravos**, hoje, nas ruas de todos os concelhos do distrito, numa grande acção em que o MDM tem o apoio de sindicatos, trabalhadores de muitas empresas e de eleitos nas autarquias.

*** Iniciativas de convívio**: jantares (hoje) no restaurante «Caravela», em Setúbal (com a presença da escritora Maria Rosa Colaço), no Barreiro, Sesimbra, Sines, Montijo; espectáculos em Sines, na Amora (este no dia 10), no Montijo (hoje, na Soc. Progresso do Afonsoeiro).

*** Exposições**: na Baixa da Banheira, no Montijo, em Almada.

Em Aveiro:

*** Colóquio**: «Igualdade Vivida a Dois». A realizar no sábado, a partir das 17 horas, no Salão Paroquial de Vera Cruz;

*** Jantar-concerto**: no mesmo dia, a partir das 20 horas, no Salão dos Bombeiros.

Em Faro:

*** Distribuição de flores às mulheres na Baixa**: de manhã.

*** Espectáculo**: na Sociedade Recreativa Artística Farense, às 21.30, com actuação dos Pauliteiros de Pechão, Luís Fialho e João Cunha, o grupo Trova Lusa, José Maria, Fernando Carvalho e o grupo Som de África.

*** Jantar-convívio**: em Lagos, no restaurante «O Caseiro».

Em Santarém:

*** Espectáculo**: «O Regresso de Bucha e Estica», encenado por Mário Viegas, é apresentado hoje às 21.30 no Cine-Teatro Sá da Bandeira por iniciativa do Sindicato dos Profeesores da Grande Lisboa e do núcleo local do MDM.

a TV

A doença dos conceitos

A saúde dos portugueses volta a estar na ordem do dia, com os projectos de serviço nacional em discussão na Assembleia da República. Bem fez, portanto, a rubrica **Parlamento** quando levou a questão à TV.

Com a habitual moderação de Hélder Freire, juntaram-se para falar do assunto os deputados Ferraz de Abreu, do PS; Nogueira de Brito, do CDS; e João Camilo, do PCP.

Certamente, no breve espaço de 30 minutos, o assunto não poderia ter ido muito mais longe do que foi. Em certa medida, terá talvez provocado alguma perplexidade, no que respeita, por exemplo, à posição do PS na matéria. João Camilo diria mesmo que, naquele partido, há conflitualidade entre o que diz e o que faz, entre o projecto e o discurso. «Quem ouvisse o deputado Ferraz de Abreu- disse- haveria de pensar que ele estava defendendo a proposta do PCP...»

Quanto a isso, Nogueira de Brito foi mais contundente quando disse: «Tem-se vindo a acentuar algumas clivagens entre o PS e o PSD. Parece que, depois de terem feito a aliança para a Revisão Constitucional, os dois partidos agora estão apostados em sublinhar as suas divergências, à outrance e com uma certa mistificação no debate político. O dr. Ferraz de Abreu fala em diferenças - eu comparo as propostas do PS e do governo e não encontro essas diferenças...»

O PS escusava de ouvir destas. Bem andavam aqueles que, na altura da Revisão, alertavam o PS para os perigos de acreditar na boa-fé de certas personagens ou de certas forças...

Durante o citado debate, Nogueira de Brito (aliás com o pedido antecipado de desculpas) «acusou» de conservadora a proposta do PCP. Conservadora, explicou, na medida em que pretendia conservar o que de bom havia na lei actual.

No fundo, como acentuou João Camilo, a «acusação» transforma-se num elogio. De facto. Pessoalmente, considero que é bom conservar a saúde. Não é nada revolucionário destruí-la...

Esta confusão de conceitos não é inocente. Nem sequer é nova. Estão a ver? Os comunistas, lutando por defender o direito à saúde, são conservadores e retrógrados. Altamente revolucionário, avançado, inovador, é Cavaco Silva que, remando num barco com a proa voltada para trás, diz que navega para a frente...

Diz isto - sem se rir...

A voz atroz do porta-voz.

24 Horas dá a notícia. Pronto, sem grande relevo, mas dá. Aviões das FAPLA bombardearam a Jamba, Savimbi treme no seu reduto.

Acha então **24 Horas** que seria interessante saber o que pensa disto a UNITA e convidam para a conversa no estúdio o seu representante em Lisboa. Que, sobre a matéria em causa, nada sabe. Mas sabe outras coisas.

Sabe que os aviões empregam napalm. Sabe que tudo está bem, madame La Marquise, e proclama: «Mavinga está connosco!»

E sabe mais, sabe o fundamental: sabe que o «MPLA está numa posição fraca...»

Faz bem a televisão a dar voz ao porta-voz de Savimbi em Lisboa. Se não fosse assim, caramba, como é que nós estaríamos bem informados, não me dizem?...

O muro na RTP

Face aos acontecimentos nacionais dos dias anteriores, esperava-se que **Jornal de Sábado** se voltasse para os problemas mais... intrigantes.

Nada disso. O principal foram os acontecimentos de Leste, na visão catastrófica dos telecomunicadores a entrevista de Yeltsin, em Londres, a desancar Gorbatchov, o PCP «submetido a grandes pressões» onde «a abertura é uma questão de tempo, etc, etc...

Também houve a referência a uma importante reunião do Comité Central do PCP, uma reunião que duraria dois dias. Aparece no televisor a imagem de Álvaro Cunhal. Falava, mas não se ouvia uma palavra. Os entrevistados foram outros.

Ora isto acontecia sábado, dia 3 de Março. Dois dias antes, Cavaco demitira Carlos Brito, transferira Fernando Nogueira. Isto representava crise na sede do Governo. Isto significava um forte abanão na credibilidade de uma visão política.

Pois a tal respeito não se disse absolutamente nada. Nem uma informação, nem um debate, nem um comentário. Para a grande maioria dos portugueses, nada acontecera - pela simples razão de que não acontecera na televisão...

Repete-se: tudo acontecera apenas dois dias antes do **Jornal de Sábado**...

Na RTP há um muro que protege o Governo de Cavaco Silva. Por lá, que tanto manda o gosto pela demolição de muros, podiam aproveitar e derrubar este.

Até lá, o gosto das demolições saberá a hipocrisia e manipulação.

■ ***Ulisses***

Síntese semanal da IMPRENSA

Tão novo e já *casseta*

Depois de tanto fazer nos esperar o «Público» lá acabou por sair. E aí estão os primeiros números «novinhos em folha» com um ar presenteiro, cheios de cadernos e de cores. Tudo muito bonitinho mas em relação ao PCP a cassete, essa é a mesma.

Sem qualquer diferença

O PCP mantém-se igual a si próprio: os primeiros sinais da reunião do Comité Central, ontem iniciada, confirmam a recusa da direcção comunista em seguir os novos ventos que sopram do Leste. A proposta de regulamento do próximo Congresso Extraordinário obedece às mesmas regras do Congresso anterior: não vai haver voto secreto nem circulação oficial de documentos contrários à Direcção. «O Público» esteve na Soeiro Pereira Gomes, observou o ambiente e entrevistou Cunhal. Entretanto, também ontem, realizaram-se importantes eleições locais na União Soviética que poderão proporcionar a Gorbatchov a oportunidade para uma nova ofensiva contra os adversários da perestroika. E hoje faz 37 anos que morreu José Estaline.

(«Público», 05.03)

Identidade política

«No mesmo dia em que, na Federação Russa, na Ucrânia e na Bielorrússia, se realizavam eleições locais que, na actual conjuntura, podem influenciar decisivamente a evolução política na União Soviética, o Comité Central do PCP tinha em Lisboa uma reunião dramática, onde se jogavam as derradeiras expectativas da ala renovadora do partido. Enquanto na URSS se ensaiam já os caminhos do pós-comunismo e a própria possibilidade, a prazo, de o PCUS abandonar o monopólio do poder, aos comunistas portugueses deparam-se duas alternativas inconciliáveis: ou conservam a sua identidade política, mantendo a fidelidade ao marxismo-leninismo, ou procuram adaptar-se aos novos ventos históricos — o que implica, inevitavelmente, a recusa dessa fidelidade e o apagamento da referência essencial do comunismo.

(...)

Para Álvaro Cunhal e a geração que com ele se identifica, a resistência à mudança representa um combate decisivo para sobrevivência das últimas ilhas do comunismo. Tal como esse outro grande romântico da utopia marxista-leninista, o líder cubano Fidel Castro, Cunhal está preparado para defender até ao último reduto a fortaleza do PCP, porque só isso dá sentido e grandeza à sua luta de sempre, num momento em que quase todos se preparam para abandonar o navio. Se o comunismo é, já, um anacronismo histórico, não é possível negar uma dignidade trágica à teimosia irredutível de Álvaro Cunhal. E não há, visivelmente, ninguém que possa contrariar essa determinação de resistir até ao fim.»

(«Público», 5.03)

Mas quem as escreveu?

PÚBLICO — Então, vem para o «sequestro»?

Álvaro Cunhal — Essa é uma palavra muito má para começar uma conversa aqui, no Centro de Trabalho do Partido Comunista Português. Estamos a poucos minutos do início de uma reunião muito séria do Comité Central, e não de uma brincadeira, como a palavra sugere.

P. — Quem escreveu as teses que vão ser distribuídas agora aos elementos do CC?

R. — Não se pode dizer que alguém individualmente as escreveu. Os órgãos executivos do partido tomaram a responsabilidade de mobilizar grupos de trabalho especializados em diferentes áreas. É um trabalho colectivo em que participaram centenas de camaradas meus. E vai continuar a sê-lo: todo o partido será chamado a dar a sua contribuição na discussão das teses aprovadas na reunião deste fim-de-semana. Além disso, as teses voltarão a ser discutidas durante o próximo congresso.

P. — Mas não é costume haver uma aprovação prévia das teses na Comissão Política?

R. — Os organismos executivos são responsáveis pela condução dos trabalhos necessários para a redacção do projecto das teses.

P. — Desmente, portanto, que elementos da Comissão Política as desconheçam?

R. — Não me faça rir. Há tanta invenção sobre o funcionamento do PC, que até é de estranhar que ainda hoje não haja a experiência necessária para não agarrarem na primeira desinformação e a espalharem aos quatro ventos, como sucedeu com a primeira palavra que utilizou ao abordar-me. O CC encarregou os órgãos executivos do partido de conduzirem os trabalhos que levaram à redacção do anteprojecto, depois ao projecto e, finalmente, hoje, à sua discussão e aprovação.

P. — Como se sente no meio destas primeira, segunda, terceira e agora quarta vias de que se fala no seu partido?

R. — O PCP tem uma só via e essa é a que resulta da opinião colectiva e livre dos militantes de um partido habituado a uma democracia interna que não tem paralelo em qualquer outro partido português.

P. — Mas ao contrário do que acontecia no passado, há elementos importantes da estrutura do PCP que manifestam opiniões divergentes da linha oficial...

R. — Em momentos importantes para a vida do partido, homens e mulheres, que nele continuam a militar, tiveram opiniões diferentes tanto sobre problemas nacionais como internacionais. Nem sempre a minha opinião, por exemplo, foi concordante com a dos meus camaradas. A expressão de opiniões diferentes não é apenas desejável: é um dever, consagrado nos Estatutos do partido.

P. — Mas esta reunião decorre num ambiente de tensão...

R. — Não, não. O PCP está muito mais forte do que procuram mostrá-lo. Pode levar uns abanões — os acontecimentos por vezes dão uns abanões — mas o partido tem raízes profundas nos trabalhadores. Basta olhar para o País e ver como está implantado em domínios tão importantes como o autárquico, o sindical, as organizações de massas. O PCP não está em crise.

(«Público», 5.03)

Onde é que dormiram as teses?

Quem redigiu as teses que os comunistas vão debater no próximo Congresso do PCP, marcado para 18, 19 e 20 de Maio? O mistério persiste, mesmo após os dois dias de reunião do Comité Central que ontem terminou. Quanto ao conteúdo dos documentos, Álvaro Cunhal já divulgou alguns excertos. Os que quis, pois a verdade é que as teses «dormiram» na sede do PCP.

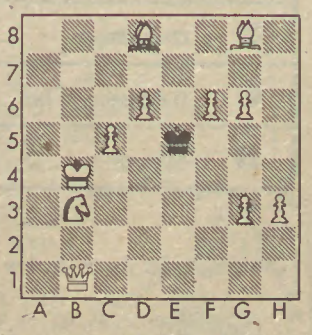
(«Público», 6.03)

Mas haja esperança!

(«Público», 5.03)

Xadrez

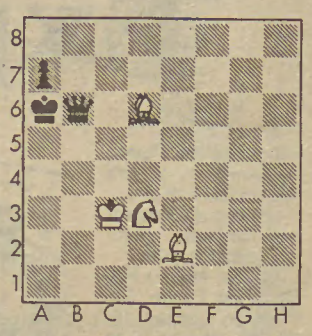
CCXLV – 8 de Março de 1990
Preposição N.º 245/A
Por: Comins Mansfield
«The Problemist», 1959
Pr.: [1]: Rex Solus: é5
Br.: [11]: PS.ç5, d6, f6, g3, g6, h3-Cb3-Bs.d8, g8-Db1-Rb4



Mate em 2 lances

***

Preposição N.º 245/B
Por: J. Mandil
«La Vanguardia», 1934
Pr.: [3]: Pa7-Db6-Ra6
Br.: [4] Cd3-Bs.é2,d6-Rç3



Jogam as brancas e ganham

***

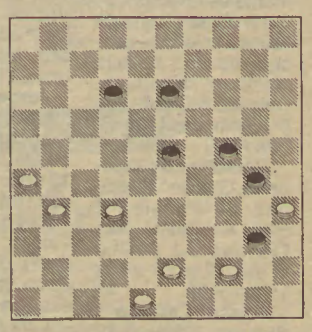
Soluções do n.º CCXLV

N.º 245 (C.M.): 1. Cd2, Rd4; **2.** Dé4++
N.º 245/B (J.M.): 1. Cç5+, Ra5; **2.** Bé7, Db4; **3.** Rç2, Ré1, f4; Bd8++

A. de M. M.

Damas

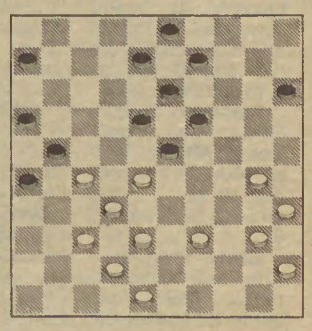
CCXLIV – 8 de Março de 1990
Preposição N.º 244
Por: Serge de Groot
«Dame à la Une» n.º 33, Fev./90
Pr.: [6]: 12-13-23-24-30-40
Br.: [7]: 26-31-32-35-43-44-48



Jogam as brancas e ganham

***

Golpe N.º 244
Por: Matra (Bordeaux), 1950
Pr.: [12]: 3-6-8-9-13-15-16-18-19-21-23-26
Br.: [12]: 27-28-30-32-35-37-38-39-40-42-45-48



Brancas jogam e fazem Dama

***

SOLUÇÕES DO N.º CCXLIV
N.º 244 (S. de G.): 43-39 e 32-28 e 48-43 e 39-33 e 31-27 e 26x19 (24x13), 35x33+
Golpe N.º 244 (M)- 30-24 e 28x19 e 37-31 e 38-33 e 33x4=D

A. de M.M.

PCP

XIII CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO
PCP

TESES

para o XIII Congresso extraordinário do PCP

Documento proposto pelo Comité Central para debate em todas as organizações

XIII
CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO
PCP

TESES

para o
XIII Congresso
extraordinário
do PCP

ÍNDICE

Pág.

Introdução

1. Os acontecimentos nos países socialistas e as suas repercussões

Introdução 7
1. Conquistas revolucionárias do século XX 7
2. A *perestroika* na União Soviética 8
3. A crise noutros países socialistas da Europa 9
4. Causas fundamentais 9
5. A necessária informação ao Partido 10
6. Características essenciais de uma sociedade socialista 11
7. Consequências internacionais 12

2. A restauração do capitalismo monopolista

Introdução 15
1. A Constituição e o regime 15
2. A restauração do capitalismo monopolista 15
3. O capital estrangeiro e a independência nacional 16
4. A integração na CEE no processo de restauração monopolista 17
5. Degradação da situação social 18
6. Degradação da democracia política 19
7. Objectivos fundamentais e urgentes 20

Pág.

3. A luta por uma alternativa democrática

Introdução 23
1. A arrumação das forças sociais 23
2. O movimento operário 24
3. A ampla frente social de luta 25
4. Convergência e unidade das forças democráticas 26
5. Frentes fundamentais da luta actual 28
6. Plataforma para uma alternativa democrática 29

4. O ideal comunista e a natureza e identidade do PCP

Introdução 31
1. O ideal comunista 31
2. A natureza de classe e o papel de vanguarda do Partido 32
3. O centrailsmo democrático 33
4. O marxismo-leninismo 34
5. O internacionalismo 34
6. A identidade do PCP e a sua renovação 35

5. Tarefas imediatas para reforço do Partido

Introdução 37
1. Trabalho de Direcção 37
2. Organização, quadros e fundos 37
3. Trabalho ideológico e política de informação 39
4. Propaganda 40

INTRODUÇÃO

0.1. O XIII Congresso (Extraordinário) do PCP foi convocado por virtude das importantes modificações verificadas na situação nacional e internacional após o XII Congresso realizado em Dezembro de 1988, que tornaram indispensáveis novas análises, orientações e decisões.

0.2.1. Na situação nacional verificaram-se alterações significativas.

0.2.2. Por um lado, na sequência da revisão da Constituição posterior ao XII Congresso, o Governo de direita acelerou as ofensivas antidemocráticas, dando lugar a uma nova etapa da restauração do capitalismo monopolista nas suas graves vertentes social, política e nacional.

0.2.3. Por outro lado o Governo perdeu grande parte da sua base de apoio do que constitui a mais indesmentível expressão a pesada derrota que lhe infligiram as forças democráticas nas eleições autárquicas de Dezembro último. O crescente isolamento e descrédito do Governo, a vastíssima movimentação social contra a sua política e os passos dados na convergência e acção comum das forças democráticas (designadamente nas eleições autárquicas) colocam na ordem do dia a questão de uma alternativa democrática ao Governo e à política de direita.

0.2.4. Torna-se premente fazer o ponto da situação e traçar orientações correspondentes.

0.3.1. Na situação internacional os gravíssimos acontecimentos e as mudanças vertiginosas numa série de países socialistas alteraram profundamente não apenas a situação e perspectivas de evolução nesses países mas a situação a nível europeu e mundial e as perspectivas da sua evolução.

0.3.2. Torna-se premente o exame, embora certamente não definitivo, das causas e consequências desses acontecimentos, muito particularmente pelo seu significado, repercussões e implicações relativas à luta de libertação dos trabalhadores e dos povos do mundo, ao sistema socialista, ao ideal comunista, ao movimento comunista e operário, e aos objectivos e à luta do nosso próprio Partido.

0.4.1. Na complexa situação existente e defrontando a mais violenta campanha política e ideológica anticomunista até hoje realizada, o Partido necessita de estar em condições de continuar a ter a sua intervenção insubstituível na defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo, do país, das conquistas populares, do regime democrático e da independência nacional.

0.4.2. Torna-se assim premente não só definir objectivos e orientações como tomar medidas concretas relativas designadamente ao trabalho de direcção, à organização e quadros, à informação e propaganda, ao trabalho ideológico e à gestão dos recursos do Partido.

0.5. Como foi esclarecido pelo Comité Central ao decidir convocar um Congresso Extraordinário, não se trata de antecipar o Congresso Ordinário do Partido. O XII Congresso realizado em Dezembro de 1988 constituiu uma vigorosa afirmação e definição actualizada dos objectivos do Partido, da sua intervenção na vida nacional, da sua democracia interna e da sua unidade. O novo Programa aprovado no XII Congresso - Por uma democracia avançada no limiar do século XXI (que é necessário difundir muito mais largamente) - e os Estatutos com as alterações introduzidas no Congresso (que comportam soluções flexíveis e enriquecedoras da vida interna) continuam válidos. É certo que em virtude das mudanças e aspectos novos da situação nacional e internacional, há apreciações do XII Congresso, especialmente na sua Resolução Política, que exigem correcção. Mas não põem em causa conclusões e decisões fundamentais que se baseiam em análises séries e na profunda e rica experiência do Partido em todos os aspectos da sua actividade. Tão pouco no Congresso Extraordinário realizado a pouco mais de um ano da realização do XII Congresso se justifica a eleição de um novo Comité Central.

0.6. O Comité Central, de acordo com a competência que lhe é atribuída pelo artº 27º, nº 6 dos Estatutos, decidiu promover a realização do XIII Congresso (Extraordinário) com três pontos da ordem de trabalhos:

1º Os acontecimentos, situação e evolução na URSS e noutros países socialistas, seu significado e consequências na situação internacional, na luta dos trabalhadores e dos povos do mundo e no movimento comunista e operário.

2º O rápido avanço do processo de restauração do capitalismo monopolista em Portugal, a crescente penetração do capital estrangeiro e a degradação da situação social e da democracia política que se verificam simultaneamente com a redução da base de apoio do Governo e novas perspectivas de uma alternativa democrática à política de direita.

3º O ideal comunista e a identidade do Partido Comunista Português e orientações e medidas políticas, ideológicas, de direcção, de organização, de informação e propaganda e de gestão dos recursos humanos e materiais para o reforço do Partido e da sua capacidade de intervenção na vida nacional na nova situação criada pela evolução na situação nacional e internacional.

0.7.1. A ordem de trabalhos indica que o XIII Congresso (Extraordinário) tem objectivos limitados mas de extraordinária importância na actualidade. Trata-se de um Congresso Extraordinário com uma ordem de trabalhos suscitada por acontecimentos igualmente extraordinários. Centrando a atenção nos acontecimentos e mudanças ocorridos desde o XII Congresso, os problemas sujeitos a exame inscrevem-se entretanto entre as mais graves e complexas questões do mundo contemporâneo que estão no centro do intenso debate ideológico que se trava praticamente em todos os países. No que respeita a Portugal, abordam a questão crucial de uma alternativa democrática.

0.7.2. Neste quadro o XIII Congresso (Extraordinário) assume um importante papel na orientação e actuação imediatas e no futuro do PCP.

0.8.1. As Teses que o Comité Central apresenta para o debate no Partido (e que para efeitos de sistematização desdobram em dois temas cada um dos pontos 2 e 3 da ordem de trabalhos) não constituem uma obra acabada. Para virem a ser finalmente levadas como proposta ao Congresso necessitam da contribuição dos militantes, da sua opinião, da sua reflexão e das suas propostas.

0.8.2. A livre discussão nas reuniões dos diversos organismos e nas assembleias plenárias das organizações do Partido assegurará a realização deste trabalho de forma a que o Congresso venha finalmente a aprovar o resultado da reflexão e da criatividade do grande colectivo partidário que é o PCP.

1
Os acontecimentos nos países socialistas e as suas repercussões

1.0.1. A vida internacional no período decorrido desde o XII Congresso do Partido, realizado em Dezembro de 1988, foi abalada por crises profundas e tumultuosas numa série de países socialistas, de que resultaram processos ainda em curso de radicais transformações políticas, económicas e sociais.

1.0.2. Torna-se indispensável não só analisar o que representam tais crises e transformações no presente, como também examinar as suas causas, tirar a experiência dos factos, procurar discernir as suas consequências e o sentido da evolução futura.

1.0.3. A complexidade de uma situação que envolve quase um século de história, processos variados ainda em curso com alto grau de instabilidade e indeterminação, a apreciação da evolução mundial e as incertezas das suas perspectivas, exigirá sem dúvida análises aprofundadas de amplitude universal e não permite se tenham por conclusões definitivas os resultados das análises a que actualmente se proceda.

1.0.4. Com esta reserva, torna-se entretanto não só necessária mas possível a análise de aspectos e questões fundamentais, a assimilição de experiências e ensinamentos e a definição de objectivos e linhas de actuação que correspondam às exigências da nova situação que o mundo vive na actualidade.

1.0.5. Dos acontecimentos na União Soviética e outros países socialistas, os propagandistas do imperialismo, sectores da social democracia e capitalucionistas no seio do movimento comunista, procuram tirar a conclusão, que apregoam como definitiva, de que tais acontecimentos significam o fim de uma utopia, de que o socialismo é um projecto que faliu e deixou de ter quaisquer perspectivas futuras e que o capitalismo não só mostra pelos seus resultados ser superior ao projecto socialista, como é o único sistema capaz de assegurar a solução dos problemas da humanidade.

1.0.6. O PCP procede à análise das graves crises, acontecimentos e mudanças nos países socialistas com uma óptica necessariamente diferente: procurar alcançar um conhecimento mais rigoroso do mundo contemporâneo, da evolução da sociedade, das experiências e ensinamentos dos factos, considerando que os trabalhadores e os povos, nomeadamente a classe operária, os trabalhadores e o povo de Portugal necessitam de definir com o maior acerto os seus objectivos, formas e métodos de acção, a fim de prosseguir a luta com confiança em que as conquistas revolucionárias do nosso século mostram ser possível transformar a sociedade libertando a humanidade da exploração e opressão social, política e nacional.

1.1. Conquistas revolucionárias do século XX

1.1.1. Os acontecimentos impõem que se reexamine o curso percorrido nos países socialistas.

1.1.2. Tal reexame exige, por um lado, a abordagem dos factos com inteira verdade, revelando situações, fenómenos, orientações e práticas negativas. Exige, por outro lado, que, além de obedecer a critérios rigorosos e objectivos de análise tendo em conta as realidades e cada momento histórico, o reexame não esqueça (como alguns teorizadores procuram fazer esquecer) nem as grandes conquistas económicas, sociais políticas e culturais que na URSS e nos outros países socialistas se realizaram com a construção da nova sociedade, nem o papel decisivo que, a par do movimento operário e do movimento de libertação nacional, a URSS e outros países socialistas, com o seu exemplo revolucionário e a sua activa solidariedade para com os povos em luta, desempenharam na radical transformação da sociedade humana no decurso do século XX.

1.1.3. De facto, no curso do século, a partir da revolução de Outubro de 1917, a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos alcançou vitórias de significado e alcance mundial. Em dezenas de países, pela primeira vez depois de milénios de sociedades baseadas no antagonismo de classes exploradoras e classes exploradas, os povos lançaram-se à construção de uma nova sociedade, uma sociedade sem exploradores nem explorados - a sociedade socialista. Nos países capitalistas o movimento operário teve grande desenvolvimento e os trabalhadores alcançaram valiosas conquistas democráticas. Desmoronou-se o odioso sistema mundial do colonialismo com a conquista da independência por povos explorados e oprimidos por vezes secularmente. Nas transformações revolucionárias da sociedade humana no século XX, a luta dos povos, factor determinante, contou, como elemento por vezes decisivo para a sua vitória, a par da acção das forças revolucionárias, designadamente dos partidos comunistas, com o estímulo do exemplo, a ajuda internacionalista - política, diplomática, material, militar e humana - da URSS e do campo socialista. Os governos dos países capitalistas foram muitas vezes obrigados a recuos na sua política interna e externa pela força das ideias, das realizações e da presença na vida internacional do mundo socialista. Factos internacionais consagraram juridicamente como património histórico do século XX direitos sociais, económicos e melhorias conquistadas com o socialismo. Estes acontecimentos representam factos inquestionáveis e um salto qualitativo na história.

1.1.4. Contrapondo a verdade histórica à propaganda que pretende negar e apagar da história as realizações alcançadas nos países socialistas, é necessário e oportuno lembrar que, partindo em geral de um baixo nível de desenvolvimento, sofrendo enormes destruições provocadas pela guerra, sujeitos ao bloqueio económico e à «guerra fria», obrigados a desviar para a esfera da defesa recursos colossais, de uma forma geral os países socialistas dotaram-se de uma forte base industrial e de uma agricultura desenvolvida; venceram rápidamente o analfabetismo, generalizando a instrução, a cultura, o desporto; alcançaram elevado nível científico; asseguraram uma vasta rede de saúde pública e de segurança social; eliminaram o flagelo do desemprego; promoveram o desenvolvimento de uma cultura e identidade nacionais próprias; puseram em prática, em alguns casos, formas de democracia participativa de grande valor.

1.1.5. Os erros, graves desvios do ideal comunistas e crises surgidas não põem em causa esta verdade histórica.

1.1.6. É também necessário e oportuno lembrar que a URSS deu contribuição decisiva e sem paralelo para libertar a Europa do nazi-fascismo e para a defesa da paz mundial nos últimos 45 anos.

1.1.7. O processo revolucionário ao longo do século está marcado por vitórias e derrotas, por avanços e recuos. Muitos dos acontecimentos e transformações verificadas e que se estão a verificar em alguns países socialistas representam graves derrotas do socialismo. Mostram que o processo de edificação da nova sociedade liberta da exploração do homem pelo homem é mais difícil, complexo e demorado que o previsto e que a sua realização se tem desenvolvido e continuará a desenvolver-se por tempo indeterminado no quadro de uma aguda competição (económica, política, militar, ideológica) com o capitalismo, o que afecta inevitavelmente a própria dinâmica do desenvolvimento do socialismo, tanto mais que o capitalismo manteve a supremacia económica a nível mundial. Mostram que se registou excessiva confiança tanto dos governos e partidos dos países socialistas, como do movimento comunista internacional, na irreversibilidade dos processos de construção do socialismo, no processo mundial e que a rigidez e cópia mecânica de objectivos e métodos com subestimação e por vezes afrontamento da vertente democrática do socialismo afectou e comprometeu a construção da nova sociedade. Mostram que não se avaliaram devidamente a capacidade e a possibilidade do capitalismo para retardar, por um mais largo período, as suas insanáveis contradições e conseguir nos países mais desenvolvidos (com a revolução científico-técnica e as novas tecnologias associadas a novas formas de exploração dos trabalhadores e dos povos do Terceiro Mundo) um desenvolvimento acentuado das forças produtivas que se julgava mais entravado pelas relações de produção capitalistas. Mas o ideal comunista da construção da nova sociedade mantém a sua validade e o imperialismo, forma contemporânea do capitalismo, adquire novos traços mas não mudou a sua natureza exploradora e agressiva nem superou as suas mais profundas contradições.

1.1.8. Ao longo do século XX, o capitalismo mergulhou o mundo em duas guerras mundiais que provocaram dezenas de milhões de mortos, criou armas nucleares que lançou contra cidades indefesas (Hiroshima e Nagasaki), desencadeou numerosas guerras de agressão, guerras civis, intervenções armadas, conspirações e golpes de Estado, instauração e prolongada permanência de ditaduras fascistas e reaccionárias. A história do capitalismo ao longo do século XX está marcada pela exploração e opressão sociais da maioria da população do planeta. É uma história de guerras, violência e terror. O capitalismo, cuja dinâmica é baseada no lucro e assente na exploração dos trabalhadores, explora de forma irracional e delapida os recursos naturais, é responsável pelos perigos de hecatombe nuclear que continuam a ameaçar a civilização e o maior responsável pelo alargamento do fosso que separa os países desenvolvidos dos países do chamado Terceiro Mundo, pelo brutal agravamento dos desequilíbrios ecológicos e de outros problemas globais que afectam o mundo contemporâneo. O capitalismo na actualidade, tal como o revelou ao longo do século, confirma a sua incapacidade, como sistema, de resolver os grandes problemas da humanidade.

1.1.9. O imperialismo, sobretudo o imperialismo norte-americano, apoia em todo o mundo as forças mais reaccionárias, rapina as riquezas naturais, estrangula financeiramente os países menos desenvolvidos, mantém uma poderosa rede de bases militares em território estrangeiro, organiza golpes de Estado, sabota a solução política dos conflitos regionais, desencadeia agressões e intervenções militares contra países independentes, recorre mesmo ao terrorismo de Estado.

1.1.10. Em confronto com o capitalismo, desenvolveu-se e desenvolve-se uma intensa luta política envolvendo no mundo milhões de combatentes pela liberdade, a democracia, o progresso social, a independência nacional, a paz e o socialismo.

1.1.11. No curto período decorrido desde o XII Congresso, se por um lado se verificaram derrotas e recuos do processo revolucionário, por outro lado verificaram-se (designadamente em Angola, na Namíbia, na África do Sul, no Chile e no Afeganistão) importantes vitórias das forças anti-imperialistas, das forças da democracia, do progresso e da independência nacional.

1.1.12. Marcado por vitórias dos trabalhadores e dos povos de todos os continentes ao longo do século XX, e evidenciando o papel determinante das massas populares na evolução social, o mundo no limiar do século XXI é radicalmente diferente e melhor que o mundo do início do século. O processo de libertação social e nacional dos povos é irregular, complexo e demorado. Mas constitui o sentido fundamental da época contemporânea.

1.2. A *perestroika* na União Soviética

1.2.1. A *perestroika* na União Soviética e os acontecimentos e mudanças tumultuosas e profundas nos países socialistas da Europa evidenciaram que existia uma crise latente - económica, social, política, cultural, ideológica, moral, nacional e partidária - cujas causas fundamentais na sua totalidade é e será imperioso estudar, mas entre as quais se podem já discernir com segurança não só o esgotamento de soluções anteriores como apreciações, orientações e práticas contrárias ao ideal comunista.

1.2.2. As situações em desenvolvimento tornaram objectivamente indispensável e mesmo inevitável a correcção de erros, a eliminação de graves deformações, o decidido abandono de um «modelo» que contrariou e se afastou de valores essenciais, a irradicação, correcção e superação de grandes atrasos, medidas de renovação e reestruturação em todas as esferas da vida dos países respectivos.

1.2.3. Na União Soviética, a *perestroika* (reestruturação), confirmando as potencialidades do sistema socialista, foi empreendida e é conduzida pelo Partido Comunista no poder, tendo como declarado objectivo revolucionário a defesa, o reforço, a reestruturação e a renovação criativa da sociedade socialista.

1.2.4. O PCP, desde a primeira hora, assumiu uma atitude solidária para com o PCUS e o povo soviético na realização da *perestroika*, considerando os seus objectivoas essenciais: a correcção e superação de erros, atrasos e estagnação, nomeadamente com a firme condenação de métodos de comando burocrático, de abuso do poder, de violação da legalidade, de corrupção e deterioração moral; o restabelecimento do exercício efectivo do poder político pelo povo, designadamente através da reconstituição do poder dos sovietes; a democracia no Estado, no partido e na sociedade; a aceleração do desenvolvimento sócio-económico e a plena satisfação das necessidades crescentes do povo, em correspondência com as potencialidades do sistema socialista.

1.2.5. Ao mesmo tempo, o PCP expressou e expressa as suas preocupações por situações, acontecimentos e processos negativos surgidos no decurso da *perestroika*, designadamente pelas dificuldades económicas até hoje não resolvidas e pela erupção e desenvolvimento, à sombra da *perestroika* e invocando a *perestroika*, de forças anti-socialistas e nacionalistas nas quais o imperialismo, as forças de direita e elementos oportunistas e capitulacionistas vêem as forças motoras do que consideram ser a *perestroika* e para com as quais expressam grande simpatia e nas quais depositam grandes esperanças. O desenvolvimento e actuação dessas forças e as dificuldades e lentidão na concretização de alguns dos objectivos fundamentais da *perestroika* criam obstáculos reais e perigos reais ao socialismo que não devem ser subestimados.

1.2.6. A vitória da *perestroika* na União Soviética - ultrapassando resistência, obstáculos e dificuldades, impedindo o desenvolvimento de forças contra-revolucionárias bem como a resistência de sectores atingidos pela reestruturação, concretizando os seus objectivos revolucionários fundamentais - é do interesse não apenas dos povos da URSS, mas dos trabalhadores e dos povos de todos os países. A vitória da *perestroika* tornará incomparavelmente mais atractiva a sociedade socialista. Recuperará na consciência e na opção dos povos a exaltante atracção do socialismo e do comunismo, gravemente afectada pelas orientações, práticas e situações antidemocráticas, pelos atrasos revelados, pelas crises da URSS e outros países socialistas e pelas derrotas e processos de desagregação de partidos comunistas no poder.

1.2.7. O PCP é activamente solidário para com o PCUS e os povos da URSS na realização da *perestroika* : a reestruturação da sociedade na base das conquistas históricas da revolução socialista e o seu enriquecimento com novos valores políticos, económicos, sociais, morais e humanos correspondentes ao ideal libertador dos comunistas.

1.3. A crise noutros países socialistas da Europa

1.3.1. As mudanças radicais da situação política verificada em processos tumultuosos noutros países socialistas da Europa resultaram de situações de profunda crise gerada por orientações e práticas que se afastaram dos objectivos, métodos e valores do ideal comunista.

1.3.2. Contradições entre os órgãos do poder político centralizado e o povo; entre a organização e a gestão da economia, o desenvolvimento económico e o melhoramento das condições de vida; entre a direcção do partido e o partido e entre o partido e o povo; contradições aprofundadas com o abuso do poder e situações de corrupção - agravaram-se ao longo dos anos e conduziram a inevitáveis rupturas, a extraordinária instabilidade e a processos descontrolados de evolução social e política cuja conclusão é ainda difícil de prever.

1.3.3. Os partidos comunistas no governo em diversos países da Europa - mais que o PCUS - prolongaram a situação, atrasaram-se no reconhecimento da realidade e nas correcções e viragens indispensáveis na orientação do Estado e do partido, isolaram-se progressivamente, provocaram amplo descontentamento e perderam o crédito e o apoio que justamente haviam alcançado como resultado da sua luta anterior.

1.3.4. As mudanças radicais de situação e os processos em curso oferecem traços comuns, mas oferecem também traços distintos. Em alguns países, os partidos comunistas, afastando os dirigentes e empreendendo drásticas reformas no partido, no governo, no Estado e na política do país, procuraram novos caminhos para a saída da crise, sem deixarem de desempenhar importante papel na reestruturação. Noutros casos, os partidos comunistas perderam completamente o controlo da situação e foram ultrapassados por forças que rapidamente se desenvolveram com largo apoio de massas e que passaram a ter representação determinante no governo e na política dos países respectivos.

1.3.5. Com o acesso ao poder (em alguns casos em posição dominante) de forças anti-socialistas, as atitudes capitulacionistas em alguns partidos e a alteração radical da correlação de forças, as situações desenvolveram-se em alguns países não no sentido de uma nova política para a construção do socialismo, mas no sentido do abandono (por vezes proclamado) do projecto socialista e da adopção, na organização económica, na organização política do Estado e no novo quadro partidário, de orientações tendentes à restauração do capitalismo.

1.3.6. Tornava-se imperativo uma profunda reestruturação e modernização da economia. Mas a realização de privatizações que poderão atingir larga escala em sectores determinantes da economia, a orientação súbita e não ponderada para uma «economia de mercado», à qual dificilmente pode dar resposta uma organização demasiado centralizada e ainda burocratizada do aparelho produtivo, a admissão do capital estrangeiro em importantes alavancas da economia, a aceitação de imposições do FMI, uma política de preços e salários com vista à diminuição dos salários reais, a adnissão do desemprego como solução de problemas económicos de empresas, as limitações dos direitos dos trabalhadores em empresas dominadas pelo capital estrangeiro - acusam orientações e medidas que não apontam para novos caminhos de construção do socialismo.

1.3.7. Tornava-se imperativa uma profunda reestruturação e democratização do Estado e da vida social. Mas a falta de iniciativa política, a fragilidade ideológica, as divisões internas nos partidos comunistas no poder, a reduzida ou nula participação directa dos trabalhadores e das massas populares nas decisões, a irrupção incontrolável de forças anti-socialistas, a cópia mecânica de experiências de países capitalistas e o alastramento de ilusões acerca das «sociedades de consumo» facilitaram o desenvolvimento agressivo de forças contra-revolucionárias, pondo em causa a democratização do Estado e da sociedade numa perspectiva socialista.

1.3.8. Tornava-se imperativa a iniciativa da rectificação e mudança da vida partidária. Mas em partidos comunistas no poder, sob o impacto da derrota que em alguns casos atingiu o grau de desagregação e do descalabro, germinaram tendências contraditórias nas quais se podem discernir duas predominantes: a daqueles camaradas que, na complexa situação criada, procuram soluções com vistas a salvarem e prosseguirem a perspectiva do socialismo; e a daqueles que consideram que o socialismo faliu e, a par de soluções de tipo capitalista no plano do Estado, se pronunciam por soluções do tipo social democrata no plano político e do partido.

1.3.9. Através de processos tumultuosos com ampla intervenção das massas populares registam-se saídas em massa de militantes, divisões e mudanças radicais nesses partidos. Os dirigentes acusados de erros graves, de abuso do poder, são substituídos, afastados, em alguns casos incriminados, no caso da Roménia fuzilados. Partidos mudam de nome. Alguns proclamam rejeitar o seu património histórico, as suas realizações revolucionárias, a sua ideologia. Alguns proclamam-se como partidos de orientação social democrata.

1.3.10. Explorando a situação de profundas e tumultuosas crises nos países socialistas, designadamente a substituição dos governos, as derrotas dos partidos comunistas, a crise económica, as dificuldades de abastecimento e o endividameno externo, o imperialismo ingere-se abertamente nos assuntos internos desses países e põe em acção todos os seus instrumentos (designadamente, FMI, Banco Mundial, política da CEE, NATO, partidos burgueses, comunicação social, serviços secretos) para influenciar o curso dos acontecimentos.

1.3.11. O imperialismo desenvolve não apenas uma frenética campanha política e ideológica a nível mundial, mas uma acção concertada com iniciativas de carácter económico, diplomático e político de grande alcance, visando desenvolver nesses países as forças anti-socialistas, reforçar as suas posições no poder, implantar posições das multinacionais em sectores chaves da economia e aprofundar os laços de dependência desses países em relação ao imperialismo. Vendo nos países socialistas europeus importantes mercados potenciais e terreno para colocação de capitais, o imperialismo actua com rapidez. Tenta assim impedir a saída da crise numa perspectiva socialista e encaminhar esses países (como afirmam arautos do capitalismo) para «a transição pacífica do socialismo para o capitalismo».

1.3.12. A situação criada adquire extrema gravidade, instabilidade e incerteza quanto à evolução desses países. Esta dependerá não apenas de factores políticos, mas da evolução que vier a verificar-se nas estruturas sócio-económicas. Nesses países já há muito foi abolida a exploração capitalista na economia nacional. A possibilidade de ultrapassar a crise na perspectiva de uma sociedade socialista renovada pela democracia política depende da capacidade de impedir a tomada do poder económico pelo capital privado, seja pelo seu renascimento através da acumulação veloz alcançada com a especulação, seja a partir de posições crescentes e dominantes da banca mundial e das multinacionais e dos laços da dependência polítca, diplomática e económica em relação aos países capitalistas mais desenvolvidos. Depende também da capacidade dos comunistas recuperarem a confiança e o apoio de massas para a defesa das conquistas e para o ideal do socialismo.

1.4. Causas fundamentais

1.4.1. Torna-se indispensável e urgente uma primeira investigação das causas das crises registadas, da gravidade dos erros e das situa-

ções, das vertigionas mudanças, das derrotas verificadas no processo de construção da sociedade socialista.

1.4.2. No desenvolvimento e aprofundamento de análises anteriormente realizadas e sujeitas a desenvolvimento e aprofundamento ulterior, considera-se que numa série de países socialistas se infringiram cinco características fundamentais de uma sociedade socialista em construção e que se instituíram cinco traços negativos que estando interrelacionados, se encontram na origem das gravíssimas crises verificadas.

1ª **O poder dos trabalhadores, o poder popular**, foi sempre considerado e afirmado como fundamental na revolução socialista e na construção da sociedade socialista. «Todo o poder aos sovietes de operários, camponeses e soldados» foi uma consigna fundamental da revolução de Outubro e da democracia socialista e realidade nos primeiros tempos da revolução.

Verificou-se entretanto que com a consolidação do Estado socialista, seja por condições externas extremamente desfavoráveis que conduziram a um grande centralismo de direcção da vida económica, social e política, seja por graves tendências e erros na direcção do partido e do Estado, seja ainda porque o poder não controlado abre fácil caminho ao abuso e à degradação, o poder popular efectivo tanto na URSS como noutros países socialistas foi substítído por um poder político fortemente centralizado, cada vez mais afastado das aspirações, opinião e vontade do povo, cada vez menos sujeito ao controlo popular, tomando decisões de carácter predominantemente administrativo, arbitrário e repressivo, e afastando efectivamente os trabalhadores e o povo do poder, da intervenção nas decisões e consequentemente do empenhamento na realização da política do país.

2º **A democracia na sociedade socialista** foi sempre considerada e afirmada como superior à democracia existente nos Estados capitalistas. É indubitável que, na construção do socialismo, se deram transformações democráticas de alcance e significado histórico nos domínios económico, social, cultural e científico e, em alguns aspectos e períodos, também no domínio político.

Verificou-se entretanto que a democracia política sofreu em muitos países graves limitações não apenas no que respeita ao exercício do poder, mas no que respeita a liberdades e direitos dos cidadãos, à democraticidade das eleições, ao respeito pelo valor e intervenção do indivíduo, à afirmação da opinião diversificada. Acentuou-se progressivamente em alguns países o carácter repressivo do Estado, a infracção da legalidade, a ausência ou inoperância de mecanismos de controlo do uso do poder, o definhamento da participação de massas e o estiolamento da criatividade.

3ª Foi sempre considerado e afirmado como fundamental na construção da sociedade socialista **a propriedade social dos principais meios de produção, colocados ao serviço dos interesses do povo e do país, libertados da propriedade privada, dos interesses dos capitalistas** e dos entraves ao desenvolvimento provocados pelas relações de produção capitalistas, sem prejuízo antes complementada por outras formações económicas em áreas diversas da produção, da distribuição e dos serviços, assegurando a aplicação das conquistas da ciência e da técnica e implicando em qualquer caso a participação empenhada e criativa dos trabalhadores e a criação de condições de vida do povo radicalmente melhores. Verificou-se entretanto que, em numerosos casos, a criação de uma economia socialista foi concebida com uma centralização excessiva da propriedade estatal, da planificação, das unidades económicas e da gestão, por vezes com a eliminação de outras formas de propriedade e de gestão mais adequadas, com decisões tomadas a grande distância e transmitidas e impostas por um vastíssimo, pesado e rotineiro aparelho burocrático, assim como pela não consideração do papel do mercado na economia e na política económica. Daí fenómenos de estagnação das forças produtivas, desequilíbrios económicos e sociais, atrasos nos progressos tecnológicos, produção decidida sem ter em conta as exigências quantitativas e qualitativas do mercado e não correspondendo em numerosos aspectos às necessidades e exigências do consumidor.

4ª **O papel dirigente do Partido Comunista, como vanguarda dos trabalhadores e força política dirigente da revolução socialista foi também considerado como fundamental na construção da sociedade socialista.** Verificou-se entretanto que, numa série de países, a direcção do partido (em alguns casos apenas um núcleo restrito de dirigentes e mesmo um dirigente individualmente considerado), adoptando um sistema de imposição administrativa das suas decisões, confundindo e fundindo as funções e estrutura partidárias e as funções e estruturas do Estado com uma intervenção dirigista e omnipresente das instâncias do partido em detrimento da acção política militante na sociedade, alargando tal «estilo» a todos os níveis de direcção, reduzindo o papel dos sindicatos em grande parte a apoiantes da gestão económica e da direcção centralizada, conduziram o partido a um crescente afastamento dos trabalhadores e das massas populares, à perda do seu apoio e a uma crise de confiança.

5ª Foi considerado na construção da sociedade socialista **o importante papel desempenhado pela teoria tanto para possibilitar o rigor das análises e orientações do Partido e do Estado, como para a intervenção dinâmica e criativa das massas quando ganhas pela teoria.** Verificou-se entretanto que a imposição do marxismo-leninismo como doutrina do Estado, a sua instrumentalização dogmática, o estiolamento teórico e a subestimação da análise objectiva pela tentativa de submeter as realidades a conceitos absolutizados conduziu à limitação da capacidade de análise de muitos importantes aspectos da realidade, incluindo o conhecimento do mundo capitalista, à incapacidade de traçar com criatividade respostas necessárias a novas situações e a novos problemas e assumiu assim uma quota de responsabilidade em atrasos, erros e deformações verificadas.

1.4.3. A explicação do aparecimento e desenvolvimento destes traços negativos exige a consideração do contexto histórico em que se processou a edificação do socialismo designadamente quanto ao nível do desenvolvimento existente e à real influência dos partidos comunistas na altura da revolução, os processos concretos que levaram os comunistas ao poder e o grau diverso da intervenção das massas nesses processos, as tradições culturais e democráticas, a resistência oposta pela reacção interna e a hostilidade do imperialismo às experiências concretas da edificação da nova sociedade disponíveis. Estes processos históricos exigirão uma investigação dos factos, uma análise objectiva e conclusões que a evolução vertiginosa dos acontecimentos e os interesses e paixões conjunturais não permitem actualmente realizar com inteiro rigor.

1.4.4. Entretanto, pode desde já afirmar-se que apesar das diferenças existentes na situação, nos processos e nas soluções concretas, os cinco traços negativos apontados eram comuns na URSS e noutros países socialistas agora convulsionados pela crise. Assim, pode considerar-se que (sem entretanto esquecer realizações positivas e aspectos positivos da vida política, social e cultural) esses cinco traços negativos generalizados por transposições mecânicas de soluções e herdando alguns conceitos e práticas do estalinismo caracterizavam como que um «modelo» que os acontecimentos mostram não só não assegurar como comprometer e poder conduzir à derrota a construção da sociedade socialista. Alguns destes traços negativos manifestam-se também, com maior ou menor gravidade, noutros países socialistas.

1.4.5 O PCP, no seu Programa e projecto próprio, exclui tais traços negativos, considerando que tal «modelo» significa, não apenas um afastamento, mas o afrontamento do ideal comunista.

1.5. A necessária informação ao Partido

1.5.1. Aspectos destas infracções ao ideal comunista, eram de há muito considerados pelo PCP nas suas linhas gerais e excluídos do ideário, do Programa, da concepção e do funcionamento do Partido e da sua ligação com as massas.

1.5.2. Não só de há muito o PCP rejeitava a validade de «modelos» de socialismo e muito menos de um «modelo» único, e da «importação de modelos», como de há muito a elaboração teórica e a actividade prática do PCP (tendo em conta as experiências positivas e negativas de outros partidos) se baseava no exame concreto da realidade portuguesa.

1.5.3. Muitos anos antes dos processos actualmente em curso nos países socialistas, o PCP inscreveu no seu Programa e no seu projecto de sociedade socialista para Portugal a democracia política, designadamente os direitos e liberdades dos cidadãos e o direito à formação de partidos políticos.

1.5.4. Muitos anos antes dos processos de transformação dos partidos comunistas respectivos, o PCP estabeleceu raízes profundas nas classes trabalhadoras e nas massas populares e a ligação com as massas como característica fundamental da natureza e acção do Partido; excluiu da sua vida interna processos e concepções autoritárias e enriqueceu criativamente o centralismo democrático reforçando a vertente democrática; desenvolveu teoricamente e aplicou na prática um novo conceito de direcção colectiva e de trabalho colectivo; distinguiu a real autoridade da autoridade formal que pode não corresponder à real; combateu e excluiu da sua prática o culto da personalidade e a utilização em benefício próprio ou para obter privilégios das funções de direcção no Partido e no Estado; manteve nos quadros dirigentes uma vida modesta e dedicada, de revolucionários inteiramente devotados à causa do povo português e de Portugal.

1.5.5. Não eram conhecidas a real dimensão e a gravidade das situações, dos erros e do abuso do poder revelados pelos acontecimentos dos últimos anos. Não são conhecidas aliás ainda hoje com o necessário rigor.

1.5.6. Entretanto, a consciência das orientações e práticas defeituosas e da necessidade de preveni-las que levou a Direcção do PCP a propor e o Partido a adoptar orientações diferentes e em muitos casos pioneiras no movimento comunista internacional, deveria ter sido suficiente, não só para capacitar a previsão do Partido (o que não aconteceu) da possível gravidade da evolução negativa nos países socialistas, como pelo menos para dar ao Partido uma clara e explicitada informação dos aspectos fundamentais das orientações e práticas consideradas contrárias ao ideal comunista e do peso dessas experiências negativas na definição dos objectivos, concepções e práticas do PCP.

1.5.7. Considerando a solidariedade para com os partidos comunistas governantes na URSS e outros países socialistas e a abstenção de críticas públicas recíprocas como um dever internacionalista durante muitos anos reconhecido no movimento comunista, não querendo cometer ingerências na vida interna dos partidos irmãos, assim como não as aceitava de outros partidos na sua própria vida interna não se distinguindo (por dificuldades próprias da época) a crítica sã da ingerência, e sendo certo que, tanto na orientação e nas posições do PCP como nas conversações realizadas com os dirigentes desses partidos, o PCP expunha com clareza as suas reservas e posições — tal atitude deveria ter sido acompanhada do seu distanciamento mais explícito nas linhas programáticas, nas posições políticas e na apreciação da realidade nos países socialistas.

1.5.8. Sendo certo que de há muitas décadas o PCP se libertou de posições seguidistas e decide da sua orientação com completa autonomia e independência, com análises e orientações próprias que lhe conferem um vasto património de experiência revolucionária e de elaboração política criativa, o PCP deveria ter acompanhado esta justa orientação com a constante exigência de mais rigoroso conhecimento das situações ao pronunciar-se sobre os mais variados aspectos da realidade e das orientações dos partidos dos países socialistas.

1.5.9. Pode concluir-se que, ao longo dos anos, a Direcção do Partido não foi sufucientemente atenta à situação nos países socialistas, teve excessiva confiança na informação dos dirigentes dos partidos respectivos e na superação dos problemas, dificuldades, atrasos e erros, não teve na devida conta, e por vezes contrariou, informações e críticas provenientes de outras fontes, incluindo membros do Partido, e não deu ao Partido elementos de informação e esclarecimento que evitassem a criação de uma imagem idealizada do socialismo tendo como referencial os países socialistas e preparassem o Partido para a sua própria luta e para a melhor compreensão do processo revolucionário no seu conjunto e designadamente da complexidade e problemas reais existentes na construção da sociedade socialista.

1.5.10. Desta lição há que tirar os necessários ensinamentos em relação ao futuro.

1.6. Características essenciais de uma sociedade socialista

1.6.1. Admitindo que se trata de causas fundamentais das gravíssimas crises numa série de países socialistas é imperioso tirar as correspondentes lições. As trágicas experiências dos acontecimentos e crises nos países socialistas confirmam e reforçam a concepção do PCP relativa a características essenciais e indispensáveis no projecto de sociedade socialista para Portugal.

1ª Na construção da sociedade socialista, **não basta afirmar em palavras o poder do povo, é indispensável que ele seja institucionalizado e assegurado de facto.**

2ª Na construção da sociedade socialista, **a democracia política e as liberdades e direitos dos cidadãos são um valor integrante do sistema que deve ser inteiramente assegurado, no quadro do Estado de direito socialista.**

3ª **As estruturas económicas da sociedade socialista**, tendo sempre em conta as condições concretas existentes, **sem prejuízo da propriedade social dos sectores básicos e do planeamento, devem integrar estruturas económicas diversificadas e descentralizadas, considerar o papel do mercado na actividade económica e na satisfação das necessidades da população e assegurar sistemas de gestão caracterizados pela larga e empenhada participação dos trabalhadores.**

4ª **A democracia interna do Partido** — na qual são elementos essenciais o trabalho colectivo, a prestação regular de contas, a institucionalização do controlo efectivo sobre a actuação dos dirigentes e a ligação constante e profunda com os trabalhadores e as massas — **e a superação do dogmatismo ideológico são essenciais na construção da sociedade socialista e condição para que um partido comunista possa ser de facto, pelo papel que realmente desempenha e não por imposição institucional, a vanguarda do povo na construção da nova sociedade.**

1.6.2. A análise dos gravíssimo acontecimentos, das suas experiências e o substracto essencial das cinco causas dos insucessos e derrotas confirmam por um lado a subestimação do valor intrínseco da liberdade e da democracia que se verificou na construção da sociedade socialista, por outro lado o carácter imperativo de que a lição se inscreva de forma positiva no programa de construção da nova sociedade.

1.6.3. Na proposta do PCP ao povo português constante do seu Programa aprovado no XII Congresso, a democracia política, a democracia económica, a democracia social e a democracia cultural são características essenciais e elementos componentes de uma sociedade socialista.

1.6.4. As profundas e dramáticas crises em numerosos países socialistas evidenciam que a violação ou mesmo o menosprezo da democracia política conduzem a sociedade socialista a recuos, crises e derrotas que podem ameaçar a sua própria sobrevivência.

1.6.5. É imperioso assegurar a democracia política no socialismo, sob formas que podem e devem ser superiores às da democracia burguesa.

1.7. Consequências internacionais

1.7.1. A *perestroika* e as crises registadas noutros países socialistas têm **profundas consequências nas relações internacionais, na luta dos trabalhadores e dos povos e no movimento comunista e operário**.

1.7.2. Nas **relações internacionais**, a *perestroika* e os conturbados processos em curso noutros países socialistas têm e podem ter profundos, mas contraditórios, resultados.

1.7.3. No que respeita à **defesa da paz**, é indubitável que os importantes progressos e passos positivos verificados no caminho do desanuviamento, cooperação internacional, redução dos armamentos e desarmamento, avanço na solução dos conflitos regionais e na cooperação relativa aos problemas globais se devem, em parte decisiva nos últimos anos, à política, iniciativa e medidas de paz da União Soviética ligadas à *perestroika* , dando expressão concreta às aspirações e objectivos da luta mundial dos povos em defesa da paz. Mas tiveram como suporte objectivo o estabelecimento na era nuclear de um equilíbrio militar estratégico entre o imperialismo e os países socialistas, que tornou inviável a política de cruzada militar contra os países socialistas, de imposição pelas armas da hegemonia mundial do imperialismo.

1.7.4. Registam-se também importantes progressos na **cooperação económica entre Estados com regimes políticos e sociais diferentes**, resultantes, por um lado, de razões objectivas - internacionalização da economia mundial, divisão internacional do trabalho, avanço e alargamento dos processos de integração - e, por outro lado, da política exterior de abertura conduzida pela União Soviética e outros Estados socialistas.

1.7.5. Entretanto, a evolução verificada nos países socialistas da Europa - com profundas crises económicas, sociais, políticas e institucionais, súbitas e radicais mudanças na direcção e na orientação do Estado e dos partidos do Governo, enfraquecimento dos laços de cooperação entre os países socialistas, extraordinária instabilidade que torna difícil prever a evolução ulterior, e esquemas de relacionamento com os países capitalistas no enquadramento de exigências e imposições económicas, financeiras e políticas do FMI, da CEE e dos Estados capitalistas - traduz-se numa diminuição, mesmo que se admita ser conjuntural, da força e influência relativa dos países socialistas no mundo.

1.7.6. Esta situação comporta riscos que não podem ser subestimados. Um eventual desequilíbrio na correlação mundial de forças seria seguramente susceptível de animar o imperialismo (a criminosa invasão do Panamá, o papel desempenhado pelos EUA na derrota eleitoral dos sandinistas na Nicarágua e o recrudescimento das pressões sobre Cuba socialista, mostram que o imperialismo norte-americano parece querer reassumir o papel de gendarme do planeta e cada dia revela com maior clareza o propósito de recuperar a hegemonia mundial) a novas medidas, escaladas e iniciativas de intervenção, de agressão e de guerra. O curso positivo que se tem verificado no sentido do desanuviamento, do desarmamento e da cooperação internacional poderia vir a ser comprometido se se acentuasse uma evolução negativa nos países socialistas.

1.7.7. Causam particular preocupação, a par da reactivação de forças neofascistas, as tentativas para pôr na ordem do dia na vida internacional a revisão das fronteiras saídas da II Guerra Mundial e a pretensão para transformar um processo de unidade alemã numa efectiva anexação da RDA pela RFA, no quadro da CEE e da própria NATO. As tentativas para pôr em causa o processo de segurança e cooperação europeu consagrado com a Acta Final de Helsínquia e proceder a uma reestruturação do mapa económico, político e militar da Europa favorável ao imperialismo encerram grandes perigos para a segurança e a paz no continente europeu e para a paz mundial.

1.7.8. Entretanto a política de paz da URSS, os grandes movimentos de opinião pública mundial favoráveis à paz e ao desanuviamento, a consciência dos perigos de um conflito armado generalizado, são factores que contrariam e poderão impedir a concretização de planos agressivos do imperialismo.

1.7.9. No que respeita à **luta libertadora dos trabalhadores e dos povos,** a *perestroika* tem o grande mérito de promover uma profunda reflexão sobre todo o processo revolucionário mundial, um exame crítico e autocrítico da actividade das forças revolucionárias e de incentivar novas e criativas análises da realidade e das correspondentes e adequadas respostas. Mas as suas repercussões são contraditórias.

1.7.10. A médio prazo, a *perestroika* soviética, alcançando os seus objectivos revolucionários, constituirá um poderoso factor de atracção dos trabalhadores dos países capitalistas e dos povos de todo o mundo para os ideais do socialismo e do comunismo, o mesmo podendo acontecer com a recuperação com novas soluções do processo de construção do socialismo em países agora em crise.

1.7.11. A curto prazo, tanto a complexa situação na União Soviética, como os acontecimentos noutros países socialistas, revelando gravíssimas situações em países que, no ideal libertador dos trabalhadores e dos povos, constituíam exemplos de transformação social progressista e um quase obrigatório referencial, e diminuindo a solidariedade dos países socialistas, provocam desencanto, abalam a confiança na luta libertadora e no futuro, animam o capitalismo a agravar as ofensivas contra os direitos dos trabalhadores, facilitam o avanço do neocolonialismo, propiciam ingerências e agressões do imperialismo e são susceptíveis de afectar gravemente o desenvolvimento de processo de construção de sociedades progressistas em países libertados do colonialismo.

1.7.12. São também profundas as repercussões dos acontecimentos dos países socialistas no **movimento comunista internacional**: pelo enfraquecimento que significam, pelo reexame que se impõe dos projectos diversificados de sociedade socialista e dos caminhos que a ela conduzam, pelas transformações numa série de partidos desses países, pela avaliação do âmbito e componentes do movimento comunista e pelas formas de cooperação e solidariedade entre os partidos e as forças que o integram.

1.7.13. Os graves acontecimentos e crises nos países socialistas não alteram as realidades do capitalismo como sistema de exploração do homem pelo homem, de desigualdades, injustiças sociais e as mais desumanas formas de discriminação e opressão. Não só na União Soviética, mas nos outros países socialistas em crise, não será o capitalismo, mas o socialismo (num projecto redefinido), que poderá assegurar a solução dos problemas existentes. A acção dos comunistas, tanto nos países capitalistas, como nos países socialistas, continua a ser indispensável a uma evolução positiva da situação.

1.7.14. Tanto a situação mundial, como a luta em cada país, tornam necessário que os comunistas procurem linhas de convergência, entendimento e acção comum com outras forças democráticas e progressistas, nomeadamente com partidos socialistas e social-democratas. Mas tal política, para ser bem sucedida, não implica, antes contraria, a dissolução dos partidos comunistas no âmbito da social-democracia ou de mais amplas forças de esquerda. Tal política não anula, antes põe em relevo, a necessidade da intervenção dos comunistas, com a sua identidade própria e a afirmação do seu projecto próprio de uma nova sociedade.

1.7.15. Apesar de, em contraste com os partidos de direita, a social-democracia, quando envolvida por importantes movimentos de massas, ser promotora de valiosas reformas sociais em vários países, a social-democracia, de cuja ideologia o PS é o representante em Portugal, está historicamente, e continua a estar, intimamente comprometida na política do grande capital, actuando, quando no Governo, como gestora do capi-

talismo. Em Portugal, o PS no Governo coligou-se ou aliou-se com os partidos de direita, PSD e CDS.

1.7.16. Na actual situação mundial, em que forças políticas do grande capital ou reformistas proclamam a falência do comunismo, a transformação de partidos comunistas em partidos de tendência social-democrata, a sua diluição em frentes de esquerda, processos de «reunificação» de comunistas e social-democratas tendo como base a ideologia social-democrata, e mesmo a solicitação de partidos comunistas ou ex-comunistas para integrarem a Internacional Socialista representarão novos atrasos na transformação progressista da sociedade e traduzem posições liquidacionistas que o PCP rejeita e combate no plano ideológico e político.

1.7.17. As mudanças verificadas não alteram o facto de que em todos os países do mundo há comunistas e outras forças que, de forma autónoma e tendo em conta as condições específicas dos seus países, lutam pela libertação dos trabalhadores e dos povos e por uma sociedade libertada de todas as formas de exploração e opressão.

1.7.18. Apesar de que há partidos que o negam e o apelidam de dogma anacrónico, o movimento comunista é uma realidade objectiva, embora a sua composição e limites tenham de ser reavaliados, tanto por virtude do papel de novas forças revolucionárias, como pelas repercussões dos acontecimentos nos países socialistas. As relações de cooperação e solidariedade recíproca entre os comunistas de todos os países (designadamente o intercâmbio bilateral e multilateral de opiniões e experiências) são tanto mais necessárias quanto mais se processa a internacionalização da vida económica, social e política e quanto mais complexa é a situação mundial e a luta da classe operária, dos trabalhadores e dos povos em cada país.

2. A restauração do capitalismo monopolista

2.0.1. Realizado nas vésperas da revisão da Constituição, o XII Congresso do Partido previu que, como consequência da revisão de preceitos e normas fundamentais, seria de esperar a aceleração do processo contra-revolucionário e rápidas alterações das estruturas socioeconómicas e de outros elementos essenciais do regime democrático criando a breve prazo um novo estádio e uma situação qualitativamente nova no processo de restauração do capitalismo monopolista em Portugal.

2.0.2. Esta previsão foi inteiramente confirmada. Após a revisão da Constituição, removidos obstáculos constitucionais às ofensivas do Governo e do grande capital, deram-se importantes modificações na vida nacional de que são aspectos fundamentais o mais rápido avanço do processo de reestruturação e restauração do capitalismo monopolista, o assalto do capital estrangeiro à economia portuguesa, o agravamento dos laços de dependência do país no quadro da CEE, a degradação da situação social e a degradação da democracia política.

2.0.3. Torna-se necessário fazer de novo o ponto da situação, proceder a novas análises e actualizar as orientações.

2.1. A Constituição e o regime

2.1.1. A Constituição aprovada pela Assembleia Constituinte em 1976 e sujeita a uma primeira revisão em 1982 tem sido justa e frequentemente invocada pelos trabalhadores e forças populares, para defesa dos seus interesses e direitos e das grandes conquistas democráticas inscritas na Constituição como parte integrante do regime; inversamente os orgãos do poder político dominados pelas forças de direita e o grande capital têm-se colocado frequentemente fora da legalidade constitucional. A revisão da Constituição em 1989 promovida pelo PSD com a activa colaboração do PS visou resolver esta contradição e criar condições para acelerar e consumar a reconstituição do capitalismo monopolista.

2.1.2. A revisão constitucional de 1989 - que não resultou apenas da força da direita e é inseparável da coincidência e acordo do PS com teses, exigências e objectivos da direita - não implicou entretanto uma ruptura do regime político, que mantém marcas profundas da revolução de Abril e das lutas históricas pela democracia e a liberdade. Mas abriu uma nova etapa na vida política portuguesa em que a direita viu coroados de êxito os seus esforços visando quer uma legitimação política de actuações inconstitucionais anteriores, quer a aceleração de medidas reivindicadas pelo grande capital e os latifundiários, designadamente contra as nacionalizações, a reforma agrária e os direitos dos trabalhadores.

2.1.3. A democraticidade e pluralismo do sistema político foram atingidos também por outras alterações como a redução do número de membros da Assembleia da República, que afecta a representação proporcional e visa favorecer a bipolarização, a criação de uma Alta Autoridade para a Comunicação Social governamentalizada e a caducidade dos pedidos de ratificação dos decretos-leis por mero decurso do tempo.

2.1.4. Foi legítima e necessária a consagração na Constituição das conquistas de Abril. Foi legítima e necessária a invocação da Constituição na luta em defesa dessas conquistas pelo PCP e pelos trabalhadores em luta. Um papel histórico das Constituições é o de colocar as conquistas democráticas dos povos ao abrigo das actuações arbitrárias do poder. Quem deve ser sujeito a um juízo severo são os que criaram condições para, na Constituição e na vida, desguarnecer as defesas da revolução de Abril e não os que se empenharam numa luta coerente para impedir a reconstituição e restauração do capitalismo monopolista e graves limitações da democraticidade do regime.

2.1.5. A democracia avançada que o PCP propõe para Portugal pode ser concretizada no quadro da Constituição, mesmo após a revisão. A revisão deu novas armas às ofensivas da direita, mas a Constituição continua a não ser aquela que a direita pretende. Como assinalou o Comité Central em 30 de Maio de 1989 «a Constituição revista, apesar de mutilada, não impede, nem no plano político nem no plano jurídico (e por isso deverá ser invocada) tanto a continuação da luta em defesa das conquistas de Abril como a luta por uma alternativa democrática e um Governo democrático que as inclua no seu programa. Uma democracia avançada no limiar do século XXI continua a ser a proposta e a perspectiva de luta que o PCP apresenta ao povo português.

2.2. A restauração do capitalismo monopolista

2.2.1. A revisão da Constituição abriu uma nova fase no processo de reconstituição e restauração do capitalismo monopolista e da propriedade latifundária.

2.2.2. As forças de direita visam a completa privatização de todos os sectores fundamentais da economia portuguesa, designadamente dos sectores industrial e bancário, com o ressurgimento do capital financeiro. Pretendem a redução do Sector Empresarial do Estado (SEE) a um peso apendicular e residual e a liquidação da reforma agrária. Institucionalizam novas e mais gravosas formas de exploração dos trabalhadores.

2.2.3. Esta nova fase da política de direita insere-se na perspectiva de restauração do capitalismo monopolista de Estado, ou seja, da fusão do poder político com o poder económico.

2.2.4. O objectivo do Governo de direita é a redução radical do sector público da economia a um núcleo mínimo sobretudo de actividades recusadas pelo grande capital pela falta de rentabilidade. As privatizações e reprivatizações incidem sobre as empresas mais lucrativas e realizam-se segundo critérios de favoritismo político-partidário e económico. Não respeitam princípios de transparência, de utilidade pública ou de independência nacional. Lesam o património e o erário públicos através da entrega de bens ao grande capital a preços subavaliados. Realizam-se independentemente das formas de estruturação e organização das empresas públicas (EP's) e do Sector Empresarial do Estado (SEE).

2.2.5. Toda esta vasta operação de esbulho dos bens do Estado foi precedida da instrumentalização pelos governos, sabotagem e asfixia do sector público da economia e da gestão das nacionalizações, não com objectivos conformes com os interesses nacionais, mas para servir o capital privado e abrir caminho à restauração monopolista, e de uma ofensiva ideológica com vista à difusão e aceitação da falsa ideia de que as nacionalizações são ruinosas e de que a propriedade privada dos principais meios de produção é garante da eficiência e da prosperidade geral.

2.2.6. Este processo engendra enormes concentrações de riqueza, facilita a intensificação da exploração dos trabalhadores e a redução dos seus direitos, outorga de facto aos que as detêm um exorbitante poder

político, permite a uma minoria orientar a actividade económica de acordo com os seus interesses particulares, procurando fazer crer que estes se identificam com o interesse geral.

2.2.7. O poder de dispor da riqueza nacional, de determinar as suas utilizações, de modificar a sua repartição (pela fiscalidade, crédito, ajudas públicas), de controlar e orientar o investimento, confere aos seus detentores chaves fundamentais da vida económica e política do país.

2.2.8. Após o XII Congresso, a continuação de uma conjuntura externa globalmente favorável proporcionou à economia portuguesa um aumento da taxa de crescimento, mas um crescimento persistentemente desequilibrado, sem que se tenham verificado ou perspectivado melhorias dos problemas estruturais.

2.2.9. A actividade produtora continuou a caracterizar-se por bens de consumo final, na generalidade de gama média ou baixa, assente em tecnologias relativamente banalizadas e com concorrência crescente por parte de países que não são membros da CEE.

2.2.10. A experiência recente das privatizações desmascara, só por si, a demagogia das teses do «capitalismo popular», dos «trabalhadores accionistas» e da «disseminação do capital». Em todas as empresas reprivatizadas é o grande capital que se apropria do núcleo determinante do capital social desnacionalizado.

2.2.11. No âmbito da concorrência entre o grande capital para o domínio das empresas reprivatizadas, a parte de capital social aberto à subscrição dos trabalhadores e dos pequenos aforradores é objecto da agenciação pública de subscritores de acções por parte de grupos económicos que igualmente absorvem as acções subscritas pelos trabalhadores.

2.2.12. A disseminação de uma parte do capital social por pequenos aforradores é do interesse do grande capital, reduzindo a parcela que este necessita adquirir para controlar e dominar as empresas reprivatizadas. Permite uma utilização política e ideológica desse facto e procura, por meio da concessão de vantagens menores e comparativamente insignificantes, alargar o apoio, ou pelo menos diminuir a resistência ao processo de privatizações e criar dificuldades à luta em defesa das nacionalizações. Esta disseminação não significa qualquer pretensa «democratização do capital» ou «reconciliação entre o capital e o trabalho» uma vez que os efectivos detentores dos meios de produção são os «núcleos duros» formados pelo grande capital. Os pequenos accionistas são utilizados como meros fornecedores de «capital de risco», impedidos de participar e ter voz activa nas assembleias gerais e os trabalhadores continuam, como sempre, a ser objecto da exploração capitalista.

2.2.13. O processo acelerado das privatizações e reprivatizações e a reconstituição de grupos monopolistas é acompanhado de uma grande centralização do capital comercial, nomeadamente com a associação de grupos económicos ao capital estrangeiro.

2.2.14. Multiplicam-se os hipermercados e centros comerciais com recurso a novas tecnologias. Rearrumam-se as cadeias de supermercados. Reconvertem-se armazenistas tradicionais em auto-serviço agrupando-se em centrais de compras. Ganham espaços grandes cadeias internacionais de «cash and carry». Desenvolvem-se novas formas de comércio como vendas por correspondência e ao domicílio.

2.2.15. Porém, a modernização dos serviços comerciais não tem sido acompanhada do apoio eficaz à reconversão do pequeno comércio - largamente maioritário e que tem peso decisivo na manutenção de postos de trabalho - assim como de numerosas cooperativas de consumo que correm o risco de ser asfixiados.

2.2.16. No comércio, tal como na banca e na indústria, a centralização do capital num número restrito de grandes empresas é acompanhada de crescentes desigualdades em vastos sectores sociais.

2.2.17. Paralalemente à reconstituição do capitalismo monopolista, o Governo acelera também as ofensivas para a completa liquidação das UCPs/Cooperativas, a espoliação dos pequenos agricultores das terras expropriadas que lhes tinham sido entregues, a reconstituição da grande propriedade latifundiária e das grandes e muito grandes explorações capitalistas, favorecendo e incentivando a penetração do grande capital nos sectores agro-alimentar e florestal e a alienação de vastas extensões de terra ao estrangeiro.

2.2.18. Salvo raras excepções de empresas agrícolas, designadamente de titularidade estrangeira, que praticam formas de agricultura intensiva, as áreas dos latifúndios e grandes explorações agrícolas reconstituídas estão de novo sujeitas ao regime de absentismo, com a terra destinada à cultura arvense de sequeiro (e em menor percentagem com terra de regadio) abandonada ou subaproveitada, e com a predominância da força de trabalho temporário. Regressam os sistemas extensivos de produção - pastoreio em regime extensivo, floresta industrial de eucalipto com a redução dos montados tradicionais de sobro e azinho, e a generalização das coutadas de caça.

2.2.19. No plano social todo este processo está a levar, designadamente nas áreas submetidas à propriedade latifundiária, à liquidação de dezenas de milhar de postos de trabalho e à rápida redução da população activa nos campos sem que, em contrapartida, isso signifique progresso tecnológico, crescimento da produtividade ou desenvolvimento da agricultura.

2.2.20. O processo de restruturação e restauração do capitalismo monopolista e a integração na CEE atingem também duramente os restantes sectores da agricultura portuguesa, particularmente os pequenos e os médios agricultores.

2.2.21. No período decorrente desde o XII Congresso são traços marcantes das ofensivas do Governo PSD a quase total liberalização da importação de produtos agrícolas (fim da contingentação e redução ou anulação de direitos aduaneiros), um acelerado processo de aproximação de preços agícolas portugueses aos comunitários, a imposição de uma acrescida selectividade na aplicação dos fundos (quer marginalizando os pequenos e médios agricultores e UCPs/Cooperativas, quer travando os investimentos em certas produções), a aceitação do estabelecimento de quotas de produção a curto prazo (leite) e a expansão da floresta industrial com espécies de crescimento rápido (eucalipto e nalgumas regiões o choupo) sacrificando terras de uso agrícola e equilíbrios naturais.

2.2.22. É também dado relevante deste período um significativo reforço da penetração do capital nacional (com ou sem interesses agro-industriais) na actividade agrícola e sectores a jusante e a montante, estabelecendo ligações verticais e horizontais, adquirindo explorações agropecuárias e grandes extensões de mata, de preferência associado a multinacionais.

2.2.23. Os resultados são uma continuada deterioração e descapitalização da pequena e média agricultura, a crescente absorção de mais-valia criada na agricultura pelo capital industrial e comercial, o despovoamento e envelhecimento do mundo rural, e um novo agravamento da dependência agro-alimentar do país.

2.3. O capital estrangeiro e a independência nacional

2.3.1. No contexto do processo de reconstituição dos grupos monopolistas, as privatizações em série e ao desbarato, não só desde já permitem um avanço significativo da posições do capital estrangeiro em importantes actividades económicas, como abrem caminho à sua tomada de posições em sectores básicos da economia nacional e em centros de decisão fundamentais.

2.3.2. O ritmo do avanço deste processo afecta desde já e pode vir a afectar mais gravemente os interesses nacionais e a independência nacional.

2.3.3. Os grupos económicos portugueses, embora em expansão e crescimento têm uma dimensão e uma base financeira relativamente secundarizada face ao Sector Empresarial do Estado (SEE) e ocupam ainda uma posição não determinante nem dominante na economia nacional, designadamente nos sectores industrial e bancário. Apesar de terem crescido, não pelo mero jogo da concorrência, mas num processo em que foram directamente estimulados e amparados pela gestão do SEE, pelas políticas governamentais e pela especulação bolsista - a que acresce agora a atribuição aos ex-monopolistas da capacidade de mobilizarem os títulos de indemnização sobreavaliados para a aquisição de empresas nacionalizadas - os grupos económicos portugueses não têm capacidade para só por si adquirir o SEE pelo enorme volume de recursos financeiros necessários. Associam-se, por isso, cada vez mais, ao capital estrangeiro, tendendo a assumir uma posição subalterna e a ser a expressão das multinacionais.

2.3.4. As privatizações já realizadas e as inúmeras associações com o capital estrangeiro são disso uma prova insofismável. A criação do Mercado Único em 1993 e a liberalização de capitais agravará e acelerará esta tendência e aumentará os riscos de dominação da economia portuguesa pelas transnacionais e economias mais fortes da CEE.

2.3.5. Não é de aceitar a opinião de alguns sectores democráticos segundo a qual os interesses nacionais exigem a formação de fortes grupos privados portugueses à custa do SEE para que a economia nacional possa resistir ao poder e domínio do capital estrangeiro. A restauração dos monopólios com o desmantelamento e eliminação do SEE, não é o caminho do desenvolvimento, da eficiência e da racionalidade da economia portuguesa e da defesa da independência nacional. É sim o caminho tanto da máxima concentração de riqueza e de maior exploração dos trabalhadores como nas condições do nosso país, da entrega ao capital multinacional de alavancas fundamentais da economia portuguesa.

2.3.6. No processo de crescente domínio da economia portuguesa pelo grande capital, assume papel marcante o crescimento em flècha do investimento estrangeiro, que se interliga com os principais grupos económicos portugueses e assume posições crescentes na economia nacional.

2.3.7. O investimento estrangeiro poderia desempenhar um papel positivo se contribuisse para a modernização da estrutura produtiva com a introdução de novos produtos e métodos de fabrico e a efectiva transferência de tecnologia, se promovesse o aumento da capacidade produtiva com elevado valor acrescentado nacional e a criação de emprego qualificado, se possibilitasse o acesso a novos mercados ou a segmentos «fechados» do mercado internacional e se se inserisse na criação de um padrão de especialização menos desvalorizado e dependente e mais adequado ao desenvolvimento económico e social do país.

2.3.8. Ao contrário, a evolução recente do investimento estrangeiro caracteriza-se, no fundamental, pela intensificação da aquisição de empresas nacionais e a tomada de posições nos grupos económicos, pela fraca contribuição para a criação de novas empresas, para o adensamento da malha industrial, para a transferência de tecnologia e para a criação de emprego qualificado, pelo domínio na área de serviços, designadamente nos sectores turístico, imobiliário e financeiro.

2.3.9. O forte aumento quantitativo registado no investimento directo estrangeiro não tem tido correspondência no seu interesse para o desenvolvimento da economia nacional. O Investimento Directo Estrangeiro (IDE) tem tido como motivação essencial a exploração dos baixos salários dos portugueses, a absorção de elevados e desproporcionados subsídios financeiros a fundo perdido e a utilização de Portugal como plataforma para a penetração no mercado da CEE. Tem favorecido o agravamento da frágil especialização produtiva e a transferência para o exterior da propriedade e controlo de unidades produtivas nacionais, numa autêntica estrangeirização do património empresarial e imobiliário do país com a perda da soberania nacional em sectores importantes da economia portuguesa.

2.4. A integração na CEE no processo de restauração monopolista

2.4.1. A integração de Portugal na CEE conduzida pelo Governo do PSD tem sido utilizada para agravar e servir a concentração capitalista e estimular o avanço das posições do capital estrangeiro na economia nacional, tendo conduzido a um crescente afunilamento das relações económicas externas, ao agravamento dos défices da balança comercial e ao acentuar das desigualdades sociais.

2.4.2. A economia portuguesa encontra-se hoje mais exposta e vulnerável às flutuações da conjuntura internacional e dependente da evolução económica de um pequeno grupo de países.

2.4.3. A maior liberalização dos movimentos de capitais criou novas dificuldades à política monetária e ao controlo da liquidez da economia nacional.

2.4.4. O importante reforço dos fundos comunitários, estruturais e específicos, a favor de Portugal, embora com aplicações úteis, nomeadamente no domínio das infra-estruturas, tem sido acompanhado na sua gestão e aplicação, por ineficiência, discricionaridade e corrupção. Os resultados obtidos não correspondem por isso ao volume dos fundos transferidos.

2.4.5. Os saldos dos fluxos financeiros Portugal/CEE têm sido positivos. Mas as significativas comparticipações nacionais e o facto de os fundos estruturais não terem aplicação em áreas de grande carência no nosso País (habitação social, saúde, etc.) têm determinado uma pressão crescente sobre o défice público e pretextado um enviesamento nas prioridades orçamentais.

2.4.6. Nas questões da integração o Governo, ao mesmo tempo que tem procurado ao máximo governamentalizá-las, com os prejuízos inerentes ao secretismo das negociações e à não potenciação do poder negocial, tem-se servido do pretexto da CEE para prosseguir o leilão das EPs, a reconstituição do latifúndio e atentar contra os direitos dos trabalhadores.

2.4.7. O processo de realização do Mercado Único da CEE (assente da Europa comunitária) tende a acentuar as dependências e subaltrnização das economias nacionais mais frágeis às economias dos países mais ricos e desenvolvidos. A prévia e necessária implementação e modernização das estruturas económicas das regiões mais atrasadas e a convergência dos níveis de desenvolvimento das diversas economias nacionais (convergência real) são subalternizadas à convergência das medidas e das políticas nacionais (convergência nominal).

2.4.8. Esta tendência é agravada com a concretização do projecto da União Económica e Monetária (UEM), assente nos dogmas do neoliberalismo e da desregulação, implicando perda de soberania e de decisão dos Estados membros, nomeadamente em relação à política monetária e cambial. Tal evolução contribuirá para um maior domínio das transnacionais sobre as economias dos Estados membros, uma acrescida preponderância da RFA na CEE e uma subalternização ainda maior da «coesão económica» e da dimensão social do desenvolvimento à livre circulação de capitais, ao negocismo, à gangrena do capital financeiro e especulativo sobre a esfera produtiva e o emprego.

2.4.9. Neste quadro, os interesses nacionais exigem cada vez mais a desgovernamentalização das questões da integração (assegurando a participação da Assembleia da República, das assembleias legislativas das regiões autónomas, das autarquias e dos «parceiros sociais»), a potenciação do poder negocial português, o aproveitamento eficaz de perspectivas abertas com a integração e uma política de firmeza por parte de Portugal na afirmação e defesa desses interesses em todas as instâncias comunitárias.

2.4.10. Portugal tem o dever de combater as lógicas de integração comunitária que visam o reforço da dominação e a acentuação das desigualdades regionais e sociais; de recusar uma divisão internacional do trabalho que impeça a coerência interna dos aparelhos produtivos nacio-

nais e em que os países mais ricos assumam o papel de motores da acumulação e as economias mais frágeis o papel de objectos de acumulação.

2.4.11. Portugal deverá exigir que a integração comunitária e a crescente coordenação na elaboração das políticas económicas assentem em novas formas de verdadeira e justa cooperação e efectivas políticas de desenvolvimento regional que tenham como objectivo e resultado uma mais justa divisão internacional do trabalho, com o reforço do potencial económico, financeiro e tecnológico de todas e cada uma das economias nacionais da CEE e a sua convergência real, a promoção da dimensão social do desenvolvimento e a elevação do nível de vida das populações, a defesa do ambiente e recuperação dos equilíbrios ecológicos.

2.4.12. Na revisão dos Tratados, Portugal deve opor-se à alienação da sua soberania e à perda dos poderes dos Parlamentos nacionais e favorecer a participação das organizações dos trabalhadores a todos os níveis institucionais. Deve opor-se à construção de uma União Económica e Monetária (UEM) ditada pela «mão invisível» do mais forte, talhada pelos cânones do «fundamentalismo» neoliberal e da acumulação financeira parasitária e especulativa. Deve bater-se para que o sistema de cooperação monetária na CEE favoreça os esforços de crescimento de cada Estado e em particular dos mais atrasados e para que contribua para eliminar os previlégios do dólar e a supremacia do marco. Portugal, com a economia mais débil da CEE, deverá exigir também uma redução da comparticipação financeira nacional em projectos apoiados por fundos comunitários, bem como medidas e apoios complementares quer para o reforço e modernização do seu aparelho produtivo e potencial científico, quer para a modernização das infra-estruturas e dos transportes de modo a reduzir os custos da periferia.

2.4.13. As teses relativas à «soberania partilhada» e a invocação abusiva da «real interdependência» não apagam uma realidade objectiva: a relação de forças nas instituições da CEE, o peso relativo de cada Estado, os desníveis económicos, financeiros e sociais dos diversos membros, que fazem com que a «partilha» se faça em regra a favor dos mais fortes e a «interdependência» se traduza por dependências acrescidas dos mais fracos.

2.4.14. No actual processo de desanuviamento e das transformações verificadas na Europa Central e de Leste, e sendo de prever a aceleração dos aspectos supranacionais da « construção europeia», exige-se da CEE um relacionamento tanto interno como com os outros espaços europeus, assente nos princípios da não-ingerência, solidariedade, respeito e vantagens mútuas e um apoio efectivo aos países do Terceiro Mundo - o que implica das forças progressistas o seu empenhamento na luta para que a Comunidade desempenhe um papel positivo no processo de segurança e cooperação europeia e em relação às grandes questões da humanidade.

2.5. Degradação da situação social

2.5.1. Confirma-se plenamente a conclusão do XII Congresso de que a ofensiva visando a liquidação das grandes conquistas democráticas da revolução de Abril se desenvolve igualmente no plano social.

2.5.2. São notórios, como traços característicos da situação social, o agravamento das injustiças e desigualdades sociais, o acentuar dos contrastes entre a pobreza de parte importante da população e as manifestações de opulência, luxo, novo-riquismo, enriquecimento fácil, a que se juntam os escandalosos aumentos dos cargos políticos, como manifestação de uma política de Estado contrária aos interesses do povo e atentatória da moral pública.

2.5.3. A estratégia de crescimento económico assente no baixo nível das salários tem como consequência a intensificação da exploração dos trabalhadores e o agravamento das suas condições de vida e de trabalho.

2.5.4. A chamada política de crescimento moderado dos salários, assente no anúncio de previsões irrealistas das taxas de inflação, traduziu-se de novo na perda do poder de compra (aumentos contratuais médios de 11,2 por cento para uma taxa de inflação em 1989 de 12,7 por cento). Os fracos aumentos do salário mínimo reduzem cada vez mais a sua eficácia social.

2.5.5. Uma injusta e injustificada política de rendimentos, assentando na persistente e continuada quebra da quota dos salários no rendimento nacional e fazendo aumentar as desigualdades sociais, tem uma profunda marca de classe ao serviço do grande capital.

2.5.6. O nível das pensões e reformas abaixo do limiar de sobrevivência, associados aos aumentos significativos dos preços de bens e serviços essenciais, agravam de forma substancial as condições de vida das camadas mais discriminidadas e de mais fracos recursos.

2.5.7. A política do Governo PSD atinge de forma particularmente grave as mulheres, os jovens, os reformados, os pensionistas e os deficientes.

2.5.8. O carácter anti-social e explorador da política de desvalorização da força de trabalho assume a sua mais gritante expressão na precarização e na generalizada instabilidade dos empregos (despedimentos, encerramento de empresas, medidas repressivas e disciplinares incentivadas com a aprovação do pacote laboral) e na existência de centenas de milhar de desempregados.

2.5.9. O crescimento acelerado e alarmante da precaridade do trabalho sob formas cada vez mais diversificadas, tornando-o inseguro e socialmente desvalorizado, desprotegido e profissionalmente desqualificado, incentiva a chantagem e a repressão patronal, constitui em si mesmo uma violação flagrante do direito, constitucionalmente consagrado, ao trabalho e à estabilidade do emprego.

2.5.10. As repressões económicas e sociais para levarem os trabalhadores a «vender» os seus direitos e regalias, as chamadas reformas antecipadas e a «venda» dos postos de trabalho têm profundas consequências sociais na vida de muitos milhares de trabalhadores.

2.5.11. O fenómeno dos salários em atraso (fenómeno que persiste e até tende para um novo agravamento) e o escândalo do trabalho infantil são duas outras componentes inseparáveis da situação social provocada pela política de direita.

2.5.12. Sectores de enorme significado social e de importância fundamental para o bem-estar do povo e o desenvolvimento do País, como a saúde, a habitação, o ensino, a política cultural, a segurança social, os transportes e a política de ambiente, mantêm-se num processo de acentuada e acelerada degradação.

2.5.13. No plano da saúde, acentuam-se as dificuldades de acesso dos utentes aos serviços, cuja insuficiência é agravada pelos cortes no Orçamento de Estado. Os cuidados de saúde são cada vez mais caros. A Lei de Bases de Saúde apresentada pelo Governo abre caminho à privatização de serviços e instituições públicas de saúde, sendo também demonstração nesta matéria dos efeitos causados pela última revisão constitucional, que tornou «tendencialmente gratuito» (em vez de gratuito) o acesso aos serviços de saúde.

2.5.14. A recusa em considerar a política habitacional como questão de importância social traduz-se no aumento do número de famílias a viver em barracas ou em regime de coabitação, na existência de mais de 200 mil fogos sem qualquer tipo de equipamento higiénico-sanitário e na degradação preocupante do parque habitacional.

2.5.15. O enormíssimo défice habitacional (mais de 800 mil fogos), cada vez mais agravado pelos baixos índices de construção, o abandono da promoção da construção de habitações sociais por parte do Estado, associado às crescentes limitações ao crédito à habitação, tornam o problema habitacional verdadeiramente dramático para a grande massa das famílias portuguesas.

2.5.16. A crescente desresponsabilização por parte do Governo em

relação à educação e ao ensino, transferindo encargos para o Poder Local, as famílias e os jovens; a desvalorização do ensino público, acompanhada de uma política de privilégios do ensino privado e de estímulos a uma maior privatização; a deterioração do parque escolar a todos os níveis por verbas insuficientes; o adiamento da concretização da Lei de Bases do Sistema Educativo, conduz a uma acentuada degradação do ensino e da educação, com profundas repercussões sociais e no desenvolvimento futuro do País.

2.5.17. O corte de verbas e o estrangulamento a apoios sociais não garantem o efectivo direito à educação escolar e ao sucesso escolar e acentuam as desigualdades sociais.

2.5.18. Na área da política cultural, à escassez das verbas somam-se cortes ou a negação arbitrária de apoios. Degrada-se o património cultural, de que é exemplo gritante a situação do Mosteiro dos Jerónimos, entre tantas outras.

2.5.19. A política de desmantelamento de uma segurança social de carácter democrático tem já graves consequências nas condições de vida do povo, e em particular dos trabalhadores, reformados e pensionistas e outras camadas de fracos recursos materiais. As prestações sociais não garantem níveis de vida minimamente dignos.

2.5.20. A privatização dos serviços de segurança social e o estímulo a esquemas complementares privados visam a redução da segurança social a um esquema mínimo e completamente insuficiente de protecção social.

2.5.21. A política de transportes do Governo, assente no encerramento de linhas férreas, na diminuição de investimentos das empresas públicas e no aumento escandaloso dos apoios às empresas privadas, conduz à diminuição dos serviços prestados e da sua qualidade e segurança e ao aumento das tarifas e passes sociais, acarretando sérios prejuízos para as populações.

2.5.22. Os problemas de ambiente agravam-se devido à subordinação aos interesses do grande capital e à incapacidade política, administrativa e técnica para enquadrar as actividades socioeconómicas e para conduzir às necessárias acções de recuperação dos equilíbrios ecológicos. As preocupações com o ambiente não estão presentes na política industrial, agrícola, urbanística e noutras políticas sectoriais. Multiplicam-se desastres ambientais perante a escandalosa ineficácia do Governo. A incompetência e a imprevidência demonstradas nas recentes poluições marítimas são irrefutáveis. Não há perspectivas de prosseguimento de acções sistemáticas de combate à forte poluição das bacias hidrográficas. O Governo tenta utilizar em seu favor a criação do Ministério do Ambiente, mas a sua ineficácia realça mais a gravidade dos problemas e a inoperância do Governo.

2.5.23. Largos estratos das camadas médias, atingidos de forma específica, designadamente pelo forte peso da carga fiscal e pelas medidas restritivas visando a redução do consumo de bens duradouros, também viram afectadas as suas condições de vida e frustradas muitas das suas aspirações.

2.5.24. Importantes sectores de pequenos e médios empresários vêem-se confrontados com novos problemas (invasão de produtos estrangeiros, aumento desregrado das grandes superfícies, dificuldade no acesso ao crédito, crescente dependência das grandes empresas e grupos económicos, designadamente pela sub-contratação), com profundas repercussões na vida e perspectivas destas camadas.

2.5.25. Parte significativa dos agricultores, atingida por uma política injusta de preços, sujeita à concorrência de produtos importados, não suficientemente apoiada face às calamidades, vê os seus rendimentos diminuidos.

2.5.26. A política anti-social, ao serviço do grande capital, acaba por atingir praticamente todas as camadas não monopolistas.

2.5.27. A acentuação das desigualdades sociais é consequência directa da política de aceleração da concentração e centralização de capitais.

2.5.28. A política orçamental traduz-se na compressão ou menor aumento das despesas sociais do Estado (educação, saúde, habitação...) e na subvenção crescente de actividades privadas.

2.5.29. A política fiscal caracteriza-se pela sua natureza regressiva, pelo seu peso excessivo sobre os rendimentos do trabalho e pelos benefícios e isenções a favor dos rendimentos e mais-valias de capitais, sobretudo na esfera bolsista e especuladora.

2.5.30. A política monetária tem-se orientado pelas restrições ao crédito interno e pelo aumento das taxas de juro, tendo como fundamento a liberalização da importação de capitais e do acesso ao crédito externo, e como efeito o aumento das dificuldades de pequenas e médias empresas, facilitando a sua absorção pelo grande capital.

2.5.31. O discurso governamental sobre a «reestruturação e modernização do tecido económico nacional» e sobre a vertente social do desenvolvimento não tem tradução na realidade e visa fundamentalmente dar cobertura política ao reforço da exploração e à entrega de valioso património público subavaliado (EPs, saúde, ensino, segurança social), tendo como expressão real o negocismo, o tráfico de influências e a corrupção.

2.6. Degradação da democracia política

2.6.1. A vida tem comprovado a tese de há muito defendida pelo PCP segundo a qual a ofensiva contra as conquistas económicas e sociais da revolução de Abril seria inevitavelmente acompanhada pela ofensiva contra a democracia política. Esta tese obteve novas e esclarecedoras comprovações no curto período decorrido desde o XII Congresso do Partido realizado em Dezembro de 1988, período caracterizado por novas iniciativas, decisões e actuações do Governo de direita atentatórias da democracia política em aspectos essenciais.

2.6.2. As ofensivas do Governo de direita contra a democracia política desenvolveram-se tendo como aspectos fundamentais a revisão da Constituição, a aprovação de leis e decisões inconstitucionais ou de constitucionalidade duvidosa, a acentuação da governamentalização das instituições democráticas com frequentes manifestações de autoritarismo, novos golpes no Poder Local democrático, a instrumentalização e manipulação dos meios de comunicação social, novos projectos de lei de carácter antidemocrático e a liquidação ou limitação efectiva de direitos fundamentais dos cidadãos, nomeadamente dos trabalhadores em centenas de empresas.

2.6.3. A segunda Revisão da Constituição representa o golpe mais grave e mais profundo contra a democracia política verificado depois do XII Congresso, sem prejuízo de algumas inovações positivas nomeadamente na área dos direitos fundamentais. Constituem expressões negativas desta revisão as alterações ao estatuto da comunicação social favorecendo a sua apropriação e instrumentalização pelo grande capital e a direita e a criação de uma Alta Autoridade completamente dominada pelo Governo e pelo partido do Governo; a redução do número de deputados da Assembleia da República e a possibilidade de alteração dos círculos eleitorais; a redução dos poderes de fiscalização da Assembleia da República em relação à actividade legislativa do Governo, agravada pelo facto de não ter sido garantido constitucionalmente à Assembleia da República qualquer papel de relevo na produção de legislação comunitária (cada vez mais importante, especialmente nos domínios económico, financeiro e fiscal) que fica assim, como todos os outros aspectos da integração, na exclusiva dependência da intervenção do Governo.

2.6.4. A inconstitucionalidade ou constitucionalidade duvidosa de leis, iniciativas e decisões do Governo PSD no tempo decorrido desde o XII Congresso expressa-se, especialmente, nos casos da lei dos despe-

dimentos, da lei-quadro das privatizações, na mascarada de inquérito parlamentar desencadeado contra as Câmaras de Loures e Seixal, nos arrendamentos de empresas públicas, nos despachos ministeriais esbulhando as UCP's com vista à destruição da reforma agrária e à reconstituição do latifúndio. Expressa-se também no grande número de diplomas do Governo ou da maioria parlamentar do PSD pendentes no Tribunal Constitucional para apreciação da constitucionalidade: Lei de Bases da Reforma Agrária, Lei da Reforma Fiscal, Lei da Delimitação de Sectores, Lei da proibição de afixação de propaganda política, Regimento da Assembleia da República. Expressa-se finalmente no grande número de diplomas governamentais ou de inspiração governamental declarados inconstitucionais pelo Tribunal Constitucional, designadamente: Lei dos Baldios, Lei Eleitoral para a Região Autónoma da Madeira, Regulamento do FEDER, Lei Eleitoral para o Parlamento Europeu.

2.6.5. A governamentalização das instituições democráticas continuou a acentuar-se assumindo especial realce a limitação de poderes de fiscalização da Assembleia da República, a redução dos direitos dos partidos da oposição, o condicionamento do debate democrático e o recurso sistemático por parte do Governo a autorizações legislativas. Continuam a verificar-se as práticas governamentalizadoras em relação às Forças Armadas, gerando situações de mal-estar e conflito, e em relação aos Tribunais e ao Ministério Público, persistindo o escandaloso incumprimento dos Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, especialmente relativos à reforma agrária. Sob o seu controlo exclusivo, o Governo monta aceleradamente os Serviços de Informações que intensificam a sua acção, inclusive com o recurso a práticas ilegais, sem qualquer reacção da comissão parlamentar de fiscalização.

2.6.6. A ofensiva do Governo de direita contra o Poder Local democrático (grande conquista da revolução de Abril e parte integrante do poder político no regime democrático português) traduziu-se neste período pelo corte de recursos financeiros, pela continuação da transferência de responsabilidades para os orgãos de poder local sem correspondente transferência de recursos, pela centralização nas Comissões de Coordenação Regional (CCR) da utilização de fundos da CEE e de competências inerentes aos orgãos de poder local em matéria de desenvolvimento, pela retirada de competências às Câmaras no licenciamento da plantação de eucaliptos, hipermercados e empreendimentos turísticos, pela insistente ingerência de Governadores Civis na vida dos municípios, pelo adiamento «sine die» da instituição das regiões administrativas e de outras medidas necessárias para o reforço do poder local e pela aprovação de uma nova Lei da Tutela (Lei nº 87/89, de 9 de Setembro) que facilita ingerências e governamentaliza aspectos essenciais, lesando a autonomia das autarquias.

2.6.7. A instrumentalização e manipulação dos grandes meios de comunicação social e uma política favorável à crescente e incontrolada tomada de posições do grande capital neste sector, convergindo em restrições de facto à liberdade de informação, ao pluralismo e ao direito à informação, adquirem neste período novas e mais graves expressões com a alienação de meios de informação do sector público; o processo de atribuição de alvarás de licenciamento a rádios locais escandalosamente marcado por decisões discriminatórias, arbitrariedades e falta de isenção; a proposta de lei sobre a Alta Autoridade para a Comunicação Social visando acentuar ainda mais a governamentalização deste orgão, negar-lhe efectivos poderes e competências, extinguir o Conselho de Imprensa e liquidar importantes direitos aos jornalistas; as medidas de reforço do controlo político-partidário da RTP e acentuação do seu papel como instrumento de propaganda governamental e de ataque aos partidos da oposição, designadamente ao PCP; a legislação sobre o exercício por entidades privadas de actividades de televisão consagrando critérios de parcialidade e privilégio e indiciando propósitos de afectação do serviço público e de meios do Estado.

2.6.8. A liquidação ou limitação efectiva de direitos fundamentais dos cidadãos, nomeadamente dos trabalhadores, assume particular gravidade no período decorrido desde o XII Congresso, com a aprovação e entrada em vigor do inconstitucional «pacote laboral» (lei dos despedimentos) que favorece os despedimentos repressivos, amplia os motivos de justa causa de despedimentos, enfraquece as garantias de protecção dos trabalhadores e dos seus representantes eleitos face à repressão patronal. Agravaram-se também, neste período, outras violações do direito ao trabalho e à estabilidade do emprego com o alargamento da precarização do emprego, a persistência do fenómeno dos salários em atraso, os despedimentos por razões políticas e sindicais, por encerramento de empresas, por pressão social e económica para forçar o trabalhador a «vender» - através da reforma ou da rescisão - o seu posto de trabalho. Mantém-se a ofensiva contra o direito à contratação colectiva por via legislativa e administrativa com nova redução de direitos dos trabalhadores através dela conquistados, o que nas empresas públicas aparece associado aos processos de privatização. São introduzidos dispositivos discriminatórios nas carreiras da função pública.

2.6.9. A intensificação da exploração dos trabalhadores é acompanhada da violação de direitos e liberdades sindicais e de Comissões de Trabalhadores, que se traduz nas limitações de actividades sindicais nos locais de trabalho, nos processos disciplinares, perseguição e discriminações, incluindo salariais, a dirigentes, activistas sindicais e membros de comissões de trabalhadores, pressões e mesmo despedimentos de trabalhadores sindicalizados.

2.6.10. A nova lei eleitoral para a Assembleia da República, na sequência da revisão constitucional, acarretará a redução do número de deputados de 250 para 230 a 235, afectando assim o alcance do princípio de representação proporcional e pode implicar outras operações de engenharia eleitoral, através da manipulação de círculos eleitorais, no caso de acordo entre o PS e PSD.

2.6.11. Com responsabilidade determinante do PSD e do seu Governo, atentam também contra princípios básicos da vida democrática a intensificação de casos de corrupção atingindo figuras do Governo, designadamente envolvendo o aproveitamento de cargos e funções do Estado para a obtenção ou atribuição de benefícios ilícitos a entidades privadas; a formação deliberada de uma vastíssima rede de clientelas; o preenchimento de milhares de cargos públicos por membros ou simpatizantes do PSD, com afastamento de critérios de capacidade e competência; o anúncio, com destaque para o próprio Primeiro-Ministro, de concepções autoritárias e totalitárias, em que se incluem a abusiva identificação do PSD e da sua política com o Estado e interesse nacional, a apresentação dos partidos da oposição como adversários dos interesses e do progresso do país.

2.6.12. Indissociável do processo contra-revolucionário, a degradação da democracia política conduzida pelo Governo de direita ao serviço da restauração do capitalismo monopolista, confirma a concepção e a prática antidemocrática das forças do capital, as limitações das suas concepções sobre a democracia, contrárias a uma sociedade em que a liberdade e a democracia sejam valores essenciais não apenas institucionalizados mas assegurados pelo poder político.

2.6.13. O Governo de direita invoca insistentemente a noção do Estado de direito mas coloca-se em oposição frontal a tal noção, ao infringir ele próprio a legalidade democrática ao mesmo tempo que em nome da legalidade procura impor coercivamente aos cidadãos as suas decisões inconstitucionais ou de constitucionalidade duvidosa.

2.7. Objectivos fundamentais e urgentes

2.7.1. As importantes modificações na vida nacional desde o XII Congresso - avanço do processo da reconstituição e restauração do capitalismo monopolista, assalto do capital estrangeiro à economia portuguesa, agravamento dos laços de dependência do país no quadro da CEE, degradação da situação social e degradação da democracia política - impõem por um lado o desenvolvimento da luta para cortar o passo à continuação da actuação antidemocrática do Governo de direita, impõem por outro lado que as forças democráticas e o povo português tomem consciência da nova política de que Portugal necessita.

2.7.2. Em relação com as graves modificações verificadas em resultado da aceleração da política restauracionista do Governo do PSD e como respostas necessárias e urgentes, o PCP defende orientações fundamentais na esfera económica, na esfera social e na esfera política, que correspondem inteiramente aos interesses do povo e do país e à defesa e reforço da democracia e da independência nacional.

2.7.3. Na esfera económica, sublinha-se que, ao contrário do que pretendem o Governo e o grande capital, o Sector Empresarial do Estado (SEE) - tal como sucedia com a reforma agrária - tem um peso objectivo no sistema produtivo e uma forte posição na malha das relações económicas nacionais, que o tornam essencial para a modernização e o desenvolvimento da economia nacional.

2.7.4. As «acções privilegiadas» e os «núcleos duros» tal como as experiências externas o demonstram não são garantia da detenção nacional das alavancas fundamentais da economia portuguesa.

2.7.5. No quadro de uma organização económica mista, do planeamento democrático da economia e da acrescida interdependência económica, um dinâmico e determinante SEE é condição necessária para garantir a soberania nacional, para que o país possa resistir com êxito a uma divisão internacional do trabalho desfavorável, para impedir que a economia nacional se torne um mero instrumento de acumulação das multinacionais e apêndice das economias dos países capitalistas mais desenvolvidos, e para defender a democracia portuguesa concebida como política,económica, social e cultural.

2.7.6. O desenvolvimento da economia portuguesa e a defesa da independência nacional no quadro da integração na CEE tornam indispensável impedir que continue a entrega do SEE ao capital privado e às multinacionais. Tornam indispensável um SEE, inteiramente ao serviço dos interesses nacionais, inserido nas alavancas fundamentais da economia e nos principais centros de decisão económica.

2.7.7. O necessário desenvolvimento, reestruturação e dinamização do SEE deve assentar na compatibilização do planeamento estratégico com uma estrutura de decisão descentralizada e participada pelos trabalhadores. Ser servido por orgãos de gestão competentes e independentes e pelas estruturas organizativas mais adequadas ao aproveitamento das potencialidades das diversas empresas que o integram e que tenham em conta as exigências dos confrontos decorrentes da criação do Mercado Único. Inserir-se numa estratégia activa de mutações na estrutura produtiva do país, de transformações sociais progressistas e de um desenvolvimento económico conforme aos interesses nacionais.

2.7.8. A estratégia de desenvolvimento nacional no quadro da integração na CEE deve assentar numa economia mista e num eficiente aparelho produtivo, de modo a aproveitar as perspectivas abertas com a integração e a limitar os seus perigos e efeitos negativos.

2.7.9. No sector financeiro torna-se necessário consolidar e reestruturar o sector público bancário e segurador, no quadro de uma restruturação do SEE, melhorar a sua solidez, rentabilidade e qualidade dos serviços prestados, aumentar a sua capacidade técnica, tecnológica e de gestão, e reforçar a dimensão operacional das unidades empresariais existentes.

2.7.10. Na indústria torna-se necessário desenvolver as áreas de bens e equipamentos em articulação com a modernização do aparelho produtivo, promover novas indústrias de elevado valor acrescentado nacional e intensidade tecnológica, desenvolver os ramos ligados à floresta, à produção agro-alimentar e ao aproveitamento dos recursos minerais numa óptica de fileira produtiva, incentivar e apoiar a ciência e tecnologia nacionais e a sua aplicação produtiva, aumentar o valor acrescentado nacional e a complexidade tecnológica dos produtos, reestruturar planeadamente os sectores tradicionais cuja competividade assenta nos baixos salários e aproveitar as potencialidades do turismo.

2.7.11. No comércio torna-se necessária a criação de mercados abastecedores de retalho com um real e eficaz papel regulador, a constituição de circuitos de distribuição menos pesados e mais transparentes, a adequação do aparelho comercial às necessidades das populações e do desenvolvimento urbanístico e o apoio à reconversão e modernização do comércio de pequena e média dimensão e das cooperativas de consumo.

2.7.12. Na agricultura torna-se necessária uma política que assegure um nível razoável de auto-abastecimento do país em produções estratégicas, desenvolva as produções em que temos vantagens comparativas na exportação e tenda assim a inverter a degradação crónica da balança agro-alimentar. Esta política exige que se ponha fim ao processo de destruição da reforma agrária, o combate ao sistema latifundista, o apoio privilegiado ao sector cooperativo e às pequenas e médias explorações agrícolas principais contribuintes do Produto Agricola Bruto (PAB). Esta política exige o reforço do quadro da especificidade da agricultura portuguesa no contexto da Política Agrícola Comum (PAC) de forma a permitir o crescimento da produção agro-pecuária e a protecção do sistema produtivo agrícola contra o assalto do capital multi-nacional, a concretização de um plano de verdadeira modernização da agricultura nacional.

2.7.13. Nas pescas torna-se necessária uma política que garanta a Portugal uma justa atribuição de quotas comunitárias, desenvolva a cooperação com os PALOP's e a investigação de recursos, que apoie a aquacultura e a pesca artesanal, reserve a actividade pesqueira aos nossos mares territoriais, fundamentalmente para a frota nacional, garanta condições sociais e de seguranças aos trabalhadores do mar.

2.7.14. A estratégia de desenvolvimento nacional tendo em conta que se realiza no quadro da CEE deve visar reduzir os principais défices estruturais e vulnerabilidades da economia, superar os mais graves atrasos e desequilíbrios regionais, mobilizar as potencialidades, gerir adequadamente os recursos materiais e humanos, estimular a intervenção activa e criadora dos trabalhadores em todos os processos de desenvolvimento, modernizar os sectores tradicionais, reforçar o potencial científico e técnico nacional e inseri-lo crescentemente nas forças produtivas e no desenvolvimento económico, dar corpo a uma efectiva reforma do ensino e à formação e qualificação permanente, melhorar o perfil de especialização e o padrão das exportações.

2.7.15. A estratégia de desenvolvimento deve ter como centro e finalidade o ser humano, o seu bem-estar e o seu desenvolvimento harmonioso e multifacetado, o emprego e a sua qualidade, a preservação e recuperação do património natural e dos equilíbrios ecológicos, a salvaguarda dos interesses e da independência nacionais.

2.7.16. A detenção de alavancas fundamentais da economia, a diversificação das relações económicas externas e uma efectiva cooperação com vantagens mútuas nos planos económico, financeiro, cientifico, tecnológico e cultural são determinantes na materialização de uma estratégia de desenvolvimento numa economia mundial caracterizada pela aceleração da internacionalização dos processos de produção e de troca, de complementariedade e interdependência de recursos, da divisão internacional do trabalho e dos processo de integração.

2.7.17. Na esfera social, sublinha-se que, ao contrário do que pretendem o Governo e o grande capital, uma política de melhoria das condições de vida dos trabalhadores e de todos os cidadãos, não só não contraria como é factor necessário e indispensável ao desenvolvimento económico e ao progresso do país.

2.7.18. A política de privatizações de serviços de sectores sociais fundamentais como a saúde, o ensino e a segurança social, a crescente desresponsabilização do Estado para com estes sectores como expressão da restauração do capitalismo monopolista, gera profundas desigualdades sociais e é susceptível de socavar o apoio ao regime democrático.

2.7.19. Uma política social de carácter democrático que vise a dignificação dos trabalhadores e a melhoria das condições de vida do povo, é contrária a uma política de tipo caritativo como a que o Governo pratica e as forças de direita vêm defendendo.

2.7.20. O PCP, considerando que os direitos sociais do nosso povo são direitos fundamentais e parte integrante da democracia avançada

que o PCP propõe ao povo português, defende firmemente uma política social que vise a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e da maioria do povo, que elimine as mais graves desigualdades e injustiças sociais.

2.7.21. O PCP considera necessário, como orientações fundamentais para uma política social de carácter democrático conforme com as necessidades e aspirações do povo português, o aumento dos salários reais e uma mais justa repartição do rendimento nacional, a garantia de emprego e da sua estabilidade, a defesa do carácter iminentemente social dos serviços de saúde, ensino, habitação e do sistema de segurança social, o que implica que o Estado assuma as suas responsabilidades para garantir o acesso generalizado dos cidadãos, em pé de igualdade aos benefícios desses serviços. Torna-se igualmente necessário assegurar uma protecção eficaz e condições de vida condignas aos cidadãos na doença, na invalidez, na reforma.

2.7.22. Na esfera política sublinha-se que, ao contrário das concepções e da prática do Governo de direita, o PCP defende que o respeito pela legalidade democrática, não apenas por parte dos cidadãos, mas muito particularmente por parte dos orgãos de soberania, é um traço inerente e indispensável da democracia política.

2.7.23. O PCP defende firmemente a institucionalização de facto do Estado democrático de direito, o que significa o integral respeito a começar pelos orgãos do poder e pelo aparelho do Estado, pela legalidade democrática, pelas liberdades e direitos dos cidadãos.

2.7.24. Em contraste com a política antidemocrática da direita adquire ainda mais valor e actualidade a posição do PCP que, defendendo os valores essenciais da democracia, proclama no seu Programa aprovado no XII Congresso que a democracia política, embora intimamente articulada com a democracia económica, social e cultural possui um valor intrínseco que é necessário salvaguardar e assegurar como elemento integrante e inalienável da sociedade portuguesa.

2.7.25. Em luta contra a política de direita, o PCP coloca entre as componentes ou objectivos fundamentais de uma democracia avançada no limiar do século XXI um regime de liberdade no qual o povo decida o seu destino e um Estado democrático representativo, baseado na participação popular, moderno e eficiente, ao serviço do povo e do país.

2.7.26. O reconhecimento e a efectiva garantia do exercício das liberdades e direitos dos cidadãos, uma comunicação social democrática, plural e responsável, a realização de eleições com a democraticidade que assegura a real manifestação da vontade popular e a intervenção determinante do povo na escolha dos governantes e na política do país, - são elementos fundamentais do regime de liberdade propostos pelo PCP ao povo português.

2.7.27. A organização do poder político baseado no sufrágio universal, directo, secreto e periódico para a designação dos orgãos do Estado, e na separação e interdependência dos orgãos de soberania; a participação popular permanente no exercício do poder; a administração pública descentralizada e aberta; serviços públicos essenciais garantidos pelo Estado; justiça democrática célere e acessível; forças armadas ao serviço da independência e soberania nacionais e da integridade do território; segurança e ordem públicas baseadas no primado da prevenção e no respeito e garantia efectiva dos direitos e liberdades individuais e dos trabalhadores - são componentes de um Estado democrático proposto ao povo português pelo PCP no seu Programa aprovado no XII Congresso.

3. A luta por uma alternativa democrática

3.0.1. A política do Governo PSD de reconstituição e restauração do capitalismo monopolista, de submissão ao capital estrangeiro, de degradação social e de degradação da democracia política é contrária aos interesses do povo e do país. O povo português está vitalmente interessado numa alternativa democrática à política e ao Governo de direita.

3.0.2. Decorrentes da luta do povo português através dos anos e da Revolução de Abril, são vivas realidades na vida nacional grandes conquistas democráticas, estruturas económicas e sociais, necessidades objectivas de desenvolvimento, valores cívicos e políticos, aspirações e energias, que dão sentido e viabilidade às perspectivas de progresso, modernização e transformação do país no quadro do regime democrático e de independência nacional.

3.0.3. A política de direita contraria a necessidade objectiva de desenvolvimento e a natural dinâmica de progresso que só uma solução democrática pode assegurar.

3.0.4. Como demonstram o desenvolvimento da grande movimentação social e as derrotas do PSD nas eleições para o Parlamento Europeu e para autarquias, o Governo perdeu grande parte do apoio que alcançou nas eleições legislativas de 1987. Não tem legitimidade para conduzir a política do país invocando a maioria que então conjunturalmente alcançou. Reduz-se a sua base de apoio social, política e eleitoral. Alarga-se a base de apoio a uma alternativa democrática. A substituição do Governo de direita por um governo democrático é um objectivo político central na fase actual da vida política portuguesa.

3.1. A arrumação das forças sociais

3.1.1. As modificações profundas nas estruturas económicas do país resultantes das alterações no processo produtivo, da centralização capitalista, das ofensivas contra as nacionalizações e a reforma agrária, da aceleração do processo de restauração do capitalismo monopolista, provocam alterações sensíveis na composição social da sociedade portuguesa e nas contradições, arrumação e correlação das forças de classe.

3.1.2 A diminuição, por vezes drástica, dos efectivos de alguns ramos tradicionais da indústria e a dinâmica ou aumento de efectivos noutros ramos industriais; a diminuição do número de operários nas muito grandes unidades; os despedimentos colectivos e reformas compulsivas; a diminuição do proletariado agrícola, acentuada com a liquidação de dezenas de milhar de postos de trabalho resultante da destruição de centenas de UCP's/Cooperativas da reforma agrária; a ampliação, transformação das condições de trabalho e concentração dos empregados, cada vez mais em semelhança com a situação do proletariado industrial; o crescente peso e participação de intelectuais e quadros técnicos no processo produtivo e na administração e serviços públicos, implicando modificações no seu estatuto social e condições de trabalho; a transferência de aspectos do trabalho produtivo para sectores antes considerados não-produtivos; a ampliação das actividades «terciárias»; o desaparecimento de milhares de pequenas lojas batidas pela concorrência de supermercados com centenas de empregados; a multiplicação das redes comerciais paralelas e o surto de actividades especulativas e parasitárias são aspectos relevantes nas alterações da composição social da população portuguesa, tanto a nível regional como nacional.

3.1.3. Os traços mais marcantes desta evolução são no seu momento actual a diminuição do proletariado agrícola e a redução do peso do «sector primário», acompanhada de mutações significativas na estrutura do «sector secundário» e de um rápido crescimento do «sector terciário». Como resultado da evolução das estruturas económicas neste período, apesar da irregularidade do processo, e embora se tenham verificado mudanças qualitativas, não se verifica uma diminuição da classe operária, antes se observa a tendência para a sua maior amplitude, quer pelo seu crescimento no «terciário», quer pelo alastramento de empresas industriais a ramos tradicionalmente agrícolas, quer pela intervenção no processo produtivo de um número cada vez mais elevado de profissões até agora classificadas como «intelectuais e quadros técnicos».

3.1.4. Os objectivos fundamentais da política do Governo de direita (a centralização do capital, a reconstituição de grupos monopolistas - mais ou menos associados ao capital estrangeiro - e da propriedade latifundiária), criam condições para o rápido enriquecimento em novas actividades ou profissões, à sombra dos fundos estruturais da CEE e em actividades especulativas. Aqueles objectivos desenvolvem a formação de uma vasta clientela ligada à política de direita, opõem objectivamente os interesses do grande capital, dos grandes proprietários e das clientelas da direita aos interesses das restantes classes e camadas sociais e ferem interesses vitais, não apenas da classe operária, mas de praticamente todas as classes e camadas sociais não monopolistas.

3.1.5. Em confronto com o grande capital e em contraste com as motivações de novas camadas movidas pelo dinheiro fácil e o consumismo, cria-se assim objectivamente uma vastíssima base social em que se situa a maioria esmagadora do povo português, para a luta contra a política de direita e pela solução dos problemas das classes e camadas populares cujos interesses são prejudicados pela reconstituição do capitalismo monopolista.

3.1.6. A movimentação social que se desenvolve contra a política do Governo de direita é uma clara expressão da arrumação das forças de classe na actual situação política, e da existência de uma base social objectivamente considerada para uma alternativa democrática.

3.1.7. A classe operária, pelo carácter antagónico da contradição dos seus interesses com os interesses do grande capital e pelas suas lutas incessantes de carácter massivo, continua a ser a força social mais firme, consequente e dinamizadora na luta contra a política de direita e por uma alternativa democrática.

3.1.8. Confirma-se também a imensa força potencial susceptível de rápidas radicalizações do campesinato, que no nosso país tem ainda um peso que não pode ser subestimado. Reafirma-se a importância da intervenção económica, social, política e cultural das mulheres. A juventude assume-se como grande força social. Os empregados, os intelectuais e quadros técnicos intervêm cada vez com maior amplitude e frequência e exercem em certas conjunturas uma influência determinante no alargamento da frente social de oposição à política de direita.

3.1.9. Os importantes movimentos, em alguns casos com grandiosa participação e sólida expressão orgânica, dos agentes da PSP, dos sargentos, de oficiais, de magistrados, da polícia judiciária, são significativo índice da elevação da consciência democrática destes sectores e a confirmação de que o Governo de direita vê diminuídas as possibilidades de instrumentalização política destas áreas fundamentais do aparelho de Estado.

3.1.10. Consolidar a luta da ampla frente social contra a política antipopular do Governo, fazer evoluir num ritmo mais acelerado o carácter reivindicativo até ao nível da consciência política de oposição à direita, transformar a base social de apoio potencial a uma alternativa democrática numa base política e dar a essa base política uma base eleitoral, são as grandes tarefas que se colocam na situação presente.

3.2. O movimento operário

3.2.1. O movimento operário tem desempenhado e continua a desempenhar um papel determinante no desenvolvimento das lutas de massas, na oposição ao governo de direita e na defesa das conquistas populares e do regime democrático.

3.2.2. O vastíssimo, constante e combativo quadro das lutas desenvolvidas traduz e confirma uma ampla e sólida unidade estabelecida em torno de reivindicações de carácter imediato e expressa a elevada consciência de classe dos trabalhadores portugueses.

3.2.3. Para em cada caso assegurar a unidade e para consolidar o espírito unitário ao nível das massas é factor decisivo a capacidade do movimento sindical de assumir em cada momento e de forma adequada a defesa dos interesses em causa. A actuação das Comissões de Trabalhadores inteiramente ligadas à classe reveste-se também da maior importância, sendo por isso necessário dinamizar a sua organização e acção.

3.2.4. O encerramento ou diminuição drástica de efectivos de empresas que constituíam verdadeiros bastiões da classe operária, o desemprego massivo e de longa duração, a instalação de empresas em zonas rurais; a geral instabilidade dos colectivos laborais; o aumento do peso de pequenas empresas; a diminuição do proletariado agrícola; a generalização e a multiplicidade de formas de precarização do emprego, designadamente das mulheres e da juventude; o regime de «aluguer» na contratação de mão-de-obra; medidas discriminatórias e repressivas e crescentes limitações ilegais às actividades sindicais nas empresas - colocam ao movimento operário e particularmente sindical sérios problemas de organização, desenvolvimento e capacidade de intervenção.

3.2.5. É imperioso, como tarefa imediata, reforçando o contacto e o esclarecimento dos trabalhadores, um grande esforço militante para contrariar a dessindicalização e para intensificar a sindicalização dos trabalhadores, intensificar a luta pelo respeito dos direitos sindicais nas empresas, penetrar nas novas empresas e novos sectores profissionais, reforçar a organização existente, superar a carência de quadros e as dificuldades financeiras.

3.2.6. O movimento sindical unitário agrupado em torno da CGTP-IN (cujo VI Congresso realizado em Maio de 1989 constituíu uma grande manifestação de força e unidade) confirma o seu prestígio, influência e papel determinante na luta dos trabalhadores, na efectivação da sua unidade, na defesa das suas reivindicações e das aspirações populares em geral, na defesa dos interesses nacionais e do regime democrático.

3.2.7. O próprio patronato e o Governo de direita, fracassada a política seguida durante anos visando a marginalização da CGTP, viram-se obrigados a ter em conta a realidade que é a CGTP, como a grande central dos trabalhadores portugueses.

3.2.8. A CGTP é um importante património dos trabalhadores e da democracia portuguesa. Não só operários, mas todos os trabalhadores, todas as classe laboriosas estão interessados na força orgânica, na influência e na intervenção da CGTP na vida nacional.

3.2.9. Respeitando a independência e a democracia interna no movimento sindical e considerando orientação básica o reforço das características unitárias da CGTP e das suas estruturas, aos comunistas cabe desenvolver os laços de cooperação com os elementos das mais variadas correntes ideológicas, promover a acção sindical sempre voltada para as massas e a activa participação das massas na vida sindical e defender uma posição coerente na defesa dos interesses específicos dos trabalhadores, na defesa das conquistas democráticas da revolução de Abril e no combate ao Governo ao serviço dos interesses do grande capital.

3.2.10. A força e influência da CGTP, o seu empenhamento para conseguir entendimentos e acções convergentes em defesa dos interesses dos trabalhadores, a sua acção no Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS) e as relações institucionais que aí estabeleceu com a UGT estimularam, em numerosas empresas e sectores, o desenvolvimento dos sentimentos unitários e da acção comum ou convergente de trabalhadores das mais variadas correntes políticas e ideológicas, designadamente de trabalhadores filiados na CGTP e na UGT, condicionaram a acção do divisionismo e fizeram surgir situações e factores novos no relacionamento não só entre os trabalhadores nos locais e sectores de trabalho mas entre a CGTP e a UGT.

3.2.11. Neste processo, exerceram e exercem significativa influência dois factores políticos: a necessidade por parte do PS de, através da acção dos seus dirigentes na UGT, se afirmar como força de oposição ao Governo do PSD e a tentativa de o PSD conter, através da criação de estruturas paralelas dos trabalhadores sociais-democratas (TSD), o declínio da sua influência sindical.

3.2.12. Estes factores políticos são favoráveis à contenção do divisionismo, à unidade dos trabalhadores e ao desenvolvimento da luta contra a política e o Governo da direita. Contudo, é de ter em conta o papel da UGT, que mantém as suas características essenciais (suporte partidário não só do PS, mas do PSD e CDS, conluios com o patronato e Governo contra os interesses e a luta dos trabalhadores).

3.2.13. São contraditórias as consequências no divisionismo sindical e as limitações na sua acção geradas por estas situações e factores. Por um lado, dificultando (embora não impedindo totalmente) a concretização nas costas dos trabalhadores de acordos e conluios da UGT com o patronato e o Governo, limitam a acção do divisionismo. Por outro lado, facilitando uma nova imagem pública da UGT (intensamente propagada pela comunicação social) em oposição ao Governo de direita e participando em lutas de trabalhadores e em movimentações de massas, alarga o campo de manobra do divisionismo porque susceptível de criar sérias ilusões nos trabalhadores.

3.2.14. A luta pela unidade dos trabalhadores para a defesa efectiva dos seus interesses de classe pressupõe, para os comunistas, a afirmação das características típicas do movimento sindical português de que a CGTP é o eixo essencial, a defesa e o aprofundamento da sua natureza democrática, de massas e de classe. Os comunistas não confundem, portanto, o relacionamento e a convergência necessários das estruturas sindicais, designadamente da CGTP e da UGT, com a admissão de processos para a unidade e para a unificação das duas centrais que significariam ignorar o carácter divisionista mantido pela UGT e a sua orientação programática de conciliação com objectivos estratégicos do grande patronato.

3.2.15. A procura permanente da unidade dos trabalhadores e da convergência para a luta constitui, na opinião do PCP, uma linha estratégica fundamental, que exige a unidade na acção a partir dos locais de trabalho, o relacionamento entre diferentes estruturas sindicais, no quadro da defesa da autonomia e independência do movimento sindical unitário, do reforço da sua implantação e organização, da afirmação do seu projecto e da constância e reforço da sua intervenção como força em torno da qual se consubstancia a unidade dos trabalhadores e do movimento sindical.

3.2.16. A concretização de tais objectivos é para os comunistas inseparável de três princípios. Primeiro, que quaisquer formas de relacionamento entre diferentes estruturas tenham como objectivo a defesa dos interesses dos trabalhadores e a unidade de acção. Segundo, que a procura de acordos para a acção seja acompanhada da iniciativa e da dinâmica de massas do movimento sindical unitário. Terceiro, que a realização de acções comuns ou convergentes se considerem inseparáveis do combate ao divisionismo e do desmascaramento dos seus conluios com o Governo e o patronato sempre que se verifiquem.

3.2.17. Associando a luta pela satisfação das reivindicações imediatas à luta mais geral contra a política do Governo de direita, a luta dos trabalhadores (que tem como grandes forças orientadoras, organizadoras e propulsoras o movimento operário e o movimento sindical unitário) exerce decisivo estimulo à luta das outras classes e camadas sociais, contribui para elevar a sua consciência política, impulsiona a convergência das lutas sociais mais diversas numa atitude política que emerge da luta reivindicativa e contribui assim para uma rearrumação e correlação das forças sociais favoráveis a soluções democráticas dos problemas nacionais.

3.3. A ampla frente social de luta

3.3.1. Prosseguindo uma política económica e social subordinada ao objectivo central de reconstituição e restauração do capitalismo monopolista, o Governo PSD/Cavaco Silva congregou contra a sua política uma vasta frente social que, para além do movimento operário, mobilizou, embora em graus diversos, agricultores, professores, médicos, enfermeiros, advogados, magistrados, pequenos e médios empresários, jovens, mulheres, agentes da PSP, da PJ, sargentos, praças e oficiais das Forças Armadas, reformados e deficientes.

3.3.2. Esta vasta frente social, abarcando sectores e camadas diversificadas e desenvolvendo-se em torno de reivindicações específicas e carácter imediato, traduz descontentamento muito profundo e generalizado e converge objectivamente na contestação geral à política de direita e ao próprio Governo, acentuando o seu isolamento social, político, partidário e eleitoral.

3.3.3. O desenvolvimento da frente social de luta contra a política de direita exige uma exacta avaliação das contradições de interesses, do posicionamento social, político e eleitoral e da importância e real influência das várias classes e camadas sociais na evolução da situação política.

3.3.4. Na ampla movimentação que se desenvolve contra a política do Governo de direita, **os intelectuais e quadros técnicos** (professores, médicos, magistrados, advogados e outros) têm assumido nos últimos anos, designadamente no período decorrido desde o XII Congresso, uma importância e uma projecção relevantes pelo impacto social e político das suas lutas, aparecendo em alguns períodos como uma força de relevo na movimentação geral.

3.3.5. Esta evolução tem causas objectivas. O desenvolvimento do capitalismo (crescimento das actividades terciárias, trabalha técnico na produção, assalariamento) e os progressos científicos e tecnológicos determinam uma participação progressivamente mais vasta e influente dos intelectuais e quadros técnicos na vida da sociedade. Se é certo que há camadas directamente vinculadas à administração de empresas e a centros de decisão do capital e do poder político, o certo é também que para uma larga maioria se agravam as condições profissionais e o estatuto social, o que a aproxima dos outros trabalhadores e impele à intervenção na luta contra a política de direita.

3.3.6. A crescente intervenção na luta a par da sua influência na sociedede resultante do trabalho criativo e especializado no domínio das ciências, da técnica, do ensino, da saúde, das artes, das letras e da comunicação social, e do desempenho de funções das mais responsáveis no Estado, confere aos intelectuais uma particular influência (que com frequência é subestimada noutros sectores sociais) na formação da opinião pública e, em consequência, na evolução da situação política.

3.3.7. Uma maior atenção aos problemas específicos dos intelectuais e quadros técnicos, uma maior aproximação do movimento operário, a valorizalção da sua intervenção na vida económica, política, social e cultural, assume particular importância com vista a uma arrumação e correlação das forças sociais e políticas favorável à perspectiva de uma alternativa democrática.

3.3.8. O **campesinato** continuou revelando no período decorrido desde o XII Congresso as suas imensas potencialidades de mobilização para a luta reivindicativa (Baixo-Mondego, Oeste, Ribatejo, Algarve e outras regiões) em defesa dos seus interesses atingidos pela política do Govern de direita.

3.3.9. As lutas dos pequenos e médios agricultores apresentam em geral um desencadeamento rápido, massivo, e por vezes fulgurante, com fácil radicalização, grande combatividade e um forte carácter unitário sem distinções relativas à filiação e opção partidárias. Pasada a conjuntura, resolvido ou não o problema em causa, seguem-se em geral quebras bruscas na mobilização e disposição de luta.

3.3.10. É da mais alta importância para o desenvolvimento e êxito das lutas a resposta imediata aos problemas criados pelo Governo que, na iniciativa, na organização e na direcção das lutas, se não faça qualquer distinção entre os pequenos e médios agricultores por motivo do partido político a que pertencem - sejam do PCP, do PS, do PSD ou do CDS.

O desenvolvimento das acções unitárias dos agricultores em defesa dos seus interesses continua a ser o caminho necessário para a deslocação política para a área democrática de vastíssimos sectores do campesinato ainda fortemente submetidos à influência política e ideológica das forças reaccionárias.

3.3.11. Contando com importantes e numerosas organizações de **juventude** (movimento estudantil, movimento dos trabalhadores-estudantes, movimento dos jovens trabalhadores, associativismo juvenil de base local, movimento junto das autarquias, movimento da paz, movimentos ecológicos, associativismo informal), o movimento juvenil caracteriza-se como espaço de participação democrática, expressão de capacidade de intervenção dos jovens e da diversidade dos seus interesses e polos de atracção. Caracteriza-se ainda como um movimento que afirma pela luta a sua independência e identidade próprias. Entretanto, a expressão e desenvolvimento destas organizações não correspondem ainda às potencialidades e à gravidade dos problemas da juventude.

3.3.12. A juventude apresenta relativamente a anos anteriores uma mudança sensível no quadro de influências políticas. A mentalidade consumista e individualista tem vindo a ganhar alguns jovens. Sectores da juventude revelam desinteresse pela política. Surgiram expressões e actividades fascistas, ainda que com dimensão reduzida, mas envolvendo alguns jovens. No entanto, o traço mais característico deste período é a quebra da influência directa dos partidos de direita e das suas organizações juvenis junto da juventude.

3.3.13. Na luta da juventude assumiram particular significado neste período: a participação nas campanhas eleitorais (designadamente a juventude CDU), a luta dos estudantes do secundário contra a Lei de Acesso ao Ensino Superior, a luta dos estudantes do superior pela implementação da autonomia universitária, a realização da Conferência da Juventude Trabalhadora, a criação da Interjovem e a realização do 3º Encontro Nacional da Juventude.

3.3.14. A JCP, fortalecida com a realização do seu 3º Congresso, desempenha um importante papel no desenvolvimento da luta da juventude, animando, reforçando e contribuindo para a sua correcta orientação, assumindo papel decisivo em alguns aspectos, fortalecendo o movimento juvenil.

3.3.15. A juventude é uma força social com peso crescente na sociedade, contendo imensas potencialidades de intervenção susceptíveis de exercerem real influência na evolução da situação política.

3.3.16. São particularmente importantes para o desenvolvimento da luta da juventude a definição clara de objectivos correspondentes ao sentir das aspirações juvenis, a unidade, a dinamização de grandes e pequenas iniciativas e a criação de formas de coordenação inseridas na acção.

3.3.17. As **mulheres** continuam a participar activamente na movimentação social e na luta política. Importantes iniciativas para o aprofundamento e debate de questões da problemática feminina foram realiza-

das em 1989. Subsistem no entanto grandes atrasos a vários níveis no sentido da sensibilização e formação de opinião pública para esta problemática. Apesar de se agravarem as desigualdades e injustiças sociais, as discriminações, a precarização do emprego feminino, as acções de massas femininas realizadas neste período não correspondem às necessidades e potencialidades de movimentação das mulheres. Uma questão fulcral no momento presente é a dinamização da sua movimentação por reivindicações específicas, o que necessariamente tem de partir das organizações de mulheres, das estruturas sindicais e do próprio Partido.

3.3.18. Os **pequenos e médios comerciantes e industriais**, atingidos e ameaçados pela política de centralização capitalista e de reconstituição e restauração monopolista, movimentam-se relativamente à defesa da pequena indústria, à invasão de produtos da CEE, à instalação de grandes superfícies comerciais, à concorrência desleal dos hipermercados, às restrições ao crédito bancário. O carácter esporádico e muito localizado das movimentações está entretanto longe de corresponder à gravidade dos problemas e à força potencial desta camada social à qual pertencem centenas de milhar de portugueses. É essencial ultrapassar as dificuldades objectivas e as debilidades de organização presentes e estimular a criação de polos de iniciativas e dinamização, mesmo que conjunturais.

3.3.19. O **movimento cooperativo** continua a revelar grandes potencialidades, apesar de se verificarem tendências contraditórias no seu desenvolvimento. A par da manutenção de um elevado número de estruturas, a política de concentração capitalista faz aumentar as dificuldades deste sector.

3.3.20. A revitalização do movimento cooperativo passa decididadamente pela acção coordenada das suas estruturas, ligadas à nova realidade do sector, pela definição de um quadro jurídico e financeiro favorável e por uma mais estreita cooperação entre o movimento cooperativo e outras entidades de cariz popular e social (sindicatos, colectividades, etc.).

3.3.21. Os **reformados**, cujo número continua a crescer, afirmam-se cada vez mais como uma força social activa e de grande importância política, que entretanto decresceu a sua intervenção no período considerado. Dispondo de movimentos próprios e de uma densa e diversificada rede de associações e intervindo na luta reivindicativa por interesses específicos, a permanente resistência à demagogia do Governo e as acções de massas dos reformados no quadro da movimentação geral podem exercer uma significativa influência no crescente isolamento social, político e eleitoral da direita e na evolução da situação política.

3.3.22. Os **deficientes**, com um movimento integrado por cerca de uma centena de associações específicas, amplamente unitário, com expressão diversificada, coordenado por uma estrutura nacional (UCNOD), podem igualmente exercer forte influência na evolução da situação.

3.3.23. Nas **Forças Armadas** as amplas e vigorosas expressões de descontentamento e contestação à política do Governo (em relação com a governamentalização das Forças Armadas, a prática da imposição e a ausência de diálogo, o estado de degradação do material, a tentativa de liquidação de direitos e a política de salários e carreiras) com a participação de milhares de sargentos, as tomadas de posição de altas patentes, as movimentações de sectores da oficialidade e das praças do Quadro Permanente, confirmam o crescente isolamento político do Governo mesmo em áreas vitais do aparelho de Estado.

3.3.24. Importante significado tem a luta dos **agentes da PSP** pela legalização da sua organização sindical, que revelando elevada consciência dos seus direitos democráticos adquirem uma poderosa expressão de massas, de unidade e de combatividade, com profundas repercussões na evolução da vida política nacional.

3.3.25. A solidariedade e o apoio político dos partidos democráticos (designadamente na Assembleia da República) às justas reclamações nas Forças Armadas e nas forças de segurança reveste-se da maior importância para a garantia dos direitos constitucionais destas instituições do Estado, contribuindo para a criação de uma verdadeira vontade nacional de pôr fim à política da direita.

3.3.26. Na poderosa movimentação das classes e camadas antimonopolistas, as organizações unitárias respectivas assumindo formas e níveis muito variáveis constituem uma força de imensas potencialidades. Sindicatos, Uniões e Federações Sindicais, Comissões de Trabalhadores, Comissões Coordenadoras, Ordens, Confederação Nacional da Agricultura (CNA), diversas organizações de agricultores, Movimento Democrático de Mulheres (MDM), associações de estudantes, associações de intelectuais, colectividades culturais, recreativas e desportivas, Associação de Sargentos e Associação sócio-Profissional da PSP, associações de pequenos e médios empresários, de reformados e de deficientes - são, entre outras, organizações cuja intervenção é determinante da movimentação das classes e camadas sociais respectivas.

3.3.27. O reforço das organizações unitárias de massas e estruturas unitárias e o desenvolvimento da sua iniciativa são condição para uma intervenção ainda mais dinâmica na luta social das classes e camadas sociais respectivas.

3.3.28. Índice significativo de profundidade e vastidão do descontentamento popular contra a política de direita é a eclosão espontânea ou por iniciativa conjuntural, de lutas das populações - massivas, dinâmicas, com elevado grau de unidade e rápida radicalização - em torno de problemas que as afectam: encerramento de estações e linhas de caminho de ferro, carências de transportes, degradação do meio ambiente, de instalações escolares, defesa dos recursos naturais, eucaliptização indiscriminada.

3.3.29. Esta situação requere atenção constante à vida das populações, aos seus problemas e sentir e a pronta inicitiva de promover e organizar a movimentação respectiva de forma a não só defender com êxito imediato importantes interesses populares como alargar rapidamente e com expressões permanentes a frente de luta contra o Governo e a política de direita.

3.4. Convergência e unidade das forças democráticas

3.4.1. A evolução da situação nacional confirmou a conclusão do XII Congresso segundo a qual a continuação da política de direita conduziria à redução da base social e política do Governo e era previsível que conduziria também à redução da sua base de apoio eleitoral.

3.4.2. De facto, à queda eleitoral do PSD e do Governo nas eleições para o Parlamento Europeu em Junho de 1989, seguiu-se a clamorosa derrota nas eleições autárquicas em 17 de Dezembro em que o PSD deixou de ser o partido mais votado, e ficou com menos 36 presidências de Câmaras Municipais, algumas das quais nas cidades mais importantes.

3.4.3. Inversamente, neste mesmo período, tanto a ampla movimentação de massas como os resultados eleitorais mostraram que uma alternativa democrática dispõe, não apenas de uma vasta base de apoio social, mas também de uma potencial sólida base de apoio eleitoral.

3.4.4. Em termos políticos, o Governo, afrontando a maioria dos portugueses, tendo perdido significativo apoio eleitoral, deixou de ter legitimidade para continuar a conduzir a política do país, invocando uma maioria conjuntural alcançada em 1987. A questão da alternativa ao Governo de direita e à política de direita entra na ordem do dia.

3.4.5. No quadro político-partidário português, como a experiência mostra e os factos dia a dia comprovam, nenhum partido democrático sózinho está, em circunstâncias normais, em condições de obter a maioria dos lugares na Assembleia da República cujo apoio é institucionalmente indispensável à formação do Governo. Alterações antidemocráticas às leis eleitorais e processos eleitorais antidemocráticos poderiam conduzir a tal resultado. Mas garantindo-se no essencial eleições realizadas com regras e garantias democráticas, torna-se indis-

pensável para a formação de um Governo democrático de alternativa à direita o acordo ou convergência (que pode assumir formas diversas) entre os partidos democráticos, designadamente entre o PCP e o PS.

3.4.6. A questão da unidade democrática e nomeadamente a unidade ou convergência do PCP e do PS, há muito apontada pelo PCP como condição necessária para uma alternativa democrática, ganha assim nova e plena actualidade.

3.4.7. No seguimento das orientações do XII Congresso, o Partido tomou a iniciativa e desenvolveu persistentes esforços para a convergência e acordos com todos os partidos democráticos, tendo como grandes objectivos imediatos a luta contra a política de direita, a defesa dos interesses do povo, a defesa do regime democrático e das suas conquistas e a defesa da independência nacional, e tendo como perspectiva política a convergência e a unidade democrática para alcançar e concretizar uma alternativa ao Governo de direita.

3.4.8. Desmentindo a propaganda segundo a qual o PCP estaria políticamente isolado, metido num «ghetto», incapaz pelo suposto sectarismo e incapacidade para o diálogo de aproximação com os outros partidos democráticos, o PCP, numa situação em que todos os outros partidos democráticos estão separados e muitas vezes em aberto confronto entre si, tornou-se um grande polo dinamizador de convergência democrática e foi nas eleições autárquicas o único que estabeleceu coligações e acordos políticos com todos os outros partidos democráticos: com «Os Verdes» e a ID, além de milhares de independentes, na coligação CDU; com o PS e o MDP na coligação «Por Lisboa»; com o PRD, além de protocolos distritais, nas coligações «Desenvolver Setúbal» e «Mãos à obra pela Covilhã»; com a UDP, acordos distritais; com o PSR, integração de militantes nas listas da CDU.

3.4.9. Trata-se de novos, importantes e significativos passos no sentido da convergência e unidade das forças democráticas que urge consolidar, prosseguir e desenvolver.

3.4.10. A CDU (Coligação Democrática Unitária) constituida formalmente pelo PCP e o PEV, conta com a participação da ID (Intervenção Democrática) e de milhares de democratas independentes. Nas últimas eleições autárquicas incluiu nas suas listas e obteve o apoio em numerosos concelhos e freguesias de outros partidos democráticos. É uma valiosa realização da política de unidade democrática do PCP, com sólido apoio social, político e eleitoral que lhe assegurou resultados eleitorais positivos, embora contraditórios, e fortes posições no Poder Local democrático nas eleições de Dezembro, apesar de realizadas em condições extremamente adversas criadas pela campanha anticomunista, pela descriminação e fúria persecutória na RTP e outros órgãos de comunicação social, pelos acontecimentos nos países socialistas e pela perseguição legislativa que obrigou a mudar a sigla e o símbolo.

3.4.11. Apesar das coligações alargadas estabelecidas com o PS e o PRD, a CDU constituiu uma importante realidade no campo democrático e pelas suas propostas e intervenção política afirmou-se como a mais consequente força política ao serviço do povo e do País.

É necessário reforçá-la com vista às batalhas futuras.

3.4.12. A convergência e unidade entre o PCP e o PS, defrontando sérios obstáculos resultantes das divergências entre os dois partidos e das pretensões hegemonista e bipolarizadora do PS, constitui na perspectiva de uma alternativa democrática a questão central da unidade das forças democráticas, por serem os dois maiores partidos democráticos, um e outro indispensáveis à viabilização e concretização da alternativa.

3.4.13. A coligação «Por Lisboa» nas eleições autárquicas de Dezembro; a derrota da direita que há dez anos detinha a maioria e dirigia a autarquia; a maioria ganha na Câmara, na Assembleia Municipal e em 37 das 53 freguesias da cidade; a gestão democrática com o PCP/PS que agora se inicia; assim como os acordos de gestão comum concluídos entre o PCP e o PS em grandes municípios de maioria relativa comunista (Vila Franca de Xira, Loures, Amadora, Almada) representam novos e importantes passos a unidade democrática, experiências exemplares e acontecimentos da maior importância na vida política nacional.

3.4.14. Simultaneamente, verificam-se situações em que o PS recusou a partilha de responsabilidades e o acesso à informação pelos eleitos da CDU e de outros partidos, em que rejeitou entendimentos com a CDU ou apresentou exigências exorbitantes que conduziriam a esse resultado, ou em que preferiu abertamente a renovação de entendimentos com a direita. Os comunistas mantêm nas autarquias a orientação de, embora previlegiando a unidade com eleitos do PS e outros democratas, cooperarem com todos os eleitos interessados em defender os interesses das populações, e de rejeitar as propostas que os contrariem, venham de onde vierem.

3.4.15. A experiência da coligação «Por Lisboa» nas eleições autárquicas evidenciou que a convergência e a unidade das forças democráticas, nomeadamente de comunistas e socialistas, não constitui (como pretendia a propaganda da direita) um factor de recusa ou abstenção do eleitorado dos partidos democráticos unidos em coligação, mas pelo contrário um factor dinamizador e amplificador não só de trabalho, mobilização e entusiasmo, mas da base eleitoral de apoio.

3.4.16. A experiência da coligação «Por Lisboa» reforça a ideia de que o factor chave para assegurar a derrota do Governo e da direita e alcançar uma alternativa democrática reside na convergência e unidade do PS e do PCP.

3.4.17. Existem sem dúvida sérias divergências que dificultam tal convergência e unidade. Mesmo no presente momento político em que o PS procura apresentar-se como alternativa à direita, os compromissos assumidos pelo PS na revisão da Constituição estenderam-se agora a leis que lhe dão concretização e desenvolvimento como as leis das privatizações e da Alta Autoridade para a Comunicação Social.

3.4.18. Os factos continuam a mostrar que o PS não só não tem apoio bastantes para sózinho vir a constituir Governo, como pela insistência em orientações próximas em alguns casos do PSD, não dá garantias para constituir sózinho uma verdadeira alternativa democrática.

3.4.19. O maior obstáculo a um processo de unidade democrática resulta da insistência do PS em concepções de hegemonização e absorção de todo o campo democrático, com a deslocação de votos do PCP para o PS, de bipolarização e alternância com o PSD, - concepções que se traduzem na ilusão de que o PS pode constituir por si só a alternativa e tendem a conduzir ulteriormente à repetição de alianças do PS com a direita, seja de novo com o CDS, seja de novo com o PSD.

3.4.20. A luta pela unidade é um processo árduo que tem de assentar nas seguintes ideias essenciais:

- a unidade exige a sua transformação numa aspiração popular profunda e essa tarefa tem de caber essencialmente ao PCP em face das vacilações e contradições do PS.

- a unidade exige um PCP forte, capaz de dialogar com o PS em pé de igualdade, inviabilizando tendências bipolarizadoras que conduziriam seguramente a pouco mais do que à reedição das políticas, práticas e orientações da direita;

- a unidade não passa pelo apagamento artificial das diferenças ou pela «social-democratização» do PCP, antes reclama a clareza das opções e a sua firme defesa, a afirmação da natureza de classe e das orientações ideológicas do PCP, conjugadas com a concretização consequente da sua política de alianças no plano político e no plano social.

3.4.21. Os acontecimentos continuam a demonstrar que o PCP, apesar da colossal campanha anticomunista contra ele desenvolvida, das repercussões negativas da situação dos países socialistas, continua a ser, pela sua política democrática consequente, pelas suas fundas raízes nacionais e populares, pela sua ligação profunda às massas trabalhadoras e pela sua influência social, política e eleitoral, uma componente indispensável da alternativa, desempenhando um papel insubstituível na sua concretização, dado o seu dinamismo, a sua capacidade

orgânica e de mobilização de massas e o seu empenhamento na unidade das forças democráticas.

3.4.22. A convergência e a unidade das forças democráticas será tanto mais possível quanto mais o PCP, aberto ao diálogo e pronto a considerar em conjunto com outras forças democráticas plataformas comuns, se afirmar na sociedade portuguesa como o partido da classe operária e de todos os trabalhadores, com a sua identidade, o seu programa, o seu património revolucionário, a sua importante intervenção em todas as esferas da vida nacional, a sua sólida influência social, política e eleitoral.

3.5. Frentes fundamentais da luta actual

3.5.1. A luta actual contra o Governo do PSD, em defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores e das massas populares, das conquistas de Abril, do regime democrático e da independência nacional, pela convergência e unidade das forças democráticas e por uma alternativa à política de direita, desenvolve-se em **três frentes fundamentais**: a luta de massas, a luta institucional e a luta eleitoral.

3.5.2. A luta de massas é um factor determinante da evolução da situação social e política. Tal como o tem sido para a defesa dos interesses populares e das conquistas democráticas, para acentuar o isolamento social e político do Governo do PSD, conduzi-lo a sérias derrotas eleitorais, assim na actualidade as lutas de massas são chamadas a ter decisiva influência para desenvolver nos mais vastos sectores sociais a consciência da necessidade e urgência de substituir o Govérno de direita, preparar assim condições para uma alternativa democrática.

3.5.3. A participação das massas na luta é no geral determinada por situações e problemas concretos existentes e por reivindicações imediatas. Assim, participam na luta contra o Governo vastíssimas áreas sociais que habitualmente fazem parte do seu eleitorado e até milhares de portugueses e portuguesas filiados nos partidos da direita. É essencial para a evolução da situação política que a acção se desenvolva de forma a que todos os participantes não só ganhem consciência da responsabilidade do Governo pelos problemas que os conduzem à luta, como ganhem também a consciência da necessidade e da urgência de substitui-lo.

3.5.4. As formas variadas que adquirem as lutas de massas (greves, concentrações, manifestações, desfiles, abaixo-assinados, acções nos locais de trabalho e junto dos órgãos do poder) devem sempre corresponder, para ter êxito, ao sentir das massas - o que exige das organizações que as promovem e organizam uma ligação profunda com as massas, o conhecimento exacto dos seus problemas, das necessidades e aspirações, do grau do seu descontentamento e disposição de luta. Decisões tomadas sem ter em conta estes elementos básicos são susceptíveis de conduzir as massas não à vitória, mas a insucessos e derrotas.

3.5.5. É importante alcançar a simpatia, a solidariedade e o apoio às lutas de sectores sociais que nelas não participam e da população em geral. Quando uma luta, pela natureza do sector em que se desenvolve, provoca conjunturalmente dificuldades na vida quotidiana da população é de exigir dos sectores em luta um esforço para reduzirem ao mínimo tais dificuldades quando estas são inevitáveis, ao mesmo tempo que é indispensável um sério trabalho de esclarecimento com vista a ganhar das populações a compreensão e a solidariedade.

3.5.6. Procurando na generalidade dos casos a mobilização e a unidade em torno de interesses imediatos, constituem direcções fundamentais da luta de massas na actualidade:

- a luta reivindicativa articulada com a luta por objectivos mais gerais contra a política de direita;
- a defesa dos direitos e garantias individuais e colectivos dos trabalhadores, das camadas não monopolistas;
- a defesa do regime democrático e das suas conquistas;
- a defesa da independência e soberania nacionais, por um desenvolvimento autónomo do País no quadro da CEE.

3.5.7. Em permanente ligação e articulação com a luta de massas, **a luta institucional** compreende, especialmente, a acção na Assembleia da República, a acção junto dos órgãos de soberania e em órgãos constitucionais e em outros organismos do Estado, a acção nas autarquias locais, a acção na Assembleia Legislativa Regional dos Açores e a acção no Parlamento Europeu.

3.5.8. Na **Assembleia da República**, onde o PCP dispõe de 27 deputados, confere-se prioridade às direcções seguintes:

- dar expressão institucional às propostas do PCP para a solução dos problemas do povo e do País, contribuindo para a sua pública afirmação;
- dar combate à governamentalização da Assembleia e intensificar a acção de fiscalização da actividade do Governo;
- reforçar a cooperação com as outras forças políticas da CDU (PEV e ID) e o diálogo com outros partidos democráticos, tendo em vista a convergência na acção;
- intensificar o contacto com as populações, dando voz aos seus problemas e aspirações;
- melhorar a informação da actividade e iniciativas do Grupo Parlamentar.

3.5.9. Na **acção junto dos outros órgãos de soberania e outros órgãos do Estado** destacam-se os encontros regulares com o Presidente da República no quadro das relações deste órgão de soberania com os partidos políticos, a participação no Conselho de Estado e encontros eventuais com o Governo no quadro do Estatuto da Oposição. O PCP atribui também grande importância à acção independente dos tribunais.

3.5.10. Nas **autarquias locais**, onde o PCP e os seus aliados da CDU detêm a presidência de 50 câmaras e outras fortes posições, são direcções de trabalho essenciais:

- prosseguir o notável trabalho desenvolvido, em maioria ou minoria, dando particular atenção à elevação das condições de vida das populações, ao desenvolvimento integrado e à defesa do ambiente;
- dinamizar e aprofundar a articulação com o movimento popular e a participação das populações na actividade autárquica e incentivar o movimento associativo;
- reforçar a informação e a ligação dos eleitos com as populações;
- manter uma grande atenção aos problemas das infraestruturas e equipamentos mais vultuosos e prestar muita atenção às pequenas obras;
- melhorar o trabalho na área da cultura, desporto, tempos livres e preservação do património;
- reforçar os poderes das freguesias, os seus recursos financeiros, a sua capacidade de trabalho e o apoio técnico municipal;
- reforçar a colegialidade dos órgãos autárquicos e manter a posição de apoiar todas as propostas justas e rejeitar as negativas, seja quem for que as faça;
- reforçar a cooperação com os aliados do PCP na CDU e procurar a colaboração com todos os eleitos interessados em resolver os problemas das populações, especialmente com os das forças que estabeleceram com o PCP acordos nas últimas eleições autárquicas.

3.5.11. Na **Assembleia Regional dos Açores**, onde o PCP dispõe de um deputado regional, são direcções principais do trabalho:

- participar no processo de revisão do Estatuto Regional, tendo em vista a consolidação da autonomia e a democratização do funcionamento dos órgãos do Governo Regional;
- continuar a levar à Assembleia Regional os problemas, as questões e as aspirações de todas as ilhas, das respectivas populações e propor medidas para a sua resolução.

3.5.12. Relativamente aos **órgãos de governo próprios regionais da Madeira e dos Açores onde o PCP não está representado** dá-se a maior importância à manutenção de contactos com o Governo Regional dos Açores e com o Governo e a Assembleia regionais da Madeira, tendo em vista a defesa dos direitos e interesses das populações das regiões, da autonomia regional e dos direitos da oposição constitucionalmente reconhecidos.

3.5.13. No **Parlamento Europeu** onde o PCP dispõe de três deputados que intervêm de forma empenhada e construtiva, são objectivos essenciais lutar para garantir:

- a defesa firme e consequente dos interesses, da identidade, da soberania e da independência nacionais;
- a adopção de medidas e auxílios capazes de minimizar os efeitos negativos da adesão à CEE e de prepararem o País para os «desafios» de 1993;
- a concretização efectiva de uma política que dê prioridade à coesão económica e social e garanta uma real dimensão social do desenvolvimento;
- a construção de uma Europa de cooperação e amizade entre os povos, assente no progresso social, no desenvolvimento, na segurança e na paz.

3.5.14. No Parlamento Europeu a actuação dos deputados do PCP insere-se nos objectivos da luta do Partido no plano nacional e internacional e orientar-se-á pela procura constante da congregação de esforços com outras forças políticas progressistas e democráticas com vista à salvaguarda das conquistas democráticas e a garantir a materialização de uma estratégia de desenvolvimento no quadro da integração na CEE.

3.5.15. As **eleições** em 1991 para a Presidência da República e para a Assembleia da República, que, nos termos constitucionais, terão que ser separadas por mais de 90 dias, revestem-se da maior importância na vida política nacional e para o futuro do regime democrático. Em face do crescente isolamento do PSD e do Governo Cavaco Silva, com a redução da sua base de apoio social, política e eleitoral, as forças democráticas têm razões para encarar com optimismo os próximos actos eleitorais, a fim de tranformá-los numa viragem democrática na vida nacional.

3.5.16. A circunstância de as eleições de 1991 se efectuarem nas vésperas da entrada em vigor de importantes reformas na CEE, que vão aprofundar o processo de integração do nosso País, confere-lhes um papel especialmente relevante. O PCP é o único partido que tem um projecto consequente e coerente de desenvolvimento económico e social de Portugal no quadro da integração, com a salvaguarda dos interesses, da identidade e da independência nacionais.

3.5.17. As forças da direita, e em particular o PSD e o Governo, têm razões para encarar com pessimismo as eleições de 1991. Por isso não hesitarão em recorrer a todos os meios para subverter a democraticidade das eleições, quer procurando alterar a lei eleitoral, quer recorrendo à demagogia, quer intensificando a instrumentalização da comunicação social.

3.5.18. A redução do número de deputados de 250 para 230 ou 235, decorrente da revisão da Constituição, já afecta o princípio de representação proporcional e prejudica especialmente o PCP e a CDU.

3.5.19. A defesa da democraticidade da lei eleitoral e o combate a novas tentativas de adulteração do princípio da representação proporcional é a primeira de todas as batalhas que as próximas eleições colocam na ordem do dia.

3.5.20. É imperioso também desenvolver uma grande campanha de desmascaramento da escandalosa partidarização da Televisão e da Rádio pelo PSD, o que se agravará com a entrega dos jornais do sector público a grupos capitalistas, a que se junta a forma sectária e viciada com que foi feito o licenciamento das rádios. É indispensável exigir medidas de democraticidade, imparcialidade e isenção da informação.

3.5.21. As **eleições de 1991 para a Presidência da República** serão um importante acontecimento político. Tudo parece indicar que a direita não está em condições de as transformar, como aconteceu com as eleições de 1980 e 1985-86, em grandes operações políticas que ponham em risco o regime democrático, assumindo ou não o projecto de uma ruptura por via plebiscitária.

3.5.22. O PCP, que deu em 1980 e 1986 uma contribuição decisiva para derrotar as perigosas ofensivas de direita, para a defesa da democracia e para eleger os Presidentes da República que venceram as eleições (sem que isso implicasse apoio ao programa do candidato), intervirá na batalha eleitoral de 1991 tendo em conta a experiência das eleições presidenciais anteriores, a avaliação global, os aspectos positivos e negativos, do mandato do actual Presidente, e o programa da sua eventual recandidatura, a evolução da correlação de forças, a preocupação de alcançar a convergência das forças democráticas, a eventual iniciativa para outras candidaturas.

3.5.23. As **eleições para a Assembleia da República**, que deverão realizar-se após as presidenciais, podem ser decisivas para o futuro da democracia. São objectivos essenciais nestas eleições:

- derrotar a direita (PSD e CDS), colocando de novo estes partidos em minoria;
- reforçar as posições do PCP e dos seus aliados, condição essencial para transformar uma maioria democrática de votos e mandatos numa maioria política;
- conseguir o entendimento e a convergência dos partidos democráticos para viabilizar uma alternativa democrática ao Governo de direita.

3.5.24. Na luta por estes objectivos é da maior importância:

- combater a propaganda de Cavaco Silva e do PSD (frequentemente acompanhados pelo PS) que visam desviar as eleições legislativas da sua principal finalidade constitucional - a eleição de deputados - transformando-os na eleição do Primeiro-Ministro;
- combater as concepções e a propaganda bipolarizadora e hegemonista do PS susceptíveis de comprometer a possibilidade de uma alternativa democrática e reconduzir o PS, mesmo que fosse o partido mais votado, a novas alianças com a direita;
- intensificar a acção e a iniciativa política em todas as frentes e dos deputados comunistas na Assembleia da República.

3.5.25. A ampliação da influência eleitoral do PCP é um factor da mais alta importância para a concretização de uma alternativa democrática à direita. Os resultados alcançados, em condições particularmente adversas pelo PCP, no quadro da CDU, nas eleições para o Parlamento Europeu, nas eleições autárquicas realizadas em 1989, comportando aspectos insatisfatórios e revelando ainda os efeitos da quebra sofrida nas eleições de 1987, foram globalmente positivos, atestaram uma significativa travagem da erosão anteriormente registada e constituem uma indicação das reais possibilidades de se avançar para um processo de recuperação e ampliação da influência eleitoral do Partido.

3.5.26. Nas próximas eleições legislativas o verdadeiro voto útil, e não apenas útil mas indispensável para viabilizar uma alternativa democrática à política de direita, é o voto no PCP e nos seus aliados eleitorais.

3.6. Plataforma para uma alternativa democrática

3.6.1. O PCP afirma que Portugal não está condenado a assistir à liquidação das tranformações socioeconómicas alcançadas com a Revolução de Abril, ao restabelecimento do domínio do poder económico dos grupos monopolistas sobre o poder político, à manutenção e aprofundamento das injustiças sociais, à degradação da democracia política.

3.6.2. O PCP afirma que é necessária e é possível uma política alternativa à política de direita.

3.6.3. O PCP propõe ao povo português a sua própria alternativa no Programa de Democracia Avançada no Limiar do Século XXI aprovado no XII Congresso em Dezembro de 198. Mas o PCP entende que é imperioso que as forças democráticas convirjam em torno de objectivos a curto prazo que constituam uma alternativa à política de direita.

3.6.4. O PCP apresenta ao povo português, a todas as forças sociais e às forças políticas democráticas, como contributo para essa convergência, **grandes objectivos de uma plataforma de alternativa democrática**. São **seis** estes objectivos:

1º - **Democracia política**, assente na conjugação de uma genuína democracia representativa com o aprofundamento da democracia participativa, garantindo designadamente a democraticidade das eleições, a legalidade democrática, as liberdades e a igualdade e o exercício dos direitos constitucionais dos trabalhadores e de todos os cidadãos.

2º - **Estado descentralizado**, assegurando a administração aberta, o reforço do Poder Local, a consolidação das autonomias regionais dos Açores e da Madeira e a criação das regiões administrativas.

3º - **Política nacional face à integração na CEE**, desgovernamentalizando o processo, assegurando a participação da Assembleia da República, das autarquias, das Regiões Autónomas e dos parceiros sociais, a luta pela garantia plena dos direitos dos trabalhadores e dos direitos sociais e pela aproximação dos níveis de desenvolvimento dos diferentes países e regiões.

4º - **Desenvolvimento económico** autónomo no quadro das Comunidades com base numa economia mista, na mobilização das energias e recursos nacionais e na salvaguarda e recuperação dos equilíbrios ecológicos.

5º - **Política social para o bem-estar dos portugueses**, assente no aumento de salários e vencimentos reais, no combate decidido à pobreza, no aperfeiçoamento da segurança social, na melhoria do acesso do nosso povo à habitação, à saúde, ao ensino, à cultura.

6º - **Política externa de independência, paz e cooperação**, assegurando a defesa da identidade e soberania nacionais, a diversificação das relações externas e uma intervenção activa na cena internacional a favor do desarmamento, do desanuviamento e do entendimento e relações equitativas de cooperação entre todos os povos do mundo..

3.6.5. A plataforma apresentada pelo PCP compreende, nomeadamente:

- a exigência da conformidade com a Constituição das decisões e actuações dos órgãos de soberania e a recusa às constantes violações da Constituição pela política de direita;
- a exigência da observância das competências e interdependência dos órgãos de soberania e a recusa da invasão governamentalizadora praticada pelo actual Governo em relação aos outros órgãos de soberania e à generalidade das instituições;
- a exigência da isenção e do pluralismo na comunicação social e a recusa da instrumentalização e da manipulação praticadas pelos meios do grande capital e do Governo que o serve;
- a exigência da defesa da reestruturação do Sector Empresarial do Estado e a recusa do ruinoso processo de privatizações e de liquidação da reforma agrária, conduzido pelo actual Governo;
- a exigência do melhoramento das condições de trabalho e de vida dos portugueses, com uma mais justa repartição do rendimento nacional e a garantia de emprego, e a recusa da intensificação da exploração dos trabalhadores, da precaridade do emprego e do desrespeito pelo exercício dos direitos sindicais nas empresas;
- a exigência de uma nova política de defesa nacional que garanta às Forças Armadas portuguesas uma capacidade defensiva suficiente que lhes permita a execução de missões efectivamente nacionais e a recusa do envolvimento do país em novos compromissos político-militares e do agravamento da subordinação das Forças Armadas portuguesas aos comandos da NATO;
- a exigência do rigor e da transparência na actividade dos órgãos de soberania e da administração, e a recusa dos escândalos e da corrupção que têm envolvido o executivo de Cavaco Silva.

3.6.6. Os seis pontos da plataforma proposta pelo PCP correspondem aos mais profundos anseios do nosso povo, constituem uma resposta democrática a algumas das mais graves situações que afectam o País e configuram uma política de resolução dos grandes problemas nacionais.

3.6.7. Ao apresentar a presente plataforma, o PCP não tem a pretensão de fazer uma proposta fechada ou definitiva, pelo contrário, adianta as grandes referências do que deve ser uma política democrática e disponibiliza-se para a debater e aprofundar, no quadro de um intenso e indispensável diálogo entre todas as forças sociais e partidos democráticos, com vista à concretização da sua convergência numa alternativa à política e ao Governo de direita.

3.6.8. É necessária e é possível uma plataforma comum. É necessária e é possível a convergência e unidade das forças democráticas.

4
O ideal comunista e a natureza e identidade do PCP

4.0.1. O Partido Comunista Português ao longo de 69 anos de existência e de luta tem desempenhado na sociedade um papel sem paralelo na defesa dos interesses dos trabalhadores e das massas populares, na luta pela liberdade, a democracia, a independência nacional, o progresso social, a paz e o socialismo.

4.0.2. Essa é a razão por que o PCP adquiriu profundas e sólidas raízes na classe operária e nas massas populares e grangeou vasto apoio e simpatia não só dos trabalhadores, mas dos camponeses, dos intelectuais, da juventude, das mulheres, das classes e camadas mais desfavorecidas, assim como de vastas e diversificadas forças e sectores democráticos. O PCP, principal força no combate à ditadura fascista, tornou-se com o 25 de Abril um grande partido de massas, determinante das conquistas populares, força integrante e indispensável da democracia portuguesa e o seu mais firme e coerente defensor.

4.0.3. Essa é também a razão por que ao longo desses 69 anos, antes e depois do 25 de Abril, o PCP esteve incessantemente sujeito a violentas campanhas e ofensivas, incluindo a repressão e o terror fascista, tendo como objectivo a liquidação do Partido ou pelo menos a sua redução a um partido sem qualquer peso e real influência na vida nacional. A campanha actual feita noutras condições e com outros meios tem o mesmo objectivo, mas apresenta uma novidade e originalidade: desenvolvendo-se de forma autónoma ou utilizando opiniões e atitudes de alguns membros do Partido, não declara visar a liquidação do Partido mas sim ter como objectivo central o que diz ser a sua «renovação». O ataque fundamental contra o PCP na actualidade, incidindo nas mais variadas formas de diversão ideológica e de pressão política e psicológica e desenvolvendo-se através de uma imensa e orquestrada campanha em orgãos da comunicação social procura feri-lo por dentro e concentra os ataques num objectivo: que o PCP renuncie à luta contra a exploração do homem pelo homem e de todas as formas de opressão que dela derivam, à luta pelo socialismo e se converta numa força inóqua do sistema capitalista e, para tal, renuncie a princípios e a características fundamentais que aquele objectivo final torna indispensáveis e que fizeram dele um grande partido nacional e que constituem a sua identidade no quadro político português e no movimento comunista internacional.

4.0.4. Enriquecidas pela experiência e respondendo às novas realidades, **são características fundamentais do Partido Comunista Português** o seu ideal comunista, a sua natureza de classe como partido político e vanguarda da classe operária e de todos os trabalhadores, a sua ideologia marxista-leninista, a sua estrutura orgânica e funcionamento assentes no centralismo democrático e a sua política patriótica e internacionalista.

4.0.5. Estas características adquiriram no processo de luta específica do PCP um conteúdo próprio e diferenciado, pois foram temperadas pelo trabalho colectivo, pelo profundo e constante envolvimento no movimento de massas, pela militância, pelo sentido participativo e a disponibilidade revolucionária dos seus membros. Estes traços marcam, por sua vez, o estilo do PCP.

4.0.6. As características fundamentais que constituem a identidade do PCP são produto da vida e da experiência na sua longa trajectória de luta antes e depois do 25 de Abril. Condensam valiosos valores e ensinamentos de uma longa actuação clandestina e valores e ensinamentos, não menos valiosos e que são determinantes na actualidade, da dinâmica da revolução democrática na qual o PCP, com intervenção decisiva nas conquistas populares, se transformou num grande partido de massas.

4.0.7. As palavras que exprimem as características fundamentais, não cobrindo entretanto toda a riqueza da identidade do PCP, não correspondem a princípios, conceitos e práticas intemporais e imodificáveis, mas sim a princípios, conceitos e práticas desenvolvidos e enriquecidos com criatividade pelo próprio Partido em ligação com a vida e as novas realidades.

4.0.8. São fundamentais porque, tanto pelos problemas criados pelas crises, acontecimentos e mudanças nos países socialistas e suas repercussões no movimento comunista incluindo o próprio PCP como pela actual situação política portuguesa, essas características são condição indispensável para que o PCP continue a ter na vida nacional a intervenção de que o povo português necessita e que o PCP está em condições de concretizar porque é e continuará sendo um partido comunista.

4.1. O ideal comunista

4.1.1. Ao contrário do que proclamam as forças do capital e as posições capitulacionistas, o ideal comunista não está morto nem moribundo. Ele existe e existirá enquanto em qualquer sociedade uma minoria detentora dos meios de produção explorar a maioria da população - a população trabalhadora. Existe nas sociedades em que os povos, independentemente dos êxitos ou derrotas, empreendam a construção do socialismo. O ideal comunista marca o século XX com passos revolucionários agigantados no caminho aberto pela revolução de Outubro à libertação dos trabalhadores e dos povos.

4.1.2. Com realizações e conquistas económicas, políticas sociais e culturais de dimensão indesmentível, a história do nascimento e da construção do socialismo e a sua projecção mundial ao longo do século XX é a história de um enorme avanço na criação de uma sociedade liberta da exploração do homem pelo homem, imprimindo dinâmica revolucionária ao vitorioso movimento de libertação dos povos oprimidos e contribuindo de forma decisiva para a paz mundial.

4.1.3. Em contrapartida, o capitalismo, pela natureza do sistema, baseia-se na permanente exploração e opressão dos trabalhadores e dos povos, no recurso frequente à força e à agressão, na acumulação de riqueza por uma minoria exploradora e na acumulação da miséria pela maioria esmagadora da população no sistema mundial do capitalismo.

4.1.4. Uma visão objectiva e global da história do mundo no século XX comprova que não é o capitalismo mas o socialismo que poderá resolver os problemas da humanidade.

4.1.5. Os erros, deformações, dramáticos acontecimentos, derrotas, crises e retrocessos verificados em países socialistas - resultantes entre outros factores do afastamento e infracção de objecticos e princípios revolucionários - não invalidam a justeza, a validade e a real perspectiva do ideal comunista.

4.1.6. Integrando aspirações, sonhos, utopias por vezes milenárias, ideais modernos de liberdade, democracia, igualdade, justiça, fraternidade, solidariedade e paz e a experiência e a confiança revolucionária do proletariado em luta contra o capitalismo e na construção da nova sociedade - o ideal comunista é um projecto para o futuro mas é também um movimento de crítica, de luta e de transformação do presente. Ideal da

transformação do mundo e da vida, o ideal comunista não aponta para um modelo definido, acabado e fechado de sociedade que significase o termo da história humana. mas contém objectivos e valores humanistas essenciais que o definem no plano ideológico e político e na acção prática.

4.1.7. O ideal comunista, expressão concreta de uma necessidade histórica determinou a criação do PCP e a sua luta abnegada e heróica ao longo de 69 anos, inspira a sua luta presente, é a razão da sua existência, caracteriza o PCP como um partido comunista que se orgulha de sê-lo e norteia o caminho da sua luta futura.

4.1.8. O PCP tem como objectivo que o distingue dos outros partidos a construção de uma sociedade socialista em Portugal, visando, tal como o define o seu Programa: a abolição da exploração do homem pelo homem, das injustiças sociais e de todas as formas de opressão política, social e nacional; a construção de uma sociedade sem classes antagónicas inspirada por valores humanistas, a plena valorização da iniciativa e criatividade colectiva e individual, a intervenção permanente e criadora das massas populares em todos os aspectos da vida política, social, económica e cultural do país, a elevação constante do bem-estar material e espiritual dos trabalhadores e do povo em geral, a concretização na vida da igualdade de direitos do homem e da mulher e a inserção da juventude na vida do país, como força social dinâmica e criativa. Estes objectivos constituem grandes referências do **ideal comunista** que marca a identidade do PCP.

4.1.9. Desmentindo as caluniosas acusações segundo as quais o PCP não inscreve a democracia nos seus objectivos, o PCP não só aponta no seu Programa de uma democracia avançada no limiar do século XXI e no seu projecto de sociedade socialista para Portugal, a democracia política, económica, social e cultural como elementos inseparáveis, como foi o partido que durante a ditadura fascista se bateu pelas liberdades democráticas e pela instauração de um regime democrático e que depois do 25 de Abril as defendeu e defende contra as sucessivas tentativas de as limitar.

4.1.10. O PCP aponta como **características fundamentais da sociedade socialista em Portugal,** entre outras, amplamente desenvolvidas no seu Programa aprovado no XII Congresso:

- no **sistema político** o poder dos trabalhadores, a garantia do exercício das liberdades democráticas incluindo a de formação de partidos políticos, a democratização de toda a vida nacional e a realização de eleições como fundamento da legitimidade dos orgãos do poder com a observância estrita da legalidade;
- na **organização económica** a propriedade social sobre os principais meios de produção com a coexistência das formas de organização estatais, privadas, cooperativas, familiares e individuais;
- no **plano social** o direito ao trabalho, a retribuição de a cada um segundo o seu trabalho, a garantia do interesse material no desenvolvimento da produção, o desenvolvimento dos serviços sociais ;
- no **plano cultural** a transformação da cultura em património, instrumento e actividade de todo povo;
- no **plano ético** a formação da consciência social e individual em conformidade com os ideais de liberdade, dos deveres cívicos, do respeito pela pessoa humana e pela natureza, da solidariedade, amizade e paz.

4.1.11. Como o novo Programa aprovado no XII Congresso sublinhou, as soluções adoptadas pelo poder político carecem de ser aferidas pela prática e sujeitas a mundanças e correcções que a vida aconselhe e imponha.

4.1.12. Os acontecimentos nos países socialistas, revelando como causas básicas de fracassos e derrotas estruturas económicas, políticas e partidárias e situações e orientações contrárias ao ideal comunista, constituem uma dolorosa experiência que exige que em qualquer programa de construção de uma nova sociedade não só se não repitam semelhantes orientações e práticas como se reforce a institucionalização de mecanismos de democracia participativa e de controlo democrático no sistema político, no exercício das liberdades e direitos dos cidadãos, na orgânica económica e na vida cultural.

4.2. A natureza de classe e o papel de vanguarda do Partido

4.2.1. O PCP afirma-se como o Partido da classe operária e de todos os trabalhadores portugueses. Afirma e assume a natureza de classe dos seus objectivos, da sua política e da sua luta. É o mais firme defensor dos interesses de todas as classes antimonopolistas e um elemento propulsor da sua intervenção num projecto de transformação democrática da sociedade. Está seguro de que a emancipação dos trabalhadores é parte integrante e determinante da emancipação de toda a humanidade.

4.2.2. Não há nenhum partido político cuja política esteja acima de interesses de classe. O Governo do PSD realiza a política dos grandes capitalistas e dos grandes proprietários de terras. O PS tem, no essencial, colaborado estreitamente com os partidos de direita na sua política de classe. A esses partidos o PCP contrapõe uma política que também é de classe: uma política ao serviço dos trabalhadores e do povo em geral.

4.2.3. Por virtude das diferenças do estádio de desenvolvimento e da composição social da sociedade são necessariamente diferentes a natureza, a composição e a política de classe dos partidos políticos em países socialistas em que seja posto termo a classes antagónicas, em países capitalistas desenvolvidos, em países capitalistas não industrializados e em países com estruturas socio-económicas pré-capitalistas.

4.2.4. A natureza de classe do PCP tem inteira correspondência com a composição social da sociedade portuguesa ao longo do século XX, inclusivamente com as realidades de fins do século.

4.2.5. Em Portugal, no estádio actual de desenvolvimento socioeconómico, apesar das alterações do peso relativo dos sectores primário, secundário e terciário, dos avanços tecnológicos, dos processos de reorganização na indústria, e da redução do campesinato, a classe operária, com naturais alterações e modificações na sua composição, não tem tendência para desaparecer, como afirmam alguns ideólogos, mas para alargar o seu âmbito por virtude da crescente proletarização e participação directa no processo produtivo de sectores profissionais habitualmente classificados como intelectuais, quadros técnicos e empregados. A classe operária continua a constituir o objecto social fundamental da exploração capitalista, do que resulta ser a força social mais consequente na luta contra o capitalismo e a reacção.

4.2.6. Os seus interesses mais profundos coincidem com as necessidades de toda a humanidade. A emergência de problemas globais, longe de subalternizar os objectivos revolucionários da classe operária, reforça-os e dá-lhe um sentido ainda mais claramente humanista.

4.2.7. Como se atesta pelos seus princípios estatutários e programáticos, é ponto básico da orientação do PCP a defesa e representação política dos interesses, não apenas da classe operária e de todos os trabalhadores, mas também de outras classes e camadas sociais objectivamente interessadas na transformação progressista da sociedade proposta pelo PCP.

4.2.8. É entretanto de notar, confirmando as deficiências de orientação e actuação já verificadas em anteriores Congressos, mas não suficientemente corrigidas, que se não tem dado - contrariando a própria experiência do PCP - a atenção e o apoio necessários a essas classes e camadas, designadamente aos intelectuais, camada social que atravessa um acelerado processo de ampliação, diferenciação e mutação, e cuja intervenção e papel na vida nacional excede largamente o âmbito específico da sua actividade como intelectuais, pois constituem uma força social com imensas potencialidades de intervenção, de influência na opinião pública e na política nacional, na construção e desenvolvimento da democracia.

4.2.9. O Partido não se limita a propor ao povo português um projecto político. Intervém activamente na luta e no trabalho pela sua concretização e apela aos trabalhadores e ao povo à intervenção directa, activa e permanente. Chamando a si o papel de força política de vanguarda, o

Partido tem entretanto plena consciência de que um Partido não é nem pode ser vanguarda por afirmá-lo ou por tornar tal afirmação um princípio institucional, nem poderá ser vanguarda tomando uma atitude dirigista ou vanguardista separada das massas, muito menos quando no poder utilize tal afirmação para exercer o poder de forma voluntarista e administrativa.

4.2.10. A concepção do Partido como vanguarda implica não que o Partido se substitua à classe e às massas, mas que o Partido esteja sempre, permanente e vitalmente ligado aos trabalhadores e às massas populares, saiba assimilar a sua experiência e sabedoria, esteja atento a novas necessidades e exigências, conheça profundamente os problemas do povo, defenda os seus interesses e aspirações, aponte com correcção os caminhos e organize e estimule a luta de massas num trabalho persistente para elevar os trabalhadores, as massas populares, ao nível da vanguarda: - ser vanguarda política do povo exige a consciência de que são os trabalhadores e as massas populares que, com o Partido mas por suas próprias mãos, têm de defender os seus interesses e conquistar a sua libertação política, social e cultural.

4.2.11. Os trabalhadores portugueses e o povo português têm no PCP o seu melhor defensor. Sem a luta do PCP ao serviço do povo e em defesa da democracia, a situação seria incomparavelmente mais grave. O PCP é uma força necessária, indispensável e insubstituível dos trabalhadores, do povo, da democracia portuguesa.

4.3. O centralismo democrático

4.3.1. A história do movimento revolucionário já mostrou que na **estrutura e funcionamento de um partido comunista não há regras intemporais e imutáveis.** Em situações políticas e sociais diversas, em épocas históricas diversas, em períodos diversos da existência e evolução de um partido e dos processos revolucionários, têm sido adoptadas e são de adoptar soluções diversas.

4.3.2. Podem entretanto alguns objectivos e princípios (aferidos, renovados e enriquecidos pela experiência e pelas exigências das situações políticas concretas) revelar-se como fundamentais na estrutura e funcionamento de um partido.

4.3.3. Em todo o mundo, sob o impulso revolucionário da revolução de Outubro e da experiência do partido bolchevique, os partidos comunistas desenvolveram-se adoptando formalmente o centralismo democrático como princípio orgânico fundamental. A experiência mostrou durante décadas a importância desse princípio para o progresso e a influência de massas dos partidos comunistas.

4.3.4. A experiência mostrou também não só a insuficiência e a temporalidade da formulação dos princípios que definindo o centralismo democrático foram inscritos nos Estatutos de praticamente todos os partidos comunistas do mundo como as mais diversas situações que se criaram na prática à sombra desses princípios (não apenas nos partidos mas nas próprias sociedades e Estados), incluindo em alguns casos um centralismo autoritário e graves limitações e infracções à democracia interna, falseando o valor e o objectivo do centralismo democrático.

4.3.5. O PCP, nos princípios que define e na sua prática tem de há muitos anos contrariado e procurado evitar tais tendências. Ao mesmo tempo, é completamente estranha à orientação do PCP qualquer concepção tendente a aplicar mecanicamente à sociedade as regras de funcionamento interno do Partido.

4.3.6. Tendo em conta a experiência de outros partidos e enriquecendo o funcionamento orgânico do Partido com a sua própria experiência, o PCP desenvolveu criativamente os princípios do centralismo democrático no sentido do aprofundamento da sua democracia interna, do reforço dos direitos dos militantes, da concepção e da generalização da direcção colectiva e do trabalho colectivo e da descentralização de competências que permite que dentro da orientação geral do Partido todos os organismos e organizações tenham grande capacidade de decisão e iniciativa.

4.3.7. Para o PCP, o que há de fundamental no centralismo democrático são dois objectivos complementares unidos dialecticamente e inseparáveis: assegurar por um lado a democracia interna e assegurar por outro lado uma única orientação geral e uma única direcção central.

4.3.8. A **democracia interna** deve ser assegurada pela eleição de todos os organismos dirigentes da base ao topo, pelo direito de destituição dos eleitos por decisão dos colectivos que os elegeram, pela prestação de contas da actividade dos organismos dirigentes às organizações respectivas e a consideração atenta das opiniões e críticas que estas exprimem, pela direcção colectiva e o trabalho colectivo, pela participação responsável e consciente dos militantes na vida e actividade do Partido, pela discussão franca e livre com a admissão de diferenças de opinião, pelo direito dos militantes exporem a sua opinião nos seus organismos e organizações e em todas as reuniões e outras iniciativas do Partido em que participem, pela garantia do direito de discordar, criticar e propor, pelo debate livre e a inserção dos contributos individuais no trabalho, decisão e acção colectiva.

4.3.9. Uma única orientação geral e **uma única direcção central** inseparáveis da democracia interna são asseguradas pela elaboração colectiva das orientações e decisões, pelo carácter vinculativo para os organismos inferiores das decisões dos organismos superiores tomadas na esfera das suas competências, pela aceitação por todos os militantes, como orientação do Partido, das decisões tomadas por consenso ou maioria, pela disciplina militante e consciente, pelo cumprimento dos princípios orgânicos e disposições estatutárias do Partido e pela não admissão de fracções e prática de actividades fraccionárias.

4.3.10. Estas concepções e orientações no centralismo democrático e a prática respectiva constituem um dos fundamentos da amplitude da organização do Partido, do vigor da sua militância, da sua unidade e do nível e capacidade da sua intervenção na vida nacional.

4.3.11. São de combater simultaneamente situações, tendências e práticas (que com frequência se verificam em manifesto prejuízo para o Partido) tanto para a centralização desnecessária e concepções impositivas, burocráticas e autoritárias de dirigir, como actuações que se caracterizam pelo desrespeito sistemático da disciplina, o confronto sistemático com a orientação do Partido e a direcção, a formação de grupos actuando como fracções à margem do funcionamento normal do Partido.

4.3.12. O direito dos militantes expressarem livremente a sua opinião nos organismos e organizações do Partido a que pertencem conduz ao aprofundamento das análises, à busca de soluções correctas, à definição criativa de orientações e à unidade do Partido.

4.3.13. É uma completa falsificação a imagem que pretende apresentar o militante do PCP como confinado ao seu organismo no que se refere ao debate de ideias. O PCP tem uma importantíssima experiência de informação e discussão horizontal compreendendo plenários, assembleias, reuniões de coordenação, reuniões de quadros, reuniões nacionais, encontros nacionais (além das Conferências e Congressos, naturalmente) onde os membros do Partido são frequentemente chamados a participar e onde, com completa liberdade, emitem opiniões e defendem posições. Esta riquissíma prática de discussão e trabalho colectivo deve ser desenvolvida como uma grande afirmação da democracia interna do Partido.

4.3.14. A institucionalização ou a admissão por tolerância da existência de fracções - ou seja: de grupos organizados com plataformas políticas, programas, dirigentes próprios e actividades políticas próprias e por vezes rodeadas de secretismo, contrárias à orientação do Partido e à margem das organizações e do funcionamento do Partido - corresponderia a abrir caminho à institucionalização do confronto sistemático de tendências, à cristalização das ideias, à anarquia individualista, ao desrespeito pela vontade democraticamente expressa, à quebra da unidade da acção de todo o Partido e à radical diminuição da capacidade de intervenção do Partido na vida nacional. A lógica da fracção não é a do debate democrático inserido na busca e na formação da orientação colec-

tiva, mas a da agudização de conflitos e do afrontamento numa mera luta pelo poder.

4.3.15. O abandono do centralismo democrático (na forma que lhe foi dada pelo PCP), tal como alguns reclamam, equivaleria à institucionalização do direito de tendência com a sua organização própria, ou seja, sob o ponto de vista orgânico, à institucionalização dentro do Partido de fracções organizadas com direito à sua actividade política autónoma, mesmo que contrária à orientação do Partido. O abandono do centralismo democrático conduziria a curto prazo à instalação no Partido de uma vida caracterizada e absorvida por constantes conflitos e confrontos internos animados pela pretensão da conquista da direcção do Partido pelos vários grupos.

4.3.16. Confirmando os princípios do centralismo democrático na estrutura e funcionamento do Partido, é indispensável acompanhar e combater tanto as actuações que infrinjam a democracia interna, como aqueles que desrespeitem a orientação geral estabelecida em questões fundamentais.

4.4. O marxismo-leninismo

4.4.1. O PCP tem como ideologia o marxismo-leninismo, que é intrinsecamente dialéctico e antidogmático e que como tal se deve desenvolver e enriquecer incessantemente com o estudo das novas situações, fenómenos, processos e experiências.

4.4.2. O marxismo-leninismo é um sistema aberto de teorias de natureza filosófica e científica. Um sistema aberto em que se verificam necessáriamente evoluções dos conceitos e teorias que o constituem. É uma ideologia crítica e transformadora que exprime ideais de emancipação, um instrumento de análise da realidade em mudança e um guia para a acção que permite definir objectivos programáticos sujeitos à adequação requerida por novas situações históricas.

4.4.3. De há muito o PCP rejeita a cristalização e dogmatização de conceitos e princípios, a estagnação teórica traduzida na citação retórica de textos como verdades eternas, na incapacidade de análise das novas realidades e no desprezo pelas novas experiências, análises e conhecimentos.

4.4.4. As graves crises que se verificam em países socialistas revelam que nos processos que as provocaram pesaram a concepção e imposição dogmáticas do marxismo-leninismo, sobretudo decorrente do período do estalinismo, a estagnação teórica, a ilusão de que a vida social pode ser dirigida pretendendo submetê-la a supostas leis, cuja validade os factos não comprovam.

4.4.5. Ao mesmo tempo que rejeita a deformação dogmática e imobilista do marxismo-leninismo, o PCP rejeita a elaboração teórico-especulativa, igualmente dogmática, que afirma ser anacrónico o marxismo-leninismo e, em vez de procurar o enriquecimento teórico resultante da análise das novas realidades, busca precipitadamente na realidade a confirmação de conceitos, princípios e mesmo supostas leis definidas aprioristicamente.

4.4.6. No referente às ciências sociais, são particularmente de combater, porque não correspondem à análise objectiva da realidade, as concepções segundo as quais a evolução social se desenvolve no sentido da convergência mundial do socialismo e do capitalismo num sistema único, que o capitalismo se está a democratizar, que o Estado não tem uma natureza de classe, que a classe operária está em vias de desaparecimento, como também em desaparecimento a luta de classes, e, como conclusão, que os partidos comunistas, partidos dos trabalhadores, perderam a razão de ser no mundo actual.

4.4.7. As teorias de Marx-Engels e Lénine estão sujeitas às correcções, aos aprofundamentos e às actualizações que ao longo do tempo a evolução e as mudanças económicas e sociais, o progresso científico e a experiência revolucionária necessáriamente impõem. Desde o «Manifesto Comunista» de Marx e Engels passou quase um século e meio. Desde «O imperialismo, estádio superior do capitalismo» e de «O Estado e a Revolução» de Lénine passou mais de meio século. Em todo este longo período verificaram-se a nível mundial profundas e radicais transformações nas sociedades. As transformações da vida obrigam à análise das novas realidades e no domínio da teoria a modificações e actualizações de conceitos e princípios.

4.4.8. Mantêm entretanto validade e são indispensáveis para a análise das novas situações e fenómenos, para a compreensão das forças motrizes da evolução social da sociedade contemporânea, designadamente do capitalismo, das suas contradições, evolução e superação, noções e princípios fundamentais do marxismo-leninismo contra os quais se desencadeia uma grande ofensiva ideológica, tais como: o imperialismo como sistema de injustiça social e de opressão, a mais-valia como base da exploração capitalista, a centralização e a concentração do capital, a formação do capitalismo monopolista, a natureza de classe do poder político e do Estado, a luta de classes, a classe operária como eixo aglutinador das alianças sociais e políticas anticapitalistas e como força social impulsionadora do processo de libertação, o papel da luta de massas nas transformações políticas e sociais, a confluência da revolução socialista e do movimento de libertação nacional, a necessidade e o papel dos partidos comunistas, o socialismo como sistema social que visa a liquidação da exploração do homem pelo homem.

4.4.9. O marxismo-leninismo tem de ser libertado de dogmas, conceitos e práticas negativas. Mas são de combater as especulações teóricas que (com vista a afastar os povos do ideal revolucionário) pretendem isolar e separar o pensamento de Marx do pensamento de Lénine e associar o pensamento de Lénine ao estalinismo universalmente condenado.

4.4.10. A evolução dos sistemas sócio-económicos, tanto do capitalismo como do socialismo, tanto considerada a nível mundial como em cada país, obriga a novas e aprofundadas análises que o dogmatismo e a estagnação teórica têm entravado. Para a intervenção de qualquer partido comunista na transformação social, o marxismo-leninismo é um instrumento indispensável para proceder a tais análises e tirar as correspondentes conclusões de ordem teórica e de ordem prática.

4.5. O internacionalismo

4.5.1. Os trabalhadores de cada país, a par dos seus interesses específicos no quadro nacional, têm interesses comuns aos interesses dos trabalhadores dos outros países, na luta contra a exploração capitalista, pelo progresso social, a democracia, a paz e o socialismo. Essa identidade de interesses é o fundamento das relações de amizade e solidariedade entre os trabalhadores de todos os países, que se traduz no conceito e na prática do internacionalismo proletário.

4.5.2. O PCP, partido patriótico que luta coerentemente na defesa dos interesses nacionais, é também, como partido da classe operária e de todos os trabalhadores, um partido internacionalista.

4.5.3. O elevado grau atingido pela divisão internacional do trabalho, os processos de integração económica, a mobilidade e velocidade da deslocação internacional de investimentos na área produtiva, assim como o volume alcançado pela importação e exportação da força de trabalho, conduzindo à participação de milhões de imigrantes na economia dos países desenvolvidos, criam por vezes no imediato contradições entre trabalhadores de vários países. Mas o seu resultado objectivo mais significativo e profundo é a criação de interesses comuns na luta contra formas e graus diversificados de exploração, pelo melhoramento das condições de trabalho e de vida e por liberdades e direitos essenciais. Daí a necessidade do reforço da solidariedade entre os trabalhadores de todos os países, independentemente do grau de desenvolvimento económico e social.

4.5.4. A importância na vida internacional da defesa da paz e de outros problemas globais (a defesa do ambiente, a fome, a doença, etc.) alarga, para além da solidariedade entre os trabalhadores, as relações de cooperação e os laços de solidariedade, abrangendo os mais diversos sectores sociais e as mais diversas forças políticas. Neste sentido, a

defesa da paz e os chamados problemas globais criam novas relações de carácter internacionalista.

4.5.5. Persistem, entretanto, além desses interesses e objectivos geradores de novos laços de carácter internacionalista, interesses e objectivos comuns dos trabalhadores de todos os países, nomeadamente dos países capitalistas, gerando laços novos da convivência humana, fraternidade e combate, apoio e solidariedade recíproca, e constituindo uma sólida base não só para o apoio e solidariedade dos trabalhadores entre si, como para com a luta dos povos e nações oprimidos. A posição de solidariedade recíproca que se traduz pela expressão «internacionalismo proletário» e pela consigna lançada por Lénine «´Proletários de todos os países e povos oprimidos do mundo inteiro, uni-vos!», continua a ter validade e actualidade nos fins do século XX.

4.5.6. O internacionalismo proletário, a solidariedade entre os trabalhadores de todos os países, constitui a base mais sólida da amizade e cooperação entre os povos e entre as nações e o mais importante factor para eliminar o racismo, as desconfianças étnicas, o nacionalismo e o chauvinismo que, no seu exacerbamento, conduzem ao ódio e ao confronto entre os povos, entre as etnias e entre os Estados.

4.5.7. Com o desenvolvimento do capitalismo, a construção da sociedade socialista e as alterações das relações de produção em qualquer dos sistemas, a noção de «proletariado» e de «proletários» tem actualmente um significado diferente do que tinha em princípios do século.

4.5.8. Não é, porém, de abandonar a expressão. Ela traduz na actualidade a situação genérica e diferenciada dos trabalhadores que possuem apenas a sua força de trabalho, que vendem aos detentores dos meios de produção.

4.5.9. Concepções segundo as quais o mundo se estaria encaminhando para um sistema socio-económico único, pela síntese dos sistemas capitalista e socialista, a classe operária estaria em vias de desaparecimento e o capitalismo estaria a democratizar-se e a pôr fim ao antagonismo de classes e à exploração, constituem o substracto ideológico para o abandono do internacionalismo proletário.

4.5.10. A realidade do mundo capitalista é, porém, diversa. O capitalismo continua a explorar os trabalhadores nos países desenvolvidos, assim como os trabalhadores e os povos do chamado Terceiro Mundo. O capitalismo descobre novos mecanismos e instrumentos de domínio económico, político e ideológico. As forças políticas defensoras do capitalismo reforçam à escala internacional a sua acção a todos os níveis com o objectivo de assegurar a estabilidade do sistema , dispondo de importantes meios económicos e militares, bem como da centralização da informação e da sua difusão instantânea à escala de quase todos os países. A realidade do mundo actual não só confirma como exige que se reforce a solidariedade entre os trabalhadores de todos os países, entre os trabalhadores e os povos oprimidos - que se reforcem os laços inspirados pelo internacionalismo proletário.

4.5.11. O PCP continua a defender e a estimular as relações de apoio e solidariedade recíproca dos trabalhadores portugueses com os trabalhadores dos outros países e é activamente solidário para com os trabalhadores dos outros países, para com os povos empenhados na construção do socialismo, para com os povos em luta contra o imperialismo, para com os movimentos de libertação nacional, para com as forças revolucionárias e progressistas e para com os partidos comunistas e operários de todo o mundo, cujos laços de amizade e cooperação urge reforçar e que continuam a constituir objectivamente, independentemente das relações concretas entre si, mais ou menos desenvolvidas, o movimento comunista internacional.

4.5.12. O PCP inscreve entre os traços da sua identidade ser um partido patriótico e internacionalista.

4.6. A identidade do PCP e a sua renovação

4.6.1. O ideal comunista, a natureza de classe, a ideologia, os princípios orgânicos constituem características fundamentais que definem a identidade do PCP e o capacitam para intervir de forma criativa e revolucionária na luta do povo e na transformação da sociedade.

4.6.2. A opinião espalhada por alguns membros do Partido segundo a qual as características fundamentais que definem a identidade do Partido são «ganga ideológica» e conceitos ultrapassados e anacrónicos, não só revela incapacidade para considerar soluções em correspondência com as situações concretas, como é um eco seguidista e uma repetição mecânica de posições capitulacionistas em partidos nos quais se proclama que «a época dos partidos comunistas acabou». São também o eco de teses divulgadas por ideólogos ao serviço do imperialismo.

4.6.3. Tal opinião contém a ideia de que o PCP é também um partido «anacrónico» que não tem mais razão de existir e deve ser transformado num partido social-democratizante.

4.6.4. O facto de partidos comunistas em países socialistas, logo depois de graves derrotas sofridas, de terem perdido a direcção do Estado, de terem perdido o apoio da maioria do povo e de saírem desacreditados da crise, resolverem mudar o nome, abandonar o marxismo-leninismo e o centralismo democrático, manifestar vontade de aderir à Internacional Socialista, definir como objectivo a fusão do que dizem ser os valores do socialismo e da social-democracia, transformar-se em partidos abertos a todas as correntes de esquerda ou transformar-se em partidos ditos da «esquerda europeia» - não permite generalizar tal evolução ao PCP, cuja política e actuação coerentes com o ideal comunista se desenvolveram numa situação completamente diferente.

4.6.5. O PCP rejeita firmemente as opiniões segundo as quais, tanto pelos acontecimentos nos países socialistas, como por uma suposta evolução democrática do capitalismo, teriam desaparecido as condições objectivas para a existência de partidos comunistas. Rejeita firmemente as opiniões segundo as quais o PCP deveria mudar de nome, abandonar as suas características essenciais, que lhe dão a sua identidade partidária e justificam a sua existência. Rejeita firmemente as opiniões segundo as quais o PCP deveria abandonar os seus objectivos revolucionários e caminhar no sentido de se tornar um partido próximo do ideal social-democrata.

4.6.6. O PCP tem de estar sempre aberto para a vida. Fugindo à estagnação e à rotina e assimilando as experiências próprias e alheias, tem de estar apto a encontrar e a dar através da reflexão colectiva as respostas adequadas às novas realidades, ás novas situações e aos novos fenómenos no plano nacional e internacional.

4.6.7. A situação nacional e internacional exige que se aprofunde a renovação realizada pelo XII Congresso. A renovação reforçará tanto mais a capacidade de intevenção do Partido na vida nacional quanto mais consequentemente o Partido afirme a sua identidade como partido comunista que é.

5
Tarefas imediatas para o reforço do Partido

5.0.1. A confiante afirmação do ideal comunista e da identidade do PCP constitui uma primeira e basilar condição para que o Partido possa fazer frente com êxito às repercussões negativas dos acontecimentos nos países socialistas, possa não só manter como reforçar as suas raízes no povo e a sua influência, possa dar uma contribuição determinante para uma viragem democrática na política nacional.

5.0.2. Os meios poderosos utilizados na imensa, violenta e orquestrada campanha contra o PCP dão testemunho de que o PCP constitui o principal obstáculo à realização dos planos da aadireita. O Governo e as forças reaccionárias, lançados num anticomunismo primário, não poupam meios para diminuir a influência do PCP. A fraqueza do PCP seria o maior trunfo da direita. A força do PCP é uma sólida arma da democracia.

5.0.3. O XII Congresso fez uma avaliação da situação do Partido e tomou importantes decisões para o seu reforço que continuam válidas nas suas linhas essenciais. Entretanto, para que o Partido esteja em condições de corresponder às suas responsabilidades ante o povo e o país, coloca-se, na nova situação, a necessidade de orientações e medidas concretas - de direcção, organização, quadros, propaganda e trabalho ideológico - para o reforço do Partido e o desenvolvimento da sua actividade.

5.1. Trabalho de Direcção

5.1.1. No período decorrido desde o XII Congresso o trabalho de Direcção do Partido, se por um lado defrontou com firmeza e coerência a grande ofensiva anticomunista, assegurou a intervenção dinâmica do Partido na vida política, social e cultural do país e na vasta movimentação de massas contra o Governo do PSD e a política de direita numa situação particularmente complexa, deu uma contribuição decisiva para a aproximação e entendimento com outras forças democráticas e conduziu com um relativo êxito duas grandes batalhas eleitorais, por outro lado continuou a revelar insuficiências não conseguindo concretizar alguns dos objectivos definidos pelo XII Congresso como prioritários para o reforço do trabalho de Direcção.

5.1.2. É também manifesto que as decisões tomadas no XII Congresso não permitiram a superação de todas as deficiências já então registadas, designadamente atrasos na análise e na resposta a nova situações e problemas internacionais e nacionais (o que se tornou mais saliente em face da crise nos países socialistas), insuficiente iniciativa politica, intervenção limitada de dirigentes na actividade política e formas não satisfatórias de comunicação da orientação e das propostas do Partido às massas e à opinião pública.

5.1.3. O melhoramento do trabalho de direcção, a começar pelo Comité Central e pelos seus organismos executivos, com o enriquecimento das suas características positivas e a superação das suas insuficiências, continua a ser indispensável para o reforço geral do Partido e a intervenção do Partido na vida nacional tal como a actual situação reclama, os militantes exigem e aqueles que confiam no PCP esperam.

5.1.4. Os X e XII Congressos procederam a uma considerável renovação do Comité Central e traçaram linhas de renovação dos organismos de direcção em geral. O XII Congresso procedeu também a uma importante reestruturação da Direcção, nomeadamente dos organismos executivos do Comité Central. É necessário continuar a aprofundar a renovação, seja através de novas medidas de estruturação que a experiência aconselha, seja com alterações na composição que assegurem maior eficácia à actividade dos organismos de direcção, nomeadamente aos organismos executivos do Comité Central.

5.1.5 Orientação semelhante deve ser considerada em relação a outros organismos de direcção.

5.1.6. O Comité Central deverá também tomar e tornar públicas decisões relativas ao secretário-geral do Partido, tendo em conta a idade já avançada do actual secretário-geral e a vantagem de assegurar desde já uma perspectiva para o futuro exercício do cargo.

5.1.7. No Comité Central e em todos os outros organismos de direcção, tal como nas organizações do Partido, deve ser plenamente assegurado o direito, que é também um dever, de todos os militantes expressarem livremente as suas opiniões, mesmo quando contrárias à orientação adoptada e às decisões e opiniões da maioria. A diversidade de opiniões, sobretudo no início de um debate, é um reflexo da complexidade dos problemas e das tarefas e uma natural expressão das contribuições individuais ao trabalho colectivo.

5.1.8. É, porém, de rejeitar frontalmente a ideia de transformar o Comité Central numa «espécie de Parlamento do Partido» (com a representação de grupos e tendências, com os chefes respectivos, como se fossem vários partidos disputando o poder no partido). De rejeitar também situações semelhantes em qualquer organismo de direcção. Tais situações conduziriam à cristalização de posições e à substituição do debate democrático pelo afrontamento de tendências e de seus «chefes».

5.1.9. O Partido tem necessidade de manter uma direcção firme nos princípios essenciais, na qual os participantes debatam livremente as suas opiniões, examinem colectivamente os problemas e elaborem colectivamente as decisões num clima de lealdade e camaradagem e que depois, tanto pela posição assumida pelos organismos como pela posição dos seus membros, apareça perante o Partido e perante o povo defendendo as orientações e decisões tomadas e dinamizando a actividade partidária, a acção política, as lutas populares com uma única orientação geral.

5.2. Organização, quadros e fundos

5.2.1. O agravamento da situação objectiva e as dificuldades daí resultantes - em quadros, em militância, em meios - para o funcionamento da organização do Partido exigem no imediato a consideração de algumas orientações e medidas concretas.

5.2.2. Para o reforço do trabalho de organização e quadros torna-se necessário:

5.2.2.1. Estabelecer objectivos e linhas de trabalho prioritários e procurar distribuir meios e quadros de acordo com essas prioridades.

5.2.2.2. Continuar e acentuar a descentralização efectiva e confiante de tarefas e responsabilidades.

5.2.2.3. Incentivar a responsabilidade de muitos mais militantes, nomeadamente atribuindo tarefas e correspondentes résponsabilidades aos diversos membros de cada organismo do Partido e valorizando a importância da sua participação.

5.2.2.4. Reforçar o funcionamento democrático das organizações e organismos do Partido, incluindo a realização mais regular das Assembleias das organizações com a eleição dos respectivos organismos dirigentes e a prestação regular de contas com intervalos máximos de três anos e assegurando um largo debate colectivo.

5.2.2.5. Criar um relacionamento entre organismos que reforce a responsabilidade e a iniciativa dos organismos inferiores, delimitando melhor funções e responsabilidades, e permita aos organismos superiores um acompanhamento, não individual, mas colectivo, e o controlo da execução das tarefas e decisões tomadas, contrariando autonomismos e dirigismos.

5.2.2.6. Estimular o trabalho e valorizar o papel do responsável e/ou coordenador de um dado organismo, aliando essa responsabilidade ao reforço do trabalho colectivo de direcção, contrariando tendências rotineiras e burocráticas.

5.2.2.7. Incentivar a vida própria e a iniciativa de cada organismo, procurando que, dentro da orientação geral única do Partido, encontre as respostas concretas aos problemas, exercendo de facto a direcção do trabalho partidário na área respectiva.

5.2.2.8. Simplificar e tornar mais flexível a estrutura orgânica e o trabalho de direcção, tendo em conta a diversidade das situações existentes e o contexto sociopolítico envolvente.

5.2.2.9. Intensificar a acção junto da juventude, através do recrutamento de jovens e da sua inserção e promoção na vida do colectivo partidário, de modo a rejuvenescer e renovar as fileiras do Partido, estimulando a sua ligação às massas populares e juvenis.

5.2.2.10. Passar a considerar o trabalho de organização e de quadros uma preocupação fundamental de toda a estrutura partidária e como atribuição de todos os organismos, rompendo com a ideia de que aquele trabalho pertence a alguns camaradas e/ou organismos especializados.

5.2.2.11. Verificar com cuidado a correspondência entre o número de membros inscritos e os reais efectivos do Partido, avançando na concretização da resolução do XII Congresso de modo a eliminar da contagem como membros do Partido, até final de 1991 (altura de renovação dos cartões), aqueles que se mantêm sem qualquer ligação partidária durante anos e não manifestam interesse em alterar essa situação.

5.2.3. Cinco tarefas devem merecer uma atenção prioritária:

5.2.3.1. Integrar efectivamente os militantes na organização, com prioridade para aqueles que respondem de forma activa ao trabalho partidário, nomeadamente os membros dos organismos, os que integram as diversas estruturas unitárias, os que representam o Partido nos órgãos de soberania, do Poder Local e noutras instituições.

5.2.3.2. Conseguir um mais amplo envolvimento partidário e participação dos membros do Partido através da flexibilidade das formas orgânicas, do melhor funcionamento dos organismos, da utilização normal de plenários, da convocação regular das assembleias (efectuadas de forma simplificada) e da realização frequente de iniciativas culturais, de convívio e outras.

5.2.3.3. Privilegiar o trabalho das células por local de trabalho, elo essencial da estrutura partidária. Além das formas habituais deve considerar-se a possibilidade da organização assente num pequeno núcleo dirigente, na junção de diversas empresas e em formas de trabalho que atendam ao grau de repressão patronal, ao funcionamento dos turnos e outras. Impõe-se também prestar mais atenção ao trabalho em empresas em que ainda não existe organização partidária.

5.2.3.4. Considerar os organismos de base por local de residência em função do seu trabalho de contacto directo com militantes e da sua presença junto das massas, o que pode levar a que nem sempre a estrutura orgânica siga o esquema da divisão administrativa.

5.2.3.5. Estabelecer, com realismo e flexibilidade, os organismos intermédios - efectivos organismos de direcção ou simples elos de ligação - que liguem com eficácia as DORs/Comissões Distritais/Comissões Concelhias aos organismos de base ou ao desenvolvimento do trabalho de massas.

5.2.4. Relativamente aos quadros do Partido, é necessário aperfeiçoar o seu acompanhamento e conhecimento, procurando que os organismos e cada responsável partidário apoiem, valorizem e estimulem a sua iniciativa, procedam a uma sistemática avaliação dos que se destacam no trabalho político e de massas, conheçam as suas disponibilidades e capacidades e lhes atribuam responsabilidades e tarefas.

5.2.5. Para a formação de quadros revestem particular importância o seu enquadramento com assumpção de tarefas e responsabilidades em colectivos partidários com vida regular e democrática, onde haja espaço para a informação e discussão sobre o trabalho do próprio quadro, do organismo e do Partido em geral; a sua inserção no trabalho de massas; e a sua participação e acesso ao trabalho informativo, ideológico e cultural do Partido, frequência de cursos, palestras, debates, etc..

5.2.6. Os funcionários do Partido continuam sendo um elemento indispensável e da mais alta importância para a actividade partidária. A continuada e crescente ofensiva ideológica contra o papel dos funcionários do Partido, contra a sua presença significativa no Comité Central e outros organismos dirigentes, sobre o seu papel político e partidário, apelidando-os caluniosamente de simples funcionários burocráticos, insere-se numa linha de ataque à natureza e à matriz de classe e revolucionária do PCP.

5.2.7. Os funcionários do Partido, pela experiência e preparação adquiridas no intenso e multiforme trabalho partidário, pela sua dedicação, disponibilidade e consciência revolucionária, continuam desempenhando um papel em alguns aspectos determinante no desenvolvimento da actividade do Partido e na sua ligação com as massas.

5.2.8. Sem que isso represente aumento do seu número total na situação presente, é necessário proceder a uma selecção mais rigorosa, chamar a funcionários quadros jovens e dar mais atenção às suas condições de trabalho e de vida, à sua integração no trabalho colectivo e ao apoio e estímulo à sua formação.

5.2.9. A experiência mostra que o trabalho colectivo (em organismo de direcção a todos os níveis) de funcionários do Partido e outros militantes que exerçam as mais variadas profissões constitui uma valiosa forma de composição de organismos e arrumação de quadros para um correcto trabalho de direcção, o conhecimento das situações e problemas, e a estreita ligação com a base do Partido e com as massas. A experiência mostra também (por motivo de uma realidade social, política e partidária complexa) a necessidade, para o trabalho do Partido em diversas áreas e circunstâncias, de considerar, embora a título excepcional, quadros remunerados pelo Partido com outros estatutos e condições de trabalho.

5.2.10. A actividade de organização é inseparável da questão dos recursos financeiros necessários ao regular funcionamento do Partido.

5.2.11. Entre o X Congresso e o ano de 1987 já se tinha verificado uma redução substancial dos recursos financeiros necessários ao regular funcionamento do Partido. Em 1988/1989 a situação tornou-se ainda mais difícil devido às elevadas despesas impostas por duas campanhas eleitorais e aos encargos assumidos com a compra do terreno para a Festa «Avante!». Esta realidade veio somar-se ao facto de as despesas das organizações continuarem a crescer a um ritmo superior ao das receitas, situação que reflecte deficiências orgânicas, dificuldades reais

que resultam do refluxo político, da subestimação do problema de fundos e incompreensões sobre a política financeira do Partido e também do agravamento das condições de vida dos trabalhadores.

5.2.12. Torna-se assim indispensável que no desenvolvimento de medidas anteriormente tomadas de contracção de despesas em áreas importantes da actividade partidária, se tomem novas medidas com vista ao aumento de receitas e redução de despesas.

5.2.13. O quadro de funcionários, os centros de trabalho, o equipamento técnico e outros meios de apoio desempenham um papel essencial na actividade do Partido. Contudo, por razões conjunturais, criaram-se, nalguns sectores, estruturas cujos custos estão acima dos recursos financeiros disponíveis das organizações respectivas e desproporcionadas no quadro geral da actividade partidária.

5.2.14. Daí a necessidade de as organizações do Partido - regionais, distritais, concelhias e outras - trabalharem no sentido de adequar, de forma realista, os custos dos seus planos de actividade aos recursos financeiros de que dispõem.

5.2.15. No desenvolvimento na orientação sobre a política financeira definida no XII Congresso impõe-se:

5.2.15.1. - Promover em todas as organizações e junto de cada militante um trabalho de sensibilização política com vista ao pagamento regular e actualização das quotizações, de acordo com o nível de vida actual.

5.2.15.2. - Multiplicar as iniciativas de massas, assim como as diligências junto de amigos e simpatizantes do Partido para angariação de fundos.

5.2.15.3. - Prestar uma particular atenção à campanha dos 150 Mil Contos para o pagamento do terreno da Festa do «Avante!» procurando cumprir as metas definidas.

5.2.15.4. - Definir prioridades na gestão dos recursos humanos e materiais, de acordo com os recursos financeiros disponíveis.

5.2.15.5. - Tomar as medidas necessárias para que o aparelho partidário continue a ser um instrumento de apoio essencial à dinamização e ao fortalecimento do trabalho do Partido entre as massas.

5.2.15.6. - Promover entre todos os organismos e organizações e junto de cada militante a sensibilização política com vista à defesa e salvaguarda dos bens do Partido.

5.3. Trabalho ideológico e política de informação

5.3.1. No período decorrido desde o XII Congresso registaram-se, tanto no plano internacional, como no plano nacional, novas e importantes confirmações, quer da agudização da luta das ideias, quer do seu crescente peso específico na formação de valores, comportamentos e opções, quer ainda nas suas consequências sobre a evolução social, cultural e política das sociedades contemporâneas.

5.3.2. Os acontecimentos verificados em países socialistas, em especial no segundo semestre de 1989, tornaram-se um importante factor na batalha das ideias, com peso decisivo no conteúdo do trabalho ideológico e no terreno em que é travado. Para além dos factos em si, do carácter e da surpresa de que se podem ter revestido, do modo como terão abalado convicções e conceitos, deve salientar-se que eles foram acompanhados de uma poderosa e articulada ofensiva ideológica, visando inculcar e consolidar duradouramente as ideias do completo «fracasso do socialismo», da derrota dos partidos comunistas e dos seus ideais, do «fim do marxismo-leninismo», da superioridade e definitiva vitória do capitalismo contra o socialismo. Como variante desta ofensiva, merecem especial referência os esforços desenvolvidos pela social-democracia para se apresentar como a força a quem a vida e a história teriam, alegadamente, dado razão em relação ao seu conflito com os partidos comunistas e como a única força política e ideológica capaz de protagonizar as grandes aspirações da liberdade, desenvolvimento, bem-estar e progresso social da humanidade.

5.3.3. Deve merecer também particular atenção o facto de o imperialismo, ultrapassadas as perplexidades iniciais e uma relativa desorientação face à perestroika, ter encontrado os caminhos para a sistemática adulteração dos seus pressupostos e objectivos, integrando-a no conjunto dos «fracassos do socialismo» e apresentando as suas medidas, caso a caso, como a renúncia prática aos ideais socialistas e ao marxismo-leninismo.

5.3.4. No plano nacional uma tal ofensiva traduziu-se numa escalada particularmente violenta e agressiva contra o PCP, procurando apresentá-lo como responsável ou cúmplice dos erros, deformações e desvios aos ideais socialistas verificados em países socialistas, como hostil aos processos de renovação e reestruturação, intensificando ao mesmo tempo a campanha de deturpações e falsificações da história, identidade, características e objectivos programáticos do PCP, com o evidente propósito de desorientar a sua base de apoio, de reduzir seriamente a sua influência social, política e eleitoral, de deturpar a imagem que dele tem a opinião pública.

5.3.5. Deve reconhecer-se que, como resultado das dificuldades de trabalho a nível de direcção e outras insuficiências e debilidades globais e sectoriais do trabalho do Partido, e do facto de se terem concentrado energias nas tarefas inadiáveis do calendário eleitoral (e apesar de as eleições terem representado importantes momentos de intervenção na luta ideológica), não se registaram neste domínio os progressos e avanços que decorreriam da concretização das correctas orientações e medidas aprovadas no XII Congresso, a começar pela própria divulgação do Programa aí aprovado, o que também reflecte a persistente dificuldade em adaptar o trabalho ideológico e na comunicação social às novas realidades e exigências.

5.3.6. Sem criar expectativas desproporcionadas de uma instantânea e radical viragem que se impõe nestas áreas de trabalho do Partido, urge entretanto ter plena consciência de que, a não se superarem as dificuldades em concretizar as orientações já definidas e a persistirem atrasos, rotinas e um nível insuficiente de actividade face às exigências cada vez mais intensas e complexas, as consequências negativas para o Partido, para a sua vida, a sua acção, a sua ligação às massas e influência, se verificarão não apenas no curto e médio prazo, mas também numa perspectiva mais larga.

5.3.7. Nestes termos, confirmando a validade das principais orientações e medidas constantes da Resolução Política do XII Congresso - muitas, aliás, já referidas, com uma ou outra formulação, em congressos anteriores -, considera-se de decisiva e prioritária importância para abrir um processo de viragem no trabalho ideológico (tomado em sentido amplo e abrangendo, portanto, as múltiplas frentes de acção que integra) as seguintes orientações de trabalho:

5.3.7.1. Definir e concretizar novas formas orgânicas de dinamização e direcção centrais nesta área de trabalho, com a preocupação de assegurar operacionalidade, dinamismo, eficácia e estabilidade de actuação.

5.3.7.2. Dar vida e funcionamento regular a estruturas de coordenação das múltiplas áreas de intervenção relacionadas com o trabalho ideológico.

5.3.7.3. Programar e calendarizar um conjunto exequível de acções e iniciativas que, pela sua própria preparação e realização, favoreçam uma nova mobilização de energias, individuais e colectivas, para a superação de atrasos e insuficiências.

5.3.7.4. Estimular e apoiar o trabalho criador dos intelectuais comunistas e impulsionar o estudo das questões sociais, culturais e científicas,

enriquecendo o património de ideias do PCP, aprofundando o seu conhecimento da realidade nacional, assegurando a divulgação dessa reflexão e dinamizando a intervenção no terreno da luta das ideias de dirigentes e militantes do Partido.

5.3.8. No que respeita à política de informação, considera-se particularmente urgente:

5.3.8.1. Concretizar um conjunto de medidas para dotar a política de informação do Partido de maior dinamismo e flexibilidade, assegurar uma maior intervenção dos seus quadros e dirigentes e promover um relacionamento mais activo e mais disponível com os meios de comunicação social.

5.3.8.2.. Proceder ao estudo e à concretização de medidas de coordenação, enlace e cooperação dos diversos meios de informação do Partido e, tendo presente a situação e tendências da evolução neste sector em Portugal, promover o exame aprofundado da situação, dos problemas e perspectivas desses órgãos com vista a definições corajosas, eficazes e realistas.

5.4. **Propaganda**

5.4.1. As mutações ocorridas no mundo (sobretudo os acontecimentos nos países socialistas) e em Portugal exigem uma elevação qualitativa da propaganda do Partido, visando assegurar eficácia e receptividade maiores à nossa mensagem, num quadro que, na actual conjuntura, é política, social e economicamente mais adverso.

5.4.2. Impõe-se uma reavaliação do papel da propaganda, da informação e da comunicação social no conjunto da actividade geral do Partido, pondo fim à relativa subalternização em que se encontram. Torna-se necessária uma reconsideração da distribuição dos recursos materiais e humanos e da intervenção do Partido nesta área. Impõe-se uma actualização dos meios, das linguagens e das mensagens transmitidas.

5.4.3. A propaganda e a informação têm de ser consideradas como uma forma essencial de ligação do Partido às massas, como um instrumento fundamental da acção política do Partido, como um facto dinamizador da organização e mobilização dos membros do Partido e das massas, como um instrumento indispensável para o esclarecimento da opinião pública.

5.4.4. Nesse sentido, o trabalho de propaganda e de informação do Partido, com particular destaque para a imprensa, deverá visar duas áreas fundamentais:

- a intervenção na luta política e social, com resposta mais pronta aos problemas das massas e a difusão das posições do Partido em relação aos grandes problemas nacionais;

- a informação e formação política e ideológica, com a difusão dos objectivos e ideais do Partido e a sua fundamentação.

5.4.5. Nos últimos anos aumentou a distância e o desequilíbrio de forças neste domínio a favor dos adversários do Partido. Aumentou também a desvantagem do Partido na comunicação social. Os meios usados na propaganda política tornaram-se muito dispendiosos, acompanhando o grande e acelerado desenvolvimento da publicidade, das artes gráficas, dos audiovisuais, dos grandes espaços publicitários.

5.4.6. A escassez de recursos do Partido foi acompanhada de profundas modificações nas formas de participação dos militantes na vida e na actividade do Partido, limitando a possibilidade de se potenciar o uso dos meios de propaganda tradicionais pela sua utilização intensiva e extensiva na comunicação com as massas. Este quadro é agravado pelo continuado enfraquecimento das estruturas de propaganda regionais e locais.

5.4.7. As medidas tomadas para reforço das estruturas centrais não foram suficientes para alterar este quadro geral.

5.4.8. Responder positivamente aos desafios que se colocam implica mais imaginação, mais criatividade, para, com menos recursos, responder a um confrontro muito desfavorável de forças. Mas implica também, e sobretudo:

5.4.8.1. Conferir um efectivo e reconhecidamente mais elevado posicionamento desta frente no trabalho geral do Partido e, sobretudo, no quadro da direcção partidária nos planos nacional, regional, local e sectorial, assegurando uma participação mais ampla das estruturas de propaganda na definição das actividades a desenvolver;

5.4.8.2. Definir uma estratégia actualizada de comunicação pelo Partido, que considere à luz das necessidades e recursos actuais o peso e o papel de cada uma das suas componentes, criando formas de coordenação regular quanto às diversas áreas envolvidas e assegurando maior articulação ao trabalho político, ideológico e cultural;

5.4.8.3. Considerar as estruturas de propaganda, não apenas como órgãos de apoio técnico e distribuição de materiais, mas como estruturas activas, com iniciativa, capacidade de direcção e de coordenação;

5.4.8.4. Combinar a centralização de meios e quadros em estruturas de propaganda mais qualificadas a certos níveis, capazes de uma eficaz utilização de meios de propaganda mais exigentes, com a descentralização, assente na maior responsabilização, iniciativa e participação das organizações e dos militantes.

5.4.9. A evolução das técnicas de comunicação coloca na ordem do dia o recurso pela propaganda do Partido a áreas como as técnicas da publicidade e da comunicação, a sociologia, a psicologia social, a animação cultural, etc. - com a consequente elevação da qualificação dos quadros de propaganda.

5.4.10. O Partido deverá tomar medidas para avaliar com mais rigor e objectividade os efeitos e resultados da propaganda, a sua qualidade e eficácia, recorrendo também aos instrumentos e aquisições das modernas técnicas e métodos.

5.4.11. Na base de um aprofundado e alargado debate destas questões, a realizar em todas as organizações e a todos os níveis, o Partido deverá concretizar um programa de acção capaz de elevar o trabalho de informação e propaganda do Partido à altura das exigências e potencialidades do nosso tempo.

1. O PCP confia no futuro da democracia e do socialismo em Portugal e no mundo. Na situação política nacional e internacional não se verificam só contradições e dificuldades. Avultam também avanços reais na luta contra a direita e no entendimento das forças democráticas e a capacidade de o socialismo partir à conquista de um novo fôlego, da construção do efectivo poder dos trabalhadores, abrindo a perspectiva de, superados perigos e problemas, se renovar, ver reforçada a sua capacidade de atracção e afirmada mais claramente a superioridade em relação ao capitalismo.

2. Na actual situação, difícil mas cheia de virtualidades, o povo português e Portugal precisam mais e não menos do Partido Comunista Português, força indispensável e insubstituível na defesa dos interesses do povo, da democracia, do progresso social e da independência nacional.

3. Perante as dificuldades, o PCP não capitula nem vacila. Orgulhoso do seu ímpar passado de luta, tem os olhos postos no futuro. Consciente das dificuldades, confia nas suas raízes profundas na classe operária, nos trabalhadores e no povo. Fiel à sua natureza e ideologia, prossegue uma ampla política de alianças sociais e políticas e uma perseverante e incansável procura da convergência e unidade das forças democráticas e dos democratas portugueses. Inseridos nas organizações e nas lutas dos trabalhadores e das massas populares, o PCP está também presente com uma contribuição activa e insubstituível na Assembleia da Repúbli-

ca, no Conselho de Estado, em numerosas autarquias locais, na Assembleia Regional dos Açores, no Parlamento Europeu e em diversas outras instituições e aspira e propõe-se dar uma contribuição decisiva para a definição de uma política de alternativa e a formação de um governo democrático.

4. Portador de um projecto de liberdade, progresso, bem-estar e desenvolvimento que corresponde a grandes aspirações nacionais, o PCP confia em que existem em Portugal forças, valores e energias bastantes para romper o ciclo dos governos de direita ou do PS aliado à direita e conquistar uma viragem democrática na vida nacional.

5. Aberto para a vida, atento às novas situações e aos novos problemas e crescentemente apto a dar-lhes resposta, o PCP está e estará inteiramente empenhado em corresponder ao que dele esperam todos aqueles que nele confiam e seguro de que do seu esforço depende a possibilidade, autenticidade e consistência de uma alternativa democrática a que crescentemente aspira o povo de Portugal.

PROJECTO DE REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DO XIII CONGRESSO (EXTRAORDINÁRIO) DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

I

1. O Congresso é constituído por delegados eleitos directamente pelas assembleias plenárias das organizações que representam, na proporção geral de um delegado por 100 membros do Partido inscritos, de acordo com normas estabelecidas pelo Comité Central.

2. São também delegados ao Congresso por inerência os membros do Comité Central, efectivos e suplentes, os membros do Partido que fazem parte do Executivo da Direcção Nacional da JCP e camaradas a que o Comité Central, tendo em conta a importância ou o carácter das tarefas que desempenham, atribuiu o título de delegado.

3. Os delegados por inerência por atribuição do Comité Central não poderão ultrapassar 1% do número total de delegados.

II

1. É obrigatória a apresentação do cartão de delegado e do cartão do Partido actualizado para a entrada no recinto reservado aos delegados.

2. O Congresso funciona estando presente a maioria dos delegados.

3. No início do Congresso os delegados preenchem uma ficha de presença que entregam durante a primeira sessão.

III

1. Os membros efectivos e suplentes da Comissão Política, do Secretariado do Comité Central e da Comissão Central de Controlo e Quadros assumem, no início dos trabalhos do Congresso, a Mesa da Presidência.

2. O Congresso elege de seguida, de entre os delegados, os membros da Presidência.

3. O Congresso aprova o Regulamento, a Ordem de Trabalhos de acordo com os objectivos definidos para a sua convocação, e o Horário.

4. O Congresso elege o Secretariado do Congresso, a Comissão de Verificação de Mandatos e a Comissão de Redacção.

5. A Mesa da Presidência orienta e dirige os trabalhos do Congresso, cabendo-lhe:
- assegurar o cumprimento da Ordem de Trabalhos;
- receber o pedido de inscrição dos oradores e dar-lhes a palavra;
- pôr à votação os documentos, propostas e moções sobre os quais o Congresso deva tomar decisões e apurar os respectivos resultados.

6. Cabe ao Secretariado do Congresso:
- dirigir o funcionamento de todos os serviços do Congresso;
- receber as propostas de alteração aos documentos em debate e encaminhá-las para a Comissão de Redacção;
- assegurar a recolha de todas as intervenções, documentos e textos relativos ao Congresso (arquivo, gravação, filmagem).

7. Compete à Comissão de Verificação de Mandatos:
- verificar a validade dos mandatos dos delegados;
- apresentar ao Congresso um relatório sobre a validade dos mandatos e a composição dos delegados.

8. Compete à Comissão de Redacção:
- analisar as propostas recolhidas no decurso do Congresso e propor as alterações, emendas, cortes, acrescentos que considere justificado introduzir nos documentos apresentados pelo Comité Central e que serão submetidos à aprovação do Congresso;
- apresentar ao Congresso um relatório sobre as propostas feitas pelos delegados e a proposta final da Comissão.

IV

1. A inscrição dos delegados para uso da palavra é feita através da Mesa da Presidência do Congresso.

2. Sem prejuízo de outros artigos deste Regulamento e do direito de expressar a sua opinião pessoal, cabe aos delegados que usarem da palavra transmitir ao Congresso a opinião do Organismo ou Organização que representam, se porventura for diferente da sua própria opinião.

3. Por exigência dos horários, os tempos e o número das intervenções podem ser limitados por deliberação da Mesa da Presidência.

V

1. Os delegados têm direito a apresentar propostas de emenda aos documentos em discussão, bem como moções ou outras propostas de acordo com os objectivos e Ordem de Trabalhos do Congresso.

2. Essa apresentação é feita através do Secretariado do Congresso.

VI

1. Cada delegado tem direito a um voto.

2. As votações são feitas de braço levantado com a apresentação do cartão de delegado.

3. As deliberações são tomadas por maioria dos delegados ao Congresso.

5 Março 1990

O Comité Central do
Partido Comunista Português

NOTAS

NOTAS